



UNIVERSIDADE  
ESTADUAL DE LONDRINA

---

FELIPE DE CAMARGO MELHADO

**ANTI-HERÓI ENTRE HERÓIS:  
MARINÓCIO FILHO, BOEMIA E JORNALISMO NA LONDRINA  
DO ELDORADO**

---

Londrina  
2014

FELIPE DE CAMARGO MELHADO

**ANTI-HERÓI ENTRE HERÓIS:  
MARINÓSI FILHO, BOEMIA E JORNALISMO NA LONDRINA  
DO ELDORADO**

Trabalho apresentado ao Programa de Pós-Graduação em História Social, do Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes da Universidade Estadual de Londrina (UEL) em cumprimento às exigências parciais para obtenção do título de Mestre em História, Área de Concentração em Representações, Culturas e Religiosidades.

Orientadora: Profa. Dra. Angelita Marques Visalli

Londrina  
2014

**Catálogo elaborado pela Divisão de Processos Técnicos da Biblioteca Central da  
Universidade Estadual de Londrina.**

### **Dados Internacionais de Catalogação-na-Publicação (CIP)**

M521a Mellhado, Felipe de Camargo.  
Anti-herói entre heróis: Marinósio Filho, boemia e jornalismo na Londrina do Eldorado / Felipe de Camargo Mellhado. – Londrina, 2014.  
308 f.: il.

Orientador: Angelita Marques Visalli.  
Dissertação (Mestrado em História Social) - Universidade Estadual de Londrina, Centro de Letras e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em História Social, 2014..  
Inclui bibliografia

1. Marinósio Filho 1914 – Teses. 2. Boemia – Semiótica – Teses. 3. Jornalismo – Londrina (PR) – Teses. 4. História social – Teses. 5. Londrina (PR) – História – Teses. I. Limoli, Loredana. II. Universidade Estadual de Londrina. Centro de Letras e Ciências Humanas. Programa de Pós-Graduação em História Social. III. Título.

FELIPE DE CAMARGO MELHADO

**ANTI-HERÓI ENTRE HERÓIS: MARINÓCIO FILHO, BOEMIA E  
JORNALISMO NA LONDRINA DO ELDORADO**

Trabalho apresentado ao Programa de Pós-Graduação em História Social, do Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes da Universidade Estadual de Londrina (UEL) em cumprimento às exigências parciais para obtenção do título de Mestre em História, Área de Concentração em Representações, Culturas e Religiosidades.

**BANCA EXAMINADORA**

---

Orientadora: Profa. Dra. Angelita Marques  
Visalli  
Universidade Estadual de Londrina – UEL

---

Prof. Dr. Antonio Paulo Benatte  
Universidade Estadual de Ponta Grossa –  
UEPG

---

Prof. Dr. Edson Holtz Leme  
Universidade Estadual de Londrina – UEL

Londrina, 28 de janeiro de 2015.

*Em memória de Marinósio Trigueiros Filho,  
com minha sincera admiração e respeito.*

## AGRADECIMENTOS

Entre um projeto de pesquisa e a entrega de seu resultado há uma trilha atravessada por encontros. Mesmo que a travessia de um percurso como esse seja um evidente exercício de solidão, ainda assim acontece de toparmos com uma porção de pessoas que mobilizam nossos afetos, injetam ânimo, fazem repensar ou mesmo nos auxiliam em uma necessária e alegre dispersão. Por isso expressar gratidão não me parece uma obrigação pró-forma nem um ritual vazio de significado. Ao contrário: há um certo prazer em lembrar e agradecer àqueles que, de formas diversas, me provocaram a seguir jornada.

É preciso fazer um agradecimento especial à minha orientadora Angelita Marques Visalli – por ter topado a brincadeira, pela leveza com que conduziu nossa relação, pela paciência com que lidou com meu ritmo e pela serenidade com a qual contornou meus deslizes.

Agradeço aos professores Antonio Paulo Benatte, Rogério Ivano e Edson Holtz, por terem participado das bancas de qualificação e defesa.

Ao pessoal do Centro de Documentação e Pesquisa Histórica da UEL, deixo registrada minha gratidão. O trabalho dos estagiários foi indispensável para que eu pudesse fazer o que fiz. Também agradeço à servidora Cacilda Maesima, por ter facilitado meu acesso a algumas zonas escuras dos arquivos.

Meus amigos também foram, sem qualquer dúvida, de fundamental importância nesses anos de pesquisa e escrita. Por isso, muito obrigado a todos eles pelas divagações diurnas ou pelas longas dissipações noturnas. Felipe Montes, Vitor Murari, Vinicius Mello – valeu demais! A Pablo Blanco, Raissa Maciel e Alice Blanco, meu muito obrigado pela amizade e pelo afeto. Lucas Boligian, Larissa Borges, Edson Vieira, Paula Barbosa: valeu pela simples e rara camaradagem! Ao Tony Hara, companheiro de viagens, obrigado pelas conversas rizomáticas & madrugadeiras, pelas indicações de leituras e principalmente por sua amizade. A Natália Balarotti agradeço, com muito amor, por toda a cumplicidade e carinho.

Muito obrigado também aos membros da família Trigueiros, por permitirem que eu vasculhasse seus arquivos íntimos e trouxesse à tona a biografia de Marinósio

Filho. Marian, Ângela, Dulcínio, Vilmari – sem a colaboração dessas mulheres este trabalho estaria incompleto.

Por fim, muito obrigado à minha família, convivas do cotidiano: Romualdo Melhado, Suely Melhado, Maria Camargo e Fred Melhado (com um brinde à sua nova jornada!).

MELHADO, Felipe de Camargo. **Anti-Herói Entre Heróis**: Marinósio Filho, boêmia e jornalismo na Londrina do Eldorado. 308 f. Dissertação (mestrado em História Social). Londrina: Universidade Estadual de Londrina, 2014.

## RESUMO

Este trabalho se insere no campo da historiografia referente à cidade de Londrina. O estudo investiga as representações de sujeitos ligados à história local. Em um primeiro momento, aborda as imagens hegemônicas criadas no processo de colonização da cidade. Nesse ponto a pesquisa se demora no contexto de produção de narrativas biográficas e versa sobre suas características heroicizantes. Em um segundo momento, o trabalho propõe a apreciação de uma biografia desviante, de uma narrativa anti-heróica. Para tal, o personagem escolhido é Marinósio Trigueiros Filho. A trajetória de Marinósio é narrada desde um momento anterior à de sua mudança para Londrina. Depois, com ênfase, a narrativa enfoca sua atuação na cidade, investigando em diversas direções a relação do biografado com o contexto das primeiras décadas da colonização.

MELHADO, Felipe de Camargo. **Anti-Hero between Heroes**: Marinósio son, bohemian and journalism in Eldorado do Londrina. 308 p. Dissertation (Master's degree in Social History). Londrina: Universidade Estadual de Londrina, 2014.

### **ABSTRACT**

This work belongs to the field of historiography concerning the city of Londrina. The study investigates the subject of representations related to local history. At first, it addresses the hegemonic images created in the city colonization process. At this point the research is delay in the context of producing biographical narratives and deals with their heroicizantes features. In a second step, the paper proposes the consideration of a deviant biography, an anti-heroic narrative. To this end, the chosen character is Marinósio Trigueiros Son. The Marinósio trajectory is told from a time prior to his move to Londrina. Then, with emphasis, the narrative focuses its operations in the city, investigating in several directions the biography's relationship with the context of the first decades of colonization

## SUMÁRIO

<b>UMA BREVE APRESENTAÇÃO</b> .....	9
<b>1 English Gentlemen no Sertão do Tibagi</b> .....	11
<b>1.1 The Soul Of Business</b> .....	17
<b>2 A Companhia de Terras &amp; A Invenção do Protagonista</b> .....	25
<b>2.1 Adriano Gomes &amp; o Protótipo do Herói</b> .....	45
<b>3 Triunfo dos Homens no Eldorado</b> .....	57
<b>3.1 Os Novos Ricos &amp; O Herói Definitivo</b> .....	73
<b>4 Biografia Histórica &amp; Anti-Heroísmo</b> .....	96
<b>5 Lepra, Música e Modernidade: Marinósio Filho nasce em Salvador</b> .....	109
<b>6 Professor Marinósio Filho e o Afoxé: cruzada patriótica de um artista Brasileiro</b> .....	124
<b>7 Marinósio Filho e O Combate: boêmia e jornalismo na Londrina do Eldorado</b> .....	163
<b>APONTAMENTOS FINAIS</b> .....	271
<b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS</b> .....	279
<b>DOCUMENTOS CONSULTADOS</b> .....	287
<b>LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS</b> .....	289

## UMA BREVE APRESENTAÇÃO

O presente trabalho é dividido em duas partes.

A primeira opera um recorte bastante específico relacionado à história de Londrina. Trata-se de um estudo sobre representações referentes a indivíduos ligados à história local. Neste sentido, a pesquisa pretende acompanhar alguns casos onde os poderes hegemônicos atuaram produtivamente, engendrando imagens referentes a sujeitos.

Após uma breve introdução que contextualiza o início da colonização empreendida pela Companhia de Terras Norte do Paraná, o trabalho enfoca o esforço publicitário realizado por esta empresa. E, em seguida, identifica a produção das representações referentes a sujeitos como uma atividade ligada às estratégias publicitárias da Companhia. O trabalho se concentra, primeiramente, na produção discursiva do jornal *Paraná-Norte* e, em seguida, no conteúdo do álbum *Município de Londrina*. Ao analisar estas duas fontes, o estudo atenta para certos detalhes do contexto da produção dos documentos; detalhes que revelam características acerca da constituição das fontes. Ao se debruçar sobre estes dois documentos, a pesquisa enfoca, sobretudo, as tentativas de se criar uma imagem heroica para determinados sujeitos ligados à Companhia. Tentativa que esboça imagens prototípicas do herói local.

Em um segundo momento, a pesquisa avança para outro episódio da história local: os anos 1950. Nesta etapa acompanhamos a produção representacional dos sujeitos em outro contexto, no qual a cidade transfigura-se operando uma expansão acelerada. Após a contextualização desta nova configuração local, parte-se propriamente para a análise de dois álbuns: *Londrina no Seu Jubileu de Prata* e *Construtores do Progresso*. Nestes álbuns vemos os esforços dos membros da nova elite local no sentido de criarem imagens referentes a si próprios, protagonizando uma tentativa de distinção e demarcação social. Aqui, o que se revela é uma sofisticação da caracterização do herói londrinense. A trajetória arquetípica do herói é utilizada para retratar os membros desta nova elite, que pretendem personificar, também, o *self-made-man* das clássicas narrativas norte-americanas. Imagens que se cristalizam como formas hegemônicas de se caracterizar o “pioneiro” londrinense.

No momento derradeiro desta primeira parte, faz-se um comentário acerca da figura do herói local, demonstrando sua ligação com os valores de uma visão liberal da história. Em seguida, passa-se a se considerar a escrita de uma biografia histórica que rompa com estes padrões heroicos herdados do discurso hegemônico. Após uma discussão teórica sobre o gênero biográfico-histórico, a pesquisa propõe a escrita de uma trajetória biográfica propriamente dita, entendendo a viabilidade da narração de uma biografia anti-heroica. A noção de anti-herói é exposta em contraposição à noção de herói, e a contribuição que tal tipo de personagem poderia trazer à historiografia local é explicitada. Por fim, conclui-se que um personagem interessante para uma biografia histórica no contexto local, por concentrar certas características anti-heroicas, seja Marinósio Trigueiros Filho, baiano radicado em Londrina.

A segunda parte é a narração biográfica de Marinósio Filho propriamente dita. O estudo acompanha sua trajetória desde um momento anterior à chegada a Londrina. Inicialmente, a pesquisa focaliza o contexto de sua infância e juventude em Salvador, o início da carreira musical, sua saída da Bahia e sua peregrinação pelo Brasil e pelo Uruguai. Aqui vemos Marinósio empenhando-se na criação de uma *persona* para si mesmo e também na construção de um discurso consoante com o ideário nacional-varguista da época – expedientes que tencionavam sua sobrevivência financeira.

Após isto, a pesquisa enfocará a atuação de Marinósio Trigueiros Filho em Londrina. Sua relação com a zona do meretrício, com o jornalismo, com a política, além de outras experiências que o protagonista vivencia na cidade. Aqui, a intenção é trazer à tona uma narrativa biográfica que lance outras perspectivas sobre a cidade, distanciada das idealizações liberais que informam a figura do herói.

Por fim, pretende-se fazer certas considerações sobre a trajetória de Marinósio, relacionando-a com as narrativas heroicas hegemônicas, e enxergando, mais do que as evidentes disparidades, também certas semelhanças que permitirão vislumbrar a face anti-heroica dos consagrados heróis locais.

## 1. *English Gentlemen* no Sertão do Tibagi

A dívida brasileira com a Inglaterra: cento e dois milhões, seiscentos e vinte três mil e duzentos e noventa e quatro libras<sup>1</sup>. Em verdade, é difícil saber precisamente o que este valor representava no início do século XX. Mas a julgar pela reação dos ingleses, a quantia devia passar longe de ser insignificante. Foi por esta cifra que um grupo de financistas britânicos se mobilizou em uma missão para o Brasil no começo da década de 1920. Eles estavam preocupados. Amortizações e juros acumulados, superávits incipientes. A situação brasileira não era reconfortante para os *english gentlemen*. E pior. Sem ter como pagar a pendência, o Brasil queria mais. Em 1923, o presidente Artur Bernardes solicitou mais um empréstimo. 25 milhões de libras com a N. M. Rothschild & Sons, a grande credora. Mas a tentativa meio descarada da subserviente nação sul-americana surtiu uma reação inesperada.

Ainda em 1923, emissários dos banqueiros Rothschild protagonizaram uma expedição para terras brasileiras com um objetivo preciso, que no entanto não foi divulgado pela imprensa com a mesma clareza. A missão dos britânicos consistia em avaliar a situação econômica do Brasil, investigar suas potencialidades e, por fim, traçar um plano de ações que possibilitasse o pagamento da dívida. O resultado da missão também serviria como uma espécie de chantagem: o empréstimo de 25 milhões de libras ficaria condicionado à adoção das medidas propostas pelos ingleses.

A expedição britânica foi maquiada e propagandeada como uma reunião fraterna entre os dois países. Os notórios e cordiais homens da *City of London*, especialistas em progresso, estariam vindo ao país com o propósito de auxiliar o desenvolvimento brasileiro. Na imprensa local e inglesa, circulava a ideia de que o convite teria sido feito pelo governo brasileiro. Uma fraude: na realidade, a presença dos capitalistas ingleses em solo nacional foi uma decisão totalmente britânica. As autoridades brasileiras só ficariam sabendo da expedição há menos de 30 dias da data programada para a viagem. Evidentemente, a Artur Bernardes coube apenas aceitar o *self-invitation* dos distintos credores.

---

<sup>1</sup> Este valor é apontado por Joffily (1985, p. 42). No entanto, Ivano (2002, p. 112), baseando-se em um exemplar do jornal *The Statist*, afirma que o valor do débito brasileiro era de 140 milhões de libras, correspondendo a 77% do montante da dívida externa no período.

A recepção aos ingleses, no Rio de Janeiro, contou com toda a pompa e bajulação das elites políticas e econômicas brasileiras. A Missão Montagu foi aplaudida pela ruborizada aristocracia tupiniquim feito um espetáculo de civilização e expertise financeira. O chefe da expedição britânica era Edwin Samuel Montagu, homem que na imprensa local figurava agraciado com o título de *Lord*. Na realidade, a fidalguia do emissário dos Rothschild era, senão um equívoco, um belo figurino, que dava ares mais oficialescos e nobiliares para a expedição. No entanto Montagu nunca fora um lorde, mas sim um político de carreira, notabilizado na Inglaterra por ser um anti-sionista convicto apesar da ascendência judaica<sup>2</sup>. Não fazia muito tempo que Montagu havia abandonado as lides parlamentares para ocupar uma série de cargos privados na *City*. Na época da expedição, ele era o presidente do banco Samuel Montagu & Co., um satélite dos Rothschild.

Outro emissário que compunha a Missão Montagu, este sim um nobre, era o escocês Simon Joseph Fraser, o décimo quarto Lord Lovat. A ligação entre Lovat e os Rothschild é um tanto nebulosa. Não se sabe qual era a natureza da conexão entre ambos e nem quais negócios eram compartilhados entre a família de endinheirados e o fidalgo. Na década de 1920, Lovat já era um experimentado veterano de guerra. Na sua trajetória militar constavam participações na Guerra dos Boeres e também na I Guerra Mundial. Nestas duas ocasiões, Lovat atuou junto a um regimento que ele próprio criou: o Lovat Scouts, composto por recrutas que eram funcionários de suas fazendas. Mas, além da inclinação bélica, Lovat também tinha o costume de investir em negócios de terras, tendo inclusive participação nos esquemas de colonização inglesa na África do Sul<sup>3</sup>. Com a saúde fragilizada por conta das agruras da vida

---

<sup>2</sup> O enganoso título de nobreza de Montagu persistiu no tempo, e está presente em diversos escritos sobre a história de Londrina e região. A própria Companhia Melhoramentos Norte do Paraná reproduz o engano (ou o engodo) em seu site oficial: <http://site996.provisorio.ws/melhoramentos/historia/>.

<sup>3</sup> Embora autores como Rego (2008) e Coutinho (1959) apontem Lovat como diretor de uma companhia colonizadora na África do Sul, é mais provável que a direção deste empreendimento tenha sido realizada pelo sir Alfred Milner, conhecido administrador colonial britânico. No entanto, Lovat de fato esteve envolvido neste esquema de colonização. Durante a pesquisa foi possível encontrar três arquivos de jornais britânicos nos quais Lord Lovat aparece no parlamento inglês pedindo melhorias nas condições de vida dos colonos britânicos lotados na África do Sul. Como fica explícito nestes documentos, os colonos eram ex-combatentes na Guerra dos Boeres. É possível que alguns deles fossem, inclusive, membros do Lovat Scouts, uma vez que este regimento combateu na região de Transvaal, que consta como área de colonização britânica. Os jornais com as reivindicações de Lovat estão disponíveis nos links: <http://archive.thetablet.co.uk/article/19th-july-1902/25/lord-lovat-and-the-settlement-of-veterans-in-south> / <http://archive.spectator.co.uk/article/17th-november-1906/19/on->

militar, ele chegava aos trópicos em pelo menos três condições: além de emissário dos Rothschild, Lovat era representante da Sudan Plantations Syndicate<sup>4</sup> – uma companhia que operava imensas plantações de algodão em área irrigada do Sudão Anglo-Egípcio – e, ainda, *chairman* da Comissão Florestal Britânica, órgão do governo responsável pela gestão de florestas.

É possível que Lovat tenha sido enviado ao Brasil pelos Rothschild justamente por conta de sua experiência com florestas<sup>5</sup> e plantações. A família de banqueiros com certeza sabia que um país continental como o Brasil – com largas áreas de terras ainda não arrebatadas pela economia capitalista – possuía regiões propícias para a extração de madeira e também para a cultura agrícola<sup>6</sup>. Possivelmente esta era uma das potencialidades que os Rothschild gostariam de ver descritas no relatório da Missão Montagu. E talvez fosse Lovat o especialista responsável por investigar este setor. Pois ele de fato o fez. Se desgarrando de seus colegas na então capital federal, Lord Lovat rumou para o estado de São Paulo. Percorreu o interior, chegou até Ourinhos. Conheceu o engenheiro Gastão de Mesquita Filho e a família de cafeicultores Barbosa Ferraz, responsáveis pela Companhia Ferroviária São Paulo-Paraná. Ficou sabendo das terras do norte-paranaense, que eram vendidas pelo governo estadual a preços baixíssimos. Escutou dos cafeicultores paulistas sobre a

---

[wednesday-in-the-house-of-lords-lord-lovat-rais /](http://wednesday-in-the-house-of-lords-lord-lovat-rais/)  
<http://hansard.millbanksystems.com/lords/1909/aug/03/settlers-in-south-africa>

<sup>4</sup> Embora alguns documentos se refiram a Lord Lovat como fundador da Sudan Plantations Syndicate, este dado parece não ser verdadeiro. De acordo com Bernal (1997), a companhia foi fundada em 1906 pelo industrial norte-americano Leigh Hunt, que recebeu do governo colonial britânico uma concessão de terras na região leste do Sudão, no estado de Al Jazirah. Uma parceria entre Leigh e o governo britânico teria possibilitado a implantação de uma enorme rede de irrigação conhecida como Gezira Scheme. Diferentemente do que ocorreria na colonização do norte do Paraná, onde os interessados adquiriam terras para plantar o que bem entendessem, a Sudan Plantations Syndicate alugava vastas porções de terras que deveriam ser usadas exclusivamente para a cultura de algodão. Um curioso documento produzido neste contexto é o vídeo disponível no site: <http://www.colonialfilm.org.uk/node/837>.

<sup>5</sup> Alguns registros dão conta de que os membros do *Lovat Scouts* destacavam-se sobretudo como excelentes lenhadores. Antes de serem soldados, estes homens podem ter trabalhado com extração de madeira nas fazendas do próprio Lord Lovat. A atuação militar em florestas era uma especialidade do regimento. O *Lovat Scouts* ficou marcado como o primeiro agrupamento militar a utilizar galhos e folhagens atrelados ao traje com estratégia de camuflagem. Este traje ficaria conhecido como *Ghillie Suit*. Dados sobre a interessante história deste regimento podem ser encontrados em *The Story Of Lovat Scouts 1900-1980*, MELVILLE, Michael Leslie. Librario Publishing Limited, 2004.

<sup>6</sup> Cf. Bigg-Whitter (1974)

necessidade de continuar a linha férrea até a região, uma vez que estes fazendeiros possuíam terras produtivas naquela área<sup>7</sup>. Desceu até Cambará, cidade ponta-de-trilhos no Paraná. As opulentas matas, as promessas da terra roxa, as possibilidades de escoamento pela futura linha férrea. O cenário acendeu algo na nobre cabeça de Lord Lovat.

A Missão Montagu pegou o navio de volta para Londres em março de 1924. Os emissários trabalharam na elaboração do relatório da viagem pelos próximos três meses. Quando ficou pronto, o Relatório Montagu foi apresentado aos Rothschild e enviado às autoridades brasileiras. No documento estavam pormenorizados vários aspectos da economia do país. A ênfase recaía sobre aqueles que, caso alvos de investimentos, poderiam reforçar as finanças locais. Mas, principalmente, o relatório trazia 43 recomendações ao governo brasileiro cujo cumprimento liberaria o empréstimo das 25 milhões de libras. Entre as diversas condições firmadas pelos ingleses estava, inclusive, a venda do Banco do Brasil<sup>8</sup>. Embora constrangidas, as autoridades brasileiras não devem ter se surpreendido. Os governantes sabiam que uma missão inglesa no país não poderia deixar de pautar os interesses imperialistas. E o governo brasileiro, embora no início tenha relutado e mesmo tentado negociar com os intransigentes ingleses, por fim decidiu concordar com todas as condições listadas no relatório. No entanto, mesmo com toda a complacência, o financiamento foi frustrado. O governo inglês decidiu embargar os títulos do governo brasileiro em Londres. Toda a função realizada pelos emissários dos Rothschild, bem como toda a demonstração de submissão dos brasileiros teria sido em vão.

Mas não para Lord Lovat. Curiosamente, o respeitável nobre preferiu não incluir no Relatório Montagu as suas impressões sobre o norte do Paraná. Enquanto seus colegas se viam às voltas para detalhar as potencialidades da economia brasileira, enquanto eles colocavam no papel o que puderam observar nas capitais do Rio de Janeiro e São Paulo, Lord Lovat omitia as informações que havia obtido no interior do país. No Relatório Montagu há uma breve menção às qualidades da agricultura brasileira, que é considerada “a mais lucrativa das indústrias” locais. Mas é só. Não há mais detalhes sobre o assunto. Sabemos, no entanto, que Lovat estava muito bem informado sobre uma possibilidade de negócio que poderia se transformar

---

<sup>7</sup> Cf. Serra (1993, p. 52)

<sup>8</sup> Cf. Fritsch (1980)

em um dos mais lucrativos investimentos agrícolas no país. Sua segurança a respeito da lucratividade das terras do oeste paulista e do norte paranaense pode ser comprovada pela pressa em constituir uma empresa para explorar a agricultura destas regiões. No mês seguinte ao seu retorno a Inglaterra, e mesmo dois meses antes da publicação do Relatório Montagu, Lovat e seus sócios já teriam fundado a Brazil Plantations Syndicate Limited, empresa sediada em Londres com capital inicial de 200 mil libras.

Conforme as crônicas do período, a intenção de Lovat e de seus associados era a cotonicultura. Em 1925 a Brazil Plantations começou a comprar terras no Brasil com a finalidade de continuar as experiências adquiridas no Sudão. A companhia comprou uma fazenda em Birigui e outras duas em Salto Grande, além de uma usina de beneficiamento de algodão em Bernardino de Campos. Mas, segundo relatos oficiais, as fazendas experimentais não lucraram como esperava Lord Lovat. Uma queda no preço do algodão inviabilizou a continuidade do investimento. Porém, enxergando outra oportunidade promissora, os empresários ingleses decidiram mudar de ramo. O negócio agora deveria ser imobiliário. Pechinchando terras no norte do Paraná, os britânicos viram a possibilidade de realizar um novo empreendimento com altas possibilidades de lucro. Por isto, ainda em 1925, os mesmos investidores fundaram a Parana Plantations Limited, também sediada em Londres. No Brasil, abriram a subsidiária: Companhia de Terras Norte do Paraná. Na verdade, a empresa brasileira não passava de uma espécie de fachada. Quase todo o seu capital era inglês, oriundo da Parana Plantations<sup>9</sup>. A ideia era que a empresa brasileira servisse apenas para driblar os ânimos nacionalistas dos mais exaltados<sup>10</sup>. Uma Companhia para brasileiro ver.

Certamente havia motivos para que os nacionalistas se indignassem ao perceberem as barganhas britânicas. Entre os anos de 1925 e 1927, a CTNP comprou 515.000 alqueires de terras no norte do Paraná, a maior parte deles vendidos pelo governo do Estado a preços muito baixos:

---

<sup>9</sup> Conforme Companhia Melhoramentos Norte do Paraná (1977, p. 241/242): “Os primitivos acionistas da Parana Plantations eram os mesmos ingleses da Brazil Plantations, mas o capital da Companhia de Terras foi quase todo subscrito pela última entidade, titular de 9.986 sobre as 10.000 ações. Fica assim caracterizada a origem inglesa da empresa colonizadora”

<sup>10</sup> Companhia Melhoramentos Norte do Paraná (1977, p. 56/57).

O preço estipulado pelo governo paranaense foi de 8 mil réis o hectare, quantia esta que representava a diária de um carpinteiro ou o custo de 5kg de feijão. (...) Convém frisar que foi pago à vista apenas um mil contos de réis e o restante (cinco mil setecentos e setenta seis contos de reis) seria recolhido aos cofres do Estado à medida em que a companhia vendesse as terras, com o prazo de doze anos.<sup>11</sup>

No final das negociações, a área total adquirida pela CTNP era superior a de países como o Líbano e a Jamaica. E o preço pago pela Companhia era cerca de 30 vezes mais baixo do que o valor usual de mercado. Sabe-se, no entanto, que algumas destas terras tiveram que ser adquiridas duas vezes, por conta de escrituras confusas ou duvidosas. Muitos indígenas, caboclos e posseiros já ocupavam a região, e a Companhia teve que lidar com eles, muitas vezes adquirindo suas propriedades novamente. Mas a conquista desta vastidão de terra vermelha não se deu de forma totalmente pacífica. Isto porque alguns habitantes da região se recusavam a deixar a área. Nestes casos desenrolavam-se episódios conflituosos e violentos, cuja história permanece mal contada. Para o ex-militar Lord Lovat, fundador de um regimento especialista em combates florestais, a criação de um esquadrão para resolver os litígios no sertão norte-paranaense não devia parecer uma solução demasiado drástica. Segundo Ana Yara Lopes, “entrevistas feitas com funcionários do Departamento de Terras indicam que a Companhia possuía uma força policial particular, que frustrava qualquer tentativa de permanência nas suas terras”.<sup>12</sup>

Em 1928, dando sequência ao empreendimento, os ingleses obtiveram o controle acionário da Companhia Ferroviária São Paulo-Paraná. A ideia era valorizar os loteamentos imobiliários oferecendo a possibilidade de escoamento da produção via transporte ferroviário. A má situação financeira da CFSP resultou em um excelente negócio para os britânicos. A família Barbosa Ferraz simplesmente ofereceu sua empresa aos investidores da Parana Plantations, não cobrando nada pelas suas ações e nem pelo trecho que já havia sido construído. Ficou a cargo dos ingleses apenas a liquidação do capital passivo<sup>13</sup>. Com uma série de direitos, privilégios e isenções de impostos concedidos pelo governo paranaense, os ingleses estavam prontos para iniciar o prolongamento da estrada férrea em direção ao rio Tibagi. Um

---

<sup>11</sup> Joffily (1985, p. 81)

<sup>12</sup> Lopes (1982, p. 110)

<sup>13</sup> Cf. Zortéa (1975), depoimento de João Sampaio (diretor técnico da CTNP)

trunfo publicitário: a via férrea era mais um elemento para persuadir os potenciais compradores de terras.

### **1.1 The soul of Business**

Uma dívida, um lorde que não é lorde, um emissário que age em causa própria, uma empresa de fachada, uma série de barganhas. Assim se poderia iniciar uma narrativa histórica sobre a região que ficaria conhecida como Norte do Paraná. Assim se poderia começar uma história sobre Londrina, cidade inventada para ser sede da Companhia de Terras. Mas para os homens envolvidos no empreendimento, evidentemente, estas informações não eram úteis e deveriam ficar restritas aos bastidores. Para eles o que importava era atrair compradores de terras. Para eles, eram os elementos vantajosos e as passagens lisonjeiras que deveriam ser encenadas e veiculadas nas representações da região. Um imenso esforço publicitário marcaria os primórdios da ocupação organizada pela Companhia de Terras. Esforço que extrapolaria a função publicitária, formaria imaginários sociais, legitimaria poderes, e, por conta de sua insistência, persistiria nas mais diversas imagens referentes a Londrina, informando inclusive a historiografia local.

Em linhas gerais, o discurso praticado nas peças publicitárias da CTNP vinculava às terras loteadas um imaginário mítico muito antigo. O sertão norte-paranaense figurava como um ambiente idílico, uma Nova Canaã ou Eldorado, a terra das oportunidades de onde uma nova vida poderia brotar junto às riquezas do solo roxo. A bonança, a prosperidade e a fartura eram as qualidades deste território paradisíaco à espera de seus habitantes. Qualquer indivíduo disposto a trabalhar encontraria ali o sucesso financeiro. Nos conteúdos publicitários isto era garantido pela possibilidade da pequena propriedade, e, em última instância, pela inigualável fertilidade da terra vermelha. A ascensão social era o inequívoco benefício desta terra dadivosa. Éden sertanejo cujo barro faria nascer dinheiro. Terra prometida na qual qualquer investimento seria sinônimo de boa-aventurança.

Na realidade, o que o marketing da Companhia fazia era amalgamar toda uma constelação imaginária pré-existente sobre a região, mas que até então se encontrava diluída. Segundo alguns historiadores, as imagens da Terra da Promissão teriam antecedentes nos escritos dos jesuítas que estiveram na região durante o século XVII. O então chamado Sertão do Guairá já era descrito como dadivoso, mágico, fabuloso.

Mais tarde, no início do século XX, a colonização do chamado Norte Velho, na região de Cambará, também produziria suas imagens de fausto e riqueza. Nesta região, a movimentação da cafeicultura promovia o capital dos grandes fazendeiros, fazendo circular diversas imagens referentes à febre do enriquecimento. Como escreve o historiador Antonio Paulo Benatte,

A intensa propaganda detonada pelo capital colonizador não partiu, portanto, de um grau zero de significação; não partiu de uma pura criação e difusão de imagens novas, sem referentes sociais a lhe servirem de base. Ao contrário, as companhias de terras se apropriaram de representações existentes, redimensionalizando e instrumentalizando imagens que já circulavam, de forma ainda muito difusa e restrita, sobre aquelas portentosas terras sertanejas. Elas não apenas se apoderaram daquelas imagens correntes, utilizando-as em proveito do grande projeto, como potencializaram o conteúdo delas, ao mesmo tempo em que inseriram significados novos decorrentes do novo contexto conjuntural em que se deu a efetuação desses empreendimentos.<sup>14</sup>

Cinema, rádio, panfletos, cartazes, reportagens e anúncios em jornais e revistas. A Terra da Promissão era anunciada aos quatro ventos. Usando todos os recursos de mídia disponíveis na época<sup>15</sup>, a Companhia de Terras queria que seus instigantes reclames assediasses o público-alvo aonde quer que ele estivesse. Estes migrantes potenciais pertenciam sobretudo às camadas médias e baixas, oriundos de contextos político-econômicos agitados. No Brasil, repercutiam a quebra de 29 e a revolução de 30. Na Europa, o cenário também era turbulento: a ascensão do nazismo e do fascismo, a guerra civil na Espanha, a formação da União Soviética. A mira do marketing apontava para os expropriados, expatriados, proscritos e empobrecidos destes contextos diversos. Estes estrangeiros e brasileiros (principalmente mineiros, paulistas e nordestinos) de fato protagonizariam a ocupação da região loteada pela CTNP. Eles eram atraídos pelos auspiciosos anúncios da Terra da Promissão, que garantiam a certeza do lucro renunciado no investimento em propriedades pequenas e na benesse da terra vermelha. Os reclames também magnetizavam por declararem a segurança do empreendimento inglês, que assegurava a validade dos títulos das terras e garantia o escoamento da produção através da linha férrea.

---

<sup>14</sup> Benatte (1997, p. 53)

<sup>15</sup> Cf. Monbeig (1984).

É claro que a Companhia também se interessava pelo dinheiro dos grandes compradores, entusiasmados em adquirir vários lotes de terras. No entanto, inicialmente, os pequenos proprietários parecem ter sido os mais visados pelos ingleses. Esta estratégia tinha uma dupla motivação. Em primeiro lugar, fazia valer o saber marketeiro: grupos abalados por fatores econômicos sempre respondem com mais ímpeto às promessas de uma vida nova e mais próspera. Em segundo lugar, estava o *know-how* colonizador: quanto mais proprietários fixados a terra, mais investimentos privados e públicos seriam feitos na área por eles habitada. Desta forma, os lotes de terras se valorizariam “por si só”, com menos investimentos diretos da Companhia.

Também como estratégia de valorização, a Companhia procurava atrair comerciantes e prestadores de serviços para comporem núcleos urbanos. Com mais estrutura urbana próxima aos lotes rurais, estes também se valorizariam. Por fim, também interessava à Companhia atrair mão-de-obra assalariada para trabalhar no campo e, em menor medida, na cidade. Para estes clientes, a publicidade acenava com a promessa de que eles também poderiam ser donos de seus próprios negócios no futuro. O Eldorado, afinal de contas, não fazia distinções.

As ações de marketing para se divulgar a terra onde “todos progrediriam pelo trabalho” foram diversas e numerosas. Além da ostensiva disseminação de peças publicitárias, os homens envolvidos no empreendimento colonizador também se dedicavam pessoalmente à propaganda. Um exemplo ocorreu em 1931, quando um ilustre acionista da *Parana Plantations* veio visitar as terras da *land company* e atraiu consigo a atenção de todo o Reino Unido. Edward VIII, o então Príncipe de Gales, chegou ao Brasil acompanhado de seu irmão, Príncipe George, e de Henry Lynch, representante dos Rothschild. Após ser recebido no Rio de Janeiro por Getúlio Vargas e a alta cúpula do governo federal, e após dias de libação nos eventos da *society* carioca, Edward e sua comitiva finalmente partiu para São Paulo. Da capital rumou para o interior, até Ourinhos, onde pegou o trem da CFSP para desembarcar em Cambará. Para o dia seguinte estava programada uma visita a Londrina. Mas depois de uma noite de *poker* e *whiskey* em Cambará, o Príncipe sentiu-se indisposto e resolveu não viajar, frustrando a recepção que estava sendo preparada no hotel da Companhia de Terras. Mas, de qualquer forma, o grande objetivo de sua passagem pelo Brasil já havia sido cumprido.

Com toda a pompa e todos os incensos palacianos, o evento não passou de uma operação de *public relations* destinada a colar na *Parana Plantations* a etiqueta “Império Britânico”, a exemplo do que se vê nos rótulos dos *scotch* de boa marca: “*By Appointment To Her Majesty The Queen*”...<sup>16</sup>

Mais do que conhecer a geografia dos seus investimentos, o objetivo de Edward era promover a *Parana Plantations* em território britânico. Uma maneira de aumentar a visibilidade e o prestígio da empresa, e, quem sabe, até de valorizar suas ações. Afinal de contas, sua cumplicidade com a CTNP configurava a recomendação de um ilustre membro da Família Real. E Edward era, além de Príncipe, uma grande celebridade no Reino Unido. Sua biografia era registrada em “tempo real” pelos jornais britânicos, a ponto de Edward ficar conhecido como o “homem mais fotografado de seu tempo”. No início da década de 1930 o Príncipe de Gales era, de fato, um garoto-propaganda de luxo<sup>17</sup>.

O próprio Lord Lovat também emprestaria sua fidalguia para promover o empreendimento inglês no norte do Paraná. A boa imagem de Lovat era útil em suas peregrinações publicitárias pela Europa. Viajando, encontrando-se pessoalmente com grandes clientes, Lovat divulgava as terras da Companhia e fechava negócios no velho continente. Como escreve Nelson Tomazi,

No afã de vender as terras a qualquer custo e lucrar muito e o mais rapidamente possível, o próprio Lord Lovat tornou-se o grande agente/vendedor da Paraná Plantations/CTNP. Nos anos 1930, Lovat visitou vários países europeus, como Alemanha, Polônia, Áustria e Itália, onde procurou fazer contatos com órgãos públicos e privados visando a vinda de imigrantes diretamente para as terras que o grupo inglês possuía no Paraná. Um desses contatos aconteceu em 1932 com a Sociedade Para Estudos Econômicos de Além Mar da

---

<sup>16</sup> Joffily (1985, p. 109)

<sup>17</sup> A boa reputação de Edward parece ter perdido o valor junto à opinião pública britânica a partir de 1936. Como se sabe, neste ano, após a morte de seu pai, Edward tornou-se Rei da Inglaterra. No entanto abdicou do trono em poucos meses, optando por se casar com uma divorciada norte-americana. Após a abdicação, o que foi dito e escrito sobre sua vida pessoal assemelha-se a um clichê biográfico, um estereótipo da “jovem celebridade”: uma série de escândalos amorosos, desregramentos, indícios de loucura e episódios de bebedeira desmoralizariam “o rei que nunca foi”. Esta má reputação seria agravada pela sua proximidade e simpatia com o nazismo no início da II Guerra Mundial.

Alemanha, que resultou na vinda de alemães para uma gleba onde instalou-se posteriormente a cidade de Rolândia.<sup>18</sup>

O marketing corpo-a-corpo e a venda *door-to-door* eram levados muito a sério pelos sócios da Parana Plantations. Esta estratégia de publicidade e agenciamento de terras era, na verdade, umas das principais formas que os ingleses encontraram para fazer o negócio girar. Além de divulgar e vender as terras pessoalmente, os sócios da Companhia também contratavam agentes para realizar estes serviços. Funcionários da CTNP circulavam o Brasil e o exterior divulgando o empreendimento, fazendo contatos e negociando lotes. Estes corretores frequentavam as capitais e o interior com materiais publicitários e pré-contratos prontos para serem assinados. Os expedientes utilizados para convencer os compradores eram diversos: muitos procuravam impressioná-los com álbuns de fotografias e até com filmes produzidos na região<sup>19</sup>. Enumerando uma série de dados fantásticos sobre o norte do Paraná e, é claro, abusando dos adjetivos elogiosos, os corretores construía a imagem da Terra da Promissão para o encantamento do possível comprador. Famílias a perigo e em busca de novas oportunidades eram arrebatadas pelas performances dos bons vendedores. Para o sucesso deste tipo de abordagem, a lábia dos corretores era um atributo fundamental.

Não é difícil conjecturar que o grande trabalho de disseminação dessas imagens [da Terra da Promissão] tenha sido feito boca-a-boca, tendo os corretores imobiliários – os chamados picaretas, verdadeiros agenciadores de pioneiros – desempenhado um papel fundamental na dispersividade daquelas representações da terra fáustica. Personagens folclóricos na história da colonização, os picaretas tornaram-se

---

<sup>18</sup> Tomazi (1997, p. 206)

<sup>19</sup> Muito conhecida é a atuação do corretor Hikoma Udihara, agente contratado pela Cia. para vender terras aos imigrantes do Japão. O contrato com a CTNP previa exclusividade: Udihara era o único corretor autorizado a negociar com os japoneses. A empresa acreditava que um compatriota inspiraria mais confiança nos nipônicos, e utilizava-se da nacionalidade do corretor como um artifício de convencimento. Udihara, por sua vez, era um vendedor muito dedicado. Ele ficaria conhecido como o “primeiro cineasta do norte do Paraná”. As imagens captadas por Udihara possuíam sobretudo uma função publicitária, e muitos de seus registros em película foram utilizados para atrair compradores. No início da década de 1930, muitas pessoas ainda não conheciam as imagens cinematográficas, e o expediente devia impressionar. Diversos registros dão conta da astúcia e capacidade de persuasão de Udihara. Para mais detalhes, consultar Cesario (2007).

famosos pela esperteza, pela eloquente discursividade e pelos métodos pouco ortodoxos que utilizavam para atrair compradores e vender terras – a ponto de incorporarem, nas crônicas e memórias, o estereótipo do malandro. Os corretores espalharam-se pelo país e a empresa montou escritórios em várias cidades. Não é descabido supor que foi esse imaginário autonomizado e disperso, muito mais que os métodos usuais da publicidade, que alimentou a motivação psicológica dos adventícios, principalmente dos migrantes nacionais.<sup>20</sup>

Mas se os picaretas de terras chegaram a ser associados à figura do malandro, do trapaceiro sedutor, isto é porque seus discursos deviam conter algo de estranho, algo de inverossímil que suscitava a desconfiança dos mais céticos. Se para muitos o discurso dos vendedores era considerado uma velhacaria, isto acontecia justamente por conta de suas omissões. Os silêncios publicitários dos picaretas era motivo de ceticismo. Afinal de contas, muitas representações negativas referentes ao Norte do Paraná circulavam pelo boca-a-boca. As mais alarmantes davam conta de um sertão inóspito, repleto de feras e bugres, um poço de maleita e outras doenças onde a sobrevivência era precária e dolorosa<sup>21</sup>. Para quem já havia escutado estas informações nada empolgantes, a aparição de um vendedor de terras falando sobre um “paraíso da fertilidade” no norte do Paraná deveria mesmo soar como um golpe, como uma malandragem.

Além disso, muitos temiam adquirir títulos de terras inexistentes – um truque comum nos negócios de picaretagem de terras. Para robustecer este temor, circulavam histórias de agentes autorizados da Cia. que aplicavam este tipo de golpe. Era o caso, por exemplo, de Virgulino Dias, relatado por Ildeu Manso Vieira:

Virgulino Dias, de Poços de Caldas – que vivia mais em Três Bocas –, era um destes agentes. Profissão: picareta. Não se contentava com as comissões polpudas que a colonizadora britânica lhe pagava. Mineiro ganancioso, além das percentagens da CTNP, trabalhava com “over-price” absurdo. E tinha o costume de comprar títulos de domínio de terras inexistentes para ludibriar compradores ingênuos ou incautos.

---

<sup>20</sup> Benatte (1997, p. 64)

<sup>21</sup> Para saber mais sobre o norte do Paraná enquanto “poço de doenças”, <http://www.ub.edu/geocrit/9porto/marsiq.htm>.

A colonizadora britânica – apesar de toda a máquina de exploração que havia montado – procurava manter o seu nome respeitável e confiável entre os seus clientes e junto ao mercado. A colonizadora sabia que, neste negócio, imagem era fundamental. Resolveu então fazer uma limpeza eliminando os agentes trambiqueiros do seu quadro. Dentre eles, Virgulino Dias. Ela não podia admitir que sua imagem fosse denegrida ou se tornasse ameaçada por certos comportamentos predadores e anti-éticos.<sup>22</sup>

Para não correr o risco de ver sua publicidade cair em descrédito total, a Companhia tomava suas medidas. Como vimos, despedir os corretores desonestos era uma delas. Outra, a mais evidente, era difusão ininterrupta das imagens da Terra da Promissão. Pois se a imagem de uma terra inabitável circulava a boca pequena, o discurso oficial deveria reproduzir as representações da terra dadivosa com mais intensidade e frequência, até que, como efeito da repetição, o imaginário sobre a região fosse reorientado. Mas também era necessário fazer com que os homens da Companhia se tornassem mais conhecidos, e que suas imagens pessoais ganhassem a confiança dos potenciais compradores. Era preciso mostrá-los como homens virtuosos, moralmente impecáveis. Se Lord Lovat e Príncipe Edward já utilizavam de suas nobres reputações para conquistar a confiança dos europeus, no Brasil, os funcionários da Companhia ainda precisavam construir seus prestígios.

Assim, as primeiras representações referentes aos funcionários da CTNP iam de encontro a esta necessidade: valorizar os homens que trabalhavam no empreendimento. Por isto, em meio às publicidades da Companhia, os indivíduos também se publicizavam. Funcionários eram representados como exemplos de trabalho honesto, espírito de coletividade e virtuosismo moral. A pretensa confiabilidade destes funcionários servia para cativar os incrédulos no negócio imobiliário. Mas não apenas. Com a formação de municípios nas terras loteadas, disputas de poder político também entravam na pauta da Companhia. Por isto, uma boa imagem dos homens da Cia. poderia facilitar a fabricação de candidatos que, uma vez à frente dos poderes instituídos, garantiriam os interesses empresariais britânicos.

Foi com esta sorte de objetivos que a CTNP forjou as primeiras representações dos novos habitantes do norte do Paraná, em especial dos moradores de Londrina. O tratamento que o discurso oficial dava aos indivíduos atendia a demandas financeiras

---

<sup>22</sup> Vieira (1999)

e políticas. As representações individuais eram apologéticas, ligavam-se às imagens da Terra da Promissão e transmitiam valores liberais, como a crença no progresso e a ética do trabalho. Este padrão de referência biográfica era dedicado não somente aos homens da Companhia e a seus aliados. Com exceção de alguns opositores diretos, este modo de representar vidas era estendido de forma genérica, chegando a sugerir um *ethos* para os moradores da cidade e da região. *Ethos* que era uma projeção dos interesses da Cia. e que se reforçava pelo destacamento de seus *exempla*. Estes homens a quem admirar – de personalidade e conduta exemplares – eram na verdade subjetivações dos interesses da CTNP. As ambições dos investidores ingleses ganhavam um vetor positivo ao serem representadas sob a forma de virtudes individuais. Homens virtuosos na Terra Prometida. Uma somatória publicitária que instrumentalizava vidas e dava contornos épicos para o empreendimento colonizador.

## 2. A Companhia de Terras & a Invenção do Protagonista

Uma fronteira aberta. A anúncio da Terra da Promissão pela boca dos picaretas, o mapa da prosperidade traçado pelos reclames. Não demoraria muito para que um intenso *rush* populacional se dirigisse à região loteada pelos ingleses. Famílias inteiras chegariam ao Norte do Paraná aspirando a uma vida nova, com a esperança fabricada em apelos publicitários. Se estas promessas animavam os primeiros habitantes de Londrina, certamente a expectativa era minorada por um horizonte certo: o árduo trabalho. Contrariando os mais eloquentes, a pequena cidade não havia nascido uma grande metrópole. Ao chegarem à Londrina do início dos anos 1930, os compradores de lotes se deparavam com um ambiente onde a comodidade e a fartura eram atributos que deveriam perdurar como simulacros publicitários ainda por um longo tempo. Como atestam certas fotografias produzidas no período, a cidade era uma clareira aberta no meio da mata<sup>23</sup>. Um acampamento improvisado com casas de palmito. Um lamaçal vermelho repleto de tocos e toras de árvores ainda por retirar. E as estradas para os lotes rurais mais pareciam picadas precárias, profícuos atoleiros.

Mas embora o cenário sugerisse a míngua e a penúria, o progresso e a bonança não deixavam de ser celebrados pelos publicitários, picaretas, cronistas e outros entusiastas locais. Para eles, a civilização norte-paranaense não era uma projeção para o futuro, mas um acontecimento presente e em processo. A presentificação dos valores do progresso e da civilização era representada pela vultuosidade do empreendimento inglês e também pela racionalidade de sua execução. Uma colonização grandiosa informada pela técnica. Um empreendimento colossal, detalhadamente planejado, instaurador de uma ordem teleológica que era sinônimo de progresso: lotes rurais devidamente mensurados e estrategicamente divididos, com acesso à água para o abastecimento e à estrada para o escoamento dos produtos. E o maior centro urbano, Londrina: cidade rigorosamente desenhada em uma planta fundamental cujo elemento organizador era a ideia de progresso<sup>24</sup>.

---

<sup>23</sup> Conferir as fotografias de José Juliani publicadas em Visalli et aliae (2011).

<sup>24</sup> Há vários trabalhos que discutem o dito planejamento da cidade de Londrina. Um dos mais clássicos é Barnabé (1989). Sobre o assunto, é interessante atentar para a afirmação de Adum (1991, p. 113): “Tendo como ponto de partida da análise as escrituras de compra e vendas [de lotes], percebe-se que a proposta ordenadora da Cia. não se limitava apenas à coordenação da ocupação do espaço, mas também propõe um ordenamento para o uso deste espaço. Algumas normas disciplinadoras introduzidas também no ato da compra indicam a perspectiva de um espaço urbano desodorizado,

Nas representações do início da colonização, o ideal de progresso também aparecia concretizado na chegada massiva de compradores de terras. O fluxo tornava-se objeto de admiração na cidade cuja população se multiplicava apressadamente. Os festejados pioneiros eram retratados por uma sinédoque: os “braços laboriosos” que constituiriam uma nova civilização. Mulheres e homens empenhados pelo progresso coletivo, trabalhando na mais perfeita ordem social. Uma cidade progressista, trabalhadora e ordeira: assim o discurso oficial da Companhia desenhava Londrina, estendendo estas mesmas características aos emigrados. Mas para manter a aparência de ordem no sertão, a CTNP sabia que não bastava o talento dos escribas de aluguel e a operosidade dos tipógrafos. Cabia à Companhia exercer algum tipo de controle sobre o contingente humano que se estabelecia na cidade. Uma publicidade orientada para despertar a ambição, uma enxurrada de reclames que garantiam o endinheiramento: estes recursos certamente atrairiam indivíduos dispostos a enriquecerem a qualquer custo, e nem sempre da forma ordeira como desejava a Companhia.

Para não ver seus negócios prejudicados, a Companhia exercia poderes por meio dos organismos locais. Para conter os “desordeiros” e “aventureiros” que poderiam perturbar a imagem do empreendimento, o controle do aparato policial era especialmente estratégico. Por isto, logo no início da colonização, a Companhia fez com que homens de confiança se apoderassem dos cargos policiais da cidade. Sabe-se que as primeiras autoridades locais eram funcionários da CTNP, a exemplo do inspetor de quartirão João Wanderley e do subdelegado Carlos de Almeida<sup>25</sup>. Até Londrina se tornar município, em dezembro de 1934, a autoridade policial era a principal representante do poder público na cidade e, em razão disto, ocupar esta posição era essencial para o exercício dos interesses. E se nos anos 1920 a Companhia possuía uma força policial particular, agora este aparato se tornaria devidamente legitimado por sua aparência estatal. O embaralhamento entre as esferas do poder público e dos interesses privados beneficiaria a Companhia em muitas ocasiões. Neste caso não era diferente. Por meio da atuação policial a empresa

---

tendo como pontos básicos a higiene, limpeza dos terrenos, desinfecção dos lugares públicos, alinhamento das ruas, instalações sanitárias. Como se depreende dos documentos, a Cia. coordena também toda a organização relativa ao uso do espaço urbano. Suas escrituras contêm em seu bojo o ‘primeiro código de posturas’ da cidade criada. Retemos aqui que, antes e mesmo depois das organizações formais de poder no município, a Companhia de Terras Norte do Paraná, ao implantar concretamente o seu plano, provocou uma confusão entre as esferas do poder público e privado”

<sup>25</sup> Cf. Marinósio Filho (2013, p. 28/29)

exerceria o controle sobre os indivíduos que se instalavam em Londrina, tomando providências para que “oportunistas” e outros indesejados fossem reclusos ou mesmo degredados. A polícia devia saber muito claramente quem eram estes indivíduos: aqueles que desejavam ascender socialmente e que em suas virações realizavam expedientes prejudiciais à imagem da CTNP.

De um lado, a criação de um discurso de ordem, de um ideário de progresso e a valorização de uma forma de enriquecer, representada como “trabalho honesto” para o “bem coletivo”. De outro, a punição aplicada aos sujeitos tidos como desviantes, transgressores desta planificação. Estes eram dois flancos nos quais a Companhia atuava para garantir a boa imagem de seus negócios e para assegurar o lucro do investimento. A dualidade expressa pelo binômio *progresso & prisões* foi flagrada por um atento cronista do jornal *Paraná-Norte*. Na edição de 4 de novembro de 1934, Antonio Pedro ironizaria o que considerava o primeiro edifício da cidade, fruto de um progresso vertiginoso. O presídio.

- Tá visto! Espie p'ra li, p'ros fundos da Estação. Veja aquelle alto edifício, onde se hospedam os encrenças da zona estragada.
- A cadeia? Aquela caixinha de phosphoros?
- Qual phosphoros, qual nada! O nosso Martinelli. E que Martinellão, seu Antonio Pedro!
- Stá certo. Você tem sempre razão às carradas.
- Pontos de vista.
- Relatividade...<sup>26</sup>

O Martinelli, edifício ícone da ascensão e do progresso paulistano, festejado na época como “o maior arranha-céu da América do Sul”, ganhava sua versão londrinense por meio do olhar paródico de um cronista local. No “ponto de vista” de Antônio Pedro, o presídio era sim um símbolo do desenvolvimento da cidade – mas, evidentemente, um símbolo às avessas, um monumento ao ônus do progresso. Poucos são os exemplos de representações como estas produzidas no início da colonização. A divulgação de comentários ácidos e críticos – mesmo os mais sutis –

---

<sup>26</sup> *Paraná-Norte*, 04/11/1934

era uma raridade nos anos 1930. Afinal de contas, a maior parte das representações produzidas na cidade serviam para vender o projeto imobiliário inglês. Por isto, é difícil encontrar imagens sobre a violência no sertão e sobre a ação policial exercida pela CTNP nesta primeira década da colonização<sup>27</sup>. O discurso hegemônico do período é determinado pela enxurrada de lisonjas e comentários entusiasmados sobre Londrina e o norte do Paraná. Verdadeiro rame-rame apologético gerado pelos aparatos de comunicação da Companhia.

Aliás, a publicação do texto de Antônio Pedro no jornal *Paraná-Norte* é um acontecimento aberrante e quase insólito. Afinal de contas, pragmaticamente, este periódico pode ser considerado como um órgão oficial da CTNP. Criado em outubro de 1934, desde o início o *Paraná-Norte* esteve vinculado financeiramente à Companhia. Este atrelamento é evidenciado não só pela constância ininterrupta dos anúncios de página inteira publicados na quarta capa do jornal, mas, principalmente, pelo tom publicitário que determinava toda a linguagem do *Paraná-Norte*. Tirando uma ou outra exceção notável, o primeiro periódico de Londrina era extremamente laudatório, veiculando representações que enumeravam as vantagens de se viver na dadivosa região norte do Paraná. Contrastando com a crônica de Antônio Pedro, na mesma edição do jornal pode-se ler o seguinte texto:

O Norte do Paraná, pelo que se observa nesta comarca, a começar por Jatahy, gosa de um privilégio pouco commum, relativamente aos lugares novos, denominados ponta de trilhos, na linguagem pittoresca dos ferroviários. E, verdadeiramente, uma cidade ponta de trilhos, como a nossa, é sempre presa do maior desassossego pela turbulência dos elementos heterogêneos que a ella aportam, vindos de todos

---

<sup>27</sup> Algumas delas estão em Marinósio Filho (2013, passim): “Muitos da época contam e lembram que João Wanderlei, como policial, foi perseguidor e intolerante. Fulgêncio Ferreira Neves, fundador de Londrina, pioneiro de quatro costados e baiano dos bons, conheceu a privou da amizade do Wanderlei: (...) Wanderlei não brincava em serviço. Tinha que impor sua autoridade. Mesmo com métodos rudimentares conseguiu por ordem nisso aqui. Não havia baderna não. (...) Londrina era perfil de distrito e delegado de cacique. Falava-se em assassinios e assaltos. A grilagem de terras já constituía problema, e muito sério. (...) O governo sabia, Londrina lugar perigoso. Havia muitos assassinos, pistoleiros e fugitivos de outras regiões. A terra, era de ninguém. A lei, dos mais fortes. (...) Os marginais haviam descoberto a ‘América’ que se erguia aqui em Londrina. Os assaltos já se tornavam cotidianos. Homicídios misteriosos, desordens e outros crimes faziam do lugarejo um ‘inferno verde’”.

os pontos do paiz e fora delle, a cata de aventuras, de fortuna fácil...

Londrina, como Jatahy, realizou o milagre de ser uma cidade ponta de trilhos onde a ordem impera e a tranquilidade é lugar commum.

A ordem aqui é perfeita. Todos que habitam o território da comarca procuram tacitamente se unirem na mais absoluta communhão de vistas, empregando cada um a sua atividade no trabalho honesto e bem colectivo. Os que chegam, por piores que sejam, deixam-se empolgar pela atmospha reinante, e nella se ambientam, trabalhando allegremente na construção de seu bem estar próprio, sem olvidar-se da collectividade.<sup>28</sup>

A partir deste excerto é possível compreender o tom dos textos veiculados pelo *Paraná-Norte*. Representações de uma terra milagrosa, privilegiada, onde os problemas simplesmente desapareciam frente à harmonia geral. Um local onde a “ordem é perfeita”, onde cada um emprega a “sua atividade no trabalho honesto e bem colectivo”. Uma atmosfera na qual “os que chegam, por piores que sejam”, logo começam a trabalhar “allegremente na construção de seu bem estar próprio, sem olvidar-se da colectividade”. Enfim, representações fabulosas a respeito de Londrina e de seus habitantes. Imagens desprovidas de conflitos e contradições, e que construíam uma boa reputação para o empreendimento da Companhia. O texto acima, por sinal, deveria servir para acalmar a preocupação daqueles que temiam os tipos que se aventuravam pelas cidades de fronteira. Como se sabe, embora produzido em Londrina, o *Paraná-Norte* era distribuído pelo Brasil e, segundo consta, chegava até o exterior<sup>29</sup>. Portanto o jornal não almejava apenas influir no imaginário daqueles que já moravam na cidade, mas também orientar as expectativas dos habitantes em potencial. Duas demandas do marketing da Companhia.

Humberto Puiggari Coutinho, jornalista fundador do *Paraná-Norte*, era um dos responsáveis por atender às necessidades publicitárias da CTNP. Coutinho era ex-secretário da prefeitura de Jatahy, onde já editava um jornal ligado aos poderes oficiais. Com a presença do capital inglês em Londrina, Coutinho viu uma nova possibilidade de negócio. Os investimentos britânicos, afinal de contas, precisavam ser propagandeados, e a Companhia investia pesado neste setor. Em 1934, aproveitando

---

<sup>28</sup> *Paraná-Norte*, 04/11/1934.

<sup>29</sup> Cf. Komarchesqui (2013, p. 44/45).

a oportunidade, Coutinho instalou-se em Londrina e abriu o seu jornal. A ponte entre Coutinho e a CTNP foi realizada por Carlos de Almeida, seu amigo de longa data. O subdelegado e funcionário da Companhia chegou a figurar como diretor do *Paraná-Norte*, mas, segundo consta, “Carlos de Almeida apenas emprestava seu nome para justificar seu financiamento na compra de papel, tinta e outros materiais e, ainda, intermediar a veiculação de anúncios da Companhia de Terras”<sup>30</sup>. Como podemos inferir, Carlos de Almeida provavelmente era o homem da CTNP dentro do *Paraná-Norte*. Possivelmente, a ele cabia garantir a coincidência entre os interesses da Companhia e a linha editorial do primeiro jornal de Londrina. Uma conformidade discursiva que estaria expressa já no artigo inaugural do periódico:

Paraná-Norte pede o amparo de todos que habitam esta grande zona que é o norte do Paraná, onde ele vai agir no sentido de propagar-lhe a riqueza, concretizada na fertilidade inigualável do seu solo – regado pelo mais famoso systema hydrographico que se pode imaginar – no esforço hercúleo dos desbravadores de suas mattas e no pulso forte de seus trabalhadores ruraes, que na ancia do progresso colectivo, não mede sacrifícios para a grandeza deste pedaço de terra americana, onde várias raças se misturam na mais comovedora das harmonias – Esse é o nosso programa.<sup>31</sup>

A descrição da região Norte do Paraná: terra rica, de fertilidade inigualável. A caracterização de seus habitantes: desbravadores heróicos e trabalhadores dedicados. Experimentando sofisticações com o tempo, estas representações prototípicas seriam veiculadas insistentemente pelo *Paraná-Norte* como forma de cumprir o programa publicitário da CTNP. Imagens que se multiplicariam nas mais diversas publicações e que persistiriam no tempo, influenciando decisivamente sobre o imaginário local.

Outro elemento perseverante neste tipo de imagem publicitária é a noção de “bem coletivo”. Em uma cidade onde os picaretas e sócios da CTNP acumulavam riquezas rapidamente, aos olhos de todos, era preciso sustentar a ideia de que a Terra da Promissão traria benefícios irrestritos, a qualquer um que nela habitasse. Para isto servia o discurso do bem coletivo, herdeiro da muito conhecida ideia liberal segundo a

<sup>30</sup> Marinósio Filho e Marinósio Neto (1991, p. 23).

<sup>31</sup> *Paraná-Norte*, 09/10/1934.

qual o sucesso financeiro de um significa a prosperidade de vários; a ascensão de um, a melhoria da vida de muitos ao seu redor. Na versão local, a prosperidade da CTNP e de seus membros equivaleria à bonança de seus clientes e da própria cidade de Londrina. Nos discursos da Companhia, a busca pelo bem coletivo figurava como a face virtuosa da ambição corporativa ou individual, e, além disso, como sua consequência intrínseca<sup>32</sup>. Desta forma, os grandes lucros operados pela Cia. e seus homens apareciam minorados pelo que a empresa afirmava fazer em prol da coletividade. Uma publicidade veiculada no *Paraná-Norte* atesta esta estratégia discursiva. Na peça, os altos investimentos da Companhia na região Norte do Paraná aparecem discriminados, e, em seguida, surge a pergunta que não espera a resposta do leitor:

E quaes são os maiores beneficiados com estas despesas gigantes? Naturalmente os que têm tido a felicidade de comprar terrenos da COMPANHIA, que contam com as melhores facilidades de prosperidade e valorização.<sup>33</sup>

No entanto, se a coletividade é um ente anônimo, o *Paraná-Norte* dava nome e sobrenome para aqueles que pretensamente por ela trabalhavam. Como já sugerimos, estas personagens exemplares eram personificações do discurso praticado pela CTNP. Discurso que positivava os interesses dos ingleses e que destacava uma pequena constelação de sujeitos, elegendo-os como modelos de seus postulados. O *Paraná-Norte* deve ter sido a primeira publicação a explorar este tipo de expediente. Entre os textos sobre a terra dadivosa, o empreendimento maravilhoso, a população laboriosa e os desbravadores heróicos, pontificavam nomes e imagens de sujeitos que funcionavam quase como ilustrações deste vertiginoso panegírico. A aparição de indivíduos justapostos à incansável reiteração apologética apresentava ao leitor do *Paraná-Norte* os “homens por traz do empreendimento”. E era como se todos os predicados usados para qualificar a terra e a CTNP convergissem para formar a imagem daqueles indivíduos. Como um dispositivo ótico, o *Paraná-Norte* concentrava

---

<sup>32</sup> Um rápido exemplo deste pressuposto pode ser lido no *Paraná-Norte* de 22 de setembro de 1935: “Tudo aqui é labor. A população londrinense só cuida do trabalho, do progresso local e, assim beneficiando-se cada um por si, beneficia a colectividade em geral”.

<sup>33</sup> *Paraná-Norte*, 04/11/1934

toda a luminosidade do discurso laudatório em determinados pontos: os sujeitos eleitos, aparições na forma de nomes e fotografias na superfície da página.

Nestas representações de indivíduos ladeados por discursos elogiosos, o *Paraná-Norte* tornava possível um fluxo de carga simbólica. Era como se estes dois elementos – indivíduo/lisonjas ao empreendimento – se informassem mutuamente, em uma relação de reciprocidade, reiteração e fortalecimento dos valores a serem transmitidos aos leitores. Implicitamente, o *Paraná-Norte* qualificava positivamente o empreendimento da CTNP para, por fim, representar os homens que o tornaram possível e dos quais, portanto, parecia emanar todas aquelas qualidades positivas. No sentido contrário, o capital simbólico já consolidado nas imagens de alguns sujeitos era utilizado como elemento de qualificação do empreendimento.

O primeiro dos casos (em que o empreendimento emprestava credibilidade ao sujeito) pode ser flagrado no conjunto de representações que o jornal forjava para Arthur Hugh Miller Thomas. O escocês Thomas era homem de confiança de Lord Lovat, tendo trabalhado para o fidalgo na Sudan Plantations Syndicate e também, desde o início, no projeto da Brazil Plantations. Quando a Companhia de Terras Norte do Paraná foi criada, Lovat indicou Thomas para dirigir a empresa diretamente de sua sede, em Londrina. Mesmo não sendo sócio da Companhia, Arthur Thomas era o seu representante no Brasil, atuando como mandatário dos negócios britânicos em solo nacional. Administrador, Thomas era um dos principais responsáveis pelo funcionamento da CTNP, já que a maioria dos sócios dedicava-se apenas à gestão das ações na *City*. Embora bem quisto por este pequeno círculo de acionistas, no Brasil o diretor da Companhia era praticamente um anônimo. No entanto Thomas ocupava o cargo mais alto na administração da empresa, e por isto uma boa reputação se fazia necessária. Estrategicamente, era preciso preencher o vazio de significado que o nome de Arthur Thomas comportava.

Talvez por isto as aparições de Thomas nas páginas do *Paraná-Norte* tenham iniciado já na primeira edição do jornal. Em meio às informações chapa-branca sobre a miraculosa terra vermelha e sobre “a maior empresa colonizadora da América do Sul”, o leitor pôde conhecer o responsável por aquela gloriosa iniciativa, instauradora da civilização na boca do sertão. De acordo o número inaugural do PN, Arthur Thomas teria sido o primeiro a se aventurar pela região Norte do Paraná<sup>34</sup>. Auxiliado por William Reid (engenheiro contratado pela CTNP), o fundador Thomas teria

---

<sup>34</sup> *Paraná-Norte*, 09/10/1934

atravessado “difficilmente as mattas”, sacrificando-se para determinar o local onde seria a cidade de Londrina e a sede da Companhia de Terras Norte do Paraná. A imagem que se delineia, ainda que de modo prototípico, é a do herói fundador, do destemido desbravador que daria origem a uma admirável civilização. Imagem forjada para durar: como deixa claro o jornal, o texto é publicado para que as informações “não fiquem no olvido”.

A figura de Arthur Thomas atrelada à virtuosidade da Companhia de Terras. Os numerosos predicados atribuídos à CTNP servindo para qualificar o seu mais alto funcionário. Se a pecha de malandros ou golpistas ameaçava a reputação dos homens da Companhia, a construção de uma virtuosa antítese para a figura de seu diretor era uma importante medida de marketing. Arthur Thomas protagonizaria insistentes aparições nas páginas do *Paraná-Norte*. Complementando a imagem do herói, o jornal buscava representá-lo também como um atribulado *business man*. A cada edição o leitor acompanhava a agenda de Thomas, tomando conhecimento de qual teria sido sua última viagem de negócios. Repetitiva demonstração da rotina de um homem que parecia se sacrificar pela coletividade do dadivoso Norte do Paraná. Protótipo do herói pioneiro, trabalhador e altruísta.

Ao lado de Arthur Thomas, Willie Davids também comparecia com assiduidade às páginas do *Paraná-Norte*. Mas, diferentemente de seu colega escocês, Davids parecia colocar sua boa reputação a serviço da imagem da CTNP, constituindo assim um exemplo do segundo caso (em que o sujeito emprestava credibilidade ao empreendimento). Willie Davids, brasileiro filho de pai galês, era um político de carreira que possuía fazendas no chamado Norte Velho. Diretor-técnico da Companhia, aparentemente era um sujeito bastante conhecido na região e com bons vínculos em Curitiba. Sua presença nos quadros da empresa era importante para assegurar os interesses da CTNP junto ao Estado. Davids parece ter atuado como uma espécie de lobista, promovendo arranjos entre o governo do Paraná e a companhia inglesa. Negociatas fundamentais, aliás, no processo de compra das terras norte-paranaenses, na década de 1920. Além de atuar desta forma, Davids encorajava a confiança nas publicidades da CTNP ao vincular seu nome ao empreendimento. Como confessou Coutinho anos após deixar o *Paraná-Norte*, a boa reputação de Willie Davids tinha uso instrumental.

Oportuno é aqui lembrar que as terras adquiridas pela Companhia de Terras eram, sem dúvida, ótimas, mas estavam localizadas em pleno sertão, e muito afastadas de qualquer zona até então explorada. Foi nessa emergência que o nome do Dr. Willie Davids foi lembrado para cooperar no desenvolvimento daquela longínqua gleba de terras. Fazendeiro há vinte e um anos no Norte do Paraná, e pessoa que, já por sua família, já pelos assinalados serviços prestados à coletividade, já pela sua longa experiência, podia ser e foi, penhor seguro de qualquer propaganda quanto à conveniência de adquirir-se terras nesse então sertão absoluto.<sup>35</sup>

As trocas simbólicas que ocorriam entre as representações da CTNP e as imagens de seus homens resultavam, portanto, em um único vetor: a valorização total do empreendimento inglês. Uma especulação que pretendia vender o território agreste por meio de suas imagens lisonjeiras. Representações sobre um lugar paradisíaco, uma empresa ideal e seus homens virtuosos – cenário, cenas e protagonistas inventados por interesse financeiro. Textos hiperbólicos e ultra-elogiosos referentes a tudo e todos; simulacros que engendravam boa reputação para o sertão norte-paranaense e para os homens da CTNP, valorizando os lotes de terras e, ao mesmo tempo, inspirando a confiança nos seus vendedores. Tremendo esforço criador de uma constelação de imagens atraentes e pretensamente confiáveis. Como escreveria Erwin Frohlich, ex-funcionário da Companhia, a preocupação em criar e difundir estas imagens não era gratuita.

As dificuldades eram enormes. A dúvida de muitos sobre a procedência dos títulos era um grande entrave, pois a maioria já havia sido “escaldada” com compra de terras “griladas” em outras regiões, e convencer o pretendente do contrário não era sem dificuldade que se conseguia. Outra coisa que também infundia receio aos primeiros interessados era o medo de febres tropicais, de úlceras, etc. Só mesmo com árduos esforços, com honestidade e explicações claras e sinceras aos colonos sobre a legitimidade dos títulos da Cia. de Terras, sobre as boas águas, o clima ubérrimo, a ausência de febres e feridas “bravas” foi se impondo a Cia. de Terras Norte do Paraná na confiança de todos.<sup>36</sup>

---

<sup>35</sup> Coutinho (1959, p. 25)

<sup>36</sup> A Pioneira, nº 6

Por conta do imaginário negativo referente à região e em razão da má fama dos picaretas, a criação de imagens versando sobre a fertilidade da terra e sobre a probidade da empresa colonizadora era considerada uma prioridade pela Companhia. No entanto, para este discurso publicitário ser digno de confiança, para que ele soasse como “honesto”, “claro” e “sincero”, e não como uma fraudulenta picaretagem, era preciso que seus propagadores também fossem creditados. Era preciso construir uma imagem de virtude, honestidade e trabalho para estes homens da Companhia. Imagem que serviria para contrastar com a fama de desonestidade e oportunismo que o imaginário social vinculava aos picaretas de terras. O próprio Erwin Frohlich entendia esta necessidade, tanto é que se deixou elogiar em uma peça publicitária que mencionaremos mais a frente.

Como homem responsável por criar imagens para a Cia., o jornalista Coutinho não ignorava o expediente de vincular as representações dos sujeitos às de seus empreendimentos. Nas páginas do *Paraná-Norte* vemos que esta era uma estratégia publicitária largamente utilizada a serviço da Companhia e de seus homens. Mas o expediente também era executado em benefício de outros anunciantes do jornal. Era comum que os reclames de casas comerciais da cidade informassem o nome do estabelecimento acompanhado pelo nome do sujeito responsável por ele. A maioria dos anúncios seguia este padrão: *Confeitaria Estrella* de *Carlos Stenders*; *Casa Combate* de *Elias Tarran*, etc. Em uma cidade onde todos os moradores eram forasteiros, identificar-se publicamente era uma encenação de boa fé. Nestes casos, era como se publicar o próprio nome funcionasse como um atestado de que a casa comercial merecia confiança, de que seu proprietário não era um “aventureiro” ou um golpista, pois, caso o fosse, não teria vinculado seu próprio nome e reputação ao negócio. A representação de si mesmo como “alguém que se deixa identificar” criava a imagem do sujeito que nada devia, que nada tinha a escamotear.

E o *Paraná-Norte* servia como o palco propício para se representar estes personagens honestos, probos e trabalhadores. Funcionários da Companhia, comerciantes e profissionais liberais promoviam o marketing pessoal e corporativo pelas páginas do *standard*. Todos interessados na prosperidade de seus negócios e com a ambição legitimada pelo discurso do bem coletivo. As ambições de enriquecimento que estes homens tinham em comum, além de figurarem nas crônicas oficiais como motores do progresso da cidade, também promoviam alianças entre eles. E é através das páginas do *Paraná-Norte* que podemos flagrar alguns indícios

destes movimentos de coligação. Registros que se encontram, sobretudo, na coluna *Sociaes*, com a qual Coutinho se ocupou desde o primeiro número do *Paraná-Norte*.

Puiggari Coutinho devia saber que a produção de uma coluna social era um expediente essencial para gerir os *stati* dos habitantes da fronteira norte-paranaense. O jornalista devia compreender que em uma cidade em formação como Londrina, o controle deste tipo de coluna era fundamental, pois permitia determinar com bastante proficiência os indivíduos que acumulariam prestígio por meio de suas representações periódicas. Enquanto Coutinho editava seu jornal, na década de 1930, a elite econômica local já criava seus territórios de encontro e de demarcação social: o Clube Redondo, agremiação onde se exigia o uso do *black-tie*<sup>37</sup> e no qual não se admitia a presença de negros<sup>38</sup>; o *Tennis Club*, ou “quadra dos ingleses”, espaço de frequência restrita onde se jogava tênis em impecáveis trajes brancos<sup>39</sup>; a Casa Sete, moradia dos homens solteiros da Companhia, espaço noturno onde os seletos convidados se entorpeciam bebendo *scotch* de boa procedência<sup>40</sup>. Nestes lugares refinados abertos na boca do sertão, endinheirados e emergentes se encontravam, fechavam negócios e

---

<sup>37</sup> Segundo o jornalista Aramis Millarch: “Parece até fantasia, mas não é! Quem imaginaria, em Londrina, no final dos anos 30, quando as primeiras ruas e avenidas transformavam-se em lamaçais quando chovia ou em nuvens de poeira no tórrido verão, que desde os primeiros bailes realizados no ‘Redondo’ - o pioneiro clube da cidade - o traje exigido fosse *black-tie*. ‘E o mais incrível é que todos os cavalheiros compareciam com seus *smokings*, alguns improvisados, é claro’ – recorda o pioneiro José de Oliveira, 77 anos, primeiro cartorário naquela cidade e que foi um dos fundadores e presidente do clube que todos chamavam de Redondo, ‘justamente por ocupar um edifício de forma circular, cedido pela Paraná Plantations’”. A íntegra do texto está disponível em <http://www.millarch.org/artigo/londrina-anos-30-black-tie-entre-o-po-lama>.

<sup>38</sup> De acordo com Borghi e Diniz (2010), em reação ao racismo praticado no Clube Redondo, negros da cidade fundariam o Clube Quadrado, mais tarde denominado Sociedade Beneficente Princesa Isabel e, finalmente, Associação Recreativa Operária de Londrina. Um dos responsáveis pela criação destas organizações foi Cypriano Manoel, líder negro que também foi funcionário da Companhia de Terras Norte do Paraná. Como fica evidente, nem todos os homens da Cia. seriam beneficiados pelas representações forjadas por sua publicidade, assim como também não fariam parte do que era considerado a elite da cidade.

<sup>39</sup> Cf. Brauna e Polon (2008, p. 4)

<sup>40</sup> Sobre a Casa Sete, Coutinho escreveu: “Criou-se ali o primeiro núcleo da vida social de Londrina. Quando se resolvia dar uma festa, cortavam-se ramos de palmeira no mato ao lado e com eles enfeitava-se a varanda. Penduravam-se lanternas chinesas para iluminação e muitas vezes envergava-se ‘*smoking*’ para compensar a falta de um ambiente civilizado” (Jubileu, p. 17). A Casa Sete parece ter sido um dos principais redutos de libação cultivado pelos ingleses na década de 1930. Para mais algumas informações a respeito deste hábito bastante frequente na história cultural da cidade, ver <http://www.acil.com.br/jornal-detalle/82/5/157>.

criavam laços simbólicos, identificando-se mutuamente – e para os outros – como um grupo, uma classe, uma família.

Na coluna *Sociaes*, Coutinho oficializava e difundia esta união entre os distintos membros da grã-finagem. A cada nova edição do *Paraná-Norte* o leitor podia conhecer (ou reconhecer) alguns dos homens e mulheres participantes desta invejada estratificação social. Núpcias, aniversários, viagens, nascimentos. Passagens biográficas destes destacados integrantes da elite londrinense eram veiculadas periodicamente pelo jornal, concedendo *status* aos retratados. Capital simbólico que trazia benefícios não apenas para a vida social dos colunáveis, mas que, possivelmente, também devia surtir bons efeitos em seus negócios. Constantes aparições na coluna *Sociaes* tornavam reconhecíveis os nomes de alguns picaretas, funcionários da Cia., profissionais liberais, empresários e comerciantes, e, mais do que isso, concediam a eles uma boa reputação, inspirando confiança em seus clientes e parceiros em potencial. Confiabilidade: valioso atributo no sertão de homens estranhos uns aos outros. Desta forma, pode-se dizer que o colunismo social de Coutinho não apenas propagandeava a elite local e seus membros, mas atuava também como produtor destas categorias. Alguns autores pensam que o caráter produtivo do colunismo social é mesmo sua principal aptidão e função:

Podemos afirmar que o colunismo social presta-se à manutenção de modelos ideais de vida, (...) mas também, e principalmente, tem função decisiva na produção dos personagens que atuam nesses modelos, através da escolha das pessoas que aparecerão ou não naquela determinada coluna de crônica social.<sup>41</sup>

“Estar na coluna social” significa “fazer parte de” – fazer parte de uma classe social, de uma profissão, de uma família, etc. – um acordo simbólico.<sup>42</sup>

Os colunáveis de Coutinho ilustravam aquele modelo de vida idealizado que se propagandeava por todo o jornal. Idealização subjetivada, representada sobretudo no protótipo do pioneiro heróico, honesto, altruísta e trabalhador. Esta era a produção simbólica que qualificava as fotografias e nomes dos sujeitos retratados na coluna

---

<sup>41</sup> Ferreira (2006, p. 43)

<sup>42</sup> Pereira e Mesquita (2012, p. 60)

social. Sujeitos que, destacados insistentemente pelo jornal, poderiam passar a compor simbolicamente a categoria da elite local. Estrato que buscava se estabelecer publicamente, produzindo e integrando seus membros, propagandeando-se para si próprio e também para outras camadas sociais. Movimento ávido por prestígio, reputação e seus benefícios financeiros. E também, em busca de poder político.

Em 1934, esta aliança flagrada na coluna *Sociaes* – entre homens da CTNP, profissionais liberais, comerciantes e um ou outro grande fazendeiro – já havia escolhido o representante de seus interesses na política local. Uma figura fácil das páginas do *Paraná-Norte*: Carlos de Almeida. O funcionário da Cia. que ocupava o cargo público de subdelegado. Em dezembro daquele ano aconteceria a fundação do município de Londrina, que até então era comarca de Jatahy. Como rememora Coutinho, havia uma expectativa da *society* local em relação ao acontecimento. Seus membros esperavam que Carlos de Almeida fosse nomeado prefeito por Manoel Ribas, então interventor do Estado.

Foi nesse íterim que propalou-se na povoação a notícia de que em breve seria criado o município com sede em Londrina que, de inspetoria de quartirão saltaria para município, (...) e imediatamente Carlos de Almeida foi unanimemente aclamado candidato ao cargo de prefeito. Sugestões foram feitas ao sr. Manoel Ribas, interventor geral do Estado, perante quem os diretores da Companhia de Terras usufruíam da maior consideração.

(...) Veio o decreto de 3 de Dezembro de 1934, criando o município. O povo, em ansiosa expectativa, aguardava nomeação de seu natural candidato. Entretanto, com surpresa geral e desengano bastante lastimável, apresentou-se no povoado, inesperadamente, o dr. Joaquim Vicente de Castro para empossar-se e assumir o cargo de prefeito de Londrina no dia 10 do mesmo mês, sucedendo ainda que o nomeado era pessoa completamente desconhecida no local. Essa a razão pela qual o ato da instalação do município ocorreu tão friamente e com nula assistência. Guardados foram os foguetes, embolsados os discursos...

Necessário é que se note não ter havido nenhuma antipatia ou desconsideração à pessoa do dr. Joaquim Vicente de Castro...

É que a gente de Londrina formava no tempo uma só família e o sr. Carlos de Almeida era um elemento dessa família.<sup>43</sup>

Apesar da polidez com que Coutinho se refere a Castro em suas memórias, a recepção ao primeiro prefeito de Londrina não foi nada amistosa. Como explicou Coutinho, ele não era um membro da família. Não fazia parte daquele grupo de indivíduos da elite local que operava acordos financeiros e simbólicos. Pelo contrário. Castro, este elemento estranho ao clã, incomodava os interesses da *família pioneira*<sup>44</sup>. Por isso, no natal daquele mesmo ano, duas semanas após a posse de Castro, membros desta família resolveram fundar um núcleo de oposição. O *Paraná-Norte* de janeiro de 1935 revelaria a cúpula do PSD, partido criado para este fim<sup>45</sup>. Na ata de fundação consta como presidente João Wanderley, ex-inspetor de quarteirão, ex-funcionário da Cia. e comerciante. O vice-presidente era o também comerciante Caetano Otranto, uma das figuras mais frequentes na coluna *Sociaes* e nos anúncios do *Paraná-Norte*. Por fim, o próprio Coutinho assinaria como secretário do partido.

Depois de formado, o PSD iniciou uma insistente campanha de difamação pelas páginas do *Paraná-Norte*. Joaquim Vicente de Castro era alvo de críticas em quase todas as edições do jornal. Primeiro, o periódico ralhou contra as tabelas orçamentárias firmadas pelo prefeito<sup>46</sup>. Depois fez denúncias sobre uso indevido do dinheiro público<sup>47</sup>. Em outro episódio, Castro aparecia como réu: em Jatahy, o “truculento” prefeito estaria sendo processado por agredir um escrivão do município<sup>48</sup>.

---

<sup>43</sup> Coutinho (1959, p. 8)

<sup>44</sup> Este termo é utilizado por Adum (1991, p. 195) para caracterizar o constructo simbólico empreendido pela elite londrinense dos anos 1930. Para a autora: “A ideologia estadonovista de pátria como família se reproduz no microcosmo dos anos 30 em Londrina: a ‘Família Pioneira da CTNP’. O fundamento ideológico desta ‘família’ parece residir no ‘poder de fundação’, que se caracteriza por apresentar o direito de propriedade como condição de desenvolvimento de um capitalismo diferente: o capitalismo liberal-democrático que propicia a ordem e o bem-estar social. A propriedade privada e a fundação da cidade justificam, perante os membros da família, a ação monopolista do empreendedor. Neste emaranhado ideológico foi muito difícil perceber o ‘outro’, ou seja, aquele que, vindo em busca do Paraíso, não conseguiu fazer parte da ‘família’”.

<sup>45</sup> Cf. *Paraná-Norte* 07/01/1935

<sup>46</sup> Cf. *Paraná-Norte* 03/11/1935

<sup>47</sup> Cf. *Paraná-Norte* 19/04/1935

<sup>48</sup> Idem.

Paralelamente a esta campanha maledicente, a elite local também pressionava Manoel Ribas a tomar providências. Arthur Thomas, amigo pessoal do interventor, havia entrado em conflito direto com Castro. Segundo o prefeito, o quiproquó aconteceu pois a CTNP teria se recusado a pagar os impostos municipais. Com os ânimos quentes, Thomas teria inclusive colocado o delegado Carlos de Almeida no encaixe de Castro. Tempos mais tarde, a inimizade criada pela Companhia ainda permanecia na memória do primeiro prefeito de Londrina, que escreveu: “A Companhia de Terras não pagava impostos e Thomas ainda pleiteava outras vantagens. Estes ingleses são imperialistas, veja o que eles fizeram na China”<sup>49</sup>.

E embora Castro não se intimidasse com a quizila da CTNP/PSD, a campanha de ameaça e difamação surtiria o efeito desejado. Satisfeito, no dia 2 de junho de 1935 o *Paraná-Norte* anunciava a derrubada do prefeito, deposto pelo interventor. Para o seu lugar foi nomeado Rosalino Fernandes, um curitibano que apaziguaria a relação entre a Prefeitura e a Companhia.

Mas para setembro de 1935 estavam marcadas eleições municipais, e a elite local novamente se alvoroçava com a oportunidade de colocar seus interesses no poder. Em campanha, Carlos de Almeida voltaria a figurar enfaticamente no *Paraná-Norte*. Enquanto a propaganda populista de Getúlio Vargas inventava a imagem do “pai dos pobres”, o jornalista-marketeiro Coutinho buscava colar em Carlos de Almeida o conceito<sup>50</sup> de “candidato do povo”<sup>51</sup>. Era assim que o jornal costumava se referir ao “futuro prefeito de Londrina”.

---

<sup>49</sup> Cf. Schwartz (2009, p. 220).

<sup>50</sup> Aqui, o termo “conceito” é utilizado no sentido difundido pelo saber publicitário. Sobre este assunto, é interessante a posição assumida por Deleuze e Guattari (1992, p.18/19) em “O Que É Filosofia?”. Para os dois, a filosofia disputa com as disciplinas da comunicação pela hegemonia na criação de conceitos. “De provação em provação, a filosofia enfrentaria seus rivais cada vez mais insolentes, cada vez mais calamitosos, que Platão ele mesmo não teria imaginado em seus momentos mais cômicos. Enfim, o fundo da vergonha foi atingido quando a informática, o marketing, o design, a publicidade, todas as disciplinas da comunicação, apoderaram-se da própria palavra conceito, e disseram: é o nosso negócio, somos nós os criativos, nós somos os *conceituadores!* (...) O marketing reteve a ideia de uma certa relação entre o *conceito* e o *acontecimento*; mas eis que o conceito se tornou um conjunto de apresentação de um produto (histórico, científico, artístico, sexual, pragmático...) e o acontecimento, a exposição que põe em cena apresentações diversas e a ‘troca de ideias’ à qual supostamente dá lugar. Os únicos acontecimentos são exposições, e os únicos conceitos, produtos que se podem vender”

<sup>51</sup> É curioso observar como alguns elementos utilizados pela propaganda política local não se alteraram com o correr das décadas. O epíteto de “candidato do povo”, por exemplo, foi fartamente utilizado pelos marketeiros de Antonio Casemiro Belinati, um dos prefeitos mais bem sucedidos eleitoralmente

No dia 28 de julho de 1935 o *Paraná-Norte* ganharia uma edição especial. Coutinho investiria alto para produzir algo que ele sabia fazer muito bem: colunismo social. Nesta edição, praticamente todas as páginas dedicavam-se a este expediente. O *Suplemento Ilustrado* era sofisticado e fartamente preenchido por clichês fotográficos, um recurso caro para o período. E é neste número do jornal que se pode perceber de forma clara uma das funções da coluna social empreendida por Coutinho. O *Suplemento* revela a intenção de propagandear os membros da elite local como forma de fazer valer seus interesses político-financeiros.

A página dois do jornal trazia fotografias dos homens da CTNP, identificando-os nas legendas. Arthur Thomas, Willie Davids, Luiz Estrella, Eugênio Larionoff, George Craig Smith, Erwin Frohlich, etc. Na página três, Coutinho promovia a si próprio e a seus parceiros: reproduções de seus jornais antigos ao lado de fotos de alguns colaboradores do *Paraná-Norte*. Nas outras oito páginas do jornal vemos, basicamente, retratos de empresários e de seus familiares. Elias Tarran, David Dequêch, Daniel Gomes, João Wanderley, entre outros. Provavelmente não por acaso, dos treze homens do PSD que disputariam as eleições daquele ano, nove aparecem no *Suplemento Ilustrado*. O colunismo social servindo como marketing político.

Assim sendo, evidentemente, o *Suplemento* garantiu destaque para Carlos de Almeida na quarta capa do jornal. Ao lado de sua fotografia, pode-se ler o texto escrito por João A. Menezes, intitulado “Candidatus Populi – O Futuro Prefeito de Londrina”:

Na melodia suave do farfalhar das folhas e do frondejar dos mattagaes; sob o frulhar dos periquitos, o guaiar do vento e o borbulhar risonho das fontes – vence o bandeirante hodierno, na vertigem própria do momento actual, todas as investidas, todas as sortidas e entraves da natureza, na ancia de desbravar, de povoar, de progredir!

Londrina surgiu em meio a essa melodia. E dia a dia mais vertiginosamente vae povoando o seu solo roxo – ricamente dotado de humus – com obreiros vindo de bandas outras e deste Estado sulino, com gente boa, de povo amante do que é bom, do que é maravilhoso, “ipso facto” desta verdadeira Terra

---

na história da cidade. Belinati exerceu três mandatos como prefeito de Londrina (1977-1982/1989-1992/1997-2000).

da Promissão. Ao esmeraldino das mattas, o dos cafezaes substitue. É que a terra é dadivosa; é que sua vestimenta é rica.

Londrina se emancipou quando o Estado não tinha Constituição. Agora vae ter um Prefeito, um governador próprio. Será um lídimo representante de seu povo; será pessoa egressa da massa popular, que conheça os meandros de suas actividades, que saiba tomar o pulso de suas necessidades, que saiba condescender, que saiba divisar os horizontes, que saiba administrar.

Carlos de Almeida é o homem de que Londrina precisa, eis que tem todos esses predicados: bandeirante que é, conhecedor profundo da psychologia de seus futuros munícipes, será um óptimo administrador. Por isso, o povo em sua sabedoria o escolheu, sagrando-o seu candidato.

De parabéns está Londrina, de parabéns estamos todos nós porque o “candidatus populi” será, indubitavelmente, um legítimo representante do povo, nesta Terra da Promissão.<sup>52</sup>

O excerto nos mostra como o PN tenta ligar a Carlos de Almeida o protótipo do pioneiro heróico, bem explorado pelo jornal em números anteriores. A referência ao bandeirantismo utilizada pelo jornalista também era muito comum neste tipo de construção simbólica. Além disto, nesta passagem fica clara a tentativa de identificar Carlos de Almeida como um candidato oriundo “do povo”, “egresso da massa popular”. Estratégia adotada, muito possivelmente, por receio de que se formasse uma imagem de Almeida como um candidato “da elite”. O marketing se adiantava para defender seu produto de uma crítica possível.

Mas um acontecimento inesperado faria com que a construção simbólica do candidato a prefeito tivesse que ser transplantada às vésperas das eleições. A dez dias do pleito, por alguma razão que se manteve nos bastidores, Carlos de Almeida anunciava a desistência de sua candidatura<sup>53</sup>. Para disputar o cargo em seu lugar, o

---

<sup>52</sup> *Paraná-Norte*, 28/07/1935.

<sup>53</sup> Uma justificativa lacônica foi dada no *Paraná-Norte* de 01/09/1935. Em carta aberta ao PSD, Carlos de Almeida escrevia: “Devido a um compromisso por mim assumido ultimamente e dictado pelos meus interesses particulares em virtude dos quaes difficil, senão impossível assumir a gestão do município, caso eleito, venho solicitar, com verdadeiro empenho de V.S. o cancellamento do meu nome na chapa official do P.S.D. para o cargo de prefeito”

PSD escolheria Willie Davids, o diretor-técnico da CTNP. Neste episódio, é interessante observar o comportamento do *Paraná-Norte*. É curioso notar como todo o esforço publicitário que se concentrava em Carlos de Almeida teve de alterar seu foco repentinamente. De uma hora para a outra, o ator que interpretava o papel do herói teve de ser trocado. E de maneira apressada, o *Paraná-Norte* tentaria alterar o objeto de suas representações bajuladoras. Mas o jornal não tinha muito tempo para heroicizar Davids. Depois do anúncio da desistência de Carlos de Almeida, feita em primeiro de setembro, o semanário lançaria apenas mais um número antes das eleições. Nesta última edição antes do pleito, o leitor encontraria um texto assinado por Dr. Péricles Melo:

Poucos municípios dispõem das reservas potenciais de todo o gênero, indispensáveis a um grande destino, como Londrina.

Há um desígnio predestinado, que impõe às sociedades, moldarem-se pelo cenário da natureza em que vivem.

(...)

Londrina tem caracter, consciência e bravura, para dispor de chefes respeitáveis.

O desprendimento ausenta Carlos de Almeida, surge outro candidato de elite refinada.

Dr. Willie da Fonseca Brabazon Davids será o chefe da comuna ditosa. Surgiu das forças das nossas reservas morais inesgotáveis.<sup>54</sup>

No texto, somos informados sobre “as reservas morais inesgotáveis” de Londrina: “caracter, consciência e bravura”. Atributos heróicos que, por extensão, caracterizam o chefe da “comuna ditosa”, Willie Davids. Com certeza, a reputação de Willie Davids, já bem construída anteriormente, teve importante influência no resultado das eleições. E é significativo observar que as características do herói já compunham um simulacro plenamente aplicável em benefício de qualquer indivíduo que representasse os interesses da elite local. Em algum nível, esta construção do pioneiro-herói deve ter ajudado Willie Davids a se tornar o primeiro prefeito eleito de

---

<sup>54</sup> *Paraná-Norte* 08/09/1935

Londrina. Em 22 de setembro de 1935, o *Paraná-Norte* anunciava com júbilo a eleição de todos seus candidatos. E de maneira polida, também informava: “Infelizmente não pôde o município contar com a cooperação do Partido Integralista, visto esta entidade política não ter atingido o coeficiente eleitoral, o que lhe privou do conseguimento de um lugar na representação municipal”.<sup>55</sup> Com o resultado das urnas, o grupo do PSD/CTNP legitimaria seu monopólio político na cidade.

Pouco antes, em agosto, Coutinho havia publicado uma nota justificativa no *Paraná-Norte*. No texto, o proprietário do jornal procurava representar a si próprio como um jornalista desinteressado, como alguém que apoiava o PSD/CTNP apenas por honestidade intelectual, entusiasmo pela cidade e interesse pelo bem coletivo, sem obter nenhum tipo de vantagem pessoal como resultado de suas convicções. A nota, intitulada “Desfazendo um Equívoco”, afirmava:

Os que me atribuem a intenção de aceitar um cargo na futura administração, laboram evidentemente em um lamentável engano. Absolutamente não vou aceitar cargo algum, caso haja qualquer oferecimento a respeito. Eleito o prefeito e os vereadores, nenhuma interferência terei mais em política. Nem eu nem esta folha. Se me encarreguei, com vários amigos, do alistamento eleitoral, o fiz unicamente para prestar um serviço ao município de Londrina, que tem em mim um de seus maiores entusiastas.

Acrese que sempre declarei a minha intenção de retirar-me desta boa terra antes do fim do ano, visto o meu estado de saúde reclamar um local de altitude menos elevada. E é o que vae acontecer.

H. Puigarri.<sup>56</sup>

O texto auto-promocional não era completamente dissimulado<sup>57</sup>. De fato, com Willie Davids eleito, Coutinho não aceitou nenhum cargo na nova administração. Pelo

---

<sup>55</sup> *Paraná-Norte*, 22/09/1935

<sup>56</sup> *Paraná-Norte*, 25/08/1935

<sup>57</sup> Não foram raras as vezes em que Coutinho publicou promoções pessoais no *Paraná-Norte*. Como outro exemplo, destacamos aqui um texto no qual o jornalista exercita o *self-marketing* em meio a vários outros conteúdos publicitários. O resultado é pitoresco: “Dentre tudo o que muito sinceramente temos dito sobre a política local, o que é mais evidente considerar, mencionando com palavras elogiosas, expressão de nossa justa homenagem, é a inteligente organização do serviço eleitoral deste

contrário: resolveu a situação indicando seu genro, Adriano Marino Gomes, para o posto de secretário do prefeito. E apesar de estar com a saúde prejudicada pelo clima do sertão do Tibagi, Coutinho permaneceria na cidade. Seu jornal se consolidaria, a partir de 1936, como uma espécie de *house organ* da Prefeitura/PSD/CTNP, divulgando seus feitos, propagandeando seus membros e publicando um sem-número de comunicados oficiais.

Em uma nota veiculada no dia 29 de setembro daquele ano, o *Paraná-Norte* não pôde evitar a demonstração de um pequeno constrangimento: “Afim de dar vassão ao serviço oficial e de propaganda, ‘Paraná-Norte’ aparece hoje quase que sem matéria de redação. Pelo que pedimos desculpas aos nossos dignos leitores”.<sup>58</sup>

## 2.1 Adriano Gomes & O Protótipo do Herói

As relações familiares de Adriano Marino Gomes o fariam secretário da Prefeitura na gestão Willie Davids. À frente do cargo, Gomes, que já havia atuado como jornalista do *Paraná-Norte*, seria o responsável por um trabalho de certa forma semelhante ao que o seu sogro Coutinho vinha realizando nas lides do jornal. Em 1938, o secretário organizaria um álbum com o elementar título de *Município de Londrina*. A obra inauguraria certa tradição na cidade: ao longo de décadas, diversos álbuns deste tipo seriam editados em Londrina. A constância desta sorte de publicações permite, inclusive, que elas sejam compreendidas como exemplares de um certo gênero livresco local. De forma geral, estas recorrentes publicações atuavam como porta-vozes do discurso oficial da cidade, entendido aqui como manifestação

---

futuro município (coração do nosso glorioso Estado) cujo resultado se evidencia pelo avultadíssimo número de eleitores às próximas eleições. (...) É assim em Londrina! É assim na Pharmacia <<Gomes>> de Daniel Gomes, com filial em Nova Dantzig, estabelecimento dirigido por técnicos competentes, criteriosos e disciplinados, onde a laboriosa e sympathica população desta formidável e inigualável terra poderá adquirir medicamentos, perfumarias, etc, por preço de drogarias, não temendo concorrentes. Todos à Pharmacia <<Gomes>> que além de outras vantagens facilita pagamentos! Viva Londrina!” (PN, 11 de agosto, p. 2). Em meio a este frenesi elogioso, fica-se confuso em relação ao objeto da publicidade. São vários. Em primeiro lugar, Coutinho presta “justa homenagem” a si próprio. Como vimos, neste ano ele era o responsável pela organização eleitoral do município. Depois, vemos elogios à população da cidade e às terras da Companhia. Entremeando estas lisonjas, aparece a publicidade da Pharmácia Gomes. Não foi demais, ainda, mencionar o nome do proprietário da farmácia. Daniel Gomes, talvez não por acaso, concorria ao cargo de vereador suplente nas eleições daquele ano.

<sup>58</sup> *Paraná-Norte*, 29/09/1936

dos poderes públicos instituídos e da elite econômica local. Gomes, preposto da Prefeitura, foi o responsável por trazer à tona o primeiro destes títulos. Teoricamente, *Município de Londrina* deveria servir como propaganda dos interesses municipais. Mas o que se vê é uma exata coincidência entre a publicidade da Prefeitura e a do empreendimento inglês. Acontecimento nada espantoso se lembrarmos que Willie Davids ocupava simultaneamente as cadeiras de diretor-técnico da Companhia e de prefeito do Município de Londrina.

No álbum, Gomes justificou ao seu modo este embaralhamento entre as esferas do público e do privado. Segundo ele, o próprio Município deveria ser compreendido como o produto de uma “operosa trindade” formada pela Parana Plantations, Companhia de Terras Norte do Paraná e Companhia Ferroviária São Paulo-Paraná. Para Gomes, estas empresas privadas tiveram função “CREADORA e incentivadora do extraordinário progresso do opulento Município de Londrina, cuja história há de estar sempre fortemente ligada aos destinos do formidável TRIO formado por aquelas Empresas”.

Gomes fazia parecer bastante natural que as empresas “criadoras” de tão “opulento” município ocupassem seus postos públicos e que, além disso, tivessem papel predominante na determinação de sua “história”, aludida aqui em um duplo sentido: como a *memória da formação* de Londrina e, também, como os *acontecimentos* que estavam *por vir*. No texto de Gomes, nada de excepcional no fato de que os homens do empreendimento inglês tivessem o monopólio das representações políticas locais; e nem que figurassem com exclusividade nas crônicas sobre a colonização. Nada de anormal, inclusive, na ideia de que todo o devir local estivesse permanentemente sob seus desígnios, “sempre fortemente ligado aos destinos do formidável TRIO”.

Se o leitor contemporâneo à obra entendesse estes pressupostos do autor e, ao mesmo tempo, reconhecesse a utilidade marketeira do álbum, provavelmente não estranharia certas ausências nesta publicação oficial da Prefeitura. Caso contrário, não compreenderia a omissão a Rosalino Fernandes e a Joaquim de Castro, os primeiros prefeitos da cidade, que não são sequer mencionados no livro. Já o leitor incauto aplaudiria a bandeirosa presença de Willie Davids, publicizado e copiosamente louvado em palavras e fotografia. E aquele um pouco mais atento acharia graça na afirmação de que as grandiosas realizações do prefeito – como assegura Gomes – são feitas “sem alarde, sem reclames, dentro da maior modéstia”. Omissões,

presenças e realces. Operações de edição da memória local que engendraram uma tradição para a incipiente cidade. Manobras tomadas para criar e veicular uma história publicitária, para a qual Gomes atribuía a entonação ao gosto de seus patrões:

Um grupo de capitalistas e técnicos ingleses, chefiados por Lord Lovat, deparou com as portentosas terras roxas deste solo prodigioso, seus componentes muito impressionaram com a sua feracidade, com a magnificência da luxuriante vegetação, com o porte atlético das figueiras brancas, dos páus d'alho, cedro e perobas que, extasiados, contemplavam.

Pela experiência adquirida em vários países, tiveram os capitalistas e técnicos, a visão da extraordinária e vasta expansão agrícola e industrial que estava reservada para esta riquíssima região: tão foi o entusiasmo que, desde logo, adquiriram grande porção da invejável gleba que representa, hoje, maior parte do Município de Londrina.<sup>59</sup>

De início, a narrativa nos apresenta o território do empreendimento. A preocupação central de Gomes nesta introdução à história local é, basicamente, a caracterização da fertilidade do solo. Para isto, serve bem a descrição da “luxuriante vegetação”, a enumeração das grandiosas árvores – signos da fecundidade da terra e do potencial agrícola da “riquíssima região”. Um enaltecimento obstinado. Ao longo do livro a qualidade do solo seria insistentemente retratada por meio de imagens como: “absolutamente livre da praga da saúva, produz tudo o que for plantado, tudo o que for semeado no seio fecundo de seu ubérrimo solo”; & “as terras do município podem servir de adubo às terras cançadas e estéreis, pois são as terras mais férteis do mundo”. A introdução ao ambiente onde se desenrola a história, elemento clássico de imemoriais narrativas, é utilizado por Gomes com o evidente intuito de exaltar as terras da região e, assim, valorar as propriedades da Companhia de Terras. Um expediente narrativo-especulativo. Logo na sequência, o relato de Gomes introduz os leitores a um protagonista:

O Snr. Arthur Thomas, ilustre e dinâmico director-gerente da Cia. de Terras Norte do Paraná e director-thesoureiro da Cia.

---

<sup>59</sup> Gomes (1938, p. 3)

Ferrovária S. Paulo-Paraná, chegou ao Brasil em Maio de 1924, vindo ao septentrião paranaense, pela primeira vez, em Junho do mesmo anno, assumindo as altas funções que hoje occupa, em Outubro de 1925, quando foi fundada a C.T.N.P.

O Snr. Thomas, depois de uma viagem cheia de sacrifícios, varando emaranhadas mattas, por estreitas e acidentadas picadas, chegou ao local que hoje é Londrina, em 1929, elegendo então, a futura cidade para a sede da maior empresa colonizadora da América do Sul.<sup>60</sup>

Se Coutinho costumava agiotar seus padrões esboçando-os em contornos heróicos, podemos dizer que este expediente teve sua forma aperfeiçoada pela escrita de Adriano Gomes. Nos textos de *Município de Londrina*, Gomes representou os heróis locais de maneira mais certa, mais reconhecível, no sentido de que suas características são mais semelhantes àquelas presentes nas construções simbólicas do herói arquetípico. É o caso da representação de Arthur Thomas. Acima, no curto segundo parágrafo, é possível identificar pelo menos dois elementos praticamente onipresentes nas clássicas trajetórias de heróis, conforme descritas por Joseph Campbell. Segundo este autor,

Existe uma certa sequência de ações heroicas, típica, que pode ser detectada em histórias provenientes de todas as partes do mundo, de vários períodos da história. Na essência, pode-se até afirmar que não existe senão um herói mítico, arquetípico, cuja vida se multiplicou em réplicas, em muitas terras, por muitos, muitos povos. *Um herói lendário é normalmente o fundador de algo*, o fundador de uma nova era, de uma nova religião, uma nova cidade, uma nova modalidade de vida.<sup>61</sup>

*O herói sempre se sacrifica por algo*, e aí está a moralidade da coisa<sup>62</sup>

---

<sup>60</sup> Idem (p. 3)

<sup>61</sup> Campbell (1988, p. 145). Grifos do autor do presente trabalho.

<sup>62</sup> Idem (p. 135).

Embora a representação de Arthur Thomas seja sucinta, ainda assim ela não deixa de configurar a personagem do herói de forma suficientemente clara. Dois elementos arquetípicos estão presentes na narrativa produzida por Gomes: o sacrifício e a fundação. O virtuosismo moral do idealizado Arthur Thomas encontra-se precisamente no suplício por ele empreendido em prol de um bem coletivo, na criação de algo grandioso. A jornada do herói Thomas inicia-se em uma “viagem cheia de sacrifícios, varando emaranhadas mattas, por estreitas e acidentadas picadas”. Após estas provas e sacrifícios no bravo sertão, pelos perigos e agruras da floresta inóspita, o herói finalmente alcança o triunfo quando elege “a futura cidade para a sede da maior empresa colonizadora da América do Sul”. Neste ponto culminante, o ato heróico funda a civilização no centro da barbárie, torna possível a Terra da Promissão, engendra um ambiente fabuloso em benefício de todos. Na sequência da sintética epopeia, Gomes reafirmaria o tom épico da narrativa e introduziria mais alguns personagens da falange:

Por sua vez, a CIA. DE TERRAS NORTE DO PARANÁ, desde 1929, por intermédio de seus engenheiros, constructores e empreiteiros, numa lucta constante com a matta virgem, arranjou-se à épica obra de transformar um sertão bruto em um centro civilizado. Foi antes do romper da aurora do dia 18 de Agosto de 1929, quando a estrella d'alva ainda scintilava no firmamento que, de Ourinhos, partiu uma caravana com destino às nossas afamadas terras roxas. No dia 21 a caravana transpunha o caudaloso rio Tibagy. Com tropa de muares, por um picadão de caboclo, através da selva ignota e magestosa que infundia respeito, palmilhavam os denodados viandantes: afinal o grande grupo de desbravadores, do qual faziam parte o Dr. Alexandre Razgulaeff e Snr. George Craig Smith, sahindo do interior da espessa e esmeraldina floresta, chegou a um marco de madeira, que representa o ponto inicial da fundação de Londrina.<sup>63</sup>

Neste ponto, o mito fundador – cujo capítulo de abertura é centrado na figura do herói Arthur Thomas – ganha seguimento no episódio protagonizado pela “caravana pioneira”, como mais tarde ficaria conhecida a expedição de 1929. George Craig Smith e Alexandre Razgulaeff (dentre outros coadjuvantes aqui anônimos e menos importantes) são agora os heróis que dão sequência ao ato de bravura capitaneado pela Companhia. Sobrevivendo a uma “lucta constante com a matta

---

<sup>63</sup> Gomes (1938, p.3)

virgem”, transpondo “o caudaloso Rio Tibagy”, avançando “com tropa de muares, por um picadão de caboclo, através da selva ignota e magestosa”, a dupla finalmente ascende em vitória: “sahindo do interior da espessa e esmeraldina floresta”, cravam “o ponto inicial da fundação de Londrina”. Marco simbólico de conquista, linde que representa a metamorfose do “sertão bruto em um centro civilizado”. Feito heróico ainda mais significante quando o leitor é informado sobre o extraordinário progresso da jovem cidade:

Londrina, a principal cidade do norte do Estado é um centro urbano de primeira ordem, orgulho do Paraná; é a urbs de mais rápido crescimento no Brasil, pois, cidade de há 4 anos apenas, e já é a quarta do estado, em tamanho, aspecto e renda.<sup>64</sup>

&

A cidade de Londrina que, em 1930, brotou no seio da matta, é hoje uma cidade moderna, servida de água encanada e iluminada a luz electrica. Delineada com todo capricho e competência profissional. (...)

Em 1931, Londrina estava com nove casas, em 1932 com 150, em 1933 com 400, em 1934 com 600, 1935 com 700, 1936 com 950, 1937 com 1.441 e em 1938 com, aproximadamente, 1700. (...)

Com o vertiginoso progresso que vem tendo Londrina, dentro de 8 anos, no maximo, estará equiparada a Ponta Grossa, a segunda cidade paranaense; isso, tanto em aspecto como em renda.<sup>65</sup>

Cidade moderna, progressista e próspera, fruto dos sacrifícios da Companhia e de seus homens. Londrina, verdadeiro baluarte do progresso, posto avançado da cultura: uma realização tributária aos heróis da civilização. Nesta construção marketeira, as estatísticas e projeções colaboravam para compor a narrativa épica idealizada por Adriano Gomes – a grandiosidade da heróica jornada podia ser constatada em números e projeções. Uma publicidade oficial que se utilizava de módulos narrativos míticos para vender a cidade. E que, novamente, procurava credibilizar o discurso propagandístico por meio da representação virtuosa de seus

---

<sup>64</sup> Idem (p. 19)

<sup>65</sup> Ibidem (p. 33)

homens. A heroicização destes pioneiros desbravadores era um expediente que, no final das contas, trazia benefícios políticos e financeiros para o grupo PSD/CTNP, elite econômica que também monopolizava o poder público na cidade.

Por isto, não é nada espantoso o fato de que os membros deste poderoso grupo estejam fartamente retratados no álbum *Município de Londrina*. Além da CTNP e da Prefeitura, empresários, prestadores de serviço e comerciantes (vários deles integrantes do PSD) parecem ter atuado como financiadores da publicação. Seus anúncios tomam grande parte das páginas do álbum, que funcionava quase como um catálogo das casas comerciais da cidade. O que, aliás, beneficiava não apenas os comerciantes em si, mas que, ao elencar o comércio local, demonstrava que a pequena cidade já possuía considerável estrutura urbana – dado que valorizava indiretamente os terrenos da Cia. e que, portanto, promovia vantagens financeiras aos seus funcionários, principalmente àqueles que recebiam comissões sobre as vendas. Provavelmente por isto é que, no álbum, os corretores de terras parecem ser os sujeitos mais preocupados com suas próprias imagens. Erwin Frohlich, chefe da seção de vendas da Companhia, se fez retratar com providencial destaque:

O sr. Erwin Frohlich, cujo clichê vemos ao lado, é um dos pioneiros do progresso de Londrina; chegou à cidade em Agosto de 1929, a serviço da Cia. de Terras Norte do Paraná, da qual é um dos mais dedicados funcionários.

Moço inteligente e activo, sempre propugnou pelo desenvolvimento do Município. Pelas funções que desempenha na CTNP, o sr. Erwin Frohlich é um perfeito conhecedor das coisas do Município e de sua origem histórica.<sup>66</sup>

Pelo texto, ficamos sabendo que o chefe dos picaretas chegou a Londrina em agosto de 1929, data coincidente com a expedição da “caravana pioneira”, e que, portanto, ele também podia ser considerado como um daqueles heróicos fundadores, “pioneiro do progresso de Londrina”. No pequeno perfil, Frohlich é retratado ainda como um trabalhador empenhado no bem coletivo (“dedicado funcionário”; “sempre propugnou pelo desenvolvimento do Município”). Estas virtudes germânicas certamente serviam para antagonizar com a imagem que os mais precavidos tinham em relação aos corretores de terras. Também para minimizar as desconfianças em

---

<sup>66</sup> Ibidem (p. 23).

relação ao projeto imobiliário da Cia. e para melhorar a fama dos picaretas, Gomes reproduziu no álbum algumas notas de compra das terras da CTNP, procurando atestar que suas escrituras estavam legalmente asseguradas.

Outro picareta de terras preocupado com sua reputação e seus lucros era Eugênio Brugin, que anunciou a si próprio:

O sr. Eugênio Brugin, cidadão trabalhador e honesto, de grande prestígio no Município de Londrina e, especialmente, no seio da colônia italiana localizada nesta zona, chegou a esta cidade em 1931.

É portanto um dos mais antigos moradores do município.

Aqui radicou-se com sua família, aliás uma das mais numerosas e bem-quistas da Comarca, dedicando-se com todos os seus à lavoura.<sup>67</sup>

Abaixo deste texto, em que Brugin era representado como um prestigiado homem de família, “trabalhador e honesto”, lia-se o anúncio: “Cia. de Terras Norte do Paraná – Eugênio Brugin – Agente Autorizado”, seguido do endereço e caixa postal do picareta. A publicidade certamente intencionava relaxar os céticos e os escaldados. Afinal de contas, Brugin aparecia como alguém que tinha uma reputação a zelar, como sujeito muito bem quisto na Comarca, “um dos seus mais antigos moradores”, tendo por isto, dedutivamente, participado das difíceis, heróicas e altruístas aventuras do desbravamento. Um homem de tal honradez, e que se dedica com toda a sua família à lavoura, jamais praticaria as escusas astúcias próprias aos golpistas. Se por meio destas representações não podemos flagrar os meandros da corretagem exercida por Brugin ou Frohlich, vislumbramos, ao menos, a imagem através da qual estes homens gostariam de ser conhecidos.

O próprio Adriano Gomes também utilizaria o *Município de Londrina* a fim de dinamizar seus negócios pessoais. O autor fez com que seu nome aparecesse em dois momentos do álbum. Primeiro, abaixo de uma fotografia, identificou-se por meio de seu importante cargo: secretário do prefeito, homem mais próximo a Willie Davids nos quadros da municipalidade. Depois, vinculou seu nome a um anúncio que propagandeava uma atividade paralela. Picaretagem. Não de terras, mas de seguros:

---

<sup>67</sup> Ibidem (p. 31).

Faça o seu seguro enquanto é moço e cheio de vida. Lembre-se da família – Garanta-lhe o futuro. A ‘São Paulo’ Companhia Nacional de Seguros de Vida é a Cia. que lhe pode oferecer as maiores vantagens.

Adriano Marino Gomes – Agente em Londrina.<sup>68</sup>

Mas apesar do esforço que estes vendedores faziam para mostrarem-se como probos e honestos, nem todos se deixavam arrebatados pelas intenções de suas publicidades. Provavelmente havia quem achasse, por exemplo, que Gomes não estava apenas a serviço da coletividade londrinense ao editar o álbum *Município de Londrina*. E que os lucros obtidos pela publicidade cometida pelo autor não diziam respeito somente aos seguros de vida que ele venderia a mais. O jornalista curitibano João Gabardo possivelmente era um desses. Em fins da década de 1930, Gabardo esteve em Londrina em busca de reportagens para a *Gazeta do Povo*. E encontrou. Em fevereiro de 1938 ele seria processado pela Companhia de Terras Norte do Paraná. De acordo com a firma inglesa, o jornalista teria publicado uma série de matérias difamatórias no periódico curitibano. O conteúdo das reportagens manchava a bem cuidada imagem da Companhia, e por isto Gabardo foi chamado a depor na delegacia. Em seu depoimento nota-se que o jornalista praticou uma extensa investigação sobre os negócios da CTNP/Prefeitura, e que as informações reunidas por ele constituíam, de fato, um dossiê nada publicitário. A visão de Gabardo sobre a cidade e seus homens era bastante avessa aos esforços de Coutinho, Gomes e de outros jornalistas.

É pelas declarações do curitibano que ficamos sabendo de mais um expediente utilizado pela Companhia para manter a sua boa imagem: a compra do silêncio alheio. Em juízo, Gabardo revelava que:

causou espanto geral a atitude dele declarante em fazer algumas reportagens contando o que na verdade existia em Londrina, pois, como é sabido até então quaisquer jornalistas que aqui apareciam era subornados pela Companhia de Terras Norte do Paraná, a qual dava-lhes dinheiro assim como

---

<sup>68</sup> Ibidem (p. 23)

hospedagem, para que não transparecessem lá fora o que efetivamente existe dentro de Londrina.<sup>69</sup>

Segundo o depoente, “o que efetivamente existia” em Londrina era uma porção de práticas escusas, interesseiras e corruptas. Diferentemente de Adriano Gomes, Gabardo não tratou de forma natural a ligação simbiótica que existia entre a Prefeitura e a Companhia. Ele questionava, por exemplo, a exploração dos serviços telefônicos concedida pela Prefeitura à Mesquita & Davids, empresa em que um dos sócios era irmão do prefeito, e o outro, acionista da Companhia Ferroviária<sup>70</sup>; denunciava, também, negócios suspeitos entre a Prefeitura Municipal e uma agência Chevrolet de propriedade de Arthur Thomas e Luiz Estrella, respectivamente diretor e contador da CTNP, sendo que o segundo também exercia mandato de vereador; relatava ainda um episódio em que Ernesto Rosenberger, funcionário da Cia., exercia direta influência sob a folha de vencimento de um funcionário municipal, pago com dinheiro público. Declarações, enfim, nada enobrecedoras a respeito dos heróis locais. Acontecimentos dados na surdina, nos bastidores do espetáculo de altruísmo e honestidade que era encenado insistentemente pelas peças publicitárias oficiais. Willie Davids, em juízo, se defenderia assim:

(...) tendo sido acusado de passar a maior parte do tempo na Cia. de Terras Norte do Paraná, e não na Prefeitura, tem a declarar que o fato de ser diretor da CTNP não prejudicou absolutamente o seu serviço na Prefeitura, e aos que quiserem criticar, sem critério, o fato de permanecer apenas parte do dia na Prefeitura, devem recordar-se que tudo aqui, foi feito pelo declarante, partindo do nada; que há poucos anos, era tudo mata virgem: agora, um centro importantíssimo; que essa transformação toda se realizou no curto prazo de oito anos; que o declarante quer como prefeito, quer como diretor da CTNP dedicou-se sempre, inteira, exclusivamente ao desenvolvimento e ao bem estar de Londrina; que Londrina é um exemplo de progresso digno de admiração;<sup>71</sup>

---

<sup>69</sup> Apud. Adum (1991, p. 143)

<sup>70</sup> Estes mesmos sócios detinham a concessão para o fornecimento de energia elétrica ao Município.

<sup>71</sup> Idem (p. 146)

No depoimento podemos observar o discurso do pioneiro e a noção de bem coletivo sendo utilizados para minorar as improbidades administrativas cometidas pelo prefeito. Segundo o próprio, “tudo” na cidade foi feito por Willie Davids. A cidade, portanto, parecia ter muito mais a dever a ele do que a cobrar. Em sua fala, as acusações feitas por Gabardo parecem ser grandes injustiças. Afinal de contas, o prefeito havia fundado a cidade. Sem Willie Davids, nada existiria. Ele havia dedicado-se altruisticamente ao “desenvolvimento e ao bem estar de Londrina”, e seus esforços eram responsáveis por tornar a cidade um “exemplo de progresso digno de admiração”. Era quase como se estes argumentos justificassem os atos pelos quais ele estava sendo acusado, mesmo sem respondê-los diretamente. Afinal, o que representavam aqueles deslizes no currículo de um herói fundador da cidade?

Mas a imagem de Adriano Gomes sem dúvida foi a mais lesada pelas declarações que Gabardo prestou ao delegado. Ao enumerar as reportagens que deveriam ser futuramente publicadas na Gazeta do Povo, Gabardo cita por várias vezes a figura do secretário municipal.

[o depoente afirma] que seria também objeto de mais reportagem uma nota jocosa concitando os cidadãos, ou mesmo prevenindo, que se quizessem falar com o Secretário da Prefeitura ou Tezoureiro [Henrique Cabral Branco] não os procurassem na Prefeitura local pois os mesmos se detêm na via pública tratando negociatas particulares;

(...)

que continuando na série de reportagens seria citado um verdadeiro milagre que se operou, pois o senhor Adriano Marino Gomes, Secretário da Prefeitura Municipal de Londrina, percebendo mais ou menos oitocentos mil réis (800\$000) mensaes, conseguiu uma fortuna de aproximadamente cento e cinquenta contos de réis em bens imóveis, isso em menos de quatro (4) anos, cujos bens ainda não constam do respectivo registro de imóveis para despistar a opinião pública;

(...)

que o declarante soube por intermédio do doutor Francisco Pimpão, advogado residente nesta cidade, o qual fora informado por um alto comerciante desta praça de que em todas as compras efetuadas pela Prefeitura, quando as mesmas são de vulto, seriam reservados vinte por cento (20%)

de comissão e que se destinavam ao Secretário da Prefeitura.

<sup>72</sup>

João Gabardo era um jornalista sem vínculos empregatícios ou qualquer outro tipo de relação financeira com a CTNP. Por isto, diferentemente de seus colegas londrinenses, ele não tinha compromissos que o fizessem desistir de relatar o que observava na cidade. Ironicamente, o principal alvo de suas críticas foi Adriano Gomes, o homem responsável por criar imagens publicitárias e lisonjeiras a respeito da Prefeitura/CTNP e de seus membros. Nas declarações de Gabardo, a idoneidade de Gomes ficava seriamente comprometida. E para os mais atentos e informados, os conteúdos veiculados no álbum *Município de Londrina* também tornavam-se menos críveis, já que a honestidade de seu autor estava sob suspeita. Todas as imagens virtuosas, heróicas e hiperbólicas sobre Londrina – e seus sujeitos exemplares – podiam não mais soar como representações desinteressadas. Pelo contrário: angulando desta forma, podia-se pensar que as imagens do heroísmo serviam para ofuscar gestos mesquinhos, tacanhos, baixos.

A publicidade de Gomes tinha a finalidade de atrair compradores de terras e outros investidores para a cidade, e era justificada como medida necessária para alavancar o progresso local e assim beneficiar a coletividade. Mas, após o testemunho de Gabardo, podia-se pensar que atrair benefícios para a cidade interessava sobretudo ao próprio Gomes e aos seus patrões da Prefeitura e da Companhia. E que a justificativa do progresso municipal estava servindo apenas como um álibi discursivo. Levando a sério as declarações do jornalista curitibano, podia-se mesmo chegar a uma conclusão irônica: em Londrina, o bem coletivo estava sujeito a uma taxa. Vinte por cento para o jornalista-publicitário. E boa parte do restante para seus patrões.

---

<sup>72</sup> Ibidem (p. 146)

### 3. Triunfo dos Homens no Eldorado

Arrancada da selva, como por obra de um golpe de mágica, a cidade de Londrina é hoje, apenas transcorridos 25 anos da abertura da primeira clareira na mata, a mais pujante, a mais dinâmica do Paraná, colocando-se ainda entre as mais adiantadas do interior brasileiro.

Quem hoje contempla os majestosos arranha-céus de Londrina, o tráfego intenso da urbs londrinense, o movimento incomum de seu aeroporto, colocado entre os primeiros do Brasil, o dinamismo, enfim, desta cidade ímpar da civilização brasileira, não poderá compreender tal fenômeno, se não retroceder aos últimos anos do primeiro quartel do século, para, partindo dessa época, acompanhar a evolução desta cidade, que ainda há pouco figurava na crônica jornalística com a designação de “cidade menina”.

Londrina cresce para os lados e para o alto, numa ânsia incontida de cumprir o seu destino na civilização brasileira. Ao vê-la hoje, com sua vida trepidante, os que não conhecem a sua história, não podem conceber que onde se ergue agora Londrina, há 25 anos era apenas mata luxuriante.<sup>73</sup>

Assombro, admiração e surpresa. Era esta a condição dos sentimentos que informavam as crônicas londrinenses dos anos 1950. Atônitos e maravilhados, jornalistas e publicitários se esforçavam para descrever uma Londrina radicalmente transformada. De clareira aberta na mata a cidade veloz, vertiginosa, agitada. Território tocado por um intenso fluxo de pessoas e de capital. Aviões, carros e ônibus zunindo pela cidade. Edifícios rompendo a poeira vermelha. O progresso local era incessantemente representado pelos signos da urbanidade, prolixamente exaltado em inúmeros textos e imagens, viroticamente reproduzido em fotografias e reportagens. As embasbacadas descrições do cenário local evidenciavam uma sensação de aceleração do tempo histórico, ao mesmo tempo em que expressavam arroubos de entusiasmo ufanista. O progresso e a modernidade “havam chegado”, e afetavam drasticamente a fisionomia de Londrina. Na cidade, as estatísticas já nasciam caducas – este era o lugar-comum no qual se encontravam os cronistas, ansiosos em fixar retratos da cidade em plena mutação.

---

<sup>73</sup> A Pioneira, nº16, 1954

Os números certamente os ajudavam nesta difícil tarefa. Dados asseguravam que, durante a década de 1940, a população do Paraná havia crescido em 73,87%. Mais do que em qualquer outro estado brasileiro. E que para este aumento de cerca de 915.000 habitantes, o norte do Paraná contribuía com 600.000 almas<sup>74</sup>. Londrina, o maior centro urbano da região, também apresentava sua própria grandiloquência estatística. Em 1934, ano da fundação do município, a cidade registrou 7.500 habitantes entre moradores da zona rural e urbana. No início da década de 1940, este número saltara para cerca de 75.300. E, no fim da década de 1950, já se contabilizava em torno de 134.000 pessoas, além de uma massiva população flutuante. Para os contemporâneos a este cenário, a febre populacional tinha uma justificativa bastante plausível e, até certo ponto, bem visível. Mais do que os esforços da colonização britânica, a responsabilidade por este amontoamento humano era atribuída à cafeicultura.

O café figurava como a grande e recém-descoberta vocação regional. Se no início da colonização os fazendeiros apostavam em culturas diversas, na década de 1950 a monocultura de café parecia ser um investimento óbvio e certo. A crescente economia da região orbitava, grande parte, em torno do café. Era a rubiácea o elemento atrator do assombroso contingente populacional, ávido por enriquecimento. Era dela que se extraía o grosso do dinheiro aplicado na urbanização e na modernização do norte do Paraná. E estes lucros colossais encontravam explicação na conjuntura econômica mundial. A quebra de 1929, as repetitivas crises de superprodução da cafeicultura na década de 1940, os efeitos negativos da Segunda Guerra Mundial: tudo isto havia colaborado para um longo período de recessão em que o café foi tremendamente desvalorizado. Mas com o fim da guerra, a demanda reaparecia, e os preços subiam novamente. Os agricultores de Londrina e da região aproveitavam a alta no mercado investindo todas suas reservas na cafeicultura. As estatísticas mais impressionantes afirmam que, com o fim dos anos 50, no auge do ciclo, o norte do Paraná seria responsável pela produção de um terço do café consumido em todo o mundo<sup>75</sup>.

Quem, vencendo as barrancas do Paranapanema, penetra o Setentrião paranaense, de logo se surpreende com a luxúria da

---

<sup>74</sup> Idem.

<sup>75</sup> Cf. Lapa (1986)

vegetação que caracteriza a melhor mancha de terras para cultura que o Brasil possui. E, à proporção que mais se embrenha pelo “hinterland”, mais surpreso e mais estático fica o homem, diante da imensa vastidão dos cafezais.

Na realidade, de Jacarezinho às barrancas do Ivaí, já hoje, o tapete verde do cafezal sucedeu o que era, até bem pouco tempo, a mata impenetrável e misteriosa, livre da civilização, virgem do olhar do homem.

Tudo se transformou ao influxo do homem, esse criador extraordinário de riquezas, e de tal modo que, já agora, (...) o Norte do Paraná se apresenta ao Brasil e ao mundo como a terra miraculosa, sonhada e prometida.

(...)

E a primeira colheita chegou, e com ela as demais, e o Norte do Paraná foi se transformando, dia a dia.

Cidades foram surgindo às margens das paralelas de aço que, antes, demandavam o desconhecido. Uma nova civilização apareceu, dentro do ciclo do café.<sup>76</sup>

Os vastos cafezais, a perder de vista. E os primeiros edifícios cravados no sertão, quase que avizinhandos as plantações. A aparência da cidade de Londrina alterava-se veloz. E os cronistas imaginavam o triunfo do progresso e da civilização apagando todos os resquícios do passado rústico, rural, sertanejo. Em linhas gerais, os discursos hegemônicos dos anos 1950 guardam fortes semelhanças com aqueles produzidos nos primeiros anos da colonização. Manteve-se, por exemplo, a entonação entusiasmada e otimista. E como observou um historiador local, estas construções discursivas também têm, em comum, “a crença no progresso e na livre iniciativa, a ética capitalista do elogio do trabalho e da busca do lucro, enfim, os valores disseminados por uma versão liberal da história”<sup>77</sup>. Mas entre as representações produzidas nestes dois momentos também existem sensíveis diferenças. Nos anos 1930, muitos entusiastas locais já retratavam Londrina como uma cidade próspera, moderna e civilizada. No entanto, nos anos 1950, o mesmo período é entendido como pobre, ultrapassado e precário. Todas as memórias da vida sertaneja, da criação de animais, das casas de palmito, da água tirada do poço, da poeira e da lama vermelha, das matas agrestes; todas as vivências rudes do sertão deveriam cair no

---

<sup>76</sup> A Pioneira nº2

<sup>77</sup> Benatte (1997, p. 30)

esquecimento, ou então serem representadas como uma realidade longínqua, plenamente superada. Em negação e este passado depreciativo, celebrava-se o acintoso acúmulo de capital, os símbolos da vida urbana e as sofisticações cosmopolitas que ganhavam a “Capital Mundial do Café”.

A elite enriquecida pela economia cafeeira vivia ao seu modo esta sensação de ruptura com o passado. Em seus discursos, a Terra da Promissão aparece realizando um desígnio natural. Era como se o marketing colonizador estivesse cumprindo as promessas de prosperidade feitas nos anos 1930. Em tom de celebração e triunfo, estatísticas da época apontavam um avassalador crescimento das rendas públicas de Londrina. De 1938 a 1959, a arrecadação teria aumentado em cerca de 8500%<sup>78</sup>. Uma marca impressionante quando se leva em conta que o território da cidade estava bem menor, devido ao diversos distritos que se municipalizaram. Para as famílias enriquecidas com este processo, tratava-se sobretudo da afirmação de um novo estilo de vida, em que o consumo do moderno e atual superava as precariedades e imprevistos do sertão bruto.

Nos anos 1950, as representações da elite local mudam um pouco de figura. O charme mais ou menos discreto dos colonizadores ingleses sai de cena para dar lugar ao esbanjamento orgulhoso dos novos ricos, ansiosos por exibirem suas conquistas materiais. Um dos responsáveis por construir estas ostensivas imagens de luxo e sofisticação na metrópole emergente seria o paulistano Barbosa Pupo. No fim da década de 1940, Pupo mudou-se para Londrina com sua família, onde fundou a Empresa de Propaganda e Publicidade A Pioneira. Para se fazer conhecido na cidade e para propagandear o novo empreendimento, Pupo recorreu ao *Paraná-Norte*. Na edição do dia 28 de fevereiro de 1948, o jornal publicou a manchete: “Instala-se em Londrina moderna empresa de propaganda e publicidade, para servir ao comércio local”<sup>79</sup>. Na matéria, Barbosa Pupo fez-se representar como um profissional experiente, ex-professor do Curso de Propaganda e Vendas da Associação Paulista de Propaganda. Um especialista em modernas técnicas de publicidade com experiência adquirida na metrópole mais progressista do Brasil.

Quando Pupo apareceu no *Paraná-Norte*, em 1948, o jornal já estava bem diferente daquele produzido nos anos 1930. Desde 1942 ele não era mais propriedade

---

<sup>78</sup> Branco e Mioni (1960, p. 14)

<sup>79</sup> *Paraná-Norte*, 28/02/1948

de Humberto Puiggari Coutinho, que não conseguiu mantê-lo sem o financiamento dos patrões da Companhia. O cenário político na década de 1940 era outro, e não favoreceu aos colonizadores britânicos. Após os escândalos envolvendo Willie Davids e Adriano Gomes, os ingleses foram afastados da Prefeitura pelo governo varguista. Além disso, tempos depois, a Companhia Ferroviária São Paulo-Paraná foi encampada pelo Estado Novo, e os investidores ingleses venderam as ações da CTNP para sócios brasileiros. Neste contexto turbulento, o *Paraná-Norte* passou por diversas mãos, sempre servindo como órgão de apóio a Getúlio Vargas, Manoel Ribas e aos prefeitos nomeados por ele. Até que, em 1945, a enriquecida elite londrinense imprimiu uma nova linha editorial ao jornal. A partir de maio daquele ano, o *Paraná-Norte* se posicionaria contra o PSD e o getulismo, representando sobretudo os interesses dos endinheirados do café, que passavam a se organizar politicamente através da UDN – União Democrática Nacional. A nova política surtiria seus efeitos no município. Em 1947, este grupo da elite local conseguiria colocar seus interesses no poder, elegendo o fazendeiro Hugo Cabral para prefeito. E durante a década de 1950, diversos prefeitos e vereadores manteriam a hegemonia política da UDN em Londrina.

Em 1948, o *Paraná-Norte* estava sob a direção de Josino Alves da Rocha Loures, outro fazendeiro enriquecido no fausto cafeeiro. Ao procurá-lo, Barbosa Pupo provavelmente sabia o que estava fazendo. A demonstração de simpatia ao *Paraná-Norte* e, por tabela, à UDN, garantiu a Pupo a aparição nas páginas do jornal. A publicação de seu nome e de seus negócios inseriu o publicitário no círculo social de seus clientes potenciais. Ao se representar no *Paraná-Norte*, Pupo sinalizava uma aproximação amigável em que, sob a recomendação do jornal oficial da elite, colocava-se a serviço de seus membros. Seu currículo, da forma como foi descrito na matéria, parecia compatível com as pretensões dos endinheirados – técnicas modernas de publicidade para retratar a modernidade da nova civilização londrinense.

E Barbosa Pupo parece ter sido bem recebido por este círculo de novos ricos que tomavam a cena do poder local. Percebendo boas possibilidades de negócios na publicidade e no jornalismo, Pupo decidiu fundar “uma revista de classe” em Londrina.<sup>80</sup> Em maio de 1948 surgiria *A Pioneira*, cujo editorial informava: “Queremos antes de tudo que ela seja a fotografia desta civilização. Será antes de mais nada uma revista de divulgação de tudo quanto há de grande neste abençoado Norte do

---

<sup>80</sup> Segundo Marinósio Filho e Marinósio Neto (1991, p. 120), o termo teria sido usado pelo próprio Barbosa Pupo.

Paraná”.<sup>81</sup> Impressa em São Paulo, em papel couché, e ilustrada com inúmeras fotografias, *A Pioneira* tinha um padrão gráfico sofisticado para a época. A aparência refinada combinava com a pretensão de seu conteúdo. Explorando a vaidade da nova elite, ansiosa por demarcação social, Barbosa Pupo veiculava aquilo que seus integrantes desejavam exibir: a ascensão financeira representada pelos signos da modernidade no norte do Paraná.

Uma das expressões mais interessantes deste exibicionismo praticado por meio d’*A Pioneira* foi uma série de matérias sobre o mesmo tema, publicadas periodicamente pela revista como uma seção permanente. Nela o leitor podia conhecer os novos hábitos de moradia das famílias que acumulavam os lucros do café. A cada edição, um palacete. Em cada palacete, uma família abastada. Como reparou um pesquisador da arquitetura local, “de características ecléticas, estes palacetes dos senhores do café eram rodeados de jardins, inspirados nas mansões da Avenida Paulista, e expressavam o ideal de poder e ostentação da alta burguesia londrinense”<sup>82</sup>. Casarões suntuosos que se erguiam um pouco afastados da agitada balbúrdia do centro, na imponente Avenida Higienópolis e arredores ou no elegante Jardim Shangri-Lá. Em seu primeiro número, *A Pioneira* justificaria as razões de sua pauta:

Quem visita Londrina pela primeira vez surpreende-se, ao percorrer as suas ruas e avenidas, ao constatar que as velhas casas de madeira dos velhos tempos, estão sendo substituídas ou por magníficos prédios de dois, três ou até mais andares, ou por magníficas vivendas, circundadas por esplêndidos jardins ultra-civilizados.

Londrina de ontem quase que exclusivamente de casas de madeira, está se transformando. Onde há pouco havia dessas casas ou datadas sem edificação, erguem-se agora vistosos prédios que fariam inveja a qualquer cidade centenária e mesmo a muitas capitais. Sim, nesses locais, erguem-se agora prédios modernos e confortáveis, que embelezam a cidade e constituem delicioso abrigo para os seus felizes moradores. Já não são mais as casas de madeira construídas por quem vinha com a intenção de ganhar dinheiro, fazer fortuna e voltar para viver a vida regalada nos grandes centros... Não. As casas hoje construídas em Londrina, são de alvenaria, com material de

---

<sup>81</sup> *A Pioneira*, 1948, p. 3.

<sup>82</sup> Castelnou (2002, p. 60)

primeiríssima ordem, fino acabamento e são projetadas para dar conforto aos seus habitantes.

(...) Bôm Gôsto, Confôrto e Comodidade. Visitar um desses ambientes acolhedores, onde a técnica se alia ao bôm gôsto, é um prazer imenso.<sup>83</sup>

Além dos casarões, os primeiros edifícios da cidade também atuavam como símbolos do progresso e da riqueza local. Em Londrina, a verticalização teve início nos anos 1950.<sup>84</sup> Nesta década, morar em um apartamento passou a ser considerado chique, e a funcionar como um índice do elevado *status* de seu habitante. Naquele contexto da cidade em transformação, residir em um edifício era, em verdade, uma emulação dos hábitos metropolitanos. A própria forma de morar funcionava como uma representação, uma jogada simbólica que ocasionava forte apelo no imaginário local. Do alto de seus apartamentos, os endinheirados do café exibiam publicamente um estilo de vida afetado pelas atualidades das metrópoles, pelas maneiras refinadas e modernas dos grandes centros. Exibicionismo no qual os edifícios serviam como invejáveis emblemas – era como se habitar as alturas evidenciasse o progresso local, e, na mesma medida, a ascensão social dos novos ricos.

As formas da cidade eram, aliás, importantes canais de investimento simbólico. Como notou Baczko, “todas as cidades são, entre outras coisas, uma projeção dos imaginários sociais no espaço. A sua organização espacial atribui um lugar privilegiado ao poder, explorando a carga simbólica das formas”.<sup>85</sup> Em Londrina, além dos grandiosos edifícios e palacetes, além da iluminação e do calçamento das ruas do centro e dos bairros nobres, a elite também investia seu dinheiro em sofisticadas construções de arquitetura modernista. O caso mais emblemático deste processo são os projetos de Vilanova Artigas. Nos anos 1950, o celebrado arquiteto curitibano desenharia uma série de prédios públicos e privados em Londrina. Entre eles, é possível destacar o Cine Ouro Verde, o Edifício Autolon, a Estação Rodoviária e a casa do prefeito Milton Ribeiro de Menezes. A estética ousada das formas de Artigas servia como uma expressão do refinamento da elite local, que se mostrava com cacife para bancar as experiências arquitetônicas mais vanguardistas do Brasil.

---

<sup>83</sup> A Pioneira, maio de 1948

<sup>84</sup> Cf. Suzuki (2011).

<sup>85</sup> Baczko (1985, p. 313)

Pelas páginas d'*A Pioneira*, podemos flagrar algumas outras representações desta elite em busca de consumir o que havia de mais atual e *up-to-date*. Os anúncios do comércio local são indícios desta ânsia pelas novidades que faziam sucesso nos grandes centros. As casas comerciais da década de 1950 sofisticavam-se para atender às novas demandas dos endinheirados. Os armazéns de secos e molhados davam lugar a luxuosas lojas de departamento, como as Casas Fuganti. E as vendinhas de tecidos eram substituídas por refinadas lojas de roupas, como a Ladira, que no segundo número d'*A Pioneira* anunciava:

AS ÚLTIMAS CRIAÇÕES DA MODA LANÇADAS EM LONDRINA AO MESMO TEMPO QUE NAS CAPITAIS BRASILEIRAS

(...) Dirigida por sua proprietária, que tudo tem feito para bem servir às suas clientes, que já se contam às dezenas, LADIRA apresenta as últimas criações da moda num ambiente de elegância, conforto e distinção, oferecendo-lhes modelos exclusivos de vestidos e “tailleurs”, bem como “lingerie”, bolsas, cintos, lenços, etc., tudo o mais moderno que se pode desejar dentro do mais elevado padrão de bom gosto e qualidade.<sup>86</sup>

Os termos utilizados nesta peça publicitária são involuntariamente reveladores. As últimas criações da moda são “exclusivas”, e a Loja Ladira é um elegante ambiente de “distinção”. Expressões sintomáticas – os requintados hábitos de consumo funcionando como representações produtoras de uma alteridade, por meio das quais os novos ricos procuravam se distinguir. Mas levando em conta o conjunto das representações veiculadas pela *A Pioneira*, pode-se perceber que o que a revista pretendia afirmar com bastante clareza e ênfase era o triunfo absoluto da modernidade e da prosperidade. O leitor que imaginasse Londrina apenas sob a perspectiva adotada pela *A Pioneira*, certamente formaria uma ideia bastante limitada da cidade. Podia-se mesmo ter a impressão de que todos os habitantes de Londrina realizavam um movimento ascensional em direção ao próspero, ao rico, ao moderno e sofisticado. Era esta a imagem que *A Pioneira* propagava no Paraná e também nos vários outros estados em que ela circulava. Representações de uma cidade em que o fausto cafeeiro instalava o progresso irrestrito, em que a riqueza era um fruto coletivo que fazia ascender todos os indivíduos. Imagens de uma cidade, enfim, com um alto e

---

<sup>86</sup> *A Pioneira*, 1948

generalizado poder de consumo, pronta para absorver qualquer tipo de empreendimento que nela se instalasse. Triunfo pleno e geral, de tudo e de todos: do progresso, da modernidade, do capital e dos indivíduos.

Assim, não estava entre os objetivos d'*A Pioneira* revelar as extremas contradições que tomavam conta da cidade naquele veloz processo de expansão e acúmulo de capital. É por isto que, em editorial, Barbosa Pupo escrevia quase que um pedido de desculpas ao leitor:

Esplêndida, magnífica, esta civilização tem, entretanto, pontos escuros que, na opinião de muitos, a desmerecem. É preciso não se esquecer, entretanto, de que esta civilização é uma marcha para o porvir.

Se a terra é fabulosa, maravilhosa, a obra do homem harmoniza perfeitamente com ela. Se muito já se fêz aqui muito há ainda por fazer... Se em nossas páginas apresentamos instantâneos desta prodigiosa civilização, em que contrastes são flagrantes, não o fazemos com o espírito de crítica, porquanto não está em nosso programa. Um exemplo esclarece bem este ponto: mostrando aos leitores uma linda vivenda de Londrina, a fotografia mostra também uma rua sem calçamento, em que a lama, no tempo chuvoso, e o pó no de sêca, são dois flagelos. Não desejamos com isso desmerecer a cidade, nem responsabilizar nossos homens públicos por tal fato; oferecemos apenas ao leitor, a imagem real de um determinado aspecto da cidade, num determinado momento de sua vida.<sup>87</sup>

Como se vê, a crítica não integrava o programa da revista, que ao invés disto desejava qualificar a cidade como uma “prodigiosa civilização”. No entanto, por mais que tentasse angular suas representações neste sentido, às vezes, uma incômoda contradição se infiltrava sorratamente pelas páginas d'*A Pioneira*. No caso acima, por mais que o fotógrafo desejasse exaltar a suntuosidade de um luxuoso casarão, logo ao lado do palacete estava uma incontornável rua sem calçamento, que invadia incomodamente as lentes objetivas. Para justificar esta aparição indesejável, todas as explicações e manobras discursivas de Barbosa Pupo, que não tinha a intenção de veicular imagens que desagradassem a elite financeira e política da cidade. E nem o dono do casarão em questão.

---

<sup>87</sup> A Pioneira, 1954

Mas, de fato, não era sem esforço que se construía a imagem de Londrina como um Eldorado sem contradições. O crescimento da cidade era rápido, e os territórios “progressistas” e “ultrapassados” se misturavam. Além disso, com o inchaço da cidade, diversos sujeitos pretensamente incompatíveis com o progresso tomavam as ruas, integrando as vivências cotidianas dos cidadãos. Avizinhando os bairros nobres, e ao redor de um centro que começava a se expandir verticalmente, um apressado cinturão de pobreza ganhava terreno e ameaçava as idealizações da elite local. Durante a década de 1950, 54 vilas surgiram na cidade<sup>88</sup>. A maioria delas habitadas por pessoas em má condição financeira. Entre estes bairros estavam favelas e assentamentos bastante precários, como a Vila do Grilo, a Favela do Pito Aceso e a Favela Nossa Senhora da Paz (atualmente conhecida como Bratac). Lugares que, definitivamente, não eram arrebatados pelos benefícios do progresso. Margens da cidade onde os moradores improvisavam casas com sobras de madeira, papelão e lata. Nestes locais as pessoas vivam, talvez, de maneira mais semelhante aos primórdios da colonização da cidade: criando animais, tirando água do poço, fazendo trabalhos braçais, sem energia elétrica, esgoto ou calçamento. A maioria destes bairros não era, geograficamente, muito distante do centro da cidade. O crescimento desordenado fez com que a demarcação territorial escapasse do controle da elite governante. Territórios nobres e pobres se interpenetravam. Mas embora espacialmente próximos, nos anos 1950, devia-se mesmo ter a sensação de uma enorme distância temporal entre eles. A tão celebrada modernidade parecia limitada a algumas manchas no tecido urbano. Para além destes locais privilegiados, nenhuma dádiva dos novos tempos.

De forma genérica, os habitantes destas zonas marginalizadas eram pessoas que haviam se dirigido a Londrina com a esperança de tomar parte nos lucros da cafeicultura. Homens e mulheres que, uma vez na cidade, se deparavam com os subterrâneos do Eldorado, com as omissões e negligências do progresso fáustico. Com a cidade, enfim, onde a Terra da Promissão permanecia como uma remota virtualidade. Alguns destes sujeitos desventurosos eram lavradores expropriados do campo pelo processo de mecanização, que avançava impiedoso na década de 1950. Outros eram pequenos cafeicultores ou trabalhadores rurais afetados pelas intensas geadas de 1953 e 1955, que impuseram destinos trágicos para muitas famílias. Havia ainda aqueles muitos que, siderados pela fama da região, abandonavam situações

---

<sup>88</sup> Cf. Casaril (2011)

precárias no interior do país ou nos grandes centros para viver das migalhas do Eldorado. Por outro lado, também existiam famílias que, mesmo habitando a região desde os primórdios da colonização, não haviam sido beneficiadas pelo capital que se acumulava no norte do Paraná.

Embora nenhum destes tipos urbanos figurasse em revistas como *A Pioneira*, muitas outras publicações da época registravam a presença destes personagens marginais pelas ruas da cidade. Da mesma forma que alguns cronistas locais se surpreendiam com a trepidante expansão da urbs, muitos também se viam assombrados pela presença de seus elementos contraditórios, representantes da face onerosa do progresso. Se a trajetória ascendente de um novo rico fascinava os jornalistas, as virações de um pária também causavam consternadas reações. Um destes cronistas locais utilizou-se de um pequeno poema para descrever seu encontro com um novo personagem das ruas londrinenses. O mendigo.

Ei-lo... É a nódoa ambulante desta praça  
Trôpego, inchado, a perna bamba e torta  
Vai pontilhando o chão por onde passa  
Com o pesado bastão que o corta

Ei-lo... É a própria miséria semimorta  
Guarda, então, entre as ondas da barbaça  
Um sorriso de quem já não lhe importa  
Nem solidão, nem doença, nem desgraça<sup>89</sup>

Mas se o texto acima é quase reverente à figura do mendigo, romantizando um suposto estoicismo, a estrondosa maioria das representações referentes a estes personagens não carregava o mínimo traço de simpatia. Como exemplo desta animosidade hegemônica, pode-se destacar um texto publicado no jornal *O Combate*, em outubro de 1953:

LONDRINA, VALHACOUTO DE MENDIGOS, PRODUTO  
LAMENTÁVEL DE UMA SOCIEDADE INDIFERENTE – URGE  
UMA ENÉRGICA MEDIDA DA AUTORIDADE POLICIAL

(...) Essas considerações vem a baila pois, dia, não raro dia,  
toma um aspecto alarmante e constrangedor, o trágico

---

<sup>89</sup> Apud. Rolim (1996, p. 48)

problema da mendicância em Londrina, com tal intensidade e desacato a cidade, numa posição que a paralela com as mais esqueléticas das cidades do mundo.

É tão comum e desagradável a visão em ampla agitação pelas ruas e em pleno dia de criaturas em farrapos a assaltarem com tal insistência o povo, que este na maior parte das vezes se vê obrigado a um regime forçado de tolerância e com paternidade, pronto a qualquer instante a uma rude e inusitada explosão de cólera, digna aliás, desse desabafo pouco humanitário.

Neste magote lamentável contam-se homens sadios, fortes, capazes de todas as atividades físicas que não fazem mais do que, durante o longo período que há luz, recolher óbulos necessários para, à noite, provocarem os mais desagradáveis, desacatos, estripolias e escândalos.

Por certo ventilar tal assunto, delicado nos seus variados prismas e matizes, requer um tato especial, para evitar que nos paramentemos com uma austeridade pouco humana e intolerante – uma vez que a regra apresenta inúmeras exceções – no entanto é tão exorbitante a canalhice desses indivíduos de má fé que exploram a piedade alheia, que não se nos depara outra alternativa se não a de gritar-mos, a todos os cantos, nossa repulsa e justificada indignação, clamando por uma intervenção enérgica das autoridades responsáveis, naturalmente, aquela, sobre quem recai inteiramente o peso desta imperdoável negligência: a polícia.<sup>90</sup>

As representações dos mendigos nos jornais locais tinham, em geral, a mesma função: alarmar a opinião pública e exigir providências das autoridades citadinas, principalmente da polícia. Mas este tipo de representação não era dispensado apenas aos praticantes da mendicância. Inúmeras outras atividades desempenhadas pelos pingentes do progresso eram combatidas pelos jornais da cidade. Além d' *O Combate*, a *Folha de Londrina* e a *Gazeta do Norte*, três dos principais periódicos dos anos cinquenta, não se cansavam de veicular textos que desqualificavam moralmente os objetos de suas críticas e clamavam pela urgente ação repressora. Outro personagem muito frequente deste tipo de representação era a prostituta. Um exemplo foi dado pelo jornalista Titã, da *Folha de Londrina*:

Por vezes diversas temos chamado a atenção das autoridades competentes para a afluência que se nota, nas ruas centrais e

---

<sup>90</sup> *O Combate*, outubro de 1953

nas casas de diversão desta cidade (cinemas), de mulheres de reputação duvidosa e de apresentação aquém da normal, e que deixam dúvidas quanto aos seus procedimentos.

Por viverem à margem da sociedade é que se não as deverá banir do seu convívio, mas, é necessário que se lhes imponha um limite ao qual não se atrevam a transgredir, sob pena de, caso o façam, sujeitarem-se, ipso-fato, às cominações legais.

Nota-se, principalmente agora que o calor se acentuou mais e mais, que tais mariposas primam em se apresentar às ruas e cinemas por forma condenável, vestindo-se também sem qualquer modéstia ou pudor, atentando com isso ao decoro e ao bem estar geral, quando não provocando mesmo a reação dos que não lhes são iguais por viverem em sociedade e não à sua margem.

Assim, cumpre às autoridades de costumes que se faça coibir tais abusos, fazendo tais mariposas se compenetrar de que não deverão alçar vôos para locais que fujam aos limites da área que lhes está assinalada, por ser a sua presença nem sempre oportuna, nem sempre bem vista.<sup>91</sup>

A notícia reproduzida acima revela, de forma sintética, um pensamento comum às elites londrinenses do período. Na década de 1950, as medidas exigidas em relação às figuras marginais tinham uma finalidade clara: a imposição da distância. Como notou Antonio Paulo Benatte,

os anos cinquenta foram marcados pela fragmentação e confusão de diferentes blocos de espaço: o centro, no processo de crescimento urbano, estendia seus tentáculos às zonas periféricas; em sentido inverso, num movimento de atomização e espalhamento, os territórios marginais pipocavam em vários pontos do tecido urbano.<sup>92</sup>

Neste contexto, os abastados aviltavam-se com a presença desconcertante dos viradores nas áreas centrais da cidade, lamentando que a imagem da Londrina moderna e próspera estivesse sendo manchada por estes sujeitos. Os marginais eram, em geral, representados como aventureiros que vinham à cidade em busca de

---

<sup>91</sup> Folha de Londrina, 06/12/1952

<sup>92</sup> Benatte (1997, p. 98)

dinheiro fácil, e que se dedicavam a expedientes indignos, imorais e criminosos. Nas crônicas deste período, os adventícios pobres são tratados quase que genericamente como delinquentes. Os migrantes, antes celebrados como “laboriosos braços do progresso”, aparecem agora como indesejáveis, moralmente condenáveis e ameaçadores. O leitor contemporâneo a estas notícias podia ter a sensação de que a cidade estava sendo invadida por uma horda de viradores dos mais variados tipos. Ladrões, mascates, trombadinhas, camelôs, vadios, punguistas, golpistas, jogadores, mendigos, malandros, prostitutas, arrombadores, cafetões e cafetinas. As representações difundiam o pavor, como se estes novos exploradores do Eldorado fossem capazes de ameaçar o progresso da cidade e a prosperidade dos endinheirados. E a unanimidade dos jornais clamava: cabia à polícia disciplinar estes sujeitos desviantes, afastá-los do convívio dos cidadãos de bem, tirá-los das cenas do espetáculo de modernidade e triunfo protagonizado pelas elites.

A indignação dos endinheirados mobilizava os poderes públicos, que tomava medidas para apaziguar a irritação em relação aos novos viradores urbanos. Um acontecimento pode servir como síntese deste cenário em que as diferenças procuravam se afirmar por meio da ação do Estado: o processo de ocupação/desocupação da Estação Rodoviária. Nos anos cinquenta, o prédio projetado por Vilanova Artigas foi apropriado por mascates e camelôs que, aproveitando o movimento dos viajantes, vendiam seus artigos e quinquilharias no interior e nos arredores da estação. Também nas imediações do prédio, batedores de carteira, golpistas e outros malandros aproveitavam o tumulto para ludibriar os incautos. A presença de trabalhadores informais e de criminosos no interior e nas cercanias da Estação Rodoviária era um estorvo para a elite política e financeira que havia idealizado o prédio. Pensada como um símbolo da modernidade e celebrada pelo seu intenso fluxo de pessoas, a Estação era uma das tentativas mais claras de se representar o progresso, a prosperidade e o dinamismo de Londrina. No entanto, o movimento dos viradores atuava como um distúrbio nesta representação, atrapalhando que uma idealização da elite se concretizasse harmoniosamente. Este incômodo gerou insistentes campanhas nos jornais locais, nas quais inúmeras difamações atingiam os camelôs. Este alarme traria as consequências desejadas. Como desfecho para o episódio, o comércio informal na rodoviária foi proibido pelo poder público, e o policiamento na área foi incrementado.

A idealização da elite, a perturbação provocada pela presença dos marginais e a reação dos aparatos estatais. O caso da Estação Rodoviária é paradigmático,

podendo funcionar como uma alegoria de todo um movimento que se realizava nos anos 1950. Nesta década, o Estado tomou uma série de providências para controlar os elementos prejudiciais à imagem que os membros da elite desejavam para a cidade. Providências que passavam, principalmente, pela invenção de leis e pela repressão policial.

Em 1951 entrou em vigor uma lei que tentaria disciplinar definitivamente a ocupação espacial da cidade. A Lei nº133 dispunha sobre o zoneamento urbano de Londrina. O que se revelava nesta legislação era sobretudo a intenção de segregação social, de modo a reservar espaços exclusivos para a elite. Os termos indicados no artigo 84 deixam clara esta tentativa de estabelecer a ordem urbanística baseada em critérios econômicos. As zonas residenciais são divididas em quatro classes: “superior”, “média”, “econômica” e “popular”<sup>93</sup>. Não por acaso, as primeiras seriam aquelas mais atendidas pelos serviços públicos de iluminação, calçamento, telefonia, energia, esgoto, policiamento, saúde, etc. No entanto, para se viver nestes espaços privilegiados pela modernidade era preciso cumprir uma série de dispendiosas exigências em relação à edificação e ao terreno. Cumprimento que era obviamente inviável para a maior parte da população londrinense. Em razão disto, a consequência mais imediata da Lei 133 era óbvia: o acantonamento dos sujeitos menos favorecidos financeiramente. A partir da criação da lei, intensificava-se a polarização entre o centro/bairros nobres e as margens/vilas da cidade. E no imaginário local, o centro ficaria ligado ao ideário da modernidade, do trabalho e da civilização, enquanto as margens remeteriam ao atraso, à criminalidade e à barbárie.

Além de controlar a ocupação espacial da cidade, o legislativo também aprovou, em 1953, uma série de leis para regular os usos e costumes da população. O Código de Posturas teria sido sancionado “no sentido de garantir a ordem, a moralidade e a segurança pública”. No cerne desta legislação estava a regulamentação dos comportamentos julgados como moralmente impróprios, e também o veto às condutas entendidas como tributárias a um superado passado rural. A partir da sanção do código, qualquer divertimento público teria que ser aprovado pela Prefeitura, o que atingia sobretudo os indivíduos ligados ao jogo e à prostituição. Para o comércio ambulante, valia a mesma regra. Pelo código também ficaria vedado tomar banho ou lavar roupas nos rios, córregos e lagos da cidade. E a criação de animais, hábito muito comum nos bairros mais pobres, foi quase completamente

---

<sup>93</sup> Cf. Lei 133, Município de Londrina. 1951.

proibida. No texto da lei, é possível notar uma identificação entre o que é considerado imoral, pobre e ultrapassado. Este trinômio é igualado e combatido indistintamente. O Código de Posturas pretendia criminalizar qualquer atitude que remetesse a estes valores negativos. E a moralidade que se manifestava nesta legislação tinha como exemplo ideal o homem ilibado, de modos urbanos, cuja única atividade social era o trabalho.

Como resumiria Miguel Arias Neto,

Da organização mais geral do espaço da cidade ao detalhe da vida individual no interior da casa e em relação à ordem moral, essa legislação representou, de fato, um esforço de fundação do modernismo urbano, que permitia visualizar como seria a cidade idealizada pelas elites. Presente no mesmo conjunto, está a representação do homem moderno que habitaria a cidade: fundamentalmente equilibrado, o cidadão deveria ser trabalhador, moralmente respeitável, cumpridor dos deveres cívicos.<sup>94</sup>

Para os homens que transgredissem estas leis e códigos morais, a dura repressão policial. Como mostra Rivail Carvalho Rolim, nos anos 1950 o aparato policial passou por uma intensa reformulação a nível nacional<sup>95</sup>. E em Londrina, o policiamento também foi incrementado. Os delegados e agentes policiais passaram a agir de maneira mais ostensiva. O uso da violência era legitimado pela insatisfação da elite que, pretensamente advogando uma causa pública, procurava dar um basta à “caterva” de “aventureiros e malandros” que invadia a cidade. Certamente, a mobilização do aparato legislativo e policial tinha, entre outras coisas, a intenção de produzir a aparência de uma cidade moderna, ordeira e próspera. Como consequência destas medidas que pretendiam fazer valer as idealizações da elite, muitos sujeitos desviantes foram enquadrados, fichados, acantonados e violentados. A utopia do progresso só conseguia manter a aparência de realização e triunfo ocultando suas contradições nas bordas da cidade. Ou então, escondendo-as entre os muros do presídio.

---

<sup>94</sup> Arias Neto (2008, p. 113)

<sup>95</sup> Cf. Rolim (1996)

### 3.1 Os Novos Ricos & O Herói Definitivo

Sob perspectiva similar à da moral vigente e das leis instituídas, os jornais dos anos 1950 registravam amiúde as desventuras de inúmeros sujeitos transgressores. Indivíduos em conflito com o poder eram representados nas páginas dos periódicos locais sob o ponto de vista do jornalismo policial, que atuava produzindo delinquentes e marginais. Dos integrantes desta “chusma” o leitor era dado a conhecer pouco: o nome ou o vulgo, as circunstâncias do delito e a forma como o sujeito fora capturado pela polícia. Vez ou outra, alguma menção a um passado igualmente delituoso. Eventualmente, uma fotografia. E para além disso e de praxe, os adjetivos escolhidos pelo jornalista: vadio, vagabundo, canalha, maníaco, despuadorado, imoral. Os jornais criavam imagens de vilania e monstruosidade para os transgressores enredados nas malhas da lei e da moral, afirmando, implicitamente, que o motivo do crime residia no próprio criminoso – em seu caráter, em sua psicologia, em sua natureza. Nestas representações insultuosas, os indivíduos eram angulados de forma a desvelar traços entendidos como “vícios”: defeitos de caráter que serviam como provas cabais para uma condenação simbólica e sumária. Nos jornais, os retratos dos viciados eram geralmente concisos, simples, mas bastante incisivos ao reprovarem a personalidade dos retratados.

Mas a imprensa dos anos 1950 também tinha à mão um estilo de representação diametralmente oposto, que era adotado em outras situações, para produzir outra sorte de personagens. As representações dos endinheirados, principalmente dos novos ricos, pareciam mesmo um contraponto estilístico em relação às infamantes crônicas policiais. Se estas notícias inglórias eram breves e sumulares, os perfis dos membros da elite eram loquazes, fartos em detalhes, fotos e fatos. As trajetórias ascendentes destes homens eram retoricamente concebidas pelos jornalistas locais, que urdiam histórias de sucesso, superação pessoal e heroísmo. Em contraponto aos vícios do marginal, as virtudes do endinheirado, do cidadão de bem. Virtudes que eram contrapartidas subjetivas das ideias de progresso, trabalho e modernidade. Qualidades lisonjeiras que justificavam as prodigiosas histórias de vida destes personagens.

Além de Barbosa Pupo, diversos outros jornalistas atuavam a serviço da elite londrinense dos anos 1950. Neste contexto, as revistas se revelariam como espaços privilegiados para o jornalismo de perfil, cujo principal expediente era a invenção de

imagens laudatórias para os membros da elite. Além d' *A Pioneira*, outras cumpririam a mesma função: *Terra Roxa*, *Canaã*, *Paraná Magazine*, *Realizações Brasileiras*, etc. Todas elas atrás de clientes interessados em publicizarem a si próprios. Cada um destes sujeitos devia ter um motivo específico para tal. Uns eram puramente mobilizados pela vaidade. Outros almejavam construir uma reputação que retornasse em benefícios financeiros. E também existiam aqueles que se faziam propagandear com intenções políticas. De qualquer forma, estas representações serviam todas para demarcar uma diferença básica. Os retratos dos endinheirados os diferenciavam da tumultuosa população de adventícios atraídos pela fama do Eldorado nos anos 1950. Ao figurarem na imprensa, os integrantes da elite providenciavam uma distinção em relação à massa de migrantes pobres que vinha à cidade em busca de uma vida mais afortunada. Nesta conjuntura, as representações hegemônicas valorizavam não o indivíduo recém-chegado que lutava por ascensão financeira, mas sim aquele que, paralelamente à construção da civilização londrinense, já havia conquistado sua parte nos lucros do Eldorado. O cidadão de bem, possuidor de inúmeras virtudes, era aquele que havia triunfado contiguamente à épica história de progresso do norte do Paraná, interpretando ele próprio um papel decisivo nesta fábula.

Com certa razão, pode-se objetar que muitos destes novos ricos possuíam uma trajetória de vida comparável à dos migrantes mais recentes. Afinal de contas, nos anos 1930 ou no início dos 1940, vários deles também tinham se dirigido a Londrina atrás de dinheiro, atraídos pela publicidade colonizadora. No entanto, nos anos 1950, a elite estava interessada justamente em contar a história da superação deste passado – expediente narrativo que funcionava ele próprio como fator de diferenciação. Paralelamente à animosidade em relação aos novos migrantes, a exaltação das trajetórias vencedoras. Na década de 1950, a noção de indivíduo pioneiro cristaliza-se de forma um pouco distinta daquela produzida nos anos iniciais da colonização. Se nos anos 1930 os louros da fundação serviam para engendrar reputação e poder principalmente aos homens da Companhia de Terras, nos anos 1950 são os novos ricos que se beneficiam com o *status* do fundador. Nas representações da época, são eles os heróicos desbravadores que teriam construído a modernidade no sertão, protagonizando a história local com seus grandiosos feitos. Neste momento, são eles os sujeitos que devem ser admirados por suas virtudes e pela obra executada, que era nada menos que a próspera civilização norte-paranaense.

O desejo de distinção social e a ambição de serem fixados como os principais personagens da história de Londrina: estas aspirações dos membros da elite resultavam em trabalho para os jornalistas da cidade. Cabia a eles dar conta destes anseios dos novos ricos, e são incontáveis as tentativas neste sentido. Textos e mais textos se multiplicavam, descrevendo trajetórias ascendentes e celebrando a conquista da modernidade em consonância com o triunfo dos indivíduos. No ano de 1959, os jornalistas Gustavo Branco e Fidelis Mioni, da revista *Realizações Brasileiras*, encontrariam uma linguagem bastante adequada a este propósito. Neste ano eles editariam o álbum *Londrina no Seu Jubileu de Prata: Documentário Histórico*. Uma obra de ocasião. A dupla publicava o livro aproveitando o êxtase das comemorações dos 25 anos do município, completados em 1959.

Por sinal, o ano de 1959 pode ser considerado um dos mais profícuos no que diz respeito a esta elaboração simbólica pretendida pela elite londrinense. Constam deste ano a inauguração do Lago Igapó, a composição do Hino a Londrina e a criação do Brasão de Armas da cidade. As comemorações do Jubileu de Prata pretendiam soar grandiosas. Diversos bailes, condecorações de pioneiros e inaugurações foram realizadas naquele ano. No dia do aniversário da cidade, um ostentoso desfile de carros alegóricos em plena Avenida Paraná celebrou diversos elementos representantes do triunfo progressista de Londrina. Todos estes eventos e criações simbólicas, cada um ao seu modo, pretendiam afirmar a vitória da modernidade no sertão e a poderosa prosperidade dos novos ricos. Neste contexto, o álbum de Branco e Mioni figurava como mais um componente dos festejos.

Impresso em grande formato, em papel couché e com 376 páginas ricamente ilustradas, *Londrina no Seu Jubileu de Prata* assim resumia seu próprio projeto editorial:

Êste LIVRO faz parte das muitas alegrias com que se festejou em 1959 os vinte-e-cinco-anos de nossa cidade.

Nas suas páginas, LONDRINA aparece nos tempos passados de pequena e como grandiosa atualmente ela se mostra.

Fica também, gravada aqui, a nossa homenagem aos que deram de si no forjar a Metrópole que, há tão poucos anos atrás, era clareira onde o verde das matas morava.<sup>96</sup>

A transformação da vila em metrópole e a correspondente homenagem aos sujeitos que “deram de si” para tornar este desenvolvimento possível. Na concepção dos jornalistas, estes indivíduos eram sobretudo aqueles que capitalizaram as finanças geradas no processo de expansão da urbs. E assim sendo, o projeto de Branco e Mioni dificilmente poderia ser mais ao gosto de seus clientes. Os membros da elite local compareceram em peso, financiando o álbum em troca de marketing pessoal e de anúncios de seus negócios. Branco e Mioni também fizeram acordos com representantes da política instituída na cidade. Várias páginas laudatórias são dedicadas aos prefeitos Antônio Fernandes Sobrinho e Milton Ribeiro de Menezes, ambos ligados à elite agrária local, sendo que o segundo retornara ao cargo em dezembro de 1959. Além disso, no expediente do álbum é possível identificar o nome de Honorina de Andrade Chaves, creditada como “redatora principal”. Além de jornalista, sabe-se que Honorina também era secretária da Prefeitura de Londrina, o que confirma a ligação dos discursos do álbum com os interesses políticos que ocupavam o poder executivo<sup>97</sup>.

A estética encontrada para *Londrina no Seu Jubileu de Prata* se tornaria clássica. Por décadas, diversos outros álbuns comemorativos reprodutores do discurso oficial utilizariam a mesma fórmula, tanto no que diz respeito ao formato gráfico quanto à linguagem e à finalidade dos textos. Uma década depois, o próprio Gustavo Branco publicaria outro álbum muito similar, atestando a aceitação e a rentabilidade do gênero. Em parceria com Adão Anastácio, em 1969 Branco editou *Construtores do Progresso*. Título certo, preciso, que prenunciava o conteúdo do álbum: perfis elogiosos de fazendeiros, empresários, profissionais liberais e políticos

---

<sup>96</sup> Branco e Mioni (1960, p. 2)

<sup>97</sup> Nos anos 1960, Honorina ficaria conhecida nacionalmente sob a alcunha de Nina Chaves (posteriormente, Nina Chavs). Escrevendo para *O Globo*, do Rio de Janeiro, ela se tornaria uma das colunistas sociais mais prestigiadas do Brasil. A escritura de *Londrina no Seu Jubileu de Prata* deve ter lhe servido como um bom laboratório. Provavelmente foi no norte do Paraná que Nina aprendeu a retratar os membros da elite da maneira como eles desejam ser vistos.

enriquecidos nos anos fáusticos do café. Embora no fim dos anos 1960 a economia cafeeira já estivesse em declínio, o timbre triunfal e otimista ainda informaria as histórias de vida compiladas no álbum.

As perspectivas adotadas em *Londrina no Seu Jubileu de Prata* e em *Construtores do Progresso* são muito parecidas. Em ambos os casos, trata-se sobretudo de glorificar endinheirados, criando personagens para povoar o renitente monomito do progresso norte-paranaense. Uma espécie de colonismo social inventor de homens e mulheres exemplares que, em boa parte, de fato persistiriam no tempo como protagonistas históricos locais. Pode-se dizer que a publicidade, o marketing político, o jornalismo e o colonismo social tiveram papel fundamental na fixação de uma versão épica para a história de Londrina. E que contribuíram, na mesma intensidade, para a fabricação dos honoráveis personagens desta epopeia, que persiste no imaginário local até os dias de hoje. Por isto, *Londrina em Seu Jubileu de Prata* e *Construtores do Progresso* são dois documentos interessantes para se identificar alguns lugares-comuns destas narrativas de vida consagradas pela historiografia oficial. Analisando os dois álbuns pode-se visualizar várias características idealizadas para estes pioneiros que foram sancionados pelo discurso hegemônico. Alguns traços destes personagens se repetem com singular frequência em diferentes histórias de vida, o que permite mesmo identificar certos padrões constitutivos.

Um dos paradigmas narrativos mais evidentes nestes perfis é a reprodução do percurso do *self-made-man*. No norte paranaense, as histórias dos pioneiros recontam a trajetória padrão deste típico personagem do imaginário norte-americano. É o sujeito sem posses e cheio de sonhos que, saindo do nada, parte em busca de realizar as próprias ambições. Neste percurso, o *self-made-man* encontra obstáculos e trava ferrenha batalha para vencê-los. Mas, por fim, acaba triunfando e ascendendo socialmente. O final feliz destas trajetórias invariavelmente caracteriza o protagonista como um vencedor, um sujeito vitorioso que atingiu o ponto máximo do acúmulo de capitais e de virtudes. Comumente, o *self-made-man* é entendido como um personagem-ideia, síntese do individualismo liberal moderno. Em Londrina, esta interpretação continua fazendo sentido. No contexto local, este personagem sintetiza a própria realização do sonho de enriquecimento no Eldorado norte-paranaense. Nestas narrativas, a ascensão do indivíduo se faz *pari passu* ao triunfo econômico da região. E ambos, personagem e cenário, colaboram mutuamente para a superação das precariedades do passado. A construção do *self-made-man* norte-paranaense pode

ser notada, por exemplo, no perfil escrito para o comerciante e fazendeiro Gregório Wladeck:

A peregrinação de Gregório Wladeck pelos hístpidos caminhos que ajudara a abrir no sertão inóspito do norte do Paraná de então, ocupa lugar de relevo na história que ora se pretende escrever acerca dos feitos daqueles bravos bandeirantes. Bem cedo, quando ainda mal ensaiava os primeiros passos na adolescência, sentiu pesar-lhe nos ombros o dever de não só prover a sua própria subsistência assim como o de comportar-se corretamente no meio em que vivia. O imponderável destino trá-lo ao campo da luta com apenas 11 anos, não tendo senão como apoio, na primeira batalha, a sua bela formação reflexa e a vontade de vencer.

(...)

Atraído pelo futuro promissor que lhe acenavam as novas terras da região de Londrina, em 1929 mudou-se para Jataizinho. (...) Assim, transformou-se em operoso construtor civil por algum tempo em Jataizinho, onde edificou para a sua residência uma casa de alvenaria. Já havia sido aberta a clareira para a fundação de Londrina. E Gregório Wladeck, homem de visão, sem titubear, mudou-se para a fazenda Quati, onde floresce hoje o Jardim Shangri-Lá.

(...)

Para que o leitor faça uma plácida ideia dos sacrifícios com que arcavam os bravos desbravadores do norte paranaense daquela época basta que se cite a seguinte passagem ocorrida com o jovem Gregório Wladeck: carregava de 30 a 40 quilos de mercadorias nos ombros todo o dia num percurso de aproximadamente 10 quilômetros quando abria a fazenda de Attilio Codato. E como sobrecarga, carabina às costas, pois que era preciso precaver-se contra as feras.

(...)

Em 1936, na cidade de Cambé, tentou o ramo comercial propriamente dito. (...) Também se houve com brilhantismo no ramo do comércio, que só deixou para dedicar-se à lavoura de café. Para a cafeicultura sempre teve pendor.

(...)

A probidade, honradez e exação no cumprimento do dever são atributos que se aliam à lhaneza, altruísmo e espírito público, para a formação da magnífica personalidade de que é dono Gregório Wladeck.<sup>98</sup>

Na narrativa reproduzida acima, de cara, a trajetória de Gregório Wladeck é declarada como sendo “de relevo” para história local. E este percurso relevante inicia-se com Wladeck garoto, momento em que suas virtudes, oriundas de uma “formação

---

<sup>98</sup> Branco e Mioni (1960, p. 68)

reflexa”, já lhe impulsionavam a uma “vontade de vencer”. Wladeck ouve então o chamado de Londrina, e antevendo um futuro promissor para a pequena gleba, parte de mudança para a região. Uma vez na cidade, o “bravo desbravador” passa por dispendiosos sacrifícios. Carrega peso e caminha por longos trajetos onde precisa manter-se sempre atento aos perigos da selva, “carabina às costas, pois que era preciso precaver-se contra as feras”. Mas, finalmente, pelo empenho no trabalho, Wladeck torna-se um comerciante brilhante, e por fim, um cafeicultor. Do texto, depreende-se que tudo isto foi possível devido à generosidade da Terra Prometida em contato com as virtudes constantes na “magnífica personalidade” deste *self-made-man*: probidade, honradez, exaço no cumprimento do dever, lhaneza, altruísmo e espírito público. Este dois últimos atributos, aliás, funcionam como a justificativa pública de sua ascensão financeira. Enriquecendo, Gregório Wladeck também impulsiona o progresso coletivo, o que faz dele próprio um símbolo da cidade, um patrimônio histórico local.

A trajetória do *self-made-man* que em seu percurso heróico eleva consigo a cidade, presenteando-a com as benesses do capital e do progresso, também pode ser identificada no perfil escrito para o industrial e fazendeiro japonês Soiti Taruma:

#### Soiti Taruma – Líder da Colônia Japonesa

Descrever a vida do sr. Soiti Taruma é tarefa que agrada a todos aquêles que sabem apreciar o valor do esforço humano e o que ele representa na construção da riqueza individual e social. Dêle se pode dizer que foi sempre um herói anônimo, dinamizador das riquezas, apto a realizar empreendimentos de grande mérito porque, começando do nada, pôde concretizar um plano de grandes trabalhos cuja significação facilmente pode ser percebida.

(...)

Em 1918, chegou ao Brasil e conseguiu uma colocação como empregado de propriedade rural, trabalhando como colono assalariado durante dois anos e obtendo, graças ao desempenho de suas rudes tarefas, proventos que lhe possibilitaram adquirir a primeira área de terras no município de São Ramalho, no interior do Estado de São Paulo. (...) Na mesma localidade, estabeleceu-se com uma casa comercial que visava fornecer aos habitantes dali gêneros de primeira necessidade. Durante 12 anos o dinâmico japonês tudo fez para que tivesse sucesso na realização do seu comércio. Graças à sua honestidade que se tornou proverbial, e à

pontualidade nos negócios realizados, fêz jus a um conceito inestimável no seio do comércio local e pôde desenvolver seus negócios a ponto de estabelecer-se com máquinas de café e arroz e adquirir terras nas quais formou fazenda com cerca de 200 mil cafeeiros.

(...)

Montou no ano de 1937, em Londrina, ou seja, dois anos depois da data em que se emancipou politicamente o município, máquinas de fábrica de papel de sua propriedade, sita na capital bandeirante, evoluindo a passos agigantados, graças à iniciativa e o esforço do titular dêsse primoroso estabelecimento fabril. Ao ensejo do transcurso das festividades que abrilhantaram o Jubileu de Prata da Cidade de Londrina, é-nos imensamente grato render a mais sincera homenagem ao alienígena esforçado e valoroso que deixou a sua Pátria e transformou a nossa em adotiva sua, para dedicar-lhe o esforço gigantesco de quem acreditou constantemente em nossa pujança e na capacidade de progredir de nossa gente e de nossa terra, escolhendo definitivamente, como escolheu, um pedaço do solo bendito desta região norteparanaense. Soiti Taruma tornou-se um dos pilares mais firmes do engrandecimento da região que é considerada hoje sem favores aquela em que se executou o programa mais amplo de empreendimentos, realizações e esforços, com resultados benéficos à vista de todos que tem olhos para ver e percepção para compreender o significado de um pioneirismo que deu lugar a uma sucessão de progressos, quiçá inédito em todo o mundo.<sup>99</sup>

De acordo com este perfil biográfico, Soiti Taruma teria literalmente “começado do nada”. No entanto, através da mesma narrativa, entende-se que o “esforço gigantesco” com o qual Taruma dedicou-se ao trabalho em pouco tempo o elevaria em um vertiginoso progresso financeiro. E que esta ascensão econômica não tinha nada de egoísta: a riqueza acumulada era “individual e social”. Subindo na vida, Taruma também contribuía para o progresso do norte do Paraná, sendo ele próprio “um dos pilares mais firmes do engrandecimento da região”. Engrandecimento, aliás, “inédito em todo o mundo”. Assim, o trajeto do *self-made-man* ligava-se intrinsecamente ao desenvolvimento do norte do Paraná, o que transformava o próprio personagem pioneiro em um monumento do progresso local.

---

<sup>99</sup> Idem (p. 151)

Outro sujeito transfigurado em personagem-emblema da prosperidade norteparanaense foi o empresário e fazendeiro José Garcia Villar. A Viação Garcia, companhia de ônibus da qual Villar era sócio, desde o início da colonização figurou como metáfora e testamento do progresso da cidade. Lucrando com o intenso fluxo de pessoas que se dirigiam a Londrina e região, a firma expandiu-se rapidamente, enriquecendo seus sócios. Os serviços de transporte da Viação Garcia sempre foram celebrados nos discursos oficiais como elementos fundamentais para o desenvolvimento local. E, por sua vez, a história da empresa era frequentemente atrelada à de seus sócios, principalmente à de Celso Garcia Cid e José Garcia Villar. Em *Construtores do Progresso*, Villar foi objeto de uma admirável narrativa, que expôs de forma grandiloquente sua ascensão financeira. No texto biográfico, o pobre lavrador espanhol José Garcia Villar aparece realizando no norte do Paraná os grandiosos sonhos que sua natureza lhe impunha já na infância.

Seu nome é um dos componentes do título da grande empresa que palmilha as estradas, modestas e roceiras ou modernas e geniais vias de asfalto e conforto. Ao enunciado 'Viação Garcia' os que o conheceram recordam-se de sua personalidade, de seus feitos, encontrando nele um dos pró homens que realizaram a cafeicultura, que ingressaram na senda da moderna pecuária, que se dedicaram a empreendimentos vitoriosos (no seu caso, feliz coincidência, uma empresa quilométrica, a lembrá-lo sempre, por toda a parte).

Devemos relatar os caminhos que ele percorreu afanoso, sonhando e realizando rapidamente. Seguir-lhe as pisadas longe, até encontrá-lo calcando as cinzas de uma derrubada, no período imediatamente anterior ao surgimento de um novo cafezal. Façamo-lo. Porém, antecipemos um número geral de alto significado: ele plantou 1.805.00 pés de café e formou nove grandes propriedades agrícolas.

Ele começou, aos 14 anos, as mãos empunhando uma enxada diligente, em ruas e carreadores de cafeeiros que nunca sonhou viesse a ter iguais, para si e para seus descendentes. Ou terá sonhado este sonho bom, que depois, viu realizado pelo seu esforço?<sup>100</sup>

Como se vê, nesta narrativa a estratégia utilizada pelo autor foi a inversão cronológica. Primeiro, o texto apresenta o símbolo triunfal do *self-made-man*: a ilustre Viação Garcia. Depois, contrapõe este elemento culminante à sua origem: o trabalho

---

<sup>100</sup> Branco e Anastácio (1960, p. 15)

braçal nos cafezais. A justaposição destes elementos denota de maneira bastante evidente a ascensão social do retratado. Continuando na mesma narrativa, o autor elenca um sem-número de “empreendimentos vitoriosos” protagonizados por Villar, além de exibir fotos de suas várias fazendas. E ainda na sequência, o texto dá a conhecer um símbolo que um dos filhos de Villar teria mandado forjar em lembrança à trajetória ascensional do pai: uma enxada de ouro.

No Boletim do Rotary Club de Londrina, escreveu o poeta Almeida Júnior, a respeito da enxada de ouro mandada lavar por José Garcia Molina: “quis simbolizar com essa dádiva a gratidão ao pai, que iniciou sua vida com aquele instrumento, que de tal princípio orgulhou-se sempre, guardando-o, como relíquia; e quem, por seu trabalho constante, pelo exemplo de homem de bem, pelo caminho bom que deu aos filhos, soube transformá-la numa enxada de ouro”.

Em verdade o velho Garcia Villar tinha a enxada primitiva, de ferro pobre, pendurada em seu escritório.

Na réplica em ouro, foi gravado o soneto “A Enxada de Ouro”, que Almeida Junior compôs:

Foi nas terras de Espanha. Um moço obreiro,  
cavando a gleba, um sonho teve e belo!  
- Partir como partia um cavaleiro  
à conquista de um bem e de um castelo

No Nôvo Mundo colocou anélo.  
Usando a enxada em vez do gládio, ordeiro,  
em terras do Brasil, simples, singelo,  
um monumento ergueu de honra e dinheiro.

E velho, e rico, a palma calejada,  
Guardou consigo sempre a velha enxada  
Como quem guarda autêntico tesouro

Morreu feliz. Da pátria, um dia, o filho,  
clamor ouvindo, a enxada alçou, e um brilho  
estranho viu que ela espargia – De ouro!<sup>101</sup>

No soneto, a transmutação da enxada “de ferro pobre” em uma enxada de ouro atua claramente como um signo que resume a trajetória do *self-made-man*. O emblema concentra em si as ideias de trabalho (a enxada), de progresso (a transformação valorizadora) e de riqueza (o ouro): três dos elementos primordiais nas histórias de *self-made-men*. Como é bastante claro, este personagem recorrente nas

---

<sup>101</sup> Idem (p. 26)

idealizações biográficas da elite local carrega em sua constituição aspectos heroicos típicos. No caso de Villar, a menção ao gládio e a comparação com o cavaleiro conquistador deixam isto bastante evidente. No exemplo de Soiti Taruma, o adjetivo “herói” chega a ser explicitamente utilizado para descrever o protagonista. E na história de Gregório Wladeck podemos encontrar elementos arquetípicos da jornada do herói, conforme identificados pelo mitólogo Joseph Campbell (como a passagem sacrificial e o final triunfante). Este tipo de perfil em que o *self-made-man* é o próprio herói da épica história norte-paranaense é quase regra nos discursos hegemônicos dos anos 1950. Nesta década, esta fórmula se cristalizaria de tal forma a perdurar nas décadas seguintes, chegando mesmo a compor o imaginário acerca do caráter dos “desbravadores” de Londrina e do norte do Paraná. Se nos textos de Adriano Gomes o perfil heroico do pioneiro se encontra ainda em estado prototípico, nos anos 1950 este modelo biográfico ganharia uma forma bastante acabada no trabalho dos jornalistas/colunistas sociais. Em *Construtores do Progresso*, o perfil escrito para o fazendeiro Olavo Godoy pode servir como exemplo bastante eficaz para demonstrar o uso da epopeia heroica como estratégia padronizada de construção biográfica.

Seus pais o queriam médico, mas sua paixão todavia era a vida ao ar livre, a qual exercia em seu íntimo verdadeira fascinação. Foi aí que fez aos seus genitores a revelação: não queria mais continuar os estudos, mas sim ingressar no sertão. Seus genitores e amigos não lhe deram total crédito aos seus arroubos de bandeirantismo, pois o julgavam muito acostumado com as facilidades da vida na cidade. No entanto escreveu ao seu irmão Álvaro, já fixado nesta região. A carta veio, interessante, curiosa, completa, e trazia a cabal e descritiva a resposta que procurava:

“Vivo em pleno sertão, as terras são férteis e promissoras. A vida é dura. Se você quer, venha, e se não se acostumar o mesmo trem que o trouxe, o levará de volta...”

Na bagagem, mocidade, coragem e paixão pela terra, seus pais modestos não podiam contar com recursos materiais. 10 de janeiro de 1937 Olavo deixa sua terra natal rumo a Londrina. Não para experimentar, mas sim disposto a ficar. Deixou o colégio, os amigos e talvez um pedaço de sua alma ao empreender o salto para o desconhecido. No alpendre sua mãe com os olhos razos d’água, via seu vulto se distanciar.

Álvaro o aguardava. Foram para o ranchinho de palmito onde o irmão já possuía uma safra de porcos. E emoldurava o quadro, a mata virgem.

Os primeiros dias foram cruciais. Era a transição da vida na cidade para a vida no Sertão.

De início, serviços gerais: derrubadas, plantios de roças, invernadas e cafezais e a luta dioturna com as criações, uma grandiosa luta a céu aberto, contra intempéries para o progresso da região. Eram os pioneiros. Às vezes a nostalgia e a profunda solidão deixava-o desesperado pondo a prova sua resistência. O isolacionismo em que vivia só era superado pelo amor que já dedicava a terra. A coragem foi grande para manter a persistência e enfrentar a luta ferrenha do homem contra a natureza selvagem e agressiva. Apesar de tudo acompanhava o irmão. Os anos foram passando quase que sem serem percebidos, pois no rancho não havia calendário. As cousas já tomavam novo rumo. A Fazenda Santa Helena tomava formas e substituía a mata. (...) Prosperam a custa de ingentes sacrifícios.”<sup>102</sup>

A jornada de Olavo Godoy passa pelas principais etapas do percurso tradicional do herói arquetípico. A narrativa biográfica do fazendeiro inicia-se com aquilo que Joseph Campbell entende como o “o chamado da aventura”. Via de regra, neste ponto o herói é convocado, quase que à sua revelia, para participar de uma extraordinária e promissora aventura. No caso de Olavo, o arauto que chama o protagonista em direção ao destino venturoso é sua própria “paixão pela vida ao ar livre, a qual exercia em seu íntimo verdadeira fascinação”. Este chamamento convoca Olavo a viver no sertão norte-paranaense, onde as terras são “férteis e promissoras”, como lhe escreve o irmão. Como nas clássicas histórias de heroísmo, o chamado convida o protagonista a “um grande empreendimento histórico”, que no caso era a colonização da região. Campbell assim resumiria esta primeira etapa da jornada do herói:

Este primeiro estágio da jornada mitológica – que denominamos aqui “o chamado da aventura” – significa que o destino convocou o herói e transferiu-lhe o centro de gravidade do seio da sociedade para uma região desconhecida. Essa fatídica região dos tesouros e dos perigos pode ser representada sob várias formas: uma terra distante, uma floresta, um reino subterrâneo, (...) mas é sempre um lugar habitado por (...) façanhas sobre-humanas e delícias impossíveis.<sup>103</sup>

---

<sup>102</sup> Ibidem (p. 10)

<sup>103</sup> Campbell (1997, p. 35)

O fim desta etapa ocorre justamente quando o herói decide seguir o chamado, abandonando a antiga vida e deixando-se levar pelas promessas da aventura. É quando o protagonista percebe que o “o horizonte familiar da vida foi ultrapassado; os velhos conceitos, ideais e padrões emocionais já não são adequados”.<sup>104</sup> No caso de Godoy, vemos que ele resolve comunicar à família que “não queria mais continuar nos estudos, mas sim ingressar no sertão”. E que, em 1937, o herói deixa a terra natal, a família, os amigos, o colégio, “e talvez um pedaço de sua alma ao empreender o salto para o desconhecido”. Neste ponto, o herói arquetípico atinge o limiar da aventura, um ponto de transição. E no caso de Godoy isto é representado pelos seus primeiros dias no sertão norte-paranaense: “Os primeiros dias foram cruciais. Era a transição na vida na cidade para a vida no Sertão”.

Após esta etapa, agora no seio da aventura, o herói passa então pelas provações que habitam a terra desconhecida e promissora. Neste estágio o herói atua em sacrifícios, realizando trabalhos em busca de perseverar em uma árdua batalha. Quase sempre, esta diligência visa um objetivo grandioso, que na biografia de Godoy é o próprio desenvolvimento do norte do Paraná: “De início, serviços gerais: derrubadas, plantios de roças, invernadas e cafezais e a luta dioturna com as criações, uma grandiosa luta a céu aberto, contra intempéries *para o progresso da região*. Eram os pioneiros. (...) A coragem foi grande para manter a persistência ferrenha do homem contra a natureza selvagem e agressiva. Apesar de tudo o acompanhava o irmão”.

As aventuras sacrificiais do herói Godoy, como nas jornadas arquetípicas, contam com a colaboração de um auxiliar: seu irmão Álvaro. Passando por diversas provações, martírios e sofrimentos, o herói e seu auxiliar finalmente triunfam, e “prosperam em ingentes sacrifícios”. Na sequência, para ilustrar este triunfo, o texto de *Construtores do Progresso* enumerou uma série de feitos e conquistas materiais dos dois. Mas se estas glórias não foram detalhadas a exaustão na narrativa, é apenas porque na época de sua publicação elas já eram demasiado conhecidas pelos londrinenses. Álvaro e Olavo apareciam com frequência na mídia local, e carregavam a fama de serem dois dos maiores cafeicultores da região. Fama que perdura, inclusive, nos dias de hoje, em que eles são frequentemente lembrados como pioneiros muito bem-sucedidos em sua trajetória desbravadora e ascendente. Verdadeiros *self-made-men* locais. Como é evidente, estas narrativas heroicas foram

---

<sup>104</sup> Idem (p. 31)

pensadas para perdurarem no tempo já no momento em que foram publicadas. Diversas passagens, recolhidas em várias destas histórias, podem atestar esta intenção: “Eles viveram a história”<sup>105</sup>; “seu nome acha-se integrado à história da colonização de Londrina”<sup>106</sup>; “no Panteão histórico de Londrina haverá, eternamente, uma figura, que se projeta pelo heroísmo da Missão cumprida”.<sup>107</sup>

Outra característica marcante destas narrativas heroicas produzidas na cidade é que elas funcionavam, mais ou menos implicitamente, como códigos morais prescritivos. O herói, por admirável que é, quase sempre vem a servir como exemplo de conduta. Sendo um personagem exemplar, carrega em si as virtudes e atitudes que se esperam de todos os membros de determinada formação sócio-cultural. Em alguns textos produzidos na cidade, esta função moralista das biografias dos endinheirados vem à tona de maneira bastante manifesta: em certa passagem, o perfilado é apontado como “exemplo de homem de bem”<sup>108</sup>; em outro texto lê-se: “escolhemos o notável profissional como paradigma, cujo exemplo deve ser seguido por todos”<sup>109</sup>; e em outro perfil, de forma cabal, também é possível identificar a seguinte prescrição moral: “esperançosos de que seu exemplo frutifique, surgindo, como orientação, até os grandes sacrifícios exigidos, procuremos segui-lo, para a grandeza comum de nossa terra”<sup>110</sup>.

O exemplo moral que estes perfis prescrevem é, quase sempre, o do sujeito trabalhador e honesto. Como escreveu Sônia Adum,

O trabalhador no cumprimento de seu papel de legitimar o progresso econômico, deveria ser convencido a fazer de sua existência trabalho... Só trabalho, fazendo-o acreditar que isto significaria liberdade. (...) No centro de tudo se estabelece a

---

<sup>105</sup> Branco e Mioni (1960, p. 16)

<sup>106</sup> Idem (p. 35)

<sup>107</sup> Branco e Anastácio (1969, p. 27)

<sup>108</sup> Idem (p. 15)

<sup>109</sup> Branco e Mioni (1960, p. 136)

<sup>110</sup> Branco e Anastácio (1969, p. 27)

razão burguesa: qualquer outra racionalidade que possa emergir, será da ordem da barbárie.<sup>111</sup>

Concentrando-se nas conquistas realizadas através da labuta, estas narrativas de vida muitas vezes se assemelham a currículos profissionais produzidos por um escritor de epopeias. A honradez do herói está sempre ligada às suas conquistas no campo do trabalho. E invariavelmente, a virtude da honestidade também é bastante ressaltada. É como se fosse importante afirmar que a ascensão financeira do retratado encontrava-se desembaraçada de qualquer desonestidade. Que toda a grandiosidade de sua ascensão teria sido conquistada a duríssimas penas, sem golpes, falcaturas ou outros expedientes inglórios. Se encararmos estes perfis como currículos profissionais, é claro que a afirmação da honestidade passa a ser um expediente importantíssimo. Se o retratado desejasse se beneficiar financeiramente com o seu perfil biográfico, sem dúvida a probidade teria de ser uma das virtudes mais realçadas. De fato, além de constituírem-se como prescrições morais, várias destas narrativas procuravam valorizar a própria imagem do retratado, e muitas vezes com finalidades financeiras. Não foram poucos os que se utilizaram dos perfis biográficos como peças de divulgação de suas atividades profissionais. Inclusive, muitos picaretas de terras se fizeram retratar em uma clara estratégia de divulgação de seus negócios. Foi o caso, por exemplo, de Geraldo e Raymundo Durães, ex-agentes da CTNP que nos anos 1950 continuavam vendendo terras por conta própria. O primeiro foi objeto do seguinte texto:

O que caracterizou como excelente e própria a maneira de agir da Companhia de Terras, no tocante às vendas dos quinhões de sua imensa área, foi a escolha da equipe encarregada dessa missão. Cumpria efetivamente nomear pessoas dignas e idôneas, capazes de desempenhá-la com eficiência cem por cento.

Geraldo Durães, expoente de real destaque no quadro de corretores da grande empresa, ficou logo em evidência, tal a lisura e o tirocínio com o que se houve na realização dos negócios imobiliários iniciados em 1930, quando jovem ainda, veio de Inhumas para o norte do Paraná.

Alimentando a chama da esperança e vislumbrando a desenvolver o pequeno núcleo chamado Londrina, assistiu ao crescimento do chamado norte novo, participando da luta

---

<sup>111</sup> Adum (1991, p. 182)

ingente de todos os que povoaram a região. Aproximando compradores da vendedora, estreitando relações de negócios e fazendo-os concluir, Geraldo Durães, sem sombra de dúvida, foi um pioneiro, perseverante e bravo.

É fácil deduzir dos resultados advindos para o denodado intermediário, cuja renda, auferida durante alguns anos de labuta diuturna, incessante, lhe possibilitou tornar-se proprietário de terras.<sup>112</sup>

O picareta Raymundo Durães, por sua vez, tornou-se personagem da seguinte representação:

#### Self Made Man – Raymundo Durães

Raymundo Durães enfrentou na luta pela vida as mais tremendas dificuldades. Porém, nada o demoveu de seu propósito de vencer, não obstante fosse quando aqui chegou, em 7 de agosto de 1930, destituído de recursos financeiros e muito jovem.

Naquela época a Cia. de Terras Norte do Paraná dava seus primeiros passos na grande obra colonizadora de Londrina e grande parte do norte do Estado.

A pouca idade do Sr. Durães (18 anos) não lhe permitiu logo a realização do empreendimento vultoso, mas a sua inteligência e notável espírito de argúcia e observação de que é dotado, manifestaram-se desde a juventude. (...) Tornou-se grande amigo do sr. Arthur Thomas, que era o gerente geral da empresa. Insistentes vezes solicitou-lhe emprego de agente de vendas de terras. Todavia, sua mocidade (tratando-se de pessoa menor de 21 anos) era um argumento que obstaculizava a consecução de seu propósito. O Gerente da companhia no entanto resolveu dar-lhe sua chance, e qual não foi sua surpresa, logo após o primeiro semestre de atividade do novo vendedor, ao constatar o grande êxito que vinha tendo em sua função. E desde aquela ocasião até os anos 1950, quando se retirou da Cia., foi sempre o primeiro em vendas.

Convém destacar, para que os leitores tenham uma ideia da asperesa de um tal serviço, que muitos intermediários e vendedores tiveram que sofrer os perigos de doenças pertinazes, inclusive a febre amarela, ficando por vezes embrenhados e perdidos durante vários dias nas matas virgens, sem esperança de volver aos núcleos da civilização.

---

<sup>112</sup> Branco e Mioni (1960, p. 56)

O pioneiro Raymundo Durães passou por todas essas dificuldades. Não quis apenas ser vendedor. Apesar de continuar exercendo sua profissão e convencido de que as terras do setentrião paranaense eram e são realmente ubérrimas, resolveu tornar-se, também, lavrador.

(..)

O notável pioneiro fez construir as duas primeiras casas de alvenaria em Londrina, as quais se ergueram no local onde hoje existe o edifício América, em obras, na Avenida Paraná, esquina com Rio de Janeiro. Nas quatro datas que adquiriu em 1932 pela importância de 3 contos de réis, mais tarde fez levantar os edifícios Durães e Salomé, dois conjuntos que embelezam a paisagem arquitetônica de Londrina.

Raymundo Durães – um “self-made-man”, como diriam os cidadãos de fala inglesa – foi o homem que conseguiu com dificuldades o emprego de agente de venda de terras. Descrevendo o que ele realizou, pode-se avaliar o quão espantosa não seria a surpresa de alguém que, como o seu extremado amigo M. Thomas, tivesse relutado em dar-lhe no início da vida uma simples colocação de corretor imobiliário.<sup>113</sup>

Como se vê, os perfis biográficos dos dois corretores são representações muito proveitosas para os negócios de ambos. Nestas narrativas, todo o imaginário heróico existente em torno da figura do *self-made-man* é colocado a serviço das reputações profissionais dos Durães. Na história de vida de Geraldo, vemos o pioneiro “perseverante e bravo”, “participando da luta ingente” que tinha como finalidade “desenvolver o crescimento do norte novo”. Neste retrato, nenhum traço de ambição egoísta ou mesquinha. Pelo contrário, é o altruísmo benevolente do personagem que permite explicitar suas virtudes: “digno”, “idôneo”, “liso”. No texto, são estas as finas qualidades que fizeram com que Geraldo Durães pudesse se tornar, de forma honesta, um proprietário de terras. Atributos que todo cliente gostaria de encontrar em um vendedor.

Já em Raymundo Durães, a figura do *self-made-man* é utilizada categoricamente pelo autor, que aplica o termo de forma explícita no próprio título do texto. Na narrativa, Raymundo começa “destituído de recursos financeiros e muito jovem”. Na sequência, como funcionário da CTNP, passa pelos perigos das matas virgens, onde sobrevive a severas doenças e fica dias perdido, embrenhado, “sem esperança de volver aos núcleos da civilização”. No entanto, após estes infortúnios, o

---

<sup>113</sup> Idem (p. 128)

talento e a obstinação no trabalho fazem com que ele persevere e se torne, finalmente, um proprietário de terras. E, para além disso, Raymundo é também um construtor, sendo um dos responsáveis diretos por erigir importantes símbolos da modernidade londrinense (primeiro, as casas de alvenaria, e depois, os edifícios). Raymundo Durães, um homem que embora muito rico, por ser um construtor do progresso, preocupava-se sobretudo com a coletividade.

Como podemos notar, algumas destas narrativas típicas do herói *self-made-man* eram produzidas com a finalidade de qualificar positivamente seus personagens e, como resultado, ajuda-los a atrair clientes ou compradores de terras. Para homens como Geraldo e Raymundo Durães, representar o papel do herói pioneiro, honesto e trabalhador, sem dúvida era um expediente rendoso. Mas apesar do esforço empreendido para se representarem como tal, nem todos os observadores que se deparavam com os picaretas da cidade os enxergavam como heróis. Havia mesmo aqueles que pareciam encontrar certa desonestidade em seus métodos. Um destes homens foi o jornalista norte-americano Frank White, da revista *Life*. No ano de 1950, ele veio a Londrina para escrever sobre a “corrida do Ouro Verde”, cuja fama se alastrava pelo Brasil e, como se vê, também por outros países. White passou uma semana na cidade, reparando em seus tipos e observando a movimentação financeira que corria nos bastidores do Eldorado. Ao jornalista interessou, sobretudo, os negócios da picaretagem. E os corretores que ele viu na cidade não tinham nada de heroicos. Para White, estes vendedores interpretavam um outro tipo de papel, sem dúvida menos lisonjeiro. Na matéria veiculada pela revista norte-americana, White publicou um interessante “glossário” no qual procurou caracterizar os personagens que atuavam nos negócios de terras em Londrina.

Para o completo entendimento desta reportagem, recomenda-se o estudo do vocabulário londrinense:

Jacu – Estúpido pássaro que voa em direção à arma quando alguém assobia; igualmente, jacu é o apelido para o fazendeiro que espera enriquecer com a cafeicultura.

Picareta – Vendedor de terras que representa um marreta.

Marreta – Dono (geralmente ausente) de terras próprias para a cafeicultura.

Cão de Caça – Agente que assobia para os jacus em seu habitat natural e os envia para Londrina.

Espião – Acompanhante (pago pelo picareta) que guia jacus por Londrina.

Coringa – Jacu falso, que ajuda o picareta ofertando um alto preço pela terra.<sup>114</sup>

Neste grupo de personagens descritos por White, o picareta cumpre uma função específica dentro de um bando que gravita em torno dos negócios de terras. Na sequência da matéria publicada na *Life*, descobrimos o propósito último desta rede de picaretagem: engabelar os compradores, ludibriar os clientes, que, aliás, são referidos sob o vernacular termo “jacu” – o estúpido pássaro que, enganado, voa diretamente em direção à sua própria desgraça. Para representar o protagonista deste teatro da picaretagem, White escolheu Fuad Abud, intitulado na matéria como o “rei dos picaretas de Londrina”. Personagem central da narrativa, os métodos de Abud revelam, ato por ato, a articulação do bando a serviço de um marreta, de um dono de terras. A primeira cena da reportagem mostra um cão de caça chamando a atenção de um jacu em outra parte do Brasil, distante de Londrina. O jacu, empolgado pelas promessas do cão de caça, decide viajar até a cidade em busca de seu próprio pedaço de terra abençoada. Depois do processo de convencimento, o cão de caça dá a letra ao picareta, que, em Londrina, aguarda a chegada do jacu.

Geralmente avisado por um de seus cães de caça, Fuad saca o jacu antes de ele chegar à cidade. (...) Fuad então rapidamente entrega o jacu aos cuidados de um espião. O espião pastoreia o jacu pela cidade, e o ajuda a encontrar um local para ficar. Não importa em que horário esta performance tenha começado, ela está programada para terminar em algum horário entre as 9 p.m. e as 3 a.m. em um dos bares de Londrina. Nestes bares, como de costume na cidade, um lado está repleto de jacus e de seus espiões-acompanhantes, e o outro está cheio de picaretas. Após duas horas de uma atraente descrição das terras londrinenses, o jacu é levado até um lote. As primeiras horas da manhã são as escolhidas para este momento que é o mais importante da transação, porque ao amanhecer a terra parece mais interessante ao fazendeiro – pelo menos ao fazendeiro brasileiro. O coringa, reclamando – até o último minuto – que *e/le* quer aquele pedaço de terra, geralmente ajuda o jacu a tomar uma decisão rapidamente. O dinheiro troca de mãos, e o jacu recebe um título de terras.<sup>115</sup>

---

<sup>114</sup> Life Magazine, 1950. Tradução realizada pelo autor deste trabalho.

<sup>115</sup> Idem.

Como se pode ler na matéria de White, o bando de vendedores arma um sofisticado expediente para convencer o jacu a comprar uma porção de terras. E, no momento decisivo, entra em cena a figura do coringa, que se passando por um comprador interessado, faz com que o jacu decida adquirir a terra rapidamente, oferecendo mais dinheiro. Após esta encenação na qual o jacu desconhece o próprio papel, os outros personagens dividem os lucros do negócio entre eles.

O jornalista americano, como notamos, representou a figura do picareta de forma bastante distinta daquela fabricada por seus colegas londrinenses. Sem nenhum tipo de compromisso financeiro com Abud ou com qualquer outro figurão local, White não se sentiu compelido a criar uma áurea laudatória para seus personagens. Pelo contrário. Se em Gustavo Branco os picaretas são heróis, para Frank White eles se assemelham a vigaristas astutos, que fazem parte de uma espécie de quadrilha especializada em engambelar jacus. Usando de expedientes malandros, os picaretas de White dão a ideia de um bando interessado sobretudo em enriquecer rapidamente, sem os escrúpulos, honestidades e pudores típicos do *self-made-man* das peças de colonismo social da cidade. Em White, temos uma representação destoante das ladainhas apologéticas com a qual os endinheirados do Eldorado estavam acostumados; uma caracterização, enfim, pouco enobrecedora para os construtores do progresso local.

Se White tivesse publicado sua matéria em Londrina ou mesmo em uma revista que circulasse no Brasil, possivelmente o texto não teria sido muito bem recebido pelos membros da elite que a lessem. A julgar por outra experiência, vivida por um jornalista local na década de 1950, pode-se dizer que os “donos” de Londrina não costumavam lidar de forma amistosa com aqueles que os retratavam de maneira não-elegiosa. Esta animosidade foi vivida por Edison Maschio. Em 1959, este jornalista lançou o primeiro romance totalmente escrito, publicado e ambientado em Londrina. *Escândalos da Província* foi lançado no mesmo ano em que se comemorava o Jubileu de Prata, momento em que os endinheirados do café davam vazão hiperbólica aos seus triunfalismos ufanistas. Neste contexto, como vimos, os novos ricos se faziam representar como personagens heroicos, trabalhadores honestos, bravos pioneiros responsáveis pelo êxito da civilização na boca do sertão. No entanto, no romance de Maschio, estes sujeitos financeiramente emergentes foram caracterizados de forma bastante distinta.

*Escândalos da Província* é um romance satírico. No livro, a cidade de Pequena Londres é descrita como um território marcado pela corrupção, pelo enriquecimento ilícito ou imoral. A cidade representada por Maschio é habitada por sujeitos interesseiros, dispostos a qualquer expediente para ascender socialmente. Uma cidade, enfim, onde o único interesse comum a toda a população é o dinheiro. Como diz a certa altura um personagem do livro: “Noto que três coisas tem sido objeto do interesse deste povo: café, cretinice e dinheiro”. Em outro momento do romance, o narrador procura caracterizar Pequena Londres de forma lapidar: “a terra onde todos os corruptos estavam ricos”<sup>116</sup>. Partindo desta interpretação sobre o *ethos* dos habitantes da cidade, Maschio passa a caracterizar os membros da elite pequeno londrina, procurando mostrá-los como fundamentalmente mesquinhos, interessados apenas em levar vantagens financeiras de todas as formas.

No romance, os personagens põem em cena diversos gestos que demonstram suas obsessões por mais e mais dinheiro. A socialite Walkiria Sardanapalo paga para aparecer nas colunas sociais, buscando desta forma construir uma boa reputação e, como consequência, conseguir um marido rico. O padre Herman têm métodos de arrecadação bastante pitorescos e eficientes, e, em certo episódio, negocia com o delegado a liberação dos jogos de azar em eventos da igreja. O delegado aceita a proposta mediante uma porcentagem dos lucros. O juiz Leon Arrochelas vende suas sentenças para Aderlado Nobre, um advogado que o paga com favores sexuais. E o jornalista Tibúrcio Lastragol ganha a vida extorquindo ricos para, em troca, manter o silêncio sobre seus podres.

Mas estas condutas pecuniárias, estes gestos mesquinhos ou imorais presentes no romance, são todos mascarados por seus protagonistas, que produzem ativamente diversas representações de si. Para esconder estes expedientes inglórios e entendidos como imorais, em *Escândalos da Província*, os endinheirados recorrem a diversas estratégias. O prefeito Sinfrônio Arrabal paga para que seu irmão não apareça na cidade, e, desta forma, não prejudique sua carreira tornando público um passado obscuro, no qual o pai figurava como um imoral *habitué* de prostíbulos. Um imobiliário envolvido em estelionatos ofusca seus podres ao posar de benemérito, doando para a igreja um vitral com seu nome gravado. O cartorário Arconço Escuculha, no leito de morte, decide omitir da autobiografia os fatos condenáveis de

---

<sup>116</sup> Maschio (2011, p. 54)

seu passado: “Era difícil dizer a verdade; resolvia sem demora riscar as passagens desinteressantes...”<sup>117</sup>.

Neste cenário em que é preciso representar a si próprio para minorar episódios pouco heroizantes, o jornalismo cumpre uma importante função. No romance, o jornalista Tibúrcio Lastragol lucra com a necessidade dos endinheirados em se representarem como probos e ilibados. Além da venda do silêncio, através do achaque, Tibúrcio também comercializa o elogio. Sua visão do jornalismo exercido na Pequena Londres é bastante incisiva: “Para Tibúrcio, a sociedade londrina queria um jornal que lhe fizesse o elogio diário”.<sup>118</sup> No romance, a Pequena Londres aparece como uma cidade onde a encenação de si era um lugar comum. A hipocrisia – no sentido da invenção cênica de si próprio – aparece como uma espécie de *ethos* local, confundindo-se com uma desonestidade igualmente disseminada: “Num misto de hipocrisia e mentira, havia de tudo em Pequena Londres. E ninguém tinha o direito de pensar na cartilha da honestidade”. Para o narrador de *Escândalos*, os novos ricos desejavam criar imagens elogiosas de si próprios justamente para recalcar um passado desonesto, que era o ponto de partida comum a todas as fortunas produzidas na cidade.

Na cidade, de um modo geral, não havia tradições a respeitar. Ninguém conhecia ou avaliava o passado de ninguém. Todos agiam vulgarmente, oriundos de um safra de novos ricos. O espetáculo da dignidade estava acicamente manchado por ocorrências deprimentes. Cada novo rico que cruzava as ruas de Pequena Londres, guiando um majestoso cadilque, merecia a pecha de qualificado ladrão de ontem, porém respeitável cidadão de hoje.<sup>119</sup>

Para Edison Maschio, a produção dos *respeitáveis cidadãos de hoje* era um expediente levado muito a sério pelos membros da elite londrinense. E ele sentiu esta seriedade na pele. Quando publicou sua sátira reveladora dos podres de figurões locais, Maschio foi ameaçado de morte, e teve que deixar a cidade. Alguns se sentiram retratados no livro, e o autor do primeiro romance de Londrina foi forçado a

---

<sup>117</sup> Idem (p. 104)

<sup>118</sup> Ibidem (p. 54)

<sup>119</sup> Ibidem (p. 35)

um auto-exílio de três meses. Certamente, o romance de Maschio era substancialmente diferente das narrativas que os novos ricos arranjavam para si com o auxílio dos jornalistas/columnistas sociais. *Escândalos da Província* manchava a imagem heroica que estes indivíduos gostariam de ter para si. No lugar dela, Maschio tratava justamente da baixeza dos gestos pecuniários que se escondia por trás das panegíricas imagens laudatórias.

#### 4. Biografia Histórica & Anti-Heroísmo

Como vimos, a heroicização de personagens da história de Londrina foi um processo instaurado desde os primórdios da colonização empreendida pela companhia inglesa. Naquele contexto dos anos 1930, a eleição de protagonistas para a história local e a caracterização elogiosa destes mesmos personagens eram expedientes ligados ao estabelecimento e à manutenção dos interesses da própria companhia colonizadora. As representações dos sujeitos faziam parte de uma estratégia publicitária da CTNP. Estratégia que avançava pelos territórios do jornalismo, do marketing político e do colunismo social, nublando as fronteiras genéricas destas categorias. A heroicização dos homens da Companhia e de seus aliados cumpria finalidades financeiras e políticas. Tratava-se sobretudo de uma economia das reputações, onde o capital simbólico dos indivíduos era manejado instrumentalmente. Uma estratégia em que as imagens dos sujeitos atuavam como signos da confiabilidade da Companhia, ou então, em sentido contrário, as imagens da Companhia emprestavam boa reputação aos homens que representavam seus interesses.

Nos anos 1950, o fenômeno da heroicização local transformou-se consideravelmente. Em primeiro lugar, novos nomes passaram a ocupar os lugares dos protagonistas. Neste momento, os membros da elite enriquecida pelo *boom* cafeeiro são os eleitos para os principais papéis destas narrativas histórico-biográficas. E a figura arquetípica do herói advém de forma cabal, protagonizando relatos que remetem claramente às mitológicas histórias heroicas. Do passado precário ao presente triunfante, no contexto da colonização local estes heróis revisitam as clássicas narrativas dos *self-made-men*. As representações de indivíduos também são motivadas, muitas vezes, por interesses políticos e financeiros, e em diversos casos os panegíricos atuam como publicidade dos sujeitos e de seus respectivos negócios. Mas, sob um ponto de vista mais genérico, as narrativas heroicas dos anos 1950 são todas criadas no sentido de instaurarem uma demarcação social. Os enriquecidos desejavam criar uma diferença em relação à massa de migrantes que ocupava a *urbs* em seu feroz processo de expansão. A narrativa do enriquecimento, da superação do passado precário e pobre, era uma maneira de instaurar esta distinção. As trajetórias heroicas davam o recado implícito: os ascensos diferem dos aspirantes à ascensão – eles não são apenas financeiramente privilegiados, mas também moralmente superiores.

Este processo de heroicização das biografias históricas locais cristalizou-se, persistiu no tempo, orientando, mesmo nos dias de hoje, a forma hegemônica de se caracterizar os “pioneiros” da cidade: indivíduos virtuosos, trabalhadores, honestos e altruístas que, “partindo do nada” ascendem socialmente e constroem, conjuntamente à fortuna pessoal, a própria civilização londrinense. Esta cristalização histórico-biográfica foi resultado de um esforço empreendido pelos discursos hegemônicos durante todas estas primeiras décadas da colonização. Embora estes discursos tenham alterado seus emissores no decorrer dos anos, o programa que os informavam manteve-se praticamente intacto. Dito de outra forma: os valores que se encontram subjetivados nestes personagens heroicos são, de maneira geral, os mesmos em todas estas primeiras décadas da colonização. Heróis da Companhia de Terras, heróis da elite do café – todos eles pretendem personificar a realização de uma série de valores liberais. São personagens-ideia, signos “videntes”, representações subjetivantes que procuram atestar o triunfo do progresso, da civilização, da modernidade, do trabalho e do capital. Heróis informados por esta sorte de valores liberais. A este ideário que constitui a estrutura profunda das narrativas heroicas, o pesquisador Flávio R. Kothe deu o nome de *dominante*.

A dominante é contexto textualizado de modo partidário ou totalizador para persuadir segundo a diretriz semântica traçada pela orientação de sua estrutura profunda. É um poder secreto que impera em todo o sistema [narrativo], o conjunto das conexões entre as partes, a razão íntima de suas ênfases e seus escamoteamentos. (...) A dominante é a diretriz política do sistema, a teia íntima daquilo que vai acontecendo no sistema, a instância que decide o que nele cabe e o que nele não cabe, bem como o modo pelo qual ele vai aí se integrar. Ela é o que diferencia um sistema em relação aos demais, o que faz com que ele seja ele mesmo e não outro. É a própria essência enquanto vontade de poder.

(...)

O herói é portanto estratégico para decifrar o texto como contexto estruturado verbalmente.<sup>120</sup>

O que organiza a figura do herói local – sua dominante, como prefere Kothe –, são os valores ligados a um projeto liberal de história. É esta espécie de ideário que o

---

<sup>120</sup> Kothe (1987, p. 7)

herói londrinense pretende personificar. E como o herói é sempre um personagem que triunfa, o ponto culminante de sua trajetória simboliza também o triunfo dos valores que ele representa. No caso de Londrina, o herói que sobe na vida, vitorioso, é um signo da realização da utopia do progresso. E também, ao nível do indivíduo, o elogio ao modo adequado, moralmente correto de se viver esta utopia: por meio da dedicação exclusiva ao trabalho. O herói local perpetua-se como um símbolo sinonímico àquela máxima em latim, escolhida em 1959, para ser inscrita no Brasão de Armas do Município: “Prompte labore progredior”, ou em português, “pelo trabalho progredir rapidamente”. A ideia de um progresso redentor pelo trabalho (dois valores liberais covalentes) é o que informa a caracterização e a trajetória destes heróis representantes da cidade.

Não por acaso, o herói foi o protagonista idealizado para a épica história da colonização que os discursos oficiais pretenderam narrar desde o início da ocupação da região. Nesta historiografia oficial, mesmo quando a cidade era um acampamento improvisado na mata, o progresso sempre apareceu como um valor plenamente realizado, instalado, concretizado. E todos os vetores negativos ao progresso, suas contradições, negligências e bordas, foram repetidamente omitidos da história. O herói só de virtudes e de vitórias – não surpreende que este tenha sido o personagem escolhido como protagonista desta história sem conflitos, completamente plana e triunfalista.

Assim como o imaginário do pioneiro herói, a história produzida pelos aparatos discursivos das elites econômicas e políticas também se cristalizou e foi socialmente difundida como a história da cidade. A versão que privilegia o ponto de vista dos enriquecidos no processo de colonização foi amplamente apregoada, o que perenizou a imagem de um passado plenamente pacífico, no qual a civilização instaurou-se aproblematicamente, sem nenhum tipo de discordância, embate ou fator negativo. Esta história hegemônica que habita o senso comum foi, no entanto, exitosamente relativizada no âmbito acadêmico. Vários pesquisadores procuraram recontar a história da colonização de Londrina e do norte do Paraná sob outras perspectivas, optando por negarem ou por se desviarem dos postulados difundidos pela historiografia oficial. Este processo ganhou força, sobretudo, no fim dos anos 1980 e início dos anos 1990. Neste período foram escritos alguns trabalhos importantes no sentido de deslocar perspectivas e alargar o que se conhecia em termos de história local. Datam desta época pesquisas como as de José Joffilly, Sônia Adum, Nelson Tomazi e José Miguel Arias Neto. Todos estes pesquisadores procuraram demonstrar

pontos frágeis na historiografia oficial e, ao mesmo tempo, introduzir elementos para uma compreensão renovada da história de Londrina. Joffilly reinterpretou o processo da ocupação inglesa, desvelando sobretudo as intenções imperialistas dos colonizadores. Adum, em uma abordagem benjaminiana, opôs o discurso celebrante da civilização local às imagens da barbárie por ela produzida. Tomazi procurou revelar o aspecto “mítico” dos discursos da Companhia de Terras e relativizar, sistematicamente, as imagens hegemônicas referentes à história da cidade. E Arias Neto dedicou-se, principalmente, a identificar a construção do imaginário do Eldorado como uma estratégia legitimadora de poderes.

Um pouco mais tarde, em meados dos anos 1990, outra série de pesquisas continuou abrindo caminhos alternativos em relação à historiografia oficial. Debruçando-se sobre uma documentação pouco usual, Rogério Ivano pretendeu revelar uma coleção de imagens referentes ao norte do Paraná (várias delas produzidas mesmo antes da colonização inglesa) que foram deixadas de lado pelos discursos hegemônicos. Tony Hara revisitou a história local tendo como ponto de partida quatro crimes cometidos em Londrina entre os anos de 1948 e 1970<sup>121</sup>. Rivail Carvalho Rolim traçou um panorama das sofisticações operadas no aparato policial local, demonstrando que este incremento pretendia, sobretudo, conter a criminalidade subjacente ao crescimento populacional da cidade. Antonio Paulo Benatte focou seus estudos na prostituição e na vida boêmia local, postulando uma oposição territorial e simbólica na cidade – centro/margens –, e trazendo à tona experiências sociais de grupos marginalizados pelos poderes citadinos. Edson Holtz, por fim, deu continuidade à pesquisa de Benatte, revelando novos aspectos sobre a história da prostituição local.

Mesmo compreendendo que este conjunto de pesquisas não tenha sido socialmente difundido na mesma intensidade como foi a historiografia oficial – e que, portanto, não tenha remodelado de maneira determinante o imaginário social referente a Londrina e região –, também é preciso admitir que estes estudos revisionistas obtiveram sucesso ao desmonopolizar as narrações e interpretações acerca da história local. A partir destas pesquisas, não se pode mais admitir que o discurso hegemônico seja considerado como a única via disponível para se historicizar a cidade. E, da mesma forma e conseqüentemente, tornou-se inviável acatar sem questionamentos o discurso do progresso triunfal empreendido pela historiografia oficial. Isto porque estas pesquisas realizadas a partir do fim dos anos 1980 trouxeram

---

<sup>121</sup> Cf. Hara (1997)

à tona, cada uma ao seu modo, imagens que permitem vislumbrar outra Londrina, bastante diferente daquela idealizada pelas elites econômicas e políticas que capitalizaram a colonização. À cidade sem contradições e conflitos, onde a convivência pacífica, o trabalho, a prosperidade, a modernidade e o progresso beneficiam a todos indistintamente, opôs-se uma outra perspectiva, em que a violência e a desigualdade, dentre outros produtos residuais do progresso, aparecem como legítimos constituintes da história.

Em contraposição à história hegemônica, oficial, publicitária e épica, os historiadores produziram alternativas anti-épicas, nas quais as incongruências inerentes ao processo colonizador saltam aos olhos. No entanto, embora a versão epopeica da colonização tenha sido relativizada ou mesmo combatida com êxito, as pesquisas revisionistas não criaram representações alternativas em relação ao protagonista padrão da história hegemônica: o herói. Se na versão oficial da história local a dimensão da vivência individual foi representada pela trajetória do herói, as interpretações alternativas não privilegiaram a representação biográfica de seus personagens. Estas pesquisas trataram, sobretudo, de grupos ou classes sociais: indígenas, caboclos, trabalhadores, pobres, prostitutas, criminosos, etc. É claro que, vez ou outra, estes trabalhos trazem à tona, de passagem, a identidade de sujeitos compreendidos como integrantes destas categorias. Mas em nenhuma delas houve a intenção ou a preocupação em se engendrar trajetórias biográficas que produzissem o efeito da história vivida, que desvelassem a dimensão individual possível destas construções historiográficas não-hegemônicas. Talvez, uma das razões que tenha demovido os pesquisadores a optar pela pesquisa biográfica foi a noção, mais ou menos difusa, segundo a qual a abordagem biográfica é obrigatoriamente elitista, por privilegiar via de regra uma história de vida em detrimento de todas as outras possíveis. Em oposição à narrativa do herói, feita no singular, estas pesquisas optaram pela pluralidade de vozes, identificando em cada uma delas a representação de uma categoria coletiva. A apreciação de uma polifonia de sujeitos serviu como documentação ilustrativa de grupos sociais: os “vencidos”, os “dominados”, os “marginais”. Categorias consideradas mais proficientes para um entendimento renovado e “democrático” da história local.

No entanto, no meio acadêmico, a biografia histórica tem sido frequentemente compreendida como um gênero bastante válido justamente no sentido se alcançar interpretações renovadas em relação à história social de determinada formação sócio-cultural. Pelo menos desde a década de 1970, a biografia voltou a ter legitimidade

epistemológica junto à comunidade de historiadores. A aceitação do gênero deve-se, em grande parte, ao êxito empreendido por célebres pesquisas como as dos micro-historiadores Carlo Ginzburg e Giovanni Levi, nas quais a análise de seus objetos-sujeitos resultou em vigorosos exemplos historiográficos. A abordagem destes pesquisadores inovou ao tratar as trajetórias biográficas não como ilustrações ou exemplos de um contexto histórico dado *a priori*, mas como histórias de vidas que poderiam promover, elas próprias, desvios e reinterpretções em relação a consensos historiográficos pré-concebidos. O que estes micro-historiadores pretenderam foi a realização de pesquisas que se afastassem da abordagem biográfica modal, como chamou o próprio Giovanni Levi:

Este tipo de biografia, que poderíamos chamar de modal porquanto as biografias individuais só servem para ilustrar formas típicas de comportamento ou status, apresenta muitas analogias com a prosopografia: na verdade, a biografia não é, nesse caso, a de uma pessoa singular e sim a de um indivíduo que concentra todas as características de um grupo. Aliás, é prática corrente enunciar primeiro as normas e as regras estruturais (estruturas familiares, mecanismos de transmissão de bens e de autoridade, formas de estratificação ou de mobilidades sociais, etc.) antes de apresentar os exemplos modais que intervêm na demonstração a título de provas empíricas.<sup>122</sup>

Os micro-historiadores não pretendiam, com seus personagens, ilustrar pré-concepções acerca de um contexto histórico; pelo contrário, as trajetórias de vida eram consideradas úteis justamente para demonstrar as sombras produzidas por estas interpretações já concebidas, para revelar os aspectos negligenciados, as omissões ou outros elementos que colocassem em dúvida as certezas historiográficas totalizantes. Em razão disto, os biografáveis não eram os “sujeitos típicos” idealizados, reflexos perfeitos de um contexto homogeneizado, mas sim os indivíduos geralmente compreendidos como sendo “de exceção”, ou, como chamou Giovanni Levi, os “casos extremos”. Sobre este tipo de estratégia biográfica, Sabina Loriga escreveu:

[A micro-história pretendeu] utilizar os materiais biográficos de maneira agressiva, a fim de questionar certas homogeneidades fictícias (tais como a instituição, a comunidade e a classe

---

<sup>122</sup> Levi (2002, p. 175)

social) e de se debruçar, assim, sobre as capacidades de iniciativa pessoal dos atores históricos. Ao examinar atentamente os interstícios dos sistemas normativos, a micro-história demonstra que o contexto histórico corresponde bem mais a um tecido conjuntivo atravessado por corpos elétricos de intensidade variável do que um conjunto compacto e coerente; e que o indivíduo, todo e qualquer indivíduo, representa uma figura bastarda, situando-se no cruzamento de experiências sociais diversas.<sup>123</sup>

Pensando de forma similar, François Dosse também enxergou a potencialidade das idiossincrasias biográficas na maneira como foram utilizadas pelos micro-historiadores:

A insatisfação dos historiadores diante das realizações biográficas muito próximas dos tipos ideais ou conduzidas pela vontade prévia de demonstrar alguma coisa explica a atração das teses da micro-história, que preconizou uma abordagem bem diversa. Em vez de partir do indivíduo médio ou típico de uma categoria socioprofissional, a micro-história, de que são precursores Carlo Ginzburg, Giovanni Levi e Carlo Poni, ocupa-se de estudos de caso, de microcosmos, valorizando as situações-limite da crise. Esses historiadores dão mais atenção às estratégias individuais, à complexidade dos elementos em jogo e ao caráter imbricado das representações coletivas. Os casos de ruptura dos quais traçaram a história não são concebidos como exaltação da marginalidade, do avesso, do repudiado, mas como uma maneira de realçar a singularidade como entidade problemática, definida pelo paradoxo “o excepcional normal”. (...) O estudo do indivíduo, de um nome próprio ou de uma biografia serve aqui, então, como o introito a uma história social renovada.<sup>124</sup> (DOSSE, p. 254)

A renovação provocada pela abordagem biográfica pode resultar em uma contribuição à história social justamente no sentido de agredi-la, fazendo com que as categorias gerais e os tipos idealizados por ela privilegiados sejam abalados, repensados a partir de outras experiências individuais possíveis. Isto ocorre, por exemplo, quando se observa a performance do indivíduo em diálogo com as macroestruturas sociais supostamente lisas, invioláveis e coesas. Estas

---

<sup>123</sup> Loriga (2011, p. 222)

<sup>124</sup> Dosse (2009, p. 254)

macroestruturas (na verdade, categorias de análise historiográfica) podem ser os discursos, o imaginário social, as normas morais, os hábitos culturais, as instituições de poder, as classes sociais, etc. Para se alcançar o objetivo de abalar a homogeneidade destes entes, o biografável oportuno é aquele indivíduo que negocia com estas esferas coletivas, dialogando com suas imposições, limites e tolerâncias, rompendo com suas determinações e padrões, e outras vezes, inclusive, acatando-os. O que se desvela na narrativa deste tipo de trajetória são justamente os interstícios destas categorias genéricas, além da mobilidade do sujeito por entre as brechas do hegemônico. Assim sendo, como notou Loriga, a biografia cumpre um interessante desígnio: “Além de fazer parte da história, a biografia oferece também um ponto de vista sobre a história, uma discordância, uma descontinuidade”<sup>125</sup>

Tendo estas considerações em mente, é possível afirmar que a escrita da biografia de um personagem de Londrina poderia trazer interessantes contribuições ao cenário historiográfico local. Em primeiro lugar, um estudo biográfico poderia inventar uma alternativa ao herói, personagem eleito de forma definitiva pela história oficial. Se aceitamos que a biografia é uma via profícua e original para a construção do conhecimento histórico, devemos afirmar igualmente que, por meio das narrativas heroicas disponíveis na cidade, temos acesso apenas a uma perspectiva muito limitada da história local. Os heróis são tipos ideais que revelam uma compreensão igualmente idealizada acerca da colonização da cidade. Uma história em que valores liberais são plenamente realizados, sem embates, rugas, conflitos ou prejuízos de qualquer tipo. Uma história, enfim, cuja validade é amplamente contestável. A biografia que pretendesse denegar a homogeneidade apolínea desta historiografia oficial deveria ter como protagonista, então, uma espécie de anti-herói. Um personagem problemático, que indicasse não as certezas triunfantes do progresso e da prosperidade, mas sim suas ambiguidades. Um biografado que transitasse não apenas pelos ambientes onde estes valores são afirmados e positivados, mas que experimentasse também suas manifestações clandestinas, suas situações e espaços limítrofes. Um protagonista que, ao modo de sua trajetória, representasse uma vivência anti-heroica em relação ao ideário consagrado pelo herói. Um indivíduo, enfim, que tangenciasse os valores do discurso hegemônico, mas que, diferentemente do herói, jamais os realizassem plenamente – em razão, justamente, de se embrenhar também pelos contra-valores suprimidos das biografias heroicas.

---

<sup>125</sup> Loriga (2011, p. 224)

Um personagem anti-heróico poderia atuar no contexto da historiografia local como uma representação provocadora de rupturas, talvez em mais de um sentido. Em um plano mais evidente, poderia suscitar a ruptura em relação ao modo biográfico hegemônico na cidade. Mas também causar uma dissidência relativamente aos valores que as biografias heroicas pretenderam representar como totais. Como notou o pesquisador Martin Cezar Feijó, a figura do herói muitas vezes age para estabelecer e perpetuar alguma tradição<sup>126</sup>. O herói é frequentemente inventado com o objetivo de vir a ser um monumento perene, representante individual de valores sociais, que a coletividade deverá acatar e dedicar louvores. No caso de Londrina, poderíamos dizer que a tradição impetrada pelos heróis valoriza positivamente o ideário liberal, as noções de progresso, trabalho e prosperidade. E que o conjunto das narrativas heroicas põe em cena uma tradição historiográfica na qual estes valores aparecem absolutamente bem-sucedidos. Um personagem anti-heróico poderia, desse modo, atuar como uma perturbação nesta tradição ideológico-historiográfica. Ele poderia servir para demonstrar a parcialidade desta tradição, desabsolutizar a positividade e o sucesso dos valores liberais, argumentar sobre a incapacidade desta tradição em totalizar a compreensão histórica acerca da cidade. Neste sentido, uma trajetória de vida avessa às idealizações liberais alargaria “nossa compreensão do passado, sem tomá-lo como uma unidade dada e coerente, mas como um campo de conflitos e de construção de projetos de vida”, como escreveu o historiador Alexandre Avelar<sup>127</sup>.

O personagem anti-heróico, também vale dizer, geralmente não equivale a um vilão. Ele não cumpre um papel antagônico ao do herói, e sequer se situa como integrante da mesma peça narrativa. Antes, sua caracterização se dá sempre em relação ao modelo tradicional do herói. Mário Gonzalez, ao escrever sobre o anti-herói na literatura ficcional, identificou esta característica do personagem:

Quando o anti-herói se instala claramente como eixo estrutural de um texto ficcional, seu sentido anti-heróico não lhe advém de ser a contrapartida de nenhuma outra personagem do texto. (...) [Ele] é anti-heróico à luz dos heróis modelares – modelares quanto à sua conduta e quanto ao tipo.<sup>128</sup>

---

<sup>126</sup> Feijó (1984, passim)

<sup>127</sup> Avelar (2010, p. 170)

<sup>128</sup> González (1994, p. 96)

Assim entendido, o aparecimento de personagens anti-heroicos só pode ocorrer no seio de uma tradição narrativa na qual o herói é o personagem padrão. Poderíamos dizer o mesmo em relação ao anti-herói historiográfico no contexto local. Em uma narrativa referente a Londrina, o anti-herói deve ser um personagem constituído de substância avessa àquela que organiza os heróis das narrativas oficiais da colonização. O anti-herói deve propor uma alternativa em relação a estes protagonistas hegemônicos. Não se trata, no entanto, da caracterização de um opositor direto, de um inimigo destes protagonistas. O anti-herói, na realidade, deve promover uma crítica acerca da própria figura do herói, revelando implicitamente a desfaçatez e a parcialidade da perspectiva historiográfica que o engendra.

Perturbar: talvez este seja o verbo que melhor defina o devir anti-heroico. Ao contrário do herói, que quase sempre representa algum ideal ou utopia subjetivada, o anti-herói não encarna nenhum valor transcendente; ele sequer propõe um novo ideário para substituir os valores aos quais ele não se afilia plenamente (como faria, talvez, um herói revolucionário). Neste sentido, o anti-herói é quase anti-utópico. Ele não pretende representar qualquer tipo de totalidade, mas sim provocar uma permanente perturbação em relação aos valores que se querem absolutos. O que se desprende de sua trajetória é uma espécie de vandalismo praticado contra o que é ideal. Um vandalismo que não necessariamente destrói os monumentos heroicos, mas que os ironizam sub-repticiamente, por meio de narrações biográficas nas quais os valores heroicos tradicionais estão ausentes.

Mais do que a historiografia, a literatura ocidental teve seu território apossado por uma horda de anti-heróis desestabilizadores. O fenômeno parece ter ocorrido, sobretudo, a partir do século XIX, prosseguindo ainda na contemporaneidade. A respeito deste processo de subversão da heroicidade literária, o crítico Victor Brombert escreveu:

Amplas áreas da literatura ocidental têm sido cada vez mais invadidas por protagonistas que, por estratégia deliberada de seus autores, não conseguem colocar-se à altura de expectativas ainda associadas a lembranças da literatura tradicional ou dos heróis míticos. Mas esses protagonistas não são fatalmente “fracassos” nem estão desprovidos de possibilidades heroicas. Podem corporificar outros tipos de coragem, talvez mais sintonizadas com nossa época e nossas

necessidades. Tais personagens podem cativar nossa imaginação, e até chegar a parecer admiráveis, pela maneira como ajudam a esvaziar, subverter e contestar uma imagem “ideal”.<sup>129</sup>

Para Brombert, autores como Dostoiévski, Gógol e Primo Levi preferiram personagens anti-heroicos justamente por eles serem capazes de desorganizar os cânones idealistas. Segundo ele, o anti-herói atua na literatura ocidental como um elemento inesperado, uma perversão em relação à tradição do romance. E se os heróis portam uma miríade de virtudes ideais, tendendo à exemplaridade moral, o anti-herói protagoniza situações em que características tidas como fraquezas morais revelam um caráter falho, incompleto, enfim, humano.

A literatura dos séculos XIX e XX está, além disso, abarrotada de personagens fracos, incompetentes, dessorados, humilhados, inseguros, ineptos, às vezes abjetos – quase sempre atacados de envergonhada ou paralisante ironia, mas às vezes capazes de inesperada resistência e firmeza. Esses personagens não se ajustam aos modelos tradicionais de figuras heroicas; até se contrapõem a eles. Mas pode haver grande vigor nessa oposição. Implícita ou explicitamente lançam dúvidas sobre valores que vêm sendo aceitos ou que foram julgados inabaláveis.

Pode ser esta realmente a principal significação de tais antimodelos, de suas forças secretas e vitórias ocultas. O herói negativo, mais vividamente do que o herói tradicional, contesta nossas pressuposições, suscitando mais uma vez a questão de como nós vemos ou queremos ver. O anti-herói é amiúde um agitador ou um perturbador.<sup>130</sup>

É com este vigor questionador que o anti-herói adentra o território da reflexão moral, social, e, porque não, histórica. O herói é sempre virtuoso, e a enunciação de suas virtudes possui sempre um caráter moralizante. O herói é mesmo um código de conduta em estado de “vivente”. Código de conduta implicitamente prescrito para todos. Assim, heroicizar implica em eleger um modo de vida a ser almejado, e em difundir uma forma ideal de *ethos*. O anti-herói, no entanto, não faz prescrições. Suas

---

<sup>129</sup> Brombert (2001, p. 19)

<sup>130</sup> Idem (p. 14)

ambiguidades morais não o permitem. Ele não é monumentalizável. Suas ações não são sempre virtuosas. Na realidade, sua saga é pontuada por ações entendidas hegemonicamente como ordinárias, mesquinhas. Ações, enfim, mais problematizáveis, e cuja observação suscita efeitos diferentes daqueles produzidos pela figura heroica. Enquanto o herói impele ao culto, o anti-herói recoloca prerspectivas. Se o herói é sobre-humano, o anti-herói pode funcionar como um espelho de quem o avalia, ou como uma representação mais verossímil de uma comunidade, povo ou cultura. Isto porque o anti-herói quase sempre vive (ou às vezes encarna) os conflitos próprios à formação social onde atua. Se no herói estes conflitos são omitidos e recalçados, ou no máximo idealizados, adornados por uma áurea épica, no anti-herói os mesmos conflitos apresentam-se mais cruamente. Por isto, a figura do anti-herói, ao invés de constituir-se como um modelo, é antes um apelo à reflexão, à reavaliação em uma multiplicidade de sentidos: moral, cultural, histórico, etc.

A tentativa do presente trabalho é a de criar uma narrativa biográfico-histórica que tenha como personagem principal um anti-herói atuante no contexto da história local. Levando em conta as características anti-heroicas identificadas no presente capítulo, acredita-se que um personagem compatível a este objetivo seja Marinósio Trigueiros Filho. Este sujeito, que migrou para Londrina na década de 1940 e aqui permaneceu até sua morte, em 1990, deixou uma série de documentos que permitem representar uma autêntica biografia anti-heroica. Em Marinósio, pode-se ter uma representação alternativa à do herói pioneiro e virtuoso, personagem-ideia que superlativizou as máximas liberais. A trajetória de Marinósio impele a um outro tipo de caracterização, dando conta de um sujeito menos ideal e mais embrenhado nos conflitos próprios à cidade. As ambiguidades morais de Marinósio, suas relações simultâneas com a elite político-financeira e com os marginalizados da cidade, sua proximidade ao meretrício e ao álcool em convivência com o tom hiper-moralista de seus discursos, os expedientes venais de sua prática jornalística, seu desprezo pela poupança de capitais – todos estes fatores permitem vislumbrar um biografado anti-heroico, que estabelece sua própria performance em relação aos valores ideais hegemônicos. Como deve ficar claro nos próximos capítulos, a ideia é que a trajetória individual de Marinósio sirva para perspectivar a história hegemônica e, ao mesmo tempo, para dialogar com as interpretações alcançadas pelos pesquisadores revisionistas, contribuindo, ao modo biográfico, para uma compreensão desviante acerca da história local.

Afastando-se das pretensões idealistas e heroizantes, abandonado o panegírico laudatório, admitindo as incongruências e idiosincrasias do sujeito e tensionando-as com a dimensão histórica, o presente trabalho tem a pretensão de problematizar a historiografia local, relativizando suas homogeneidades, e, talvez, revelando algum novo sentido ou interpretação por meio de uma pesquisa biográfico-histórica – interpretação que, por certo, não aspira à totalidade e nem camufla sua parcialidade, mas que afirma sobretudo um desvio, uma descontinuidade, uma ruptura.

## 5. Lepra, Música e Modernidade: Marinósio Filho Nasce em Salvador

Nas primeiras décadas do século XX, Salvador aparecia nas estatísticas oficiais como sendo a terceira cidade mais populosa do Brasil. Mesmo tendo perdido a segunda posição neste ranking para a emergente São Paulo, a capital da Bahia ainda era alvo de projeções bastante positivas em relação ao seu crescimento populacional. E estas previsões tinham, de fato, suas razões de ser. Um considerável aumento demográfico já vinha sendo registrado na Cidade da Bahia desde meados do século XIX. Desde aquele período, Salvador enfrentava os déficits causados pela abolição da escravatura, até então uma de suas mais rentáveis vocações. No entanto, mesmo com este relevante ônus, a cidade se adaptava muito bem à nova conjuntura mundial, integrando-se rapidamente à expansiva economia de mercado capitalista.

Cidade comercial – que atuava como centro intermediário entre os núcleos produtores e consumidores de gêneros agrícolas tropicais produzidos na Bahia, por um lado, e os núcleos produtores e consumidores de artigos importados, por outro –, Salvador foi quem mais tirou os proveitos do incremento desta atividade. E como efeito do crescimento comercial, o seu porto possuía um movimento dos mais intensos, encontrando-se entre os principais do país.<sup>131</sup>

Resultado desta crescente movimentação de mercadorias e capitais, de 1870 até os anos iniciais de 1910, Salvador ampliou sua população em quase 95 mil almas, o que totalizava cerca de 240 mil habitantes<sup>132</sup>. Toda esta expansão econômica e populacional ocorria de forma quase simultânea ao processo de reurbanização da cidade. Principalmente a partir do século XX, diversas autoridades públicas se esforçariam no sentido de produzir alterações na aparência de Salvador, bem como no modo de vida de seus habitantes. Este movimento estava diretamente ligado a uma

---

<sup>131</sup> Santos (1994, p. 17)

<sup>132</sup> Da Conceição (2009, p. 47)

tendência de caráter nacional, que se consolidava especialmente com a Primeira República. Durante este período, várias cidades brasileiras sofreriam tentativas de modernização que, via de regra, visavam transplantar características urbanas europeias para a realidade das *urbs* nacionais. Como se pode imaginar, as cidades mais afetadas por estas tentativas reurbanizantes foram as capitais do país, principalmente Rio de Janeiro e São Paulo. Mas Salvador também foi constrangida a comportar sua parcela de modernidade.

Naquela virada dos séculos XIX e XX, cronistas descreviam a cidade como um ambiente dos mais sujos e insalubres. Ruas estreitas não permitiam a entrada de luz e a circulação de ar. As vias públicas eram malcheirosas e, às vezes, até intransitáveis. Lixo, água doméstica, resíduos diversos e até animais mortos se acumulavam nas calçadas – eram os esterquilínios: pilhas de sujeira e detritos em decomposição que dividiam os espaços públicos com os soteropolitanos. O cheiro das ruas de Salvador chegou a ser descrito por uma visitante britânica como “uma mistura de fumo, azeite, lixo, peixe e urina”<sup>133</sup>. A precariedade e a insuficiência do sistema de esgoto ajudavam a compor o cenário. Neste período, era costume da população armazenar seus excrementos em barris, que ficavam guardados nos cômodos das casas e estabelecimentos até encherem. Cheios, os dejetos eram despejados nas praias, córregos, rios e, em alguns casos, em plena rua.

Com o crescimento da população, esta paisagem considerada sórdida tornava-se cada vez mais drástica, incomodando principalmente as elites políticas e econômicas da cidade. Salvador, como porto internacional de intenso movimento, era cotidianamente visitada por comerciantes de outros países. E no entendimento dos brasileiros envolvidos nestas trocas comerciais, o cenário de imundície e desleixo definitivamente não produzia o melhor dos cartões postais. Era preciso tornar a cidade mais atraente aos compradores e vendedores estrangeiros. Tratava-se, afinal, de um grave problema de aparências que dizia respeito, sobretudo, à vida financeira da cidade. E o desejo de remodelar a cidade não era um anseio exclusivo das elites soteropolitanas, mas uma vontade que ressoava uma tendência nacional. Em linhas gerais, as propostas de reurbanização de então eram justificadas pela tentativa de desvincular a imagem das cidades brasileiras do recente passado colonial, entendido como atrasado, incivilizado, obtuso e sujo.

---

<sup>133</sup> Cf. Augei (1980).

Identificadas com o passado colonial, e por isso criticadas, as cidades brasileiras passaram por análises severas que terminaram por conduzir às reformas, as quais, em muitas circunstâncias, desconsideraram todo o peso das suas histórias. (...) Sempre que se mostrou necessário, os trechos mais antigos das cidades foram inteiramente destruídos e transformados, dando lugar às novas construções, então erguidas segundo os preceitos idealizados pelas elites em perfeita consonância com os modernos estilos arquitetônicos. E, neste sentido, um bom exemplo é o caso de Salvador, onde os órgãos de imprensa, as lideranças políticas e administrativas e as elites foram responsáveis pela divulgação da ideia de que era necessário destruir o velho, o passado, o sujo para se construir o novo, o moderno, o limpo.<sup>134</sup>

O primeiro espaço soteropolitano a ser reconfigurado segundo este ideário moderno foi o porto de Salvador. O principal local de contato entre as elites baianas e estrangeiras passou por uma severa remodelação nas primeiras décadas do século XX. Nesta época, todas as ruas adjacentes ao porto foram pavimentadas. Os antigos trapiches, de feições coloniais, foram substituídos por docas cujos referenciais eram os portos franceses e ingleses, de onde provinham o *know-how* e os modelos ideais de civilização e modernidade. Na sequência, outros espaços da cidade também passariam por intensas transformações. Velhas construções foram demolidas para dar lugar a amplas avenidas, arejadas e iluminadas. Antigas áreas residenciais centrais foram remodeladas para se tornarem zonas comerciais modernas. Prédios de concreto armado ocuparam as ruas, que agora eram movimentadas por bondes elétricos e automóveis. Simultaneamente, diversas reformas de infraestrutura e saneamento básico foram realizadas naquele período. Implantaram-se as redes de eletricidade e telefonia. E os sistemas de distribuição de água e recolhimento de esgoto foram melhorados e ampliados.

As reformas urbanas, movidas por finalidades estéticas e simbólicas, engendradas pela vontade de causar boa impressão aos estrangeiros, também foram

---

<sup>134</sup> Cf. Leite (1996).

em grande parte motivadas por outro problema crônico: a saúde pública. De fato, esta preocupação não era vã. Há séculos Salvador era rotineiramente assaltada por surtos de doenças como febre amarela, peste bubônica, cólera-morbo e outras enfermidades contagiosas. O cenário era de permanente alarme. Também por isto, além de juristas, políticos, engenheiros e arquitetos, os doutores em medicina ocuparam posições de destaque no processo de reurbanização soteropolitana. As ideias higienistas balizavam as reformas de maneira irrestrita: do saneamento básico aos problemas habitacionais, do alargamento das ruas à limpeza do porto – em Salvador, médicos sanitaristas eram assessores permanentes dos dirigentes políticos, e a medicina figurava como um dos elementos centrais do projeto civilizador, ligando-se fundamentalmente às noções de modernidade e progresso. Conforme escreve o historiador Joel Silva, a própria necessidade das reformas urbanas teria ganhado peso, de maneira determinante, a partir das discussões protagonizadas por médicos e higienistas.<sup>135</sup>

Ainda segundo este historiador, os doutores em medicina influenciariam as mudanças urbanas em pelo menos três frentes de ação: nas intervenções referentes à estrutura física da cidade; nas campanhas pela mudança no modo de vida dos habitantes urbanos (principalmente das camadas populares); e, em terceiro lugar, na criação e reforma de instituições que lidavam com os doentes, os principais catalisadores de epidemias segundo o entendimento da época. Em Salvador, as reformas hospitalares fizeram parte destas intenções higienistas e modernizantes que pretendiam envolver todos os setores da sociedade. Diversas instituições de saúde foram repensadas, reformadas ou criadas a partir de preceitos médicos modernos. As doutrinas higienistas lançavam orientações ligadas a dois aspectos das instituições hospitalares. Em primeiro lugar, em relação à localização dos hospitais, que obrigatoriamente deveriam estar situados a uma boa distância dos núcleos urbanos. O segundo grupo de diretrizes versava sobre as condições internas das instituições, instruindo acerca de um amplo conjunto de elementos que ia da forma arquitetônica dos edifícios às rotinas de asseio dos hospitais, passando também pela regulamentação do comportamento dos doentes.

Em Salvador, um dos diversos hospitais focalizados por este surto de modernidade higienista chamava-se Hospital São Cristovão dos Lázaros. A instituição, como o nome dá a entender, era especializada no atendimento aos leprosos. Embora não tomasse proporções epidêmicas, o mal da lepra despertava medos imemoriais no

---

<sup>135</sup> Cf. Silva (2004, passim).

imaginário da população brasileira, e não deixou de preocupar os higienistas do século XX. A situação específica deste leprosário devia ser particularmente incômoda aos médicos que protagonizavam o projeto civilizador soteropolitano. Afinal de contas, aquela instituição trazia consigo uma carga simbólica ainda bastante ligada ao passado colonial.

O chamado Hospital dos Lázaros foi criado em 1787, pelo então Governador e Capitão Geral da Bahia D. Rodrigo José de Menezes.<sup>136</sup> O local escolhido para sediar o Hospital foi um antigo casarão de repouso dos jesuítas, construído no já longínquo século XVI. O edifício foi reformado para abrigar a instituição, adequando-se minimamente ao novo propósito sem, no entanto, perder as características típicas de sua arquitetura colonial. Segundo consta, o Hospital São Cristovão dos Lázaros manteve-se como referência na área durante os cinquenta primeiros anos de sua existência. Após este período passou por sucessivas crises financeiras e administrativas, até se tornar um depósito de leprosos, espaço de precariedade e má assistência ao qual eram sujeitados os desvalidos menos afortunados. Conta-se que os métodos do leprosário já eram considerados antiquados mesmo antes da proclamação da República. Desde sua fundação, o atendimento aos doentes era de cunho predominantemente assistencialista-religioso – a medicalização da instituição ocorreria somente em meados do século XIX, e ainda de forma bastante parcial. Por estas razões, a existência do Hospital São Cristovão dos Lázaros em pleno contexto das ideias higienistas devia soar quase como uma afronta à civilização moderna e republicana.

As críticas dos médicos higienistas direcionavam-se principalmente à localização do leprosário, o bairro Quinta do Tanque, também conhecido como Quinta dos Padres. Este local ficava a uma considerável distância de Salvador na época em que o Hospital foi inaugurado. Mas, no início do século XX, o crescimento desordenado da cidade já havia integrado o bairro ao tecido urbano soteropolitano. A teoria do contágio, bastante em voga naquele início de século, dava conta de que os doentes transmissores de moléstias contagiosas deveriam ser afastados das aglomerações humanas, removidos da vida em sociedade. Assim, a presença do leprosário em área urbana era entendida como um fator de insalubridade, um perigo à saúde pública. Notadamente, a preocupação dos higienistas dizia respeito ao risco de contaminação da população indene, e não à qualidade da saúde dos internos.

---

<sup>136</sup> Cf. Santos (2005).

Naquele período, o recolhimento de leprosos em colônias rurais já era considerado pela maioria dos médicos como a mais sensata das medidas para se afastar o perigo do contágio. Por isto as autoridades públicas buscavam soluções neste sentido, cogitando inclusive instaurar uma colônia agrícola do Estado em alguma ilha do litoral baiano. Em 1926, de fato, um decreto governamental autorizaria a construção de uma colônia para a qual deveriam ser transferidos os internos do Hospital. Mas uma série de problemas burocráticos, aliados a episódios de negligência e descaso dos poderes públicos, fez com que este processo se arrastasse por duas décadas. Contradizendo a pressa em modernizar certos espaços da cidade de Salvador, o leprosário permaneceria estacionado no tempo, recebendo sobretudo os doentes menos abastados e servindo, inclusive, como albergue ocasional para os mendigos da cidade. Este descaso faria com que os leprosos continuassem sendo atendidos no Hospital São Cristovão dos Lázaros até 1946 e que fossem sujeitados, cada vez mais, às funestas consequências da decadência institucional.

Neste íterim, aos médicos higienistas aliados ao governo cabia adotar medidas paliativas e rebater as críticas cada vez mais acirradas acerca das condições “coloniais” do Hospital São Cristovão dos Lázaros. Na década de 1930, já na Era Vargas, o médico Octávio Torres assumiu o cargo de Inspetor Sanitário do Estado da Bahia, e entre suas novas obrigações estava a administração do leprosário. Uma das primeiras medidas da gestão Torres foi a mudança do nome da instituição, que passaria a se chamar Hospital D. Rodrigo José de Menezes<sup>137</sup> – uma provável tentativa de mascarar o caráter religioso que ainda predominava naquele sanatório. Torres também criou a Sociedade Baiana de Combate à Lepra, uma entidade assistencialista que promovia pequenas melhorias nos leprosários da Bahia. Mas estas medidas parecem não ter alterado em quase nada as condições de vida dentro do Hospital D. Rodrigo José de Menezes, pelo menos no que diz respeito à saúde dos doentes. Segundo relatos de internos<sup>138</sup>, naquele período o Hospital continuava sendo um ambiente precário, em ruínas, tomado de sujeira e moscas. A medicação ministrada pelo Hospital era insuficiente e inconstante, e muitos recebiam remédios

---

<sup>137</sup> Esta e muitas outras informações estão disponíveis em <http://www.leprosyhistory.org>. Este site disponibiliza um relevante banco dados para o pesquisador interessado na história da lepra no mundo.

<sup>138</sup> cf. Borges (2000). Antônio Borges foi um dos internos do leprosário, diagnosticado aos 14 anos de idade pelo próprio Octávio Torres. Relatos biográficos de sua interessante trajetória podem ser lidos neste livro, intitulado Fragmentos de Vida.

caseiros que eram receitados pelos religiosos e preparados pelos próprios doentes. Práticas muito distantes das concepções da medicina moderna e higienista que então se propagandeava.

Por conta da violência e do descaso aos quais estavam submetidos, o ânimo de alguns doentes confinados no Hospital D. Rodrigo José de Menezes muitas vezes parecia beirar o insustentável. As fugas eram constantes e a possibilidade de algo parecido com uma rebelião não era de se descartar<sup>139</sup>. Isto deve ter se agravado, evidentemente, a partir da década de 1920, quando o isolamento compulsório de leprosos tornou-se lei no Brasil. Naquela época, especialistas já recomendavam o incremento das atividades de lazer nos leprosários como tentativa de amenizar as asperezas às quais eram submetidos os internos. Como escreve o historiador Gabriel de Lara,

Essas práticas [de esporte e lazer], incentivadas pelos administradores das colônias [de leprosos], agiam como inibidoras de possíveis fugas e violências por parte dos internos; ao mesmo tempo, forneciam para o mundo exterior uma imagem moderna e “humanista” das políticas públicas em relação ao tratamento baseado no isolamento compulsório.<sup>140</sup>

Uma imagem humanista acerca da vida dos leprosos segregados. Se a mudança ou a modernização do Hospital D. Rodrigo José de Menezes não era verdadeiramente uma prioridade para os poderes constituídos, era no entanto primordial que a imagem pública da instituição não contradissesse os discursos médicos modernos, insistentemente veiculados pelas autoridades de então. Era uma questão de credibilidade que envolvia não apenas os doutores diretamente ligados à instituição, mas também os homens do governo que baseavam suas políticas de saúde pública nos preceitos higienistas. Para provocar esta aparente coerência entre o discurso e a prática, a promoção de atividades de lazer no leprosário deve ter soado como uma solução simples e viável. A Era Vargas parece ter adotado o esporte e o lazer como políticas permanentes para lidar com o problema dos leprosários. Médicos

---

<sup>139</sup> Cf. Damasco (2005)

<sup>140</sup> Lara (2009, p. 5)

ligados ao governo getulista utilizariam estas atividades como atestados da saúde e do bem-estar dos internos – eram os símbolos do triunfo da medicina moderna sob os métodos arcaicos<sup>141</sup>.

Foi possivelmente neste contexto que um homem chamado Marinósio Trigueiros vinculou-se profissionalmente ao Hospital D. Rodrigo José de Menezes. Sua tarefa: distrair os leprosos por meio da música. Marinósio era professor de música e maestro, e deve ter sido contratado justamente para realizar atividades didáticas junto aos internos do Hospital. No fim da década de 1930, a instituição já contaria com uma banda composta pelos doentes e regida por Marinósio Trigueiros. Para além de seu ofício no Hospital, pouco se sabe sobre este indivíduo que foi incumbido de acalmar os ânimos dos internos utilizando a música, e cujo trabalho serviu como elemento publicitário do projeto de medicina implementado pelo governo.

Por meio de arquivos familiares é possível descobrir apenas que Marinósio Trigueiros nasceu na própria cidade de Salvador, e que foi casado com uma mulher de nome Jovita do Nascimento<sup>142</sup>. Diferentemente de seu marido, Jovita foi nascida e criada em Itapuã. Este pequeno povoado, situado a cerca de 30 quilômetros do centro de Salvador, não era sequer considerado como parte da cidade naquela época. Isolada de qualquer núcleo urbano e distante dos rebuliços modernizantes, nas décadas iniciais do século XX Itapuã permanecia uma singela vila de pescadores, de costumes bastante tradicionais e hábitos marcadamente coloniais<sup>143</sup>. A comunidade, existente desde o século XVIII, parece ter sido formada como uma espécie de quilombo. Com a abolição da escravatura, sua população aumentou um pouco, e Itapuã tornou-se um local de subsistência para os ex-escravos negros e descendentes. A partir de então, a principal atividade econômica do povoado passou a ser a pirapuama – a pesca da baleia, que ainda perduraria pelas primeiras décadas do século XX. Enquanto Salvador urbanizava-se, Jovita e os habitantes de Itapuã experimentavam um cotidiano radicalmente diferente da rotina dos cidadãos soteropolitanos. No povoado, a grande maioria das casas era feita de taipa e coberta com palhas. As famílias que lá viviam sobreviviam do mar. E quase todos os

---

<sup>141</sup> Cf. Souza-Araújo (1948).

<sup>142</sup> Estas e grande parte das informações desta dissertação foram recolhidas em arquivos familiares, a maioria deles organizado pelo próprio Marinósio Trigueiros Filho. Estas informações só puderam ser acessadas devido à prestatividade e à autorização de Dulcine Moratore Trigueiros, Ângela Trigueiros e Marian Trigueiros.

<sup>143</sup> Cf. Maia (2010)

suprimentos exógenos chegavam até Itapuã por meio de saveiros de carga ou, em alguns casos, no lombo de animais que cruzavam precárias estradas de areia.

O soteropolitano Marinósio Trigueiros vivia as transformações e contrafações da modernidade forjada à força. Jovita do Nascimento, por sua vez, crescia realizando trabalhos domésticos e convivendo com ex-escravos pescadores de baleia. Entre eles, um curto lapso geográfico, mas uma drástica distância temporal. Sobre o encontro entre os dois, nenhuma informação disponível. O que se sabe é que, deste encontro, seis filhos viriam ao mundo: Jisback, Elda Xavier, Josiel, Jorlando, Eliezer e, também, Marinósio Trigueiros Filho. Este último, para além do nome do pai, herdaria igualmente o gosto pela música. Dado às artes, Marinósio Filho destinaria sequência ao ofício de seu progenitor – mais do que isso, buscaria a intensidade de uma carreira musical aventureira, e se lançaria pelo Brasil para viver à sua maneira os devires, contradições e alvoroços do século XX.

Jovita, sua mãe, crescida em território então intocado pela marcha civilizatória. Seu pai, Marinósio, arranjando a difícil vida de músico como maestro em um leprosário – trabalho que virava propaganda nas mãos de médicos desejosos em recalcar as escuras dobras dos processos modernizantes. Marinósio Filho – um filho inglorio da modernidade. Nascido no dia 20 de maio de 1914, o menino Marinósio cresceria na agitada Salvador das mudanças urbanas. Criança, veria a cidade ao seu redor alterar-se drástica e rapidamente. Conviveria com os esforços do transplante da modernidade europeia em uma cidade secular brasileira, e se familiarizaria com o cotidiano agitado e com os discursos otimistas que tomavam conta daquela Salvador dita progressista. Ao mesmo tempo, Marinósio entraria em contato com os afastamentos contraditórios produzidos na própria modernidade: os ex-escravos negros vivendo às margens do progresso na vila de Itapuã; os leprosos segregados à força no Hospital D. Rodrigo José de Menezes.

Sobre a vida escolar do menino Marinósio pairam incertezas. Em um depoimento tardio ele afirma ter feito as primeiras letras no Colégio Ypiranga, em Salvador. E em mais de um relato autobiográfico, Marinósio contou ter frequentando, também, um colégio de nome Carneiro Ribeiro, onde teria sido formado pelo curso de Ciências e Letras<sup>144</sup>. Mas esta informação é um tanto duvidosa. Segundo consta, o bem afamado Centro Educacional Carneiro Ribeiro foi uma escola idealizada pelo educador Anísio Teixeira, e procurou materializar uma das propostas educacionais brasileiras mais ousadas da primeira metade do século XX. O colégio, conhecido

---

<sup>144</sup> Marinósio Filho e Marinósio Neto (1991, p. 7).

como Escola-Parque, buscou concatenar ideias pedagógicas vanguardistas com concepções arrojadas de arquitetura modernista<sup>145</sup>. No entanto, esta mesma instituição de ensino foi criada apenas em 1947, ano em que Marinósio já havia ultrapassado em muito a idade escolar – e no qual se encontrava, inclusive, há quase dois mil quilômetros de distância de Salvador. Muito pouco provável, portanto, que ele realmente tenha sido escolarizado nesta instituição.

Já a adolescência de Marinósio, segundo o próprio, teria sido marcada por ligeiras mas cruciais incursões nas áreas da literatura e do jornalismo. Aos 16 anos ele publicaria seus primeiros poemas em dois famosos jornais de Salvador: o *Diário da Bahia* e *A Tarde*. Já na velhice, Marinósio fez uma breve menção a esta passagem de sua vida, referindo-se a si mesmo na terceira pessoa: “Poeta, iniciou-se escrevendo versos para a primeira namorada. 1930-1935”<sup>146</sup>. A paixão pelas mulheres e o recurso às palavras parecem ter entrado em sua biografia a partir deste momento – duas características que o acompanhariam até o fim da vida. Nesta época de primeiras letras e mulheres, Marinósio também colaborou para os mesmos dois jornais redigindo pequenas notas e comentários sobre o mundo do rádio soteropolitano – expressão incipiente de seu pendor pelos ofícios da música e da comunicação. Além destes interesses, uma curta anotação em um álbum de fotografias revela tentativas em uma outra seara: as artes cênicas, que também seriam experimentadas a partir dos 16 anos de idade.

Na casa dos 20 anos, mesmo não abandonando por completo seus outros interesses, Marinósio parece ter se dedicado com mais ênfase à carreira musical, procurando se enturmar no mundo do rádio e do entretenimento soteropolitano. Ele integraria, por curto período de tempo, um grupo de samba intitulado Os 8 Diabos. Além desta rápida experiência, nesta fase Marinósio também participou de um outro conjunto, chamado Gente de Morro. Na velhice ele escreveu um pequeno texto autobiográfico no qual afirmava ter sido o *band-leader* do Gente do Morro. Mas, pelo que consta nos jornais soteropolitanos, o homem à frente do Gente do Morro foi um músico de nome Esmeraldo Fernandes, um experimentado *entretainer* soteropolitano. Em Salvador, Fernandes era um artista de considerável fama. Seu nome era uma aparição frequente nos jornais dos anos 1930. O *Imparcial* refere-se a ele como “sambista de grande repertório, e que conta com inúmeros ‘fans’ na cidade”<sup>147</sup>. Em

---

<sup>145</sup> Cf. Pedrão (1999)

<sup>146</sup> Marinósio Filho e Marinósio Neto (1991, p. 7)

<sup>147</sup> O *Imparcial*, 25/10/1935.

outra edição do mesmo periódico, a popularidade de uma canção de Fernandes é comparada à de *Conversa de Botequim*, do célebre Noel Rosa<sup>148</sup>. Além da fama como músico, ele também era um homem do rádio, apresentador de um show chamado *Programma Elegante*, que ia ao ar diariamente, na hora do almoço, pela Radio Commercial. Fernandes era figura carimbada das rodas de radialistas e músicos da cidade. Ele ficaria marcado como o homem que aconselhara Dorival Caymmi a deixar de lado os temas afro-brasileiros de suas canções<sup>149</sup>. Um conselho aparentemente coerente com aquela Salvador infestada de ideias modernas, desejosa em se afastar de suas raízes, repleta de tendências higienistas e, também, um tanto racistas. Com Fernandes, no *Gente do Morro*, Marinósio fazia shows e apresentações em teatros e rádios de Salvador. Pelo que parece, foi nesta situação que Marinósio desenvolveu um estilo vocal ligado à tradição operística, e que naquela década ganhava prestígio no rádio pelas vozes de artistas como Orlando Silva e Francisco Alves.

Paralelamente às experiências e amadurecimentos como cantor, nos anos 1930 Marinósio parece ter se dedicado, também, a alguns expedientes ilegais. Aos 22 anos ele seria o protagonista de uma notícia surpreendente. No dia 4 de janeiro de 1937, o jornal *A Noite*, do Rio de Janeiro, publicou uma pequena nota recebida de um correspondente em Salvador:

“Artista”, mesmo dentro do presídio!

Acumpliado com guardas da Detenção, o “scroc” levantou grandes quantias

BAHIA, 2 (Serviço Especial d’A NOITE) – Marinósio Trigueiros, tenor do rádio e comediante genérico, ora cumprindo pena na Casa de Detenção, em virtude de “escroquerie”, forjou, em plena cellula, de cumplicidade com alguns guardas, uma lista fantástica, com a qual entraram a angariar donativos em prol da instituição de uma escola de cultura physica para os detentos, conseguindo obter vultosas doações, lesando numerosas firmas commerciaes, entre outras, Suerdieck & Cia.,

<sup>148</sup> O Imparcial, 30/09/1935.

<sup>149</sup> Esta informação está disponível no artigo intitulado “O Jovem Dorival”, acessível no endereço <http://www.musicabrasilis.org.br/pt-br/temas/o-jovem-dorival>

Magalhães & Cia., e Correa Ribeiro & Cia... bem como altas personalidades da administração pública.

O caso escandalizou profundamente a população.<sup>150</sup>

*Scroquerie*. Um termo em francês que, além de funcionar como uma desqualificação moral, designava o crime financeiro realizado por meio de expedientes fraudulentos – notadamente, o estelionato. Marinósio, detido por *scroquerie*, voltaria a praticar o mesmo crime de dentro da Casa de Detenção. Se nesta época a carreira de ator já era preterida em relação à vida de músico, as habilidades cênicas ainda serviam a Marinósio no exercício do estelionato. Pelo que esta nota sugere, ele era dotado de grande destreza para operar os falseamentos e representações necessários ao sucesso deste tipo de golpe. Um “artista’ mesmo dentro do presídio”. Neste caso particular, é interessante observar como Marinósio elaborou a fraude. Em primeiro lugar, conseguiu conluiar-se com as autoridades policiais, provavelmente como forma de enxertar credibilidade aos pedidos de doação. Arranjou, então, um motivo nobre para justificar estes pedidos: a construção de uma “escola de cultura physica” para os detentos. Por fim, buscou vítimas específicas: notórias empresas baianas<sup>151</sup> e “altas personalidades da administração pública”. Instituições e indivíduos que, sem dúvida, teriam interesse em ser publicamente reconhecidos como beneméritos.

Já com 25 anos, aparentemente desembaraçado destes conflitos com a lei, Marinósio Filho cairia na estrada para uma longa viagem que alteraria consideravelmente os rumos de sua vida. Ele e sua namorada de então, de nome Diva, viajariam juntos por diversos estados do Norte e do Nordeste do país. É possível ver fotografias dos dois, vestidos elegantemente, circulando pelas ruas de várias cidades: Manaus, Santarém, São Luiz, Fortaleza, Mossoró, Natal, João Pessoa e

---

<sup>150</sup> A Noite, 04/01/1937.

<sup>151</sup> Sobre as empresas lesadas por Marinósio. A Suerdieck & Cia. foi uma grande fábrica baseada em Salvador. Chegou a ser conhecida como a maior produtora de charutos feitos à mão em todo o mundo. Para uma história detalhada desta empresa, cf. Porto Filho, (2003). Já a Magalhães & Cia. era um grupo econômico que trabalhava em diversos setores, incluindo importação e exportação de secos e molhados, intermediações financeiras e representações de firmas internacionais – como a Shell, por exemplo – dentre outros negócios de vulto. A companhia era um verdadeiro império comercial baiano, com escritórios espalhados por vários estados do Brasil. Mais informações em Brito (2008). A Corrêa Ribeiro & Cia., por fim, era uma companhia comercial em rápida expansão, que lidava com exportação, importação e armazenagem de gêneros agrícolas. Por meio destas informações podemos deduzir que, neste golpe, Marinósio tentou lesar, sobretudo, empresas de grande capital e fama na capital baiana.

Recife. Na época, o acesso a alguns destes locais não era dos mais fáceis – Marinósio e Diva devem ter cruzado todos estes estados viajando de trem, de ônibus e, em alguns casos, em barcos a vapor. Desta viagem desbravadora e iniciática não sabemos a motivação precisa. Certas fotografias de palco, posadas, levam a crer que Marinósio e Diva estiveram envolvidos na apresentação de alguma peça musical que talvez tenha circulado por estas cidades. Mas embora a razão da viagem não seja inteiramente acessível, sabemos do efeito que esta turnê teve na vida de Marinósio. Foi provavelmente nesta jornada que Marinósio descobriu seu gosto pela aventura, sua vontade de se tornar um artista itinerante, seu desejo de se apresentar pelos palcos de todo o Brasil. A venturosa e incerta vida mambembe parece ter sido uma aspiração incontornável. Restava encontrar um jeito viável de praticá-la. Faltava descobrir uma forma de nomadismo que garantisse a realização de seus desejos e a sobrevivência de suas finanças.

Uma possível saída para este problema deve ter sido inspirada por seu pai – o homem que conseguia ganhar a vida como músico trabalhando em um leprosário. Como vimos, os higienistas do governo procuravam falsear a condição crítica do Hospital D. Rodrigo José de Menezes e, para isto, usavam o trabalho de Marinósio, o pai. Ele, por outro lado, sobrevivia de seu ofício atuando no papel que os poderes públicos lhe solicitavam, fornecendo elementos para uma imagem humanista e moderna acerca das instituições médicas para leprosos. Foi provavelmente no final de 1939 que Marinósio, o pai, arranhou uma maneira de auxiliar a carreira e a vida financeira de sua prole. Naquele ano, uma série de apresentações musicais seriam programadas em diversos leprosários do Norte e do Nordeste. Acionando seus contatos neste meio, Marinósio fez com que o grupo musical escolhido para se apresentar nestas instituições médicas fosse precisamente a banda formada por vários de seus filhos. O conjunto Rompe Fogo era composto por cinco de seus seis herdeiros: Eliezer (cabaça), Jorlando (atabaque), Jisback (agogô), Elda Xavier (vocais) e Marinósio Filho (vocais). Além disso, também era integrante da banda uma vocalista de nome Beatriz Trigueiros, possivelmente aparentada da família. A formação do Rompe Fogo também contava com mais um percussionista, um cavaquinista, quatro violonistas e outra vocalista, de nome Dulce de Almeida<sup>152</sup>. Este seria o grupo financiado para circular pelos leprosários do Norte e Nordeste – provavelmente outra

---

<sup>152</sup> Periódico não-intitulado, sem data. Arquivo familiar. Estas e outras informações constantes nesta dissertação foram retiradas de recortes de jornais deixados pelo próprio Marinósio Filho que, na maioria das vezes, não se preocupou em registrar os títulos ou as datas de circulação dos periódicos arquivados.

ação assistencialista e marketeira engendrada pelas instituições médicas em conluio com os poderes públicos.

No primeiro dia do ano de 1940, esta turnê pelos leprosários se encerraria no próprio Hospital D. Rodrigo José de Menezes, com apresentações da banda de internos e do conjunto Rompe Fogo. Um jornal soteropolitano assim descreveria o evento de ano novo:

No dia 1º de Janeiro, Ano Bom, o sr. Marinósio Filho, com o “Grupo Musical Rompe Fôgo”, deu uma audição especial para os lázaros da Bahia, como já vinha fazendo em outros Leprosários, na excursão que fez até Belém do Pará.

Apresentado o Grupo pelo maestro Marinósio Trigueiros e explicadas as razões da audição, a banda de músicos João Félix, dos internados, acompanhou a internada Edith em um belo sólo de flauta. Em seguida, Marinósio Filho executou o programa de músicas folclóricas com a colaboração do grupo “Rompe Fôgo”, composto de 13 figuras naquela ocasião. Terminada a audição, que agradou bastante a todos os presentes, o dr. Francisco de Mendonça, diretor do hospital, convidou os visitantes a comparecem à Diretoria, e saudou a todos oferecendo um copo de cerveja – bebendo à saúde de Marinósio Filho e do grupo “Rompe Fôgo”

Foi um Ano Bom alegre e feliz, que por intermédio do prof. Dr. Cezar de Araújo, DD. Diretor do Departamento de Saúde, a Sociedade Bahiana de Combate a Lepra proporcionou aos internados ao Leprosário D. Rodrigo José de Menezes.<sup>153</sup>

Esta excursão do Rompe Fogo, arranjada pelo pai e realizada nos leprosários, parece ter servido como um laboratório fundamental para Marinósio Filho, o artista em formação. Nela se delineiam alguns elementos básicos que se consolidariam em sua carreira vindoura. Nesta turnê, Marinósio apresenta-se efetivamente, pela primeira vez, como uma espécie de *band-leader*. Sua desenvoltura, sua presença de palco, sua aptidão em tomar a dianteira e em falar pelo grupo – estas características afloram e

---

<sup>153</sup> Periódico não intitulado, 01/01/1940. Arquivo familiar.

são assumidas por ele sem hesitação: Marinósio Filho é vocalista e líder da banda Rompe Fogo. Nesta turnê também aparece de forma incipiente a menção a um certo gênero musical que seria trabalhado por Marinósio Filho durante toda a década seguinte: a música folclórica. Aparentemente, Marinósio Filho assim denominava canções de temática regional, que tratavam de temas caros à cultura baiana.

Mas desta turnê pelos leprosários parece ter surgido, também, uma outra percepção, ainda mais importante. A compreensão de que era necessário jogar o jogo. A clareza de que ele, Marinósio Filho, teria de atender às expectativas dos outros se quisesse levar a vida que gostaria. O discernimento de que, para se tornar um artista itinerante, era preciso encontrar indivíduos, instituições, ideias ou intenções com as quais sua arte e seu discurso estivessem afinados. Era este afinamento, este ajuste e concordância que poderiam lhe proporcionar uma presença primordial: a dos patrocinadores. Homens, empresas ou instituições que vissem em sua música algum tipo vantagem particular. Patrões que, por objetivos próprios, comprariam o que ele propusesse. Gente disposta a bancar, indiretamente, a sua vida de músico viajante.

Seu pai já havia colocado esta tática em prática, à sua maneira. Como músico, atuava a serviço das intenções do governo, dos homens e instituições responsáveis pela saúde pública. A eles, o pai de Marinósio fornecia elementos que compunham um determinado discurso, propagandeando aos quatro ventos: o do triunfo da medicina moderna, do tratamento humanista, da saúde pública exemplar promovida pelo governo Vargas. Sua destreza em se aproveitar deste desejo de discurso garantia sua sobrevivência. Mais do que isso, esta habilidade ajudava mesmo a carreira de seus familiares, e Marinósio Filho tinha sentido os desdobramentos desta perspicácia paterna ao excursionar com o Rompe Fogo pelos leprosários do setentrião brasileiro. Mas este circuito de hospitais possuía um público bastante restrito, provavelmente muito limitado para as ambições do jovem Marinósio Filho. Para viver como queria, ele teria de dar um outro jeito. Pensando de forma análoga ao pai, Marinósio teria de fazer com que sua música e seu discurso servissem a um discurso “maior”, a uma ideia pela qual se investiria dinheiro. De certo modo, ele teria que tocar as músicas que os outros gostariam que fossem executadas, teria que dizer o que os outros gostariam que fosse dito, e até mesmo agir da forma como os outros gostariam que ele agisse. Foi provavelmente raciocinando desta forma que Marinósio começou a burilar alguns elementos que lhe possibilitariam viver diferente. Aos poucos, ele começava a se dedicar a um outro tipo de música, a elaborar um outro discurso a respeito dela e, também, a produzir uma outra *persona* para si mesmo.

## 6. Professor Marinósio Filho e O Afoxé: Cruzada Patriótica de um Artista Brasileiro

No início da década de 1940, Marinósio Filho já tinha encontrado aquela que seria sua definitiva companheira de palco – a cantora, dançarina e atriz Dulce de Almeida. Mais do que uma parceira artística, Dulce se tornaria também sua amante, e os dois viveriam juntos por cerca de duas décadas. Segundo depoimentos de familiares, Dulce e Marinósio teriam se conhecido em uma viagem que ele fez ao Rio de Janeiro, em meados dos anos 1930. Com exceção desta informação relatada pela família, não há maiores registros sobre a temporada carioca de Marinósio. Mas, pelo que se diz, o motivo da viagem teria sido essencialmente profissional. De fato, se Marinósio estava tentando emplacar a carreira de músico, o lugar mais promissor naquele período era, sem dúvida, o Rio de Janeiro. A cena musical do Rio era verdadeiramente efervescente. Os grandes cassinos, teatros, emissoras de rádio e gravadoras se concentravam por lá. Do Rio emanava boa parte das músicas que faziam sucesso nas rádios de outros estados, e a cidade era um nascedouro de bons compositores e intérpretes. Nesta época, inclusive, vários músicos baianos iam tentar a sorte na capital federal. Alguns deles eram muito bem sucedidos – como era o caso de Dorival Caymmi, o “itapuanzeiro” que em 1938 emplacaria *O Que É Que A Baiana Tem?* na voz de Carmen Miranda. Desta forma, o Rio de Janeiro devia parecer a Marinósio como o lugar ideal para correr atrás de sua grana e de sua fama.

A história de Dulce de Almeida, por sua vez, é repleta de lacunas e incoerências. Segundo afirma a família, o primeiro contato de Marinósio com sua futura companheira teria acontecido durante a apresentação de um teatro de revista. Dulce atuava no espetáculo, e Marinósio teria ido assisti-la. No entanto, sobre esta vida pregressa de Dulce, incluindo suas atuações no teatro carioca, nem ela e nem Marinósio deixariam qualquer informação segura. Este fragmento do passado parece mesmo ter sido recalçado pelos dois. O assunto se tornaria um tabu na família, que jamais ficaria sabendo dos detalhes. Entretanto, em um dos vários álbuns organizados por Marinósio, é possível encontrar um vestígio a respeito da vida carioca de Dulce – uma pista vaga, mas que a princípio promete revelar um pouco deste passado enigmático.

Neste álbum estão compilados recortes de notícias, materiais publicitários, fotos promocionais e outros documentos relacionados à carreira dos dois. Marinósio usava esta coleção de jornais como uma espécie de portfólio, utilizando-o como evidência de suas apresentações musicais e outras realizações artísticas. Algo

parecido com um currículo, usado instrumentalmente para divulgar a si mesmo e à sua companheira para possíveis patrocinadores, rádios, periódicos e casas de shows. Neste pequeno arquivo há um recorte de jornal referindo-se a um trabalho realizado por Dulce de Almeida, ainda na década de 1930. O excerto destaca o reclame de um filme chamado *Cabocla Bonita*, rodado no Rio de Janeiro, no ano de 1935. A obra era protagonizada por Sônia Veiga, uma reconhecida vedete carioca. E o nome de Dulce de Almeida também constava no elenco. Se acreditarmos que a companheira de Marinósio realmente foi esta atriz que contracenou com Veiga, então, por meio de outras notícias de jornais, é possível conhecer algo sobre sua história, e até mesmo conjecturar sobre o contexto em que se deu o encontro entre os dois. A riqueza deste passado supositício merece mesmo uma digressão.

Em meados dos anos 1930, quando Dulce de Almeida conheceu Marinósio Filho, a vedete parecia estar atravessando uma crise emocional e profissional. Perseguindo seu nome pela imprensa carioca, pode-se deduzir que neste período ela já era uma atriz experiente, bem relacionada na área artística e com uma carreira aparentemente consolidada no teatro de revista. Desde a década de 1920, o nome de Dulce de Almeida figurava no elenco de várias montagens populares. Sua estreia no teatro teria acontecido em 1924 com a revista *Pennas de Pavão*, musicada por Sá Pereira<sup>154</sup>. Em 1925 ela contracenaria com Francisco Alves, então um astro em formação<sup>155</sup>. E no ano seguinte, 1926, Dulce integraria o elenco de uma revista escrita por um jornalista, humorista e publicitário que era um expoente de sua geração: Bastos Tigre. Por sua atuação na peça de Tigre, intitulada *Sua Ex*, recebeu uma crítica positiva no jornal *O Paiz*: “As suas disposições na interpretação fazem crer que podemos contar para breve com uma figura de relevo no teatro ligeiro”<sup>156</sup>.

Sua carreira no teatro popular parecia mesmo promissora. Em 1928, atuando pela Companhia de Theatro Cômico, na revista intitulada *Verdade Ao Meio Dia*, Dulce foi escolhida para interpretar, pela primeira vez, aquele que ficaria conhecido como o primeiro samba-canção da história da música brasileira. A interpretação de Dulce não deslanchou, mas o samba *Linda Flor (laiá loiô)* estouraria pouco meses depois com uma gravação na voz de Aracy Cortes, sua companheira de palco em outras revistas. De qualquer forma, Dulce continuaria em cena pela Companhia de Theatro Cômico, inclusive excursionando com a trupe no ano seguinte. Pelas críticas e comentários

---

<sup>154</sup> O Paiz, 11/10/1924.

<sup>155</sup> O Paiz, 10/11/1925.

<sup>156</sup> O Paiz, 24/12/1926.

registrados nos jornais daquele período, ela se especializaria em interpretar um personagem-tipo bastante recorrente no teatro de revista: a mulata. Mais de uma vez Dulce atuaria como este personagem que era uma espécie de contraponto feminino à figura do malandro. Nas pequenas tramas e *sketchs* do teatro de revista, a mulata era o personagem que obtinha vantagens e contornava situações conflituosas por meio de suas habilidades sedutoras e de seu *sex-appeal*.

Interpretando mulatas, dançando e cantando, a vedete Dulce de Almeida ficaria bastante conhecida na cena revisteira carioca. Este prestígio fez mesmo com que seu nome extrapolasse os limites da Praça Tiradentes, reduto dos teatros especializados em montagens popularescas. Naquela época, a elite intelectual do Rio de Janeiro desprezava as revistas, sequer considerando-as como teatro de verdade. Durante alguns anos, os amantes do dito “teatro sério” recorriam aos espetáculos montados nos palcos do Theatro Casino e do Casino Beira-Mar, localizados no Passeio Público do Rio. Nestes espaços – raros refúgios do “bom gosto” –, eram encenadas peças de vanguarda, como aquelas montadas pela Teatro de Brinquedo, companhia em torno da qual gravitavam modernistas como Di Cavalcanti, Lúcio Costa e Tarsila do Amaral. A premissa das duas casas era, confessadamente, oferecer um “teatro de elite e para a elite”. A ideia era atingir o público culto, membros das camadas média e alta que apreciavam as artes cênicas mas que não frequentavam o teatro por considerarem as revistas como peças vulgares, de baixo calão e qualidade estética. No entanto, principalmente com a quebra de 1929, a cena teatral do Rio foi abalada por uma crise financeira que inviabilizou a continuidade deste projeto elitista. As peças de “teatro sério”, afinal, possuíam uma frequência de público muito instável. Como estratégia de sobrevivência, os administradores do Casino e do Beira-Mar tiveram que se render às revistas, que eram notórios sucessos de público. Entretanto, esta concessão ao teatro ligeiro foi feita com certas reservas. Na tentativa de manter o status já consolidado, Casino e Beira-Mar apostariam em espetáculos de entretenimento de alto padrão, apresentados publicitariamente como números artísticos de finesse e glamour. Os dois teatros também passariam a realizar, com mais frequência, apresentações de artistas famosos nos Estados Unidos e na Europa – até Josephine Baker se apresentaria no Theatro Casino no final de 1929<sup>157</sup>.

Neste contexto de apropriação e reinvenção do teatro popular pela elite carioca, uma companhia de revistas foi organizada para atuar com exclusividade no Theatro Casino. A Companhia de Revistas e Féeries Eva Stachino foi criada em 1930,

---

<sup>157</sup> Para uma história dos teatros Casino e Beira-Mar, cf. Santucci (2006).

adotando para si a alcunha de sua principal atração. A mexicana Eva Stachino era uma vedete internacional, reconhecida por sua marcante passagem pelos teatros de Portugal. A escolha desta artista para atuar na Companhia foi justificada pela crítica do jornal *O Paiz*, que no dia 16 de fevereiro de 1930 publicou: “Tratando-se de uma casa de diversões destinada ao mundo chic, a empresa acertadamente foi procurar uma ‘estrella’ que se tem imposto pelo seu bom gosto e pelo capricho”<sup>158</sup>. A mesma nota, um pouco mais adiante, revelaria o elenco da primeira peça montada pelo grupo, intitulada *Na Pavuna*. Entre os integrantes, Dulce de Almeida mereceu especial destaque, recebendo elogios do jornal: “Dulce de Almeida, esta graciosa morena que faz com tanta graça as nossas mulatinhas pernósticas”. O *ensemble* de *Na Pavuna* contava, ainda, com o músico Ary Barroso atuando como maestro. Naquele período, este jovem compositor já tinha adquirido certo prestígio por conta de suas tentativas de transformar o samba popular em um produto mais sofisticado, destinado às elites cultas – justamente o que o Theatro Casino tentava fazer em relação ao teatro de revista.

Atuando no Casino, Dulce de Almeida conquistava grande prestígio profissional. Para além dos limites da Praça Tiradentes, agora ela era uma artista assistida pela elite do Rio de Janeiro – chegando perto, talvez, do máximo de status que uma vedete de revista poderia obter naquele período. Sua atuação em *Na Pavuna* recebeu comentários elogiosos da crítica. E em março daquele mesmo ano, a Companhia Eva Stachino montaria outra revista, intitulada *Vamos deixar de intimidade...*, na qual Dulce também atuaria. Este espetáculo contou com o texto de Olegário Mariano, poeta celebrado pela elite intelectual carioca, membro da Academia Brasileira de Letras então no auge do prestígio literário. Uma revista, sim – mas assinada por um dos escritores brasileiros mais respeitados de sua época. *Vamos deixar de intimidade...* também foi musicada por Ary Barroso, desta vez em parceria com Sá Pereira e Júlio Cristobal. E Dulce atuava na revista, vivendo o ápice de sua carreira.

Provavelmente aproveitando a boa fase, nesta mesma época Dulce tentaria, também, iniciar uma carreira como artista de rádio. Sua estreia foi programada para acontecer no dia 13 de maio de 1930, na Rádio Educadora do Brasil. Dulce estava escalada para participar de um programa musical ao lado de outros artistas promissores, como Noel Rosa e Sylvio Caldas. Mas, por conta de um acontecimento infeliz, Dulce provavelmente não pôde comparecer ao programa. O jornal que

---

<sup>158</sup> O Paiz, 16/02/1930.

anunciou sua estreia também publicou, na mesma edição, uma nota maliciosa, que relatava um incidente envolvendo a vedete. A pequena notícia intitulava-se “A Dulce não justifica o nome”:

Americo de Carvalho, estudante, residente à rua Barata Ribeiro, número 110, “enforcou” a segunda-feira, e ao invés de ir às aulas, foi palestrar com Dulce de Almeida, na residência desta, à rua Julio do Carmo n. 200.

A princípio a conversa foi doce (pois se falava à Dulce!), mas, depois, se tornou azeda.

Houve até um “bate-bôca”.

Foi quando a Dulce, negando a doçura própria da mulher, tomando da cabeça do jovem Américo, fez della “pá de pilão”, socando-a de encontro à porta.

O Américo caiu por terra, ferido, e a polícia chegou às falas com a Dulce.

Esta, com a maior doçura, allegou que o rapaz caíra e, daí, os ferimentos que apresentava.

O comissário Didier não acreditou na história, e, fazendo recolher a rapariga ao xadrez, tratou de requisitar socorro para o ferido, que, depois de medicado, se recolheu à sua residência<sup>159</sup>.

A nota, de entonação zombeteira, foi perversamente publicada na seção dedicada às notícias do teatro – os fãs das revistas e os admiradores de Dulce fatalmente ficariam sabendo daquele pequeno escândalo de sua vida privada. O motivo do desentendimento entre os dois não foi revelado pelo jornal. Também não se sabe qual era a exatamente a relação que existia entre Dulce de Almeida e Américo de Carvalho. Sobre este rapaz, que o jornal representou como uma vítima indefesa, também restam poucas e imprecisas informações. O nome de Américo de Carvalho remete a um compositor que esteve brevemente envolvido na cena musical do Rio de Janeiro daquele período. Um autor de sambas como *Vou Pedir à Padroeira*, gravada

---

<sup>159</sup> O Paiz, 13/05/1930.

por Zaira Gonçalves (que contracenou com Dulce na revista *Você Quer É Carinho*), e *Mamãe Não Quer*, gravada em 1930 na voz de Carmen Miranda.

Além dos efeitos da briga, a nota também pode revelar outras informações interessantes sobre os envolvidos. O endereço residencial de Américo de Carvalho, situado no bairro de Copacabana, talvez possa, por exemplo, dizer algo sobre a condição econômica do compositor. Na época, este bairro ainda um tanto pacato estava sendo ocupado por casarões e chácaras de famílias abastadas. Segundo o antropólogo Gilberto Velho, “os copacabanenses desse período são indivíduos, em geral, situados em níveis superiores de um universo de camadas médias em confluência com as elites”<sup>160</sup>. Já a casa de Dulce de Almeida, como revela a nota, estava localizada em um bairro boêmio: a Zona do Mangue, território que ficou famoso, principalmente, por acoitar a zona do meretrício local. O Mangue, como ficou conhecido o bairro, é frequentemente descrito como local de concentração da baixa prostituição, em contraste com o bairro da Lapa, que abrigaria o meretrício grã-fino. No entanto, o reduto boêmio parecia possuir certa áurea que exercia grande atração sob as classes média e alta, e também sob a elite culta carioca. Nos anos 1920 e 1930, os bordéis do Mangue foram frequentados por artistas como Lasar Segall, Jayme Ovalle e Manuel Bandeira, que se utilizaram do bairro, inclusive, como fonte de inspiração. Uma bela descrição da efervescência boêmia no Mangue foi deixada pelo agente policial e escritor Armando Moreira:

O Mangue havia sido um esplendor de vícios. (...) Umás duzentas casas talvez, com três mil mulheres de todos os tipos e todas as raças. (...) Ao longo das ruas-eixo, Júlio do Carmo, Afonso Cavalcanti e Benedito Hipólito, e suas transversais Carmo Neto, Pereira Franco, Pinto de Azevedo, Marquês de Sapucaí, Visconde Duprat e algumas outras, feericamente iluminadas, havia um mundo fantástico, uma feira de línguas e dialetos, um entrecruzar de serviços, farmácia, restaurante, botequins, vendedores ambulantes, cáftens à espreita, malandros na tocaia, policiais cavalários e a pé, sonolentos e aborrecidos, marinheiros em aventura, fregueses que entram e

---

<sup>160</sup> Velho (1999, p. 11)

que saem, aliviados ou não, gritos de fêmeas, insultos e convites obscenos, corpos seminus assomando às portas, invertidos que agarravam indecisos, mulheres levando-os quase arrastados para a alcova... No ar impregnado de odores de desinfetantes, de comida rançosa, de éter e álcool, de esperma nas toalhinhas, algo assim como uma atmosfera de pré-temporal, elétrica e desconfortante, mas sumamente excitante e diferente.<sup>161</sup>

Desta convulsiva vida boêmia, Dulce parece ter sido forçosamente afastada após a briga com Américo de Carvalho. Como *O Paiz* denuncia, o desfecho do conflito fez com que ela fosse recolhida ao xadrez. Naquela época não existiam presídios femininos no Brasil e, no Rio de Janeiro, as mulheres detidas ou condenadas ocupavam um barracão de cimento que ficava aos fundos da Casa de Detenção destinada aos homens. As condições do presídio, invariavelmente superlotado, eram descritas pelas próprias autoridades de então como extremamente degradantes<sup>162</sup>. Não se sabe por quanto tempo Dulce ficou detida, e nem se a violência contra Américo de Carvalho lhe custou uma condenação. No entanto, após a ocorrência policial, seu nome desapareceu do jornal *O Paiz*. Dulce de Almeida, figura fácil das críticas e boletins teatrais, parece ter amargado um período de ostracismo profissional justamente quando sua carreira dava sinais de sucesso e reconhecimento público. O periódico, que acompanhava a carreira de Dulce desde o início, voltaria a tocar em seu nome apenas quatro anos após a briga com Américo de Carvalho. Desta vez, a vedete seria a protagonista de uma nota ainda mais curta, veiculada na seção “Algumas notícias policiaes”:

Quis acabar com a vida – Por motivos que ficaram ignorados, tentou suicidar-se, domingo último, em sua residência à rua Luiz de Camões n. 57, Dulce de Almeida, brasileira, que ingeriu

---

<sup>161</sup> Moreira apud Costa (1999).

<sup>162</sup> Cf. Soares (2002).

tintura de iodo. Levada para o Posto Central de Assistência, ahi a socorreram, feito o que Dulce retirou-se<sup>163</sup>.

Agora morando nas proximidades da Praça Tiradentes, há menos de uma quadra dos palcos onde iniciou a carreira, Dulce procurava terminar com sua própria vida. Os motivos, ignorados pelo jornal, continuam desconhecidos ainda hoje. É bem plausível supor que a tentativa de suicídio estivesse ligada ao episódio envolvendo Américo de Carvalho e, também, ao seu afastamento da vida teatral. Mas estas hipóteses não conseguem extrapolar o campo das suposições. Outras menções a Dulce de Almeida voltariam a aparecer apenas em 1935: notícias a respeito da filmagem de *Cabocla Bonita*, a produção da qual Marinósio guardou a publicidade em seu álbum-portfólio.

Levando em conta esta dramática passagem da vida de Dulce, podemos imaginar o contexto em que Marinósio a teria encontrado pela primeira vez. Baseando-se nos registros dos jornais cariocas, não é difícil presumir que, na segunda metade dos anos 1930, Dulce estivesse passando por uma fase extremamente difícil, de instabilidade profissional e fragilidade emocional. Desta forma, a aparição de Marinósio, um artista cheio de planos, vindo de outra cidade, propondo uma alternativa àquela conturbada vida na capital federal, repercutiria de forma bastante impetuosa na ex-vedete. Segundo a família Trigueiros, Dulce abandonou o Rio de Janeiro e “fugiu” com Marinósio para Salvador, deixando para trás um marido e um filho. Os próximos registros de Dulce datam, então, do ano de 1939, quando imagens suas aparecem em um álbum de fotografias organizado por Marinósio Filho. Um pouco mais tarde, no mesmo ano, Dulce figura como integrante do conjunto Rompe Fogo, excursionando com a banda pelos leprosários e ligando-se definitivamente à vida artística de Marinósio.

A história de Dulce e de seu encontro com Marinósio, aparentemente coesa, apresenta, no entanto, algumas contradições que permitem mesmo duvidar de sua veracidade. As incertezas dizem respeito, principalmente, à própria identidade de Dulce de Almeida. Ainda que Marinósio tenha deixado pistas positivas a respeito, não é possível saber ao certo se a consagrada vedete carioca é a mesma Dulce que se tornaria sua amante. Há, por exemplo, informações conflitantes acerca de suas respectivas datas de nascimento. Segundo os jornais cariocas, a vedete Dulce de

---

<sup>163</sup> O Paiz, 15/05/1934.

Almeida aniversariava no dia 25 de maio<sup>164</sup>. Já uma carteira de identidade de Dulce, arquivada por Marinósio e expedida em 1939, refere-se a outra data: 28 de janeiro. A incoerência entre as duas informações talvez não fosse suficiente para desacreditar por completo a identidade da amante de Marinósio. Afinal de contas, alguém com uma história como a dela, desejosa em se livrar ou ocultar o seu próprio passado poderia, coerentemente, mentir sobre a idade. E Dulce de Almeida, a companheira de Marinósio, comprovadamente daria uma declaração enganosa a respeito de sua idade em outra ocasião, de passagem pelo Uruguai. No entanto, o que realmente torna inverossímil a coincidência entre os dois personagens é a aparência física. Em que pese a precariedade das fotografias, enquanto os jornais cariocas apresentam uma vedete de pele branca, corpo volumoso e traços arredondados, as imagens de Dulce de Almeida arquivadas por Marinósio revelam uma mulher mais magra, de pele morena, traços finos e reminiscências indígenas. Mesmo que algumas fotografias sugiram vagas semelhanças, as discrepâncias saltam aos olhos de forma determinante. Analisando as imagens pode-se dizer que a amante de Marinósio, muito provavelmente, não era a mesma Dulce de Almeida que havia atuado no filme *Cabocla Bonita*.

Cabe perguntar, então, por qual razão Marinósio Filho teria anexado a publicidade desta produção cinematográfica ao álbum que utilizava como portfólio. O motivo desta atitude aparentemente insólita só pode ser apontado por meio de hipóteses. Neste sentido, é possível inferir que a divulgação desta informação falsa tenha sido um truque, um expediente astuto aplicado por Marinósio para incrementar a credibilidade e otimizar o currículo de sua companheira de palco. Como se sabe, o álbum no qual o reclame de *Cabocla Bonita* foi colado era utilizado de forma instrumental por Marinósio. Um arquivo ativo, de uso pragmático, empregado para impressionar patrocinadores e angariar apresentações. Portanto, quanto mais informações lisonjeiras estivessem compiladas, tanto mais promissor o desempenho do portfólio. E neste caso devia ser particularmente vantajoso vincular o nome de Dulce de Almeida a uma vedete homônima, de carreira artística reconhecida no Rio de Janeiro. Associando as duas figuras, fazendo convergir a identidade das duas mulheres em um só personagem, Marinósio inventava um passado para sua companheira de palco – ou melhor, furtava a memória da vedete Dulce de Almeida em benefício seu e de sua amante. Uma pequena fraude que falseava a biografia de Dulce, enxertando prestígio e renome como forma de impactar patrocinadores, público

---

<sup>164</sup> O Paiz, 25/05/1934.

e jornalistas. Uma memória biográfica surrupiada que, para além do uso prático em seu próprio tempo, ao ser integrada em um arquivo e encarada como fonte histórica, poderia mesmo ser perenizada, confundindo pesquisadores, biógrafos e historiadores do presente. Ainda hoje é tarefa difícil dissociar as informações das homônimas Dulce de Almeida. Explorar as aparições deste nome nas publicações de jornais e distinguir as passagens relativas às vidas de uma e de outra é trabalho complexo, que origina mais incertezas do que seguranças. Até mesmo porque, pelo que parece, as duas eram igualmente ligadas ao teatro de revista – na carteira de identidade da amante de Marinósio consta sua profissão: “corista”.

Na época em que o reclame de *Cabocla Bonita* foi utilizado como portfólio por Marinósio, esta confusão entre personagens era, sem dúvida, ainda mais difícil de ser desfeita. Afinal de contas, não havia formas simples de se checar a veracidade daquela identidade. Ainda mais porque este passado falso era apresentado e representado longe do Rio de Janeiro, nas peregrinações de Dulce e Marinósio pelo Brasil. O nomadismo artístico foi, aliás, algo que viabilizou a realização da carreira musical de ambos de forma decisiva. A possibilidade de reinventar a própria identidade de acordo com o paradeiro era apenas uma das vantagens deste modo de vida errante. O exercício da itinerância, no entanto, só foi compreendido como um método viável e adequado após o desempenho de outras táticas de sobrevivência artística. Estas outras práticas puderam ser experimentadas, provavelmente, a partir das vivências de Marinósio em solo carioca. Se no Rio de Janeiro ele não se tornou amante de uma vedete que integrava o embrionário *star system* brasileiro, teve, pelo menos, a oportunidade de observar como se davam os bastidores do mundo do entretenimento. É bem possível que o jovem músico Marinósio, buscando formas de ganhar a vida, tenha prestado atenção e procurado saber como operavam as engrenagens da nascente indústria cultural, que na época ganhava forma e volume principalmente com a popularização do rádio. Ele deve ter observado como agiam os artistas em busca de realização profissional; provavelmente, também intuiu algo sobre as tendências musicais do momento e, de alguma forma, deve ter sacado certas características das políticas culturais que então eram esboçadas na capital federal. Com estas percepções arrancadas do epicentro da rudimentar cultura de massa brasileira, Marinósio retornaria à sua cidade natal para botar em prática alguns procedimentos que talvez assegurassem a viabilidade de sua carreira.

De volta a Salvador em 1940, já em companhia de Dulce de Almeida, Marinósio desenvolveria para si mesmo um novo personagem. Jornais da época registram aparições de um certo “Marinósio Filho – O Louco do Chapéu de Palha”.

Fotografias mostram-no vestido elegantemente, de casaca, cantando e marcando o ritmo em um chapéu adornado por uma fita preta. Uma *persona* de palco cuja eficácia seria testada em apresentações no rádio e em teatros de Salvador. Com efeito, o desempenho deste papel alcançaria relativo êxito, e as exhibições de Marinósio – já ao lado de Dulce – seriam inclusive realizadas em outros estados, como no Maranhão e em Pernambuco. Para a criação desta nova *persona*, é muito possível que a inspiração tenha sido um reconhecido cantor e figura cômica: o sambista carioca Luiz Barbosa. Este artista, célebre em seu tempo, chegou a ser considerado pela crítica dos anos 1930 como uma das melhores vozes do Brasil. Ficou conhecido por inventar o chamado “samba de breque” – com seu estilo singular, inauguraria uma forma original de interpretar sambas e emplacaria vários sucessos. Consagrado pelo rádio, Barbosa se tornaria uma celebridade sob o epíteto de “o rei do chapéu de palha” – um apelido muito próximo ao título que Marinósio assumiria para si.

Se hoje não é possível saber ao certo até que ponto Marinósio Filho se assemelhava musicalmente a Luiz Barbosa, pode-se notar, no entanto, que em termos de apresentação visual, o “louco” era muito similar ao “rei”. Fotografias de Marinósio datadas desta época revelam com clareza a desvelada semelhança. É razoável deduzir que esta apropriação do personagem alheio por parte de Marinósio tenha ocorrido como consequência de seus aprendizados no Rio de Janeiro. É bem possível que lá – terra do teatro de revista, do nascente cinema musical e da própria indústria cultural brasileira – ele tenha compreendido que o desempenho de um personagem de palco era tão ou mais importante do que a própria habilidade vocal. E talvez, em sua lógica, a aparição de um personagem semelhante a Barbosa soasse mesmo como um desejo do público ouvinte, particularmente naquele momento. Isto porque em 1938 o sambista Luiz Barbosa faleceria precocemente, aos 28 anos, vítima de uma tuberculose. Na época, sua morte consternava os amantes da música e do rádio, de modo que, para Marinósio, podia parecer interessante aproximar-se esteticamente do cantor.

Foi como O Louco do Chapéu de Palha e nas experiências à frente do conjunto Rompe Fogo que Marinósio parece ter buscado especializar-se em um gênero musical determinado. Neste período, a vertente de sua atuação artística passou a ser definida publicamente sob um selo unívoco: a música folclórica. Os jornais da época insistem nesta designação para precisar o repertório apresentado por Marinósio. Mesmo que os documentos fonográficos produzidos por Marinósio nesta época sejam escassos, ainda é possível delinear o que pretendia significar esta definição. No universo da música popular brasileira, o termo passou a ser empregado com mais frequência no

início do século XX, notadamente no contexto urbano do Rio de Janeiro. Nesta época originou-se na capital federal um certo interesse, por parte das elites consumidoras de música, pelas expressões ditas regionais ou “folklóricas” – em termos mais exatos, pelas músicas que faziam algum tipo de referência, sonora ou literal, ao sertão brasileiro, e principalmente à região Nordeste. Em meio à hegemonia da música europeia como manifestação de bom gosto, a música regional era apreciada pelo que ela representava de pitoresco. Como notou José Ramos Tinhorão, “era um gosto pelo ‘exótico nacional’, que desde a primeira metade do século XX o público dos salões [de música] começou a cultivar, numa atitude que punha em moda o folclórico”<sup>165</sup>. Desta tendência veio a se beneficiar, de maneira exemplar, o poeta e músico Catulo da Paixão Cearense. Um pouco mais tarde, o conjunto Os Oito Batutas – de Donga e Pixinguinha – também alcançaria popularidade ao definir a própria sonoridade como folclórica, executando músicas com temas sertanejos, batucadas e cateretês. Dando sequência a este filão, a partir dos anos 1930, com a disseminação do rádio, o tema folclórico em moda veio a ser, sobretudo, as peculiaridades e excentricidades da cultura baiana. Como cultor desta seara, Ary Barroso é um exemplo notável. Naquela década o compositor desenvolveria uma série de canções de grande sucesso, cujo tema geral eram os encantos, saudades e singularidades da Bahia. Entre estas composições destacam-se *Batuque* (1931), *Nega Baiana* (1931), *No Tabuleiro da Baiana* (1936) e *Na Baixa do Sapateiro* (1938). Simultaneamente, a hipercelebridade Carmen Miranda pretendia encarnar o arquétipo da mulher baiana, encenando internacionalmente uma personagem que ficaria marcada como símbolo da baianidade e até mesmo da própria identidade nacional.

Era justamente a temática nordestina, e principalmente os hábitos e costumes afro-brasileiros da Bahia, o universo explorado musicalmente por Marinósio naquele início dos anos 1940. Daí a definição para o seu trabalho: música folclórica. Na época, as canções com referências baianas causavam grande efeito, alcançando popularidade nacional ao serem divulgadas pelas rádios cariocas e reproduzidas nas emissoras regionais. Desta forma, cantar as peculiaridades da terra natal devia parecer, para Marinósio, um empreendimento artístico que prenunciava êxito seguro. Por meio de comentários veiculados em jornais é possível observar a forma como Marinósio se apropriava deste campo semântico que se dedicava à invenção da baianidade. Aparentemente, uma de suas músicas de maior sucesso neste período foi um samba intitulado *Catimbó pra Você*. A letra da canção aludia aos ritos das religiões

---

<sup>165</sup> Tinhorão apud Vianna (1995, p. 45).

afro-brasileiras e, de forma mais direta, a uma prática específica e potencialmente exótica: o exercício da feitiçaria. Neste samba, a voz de Marinósio ameaçava no refrão: “Vou mandar fazer / Catimbó pra você”. Ao lado desta música, outra composição frequente no repertório de Marinósio Filho se chamava *Na Venda do Sapateiro* – título de óbvia semelhança ao da famosa música de Ary Barroso.

Mais canções desta leva também podem ser conhecidas em um disco gravado por Marinósio. Este álbum, não-intitulado, aparentemente não foi lançado comercialmente. Nele é possível ouvir duas músicas compostas e interpretadas por Marinósio durante sua “fase baiana”. De um lado está *Xinxim da Baiana*, cuja letra explora os ingredientes deste prato típico. A canção lembra em muito as composições de Dorival Caymmi, que mais de uma vez utilizou a culinária baiana como material para suas músicas, ficando mesmo conhecido por criar um sub-gênero: o samba-receita. Bons exemplos desta experiência de Caymmi são os êxitos *Preta do Acarajé*, gravada em dueto com Carmen Miranda em 1936, e *Vatapá*, que seria registrada no ano de 1942 pelos Anjos do Inferno. O próprio Ary Barroso teria se aproximado do samba-receita ao compor *No Tabuleiro da Baiana*, gravado em 1936 também por Carmen Miranda em parceria com Luiz Barbosa (O Rei do Chapéu de Palha). No outro lado deste disco cometido por Marinósio está gravada mais uma canção, intitulada *Quem Nunca Foi à Bahia*. A letra dedica-se a exaltar diversos elementos entendidos como tipicamente baianos; uma espécie de *list song* que chega mesmo a soar como uma peça de publicidade turística. Novamente, a semelhança com Dorival Caymmi é evidente. *Quem Nunca Foi à Bahia* parece até uma sutil variação da canção *Você Já Foi à Bahia?*, um dos maiores sucessos de Caymmi, gravado em 1942, também pelo conjunto Anjos do Inferno.

Como se vê, as músicas deste disco têm Dorival Caymmi como uma evidente inspiração. A referência fica ainda mais óbvia quando se repara na interpretação dedicada às canções. Embora Marinósio nunca tenha dominado qualquer instrumento, nestas gravações ele se fez acompanhar por um violonista, apostando no mesmo formato voz-violão que consagrara Caymmi. Outro particular ponto de semelhança: a voz de Marinósio. Nas duas interpretações ele demonstra um bom domínio vocal, revelando-se mesmo um talentoso cantor. No entanto, a gravidade, o timbre e a impostação de sua voz soam de maneira muitíssimo parecida com a de Dorival Caymmi – em uma audição desavisada seria mesmo possível confundir os dois músicos.

Para além das preferências e aptidões musicais de Marinósio, naquela época, soar como Caymmi era algo bastante vantajoso. Na transição entre as décadas de

1930 e 1940, este prestigiado compositor e intérprete era praticamente uma unanimidade nacional. Por um lado, Caymmi era apreciado pela crítica e pelos intelectuais do período, que o admiravam por sua inventividade e principalmente pelo que sua “regionalidade” representava. Nesta época, é preciso lembrar, o pensamento brasileiro vivia os abalos provocados pelas originais ideias do sociólogo pernambucano Gilberto Freyre. *Casa Grande e Senzala*, lançado em 1933, revolucionava a forma hegemônica de se pensar o Brasil sob os termos de cultura e raça. A defesa da mestiçagem racial rompia com a tradição teórica que apontava com insistência a necessidade de um “embranquecimento da nação”. Com Freyre, a mestiçagem – e principalmente os traços negros do mestiço – eram positivados, entendidos como formadores de uma “identidade nacional” da qual os brasileiros deveriam se orgulhar. Por isto, a temática baiana e afro-brasileira explorada por Caymmi estava na crista da onda entre os intelectuais brasileiros. No mesmo período, antropólogos como Arthur Ramos e Edison Carneiro também se dedicavam a habilitar a cultura afro-brasileira, desenvolvendo estudos que contribuía para sua posituação. Carneiro, inclusive, tendia a considerar a Bahia como representação privilegiada da brasilidade. De maneira parecida também pensava Jorge Amado, romancista de considerável apelo popular que em diversos textos exaltou Caymmi (seu amigo pessoal) pela autenticidade baiana – e nacional – que ele pretendia encarnar.

Da mesma forma, entre o grande público – principalmente entre os radiófilos e consumidores de discos – Caymmi também era largamente apreciado. Neste sentido, é interessante observar como suas composições e interpretações dialogavam com os gostos canônicos deste público específico. Ao mesmo tempo em que Caymmi apresentava-se publicamente como autêntico representante do ambiente folclórico baiano, sua música era, na realidade, grande tributária do samba urbano carioca. Como aponta o historiador e crítico musical André Domingues: “Ficou assim, algo ambíguo nas canções de temática regional de Caymmi. Se de um lado, sofreram influência do regionalismo culto, (...) de outro, se integraram fundamentalmente numa tradição estabelecida dentro da música popular”<sup>166</sup>. O mesmo autor detecta ambiguidade análoga em suas interpretações vocais. Segundo ele, o canto de Caymmi procurava mesclar a entonação vernacular de personagens baianos estereotípicos com uma estética vocal já bastante apreciada pelos ouvintes do rádio, próxima do canto operístico: “Dessa curiosa combinação pode-se inferir que Caymmi desejava reivindicar o prestígio dos grandes cantores, mas também representar,

---

<sup>166</sup> Domingues (2013, p. 61)

fundamentalmente, a voz não-educada dos personagens populares retratados nos versos e no *Mar Morto* de Jorge Amado”<sup>167</sup>. O equilíbrio entre a moda regionalista baiana e o bel-canto já consagrado nos meios radiofônicos – era esta a “fórmula do sucesso” perseguida por Dorival Caymmi e reproduzida por Marinósio Filho.

Mas, além do inegável talento de Caymmi e de sua habilidade em concatenar as tendências musicais de sua época, havia outro fator que contribuía enormemente para seu sucesso: o subsídio governamental. Um benefício determinante cuja importância o próprio Marinósio também não demoraria a compreender e a reivindicar para si. Afinal de contas, com Getúlio Vargas na presidência, o governo assumia o mecenato como uma de suas altas atribuições, exercendo-o de forma mais produtiva sobretudo a partir da instituição do Estado Novo, em 1937. Daquele instante em diante, uma série de mecanismos seriam estruturados pelo Estado com o objetivo de controlar a produção e o consumo cultural no Brasil. Este esboço de política pública em cultura, inaugural no país, destinava-se essencialmente ao fomento e à divulgação da ideologia estadonovista. A apologia da figura de Vargas, o enaltecimento da ética trabalhista e, principalmente, a exaltação da “identidade nacional” – era necessário que as produções culturais contemplassem pelo menos um destes elementos para que fossem recompensadas com as subvenções governamentais.

Dois órgãos estatais atuavam como os principais patrocinadores destas iniciativas artísticas que propagandeavam o regime: a Secretaria de Educação e Saúde Pública, sob a coordenação de Gustavo Capanema, e o famigerado DIP – Departamento de Imprensa e Propaganda, chefiado por Lourival Fontes. No caso específico do cenário musical, este último órgão atuava de forma determinante. Além de bancar turnês, gravações de discos e contratar artistas (sobretudo por meio da influente Rádio Nacional), o DIP também aplicava seus poderes de censura às músicas dissonantes do ideário estadonovista. Como aponta Eduardo Vicente, o trabalho disciplinador do DIP exerceu “ampla atividade de censura sobre a produção musical e radiofônica. Apenas em 1940, 370 canções e 100 programas de rádio foram vetados total ou parcialmente por seus censores”<sup>168</sup>.

Por estes mecanismos repressores, no entanto, Dorival Caymmi passava ileso. Pelo contrário: durante o Estado Novo, o baiano se tornaria um artista muito bem quisto pelo regime, beneficiando-se sobremaneira de seu apadrinhamento. A relação

---

<sup>167</sup> Idem, p. 58.

<sup>168</sup> Cf. Vicente (sem data).

patronal – e quase paternal – estabelecida entre o governo Vargas e Dorival Caymmi foi bem sintetizada pelo pesquisador André Domingues:

Foi, enfim, o Caymmi “cantor das graças da Bahia” que acabou participando da fase de incorporação da Rádio Nacional ao patrimônio da União, em 1940, quando recebeu um convite para atuar logo na noite de estreia e acabou sendo prontamente contratado como uma das estrelas do novo *casting*. Tal relação com os meios de comunicação governamentais se estendeu para além da Rádio Nacional, e o compositor baiano acabou integrando uma iniciativa cinematográfica do DIP, a produção do curta-metragem *A Jangada Voltou Só*, dirigido por ninguém menos que Lourival Fontes, o diretor do Departamento. Outro acontecimento revelador das condições favoráveis em que Caymmi se aproximou da esfera política dominante foi o convite para participar de um grande espetáculo beneficente organizado pela primeira-dama Darcy Vargas, em 1939, batizado de *Joujoux e Balangandãs*, no qual cantou a canção-praieira “O Mar”. O nome do espetáculo, aliás, já fazia referência ao famoso adorno de baiana popularizado nacionalmente por Caymmi e Carmen Miranda em “O que é que a baiana tem?”, o balangandã, que naquela época virou “quase sinônimo de coisa nacional”, segundo contou Jorge Amado, escrevendo em nome de Caymmi, o cancionista da Bahia.<sup>169</sup>

Como se vê, esta empatia entre artista e regime aconteceu em razão da aprovação, por parte do Estado Novo, dos símbolos da baianidade explorados pelas composições de Caymmi. A invenção simbólica da Bahia era, aliás, sistematicamente legitimada pelo governo Vargas. Este tipo de regionalismo, ao contrário do que se poderia supor a princípio, não era entendido como inimigo do nacionalismo integracionista imaginado pelo Estado Novo. A criação e a divulgação destes

---

<sup>169</sup> Domingues (2013, p. 64).

elementos regionais eram, na verdade, valorados pelo regime, que os adotava como símbolos da própria brasilidade. O que à primeira vista poderia parecer um elemento desagregador era ressignificado como imagem sintética do Brasil, em um processo de homogeneização dos símbolos culturais nacionais. Neste cenário, as imagens da Bahia foram notadamente privilegiadas. Como exemplo cabal desta predileção basta lembrar que Carmen Miranda e o Bando da Lua acompanharam, por diversas vezes, o presidente Getúlio Vargas em viagens oficiais internacionais<sup>170</sup>. Ainda que Carmen Miranda fosse uma portuguesa radicada no Rio de Janeiro, nas comitivas varguistas ela cumpria a função de propagar uma imagem do Brasil que era explicitamente baseada nos símbolos da baianidade. Aliás, vale mencionar que esta *persona* baiana-nacional de Carmen era, em boa parte, uma criação do próprio Dorival Caymmi. Segundo consta, foi ele quem “dirigiu” Carmen na sofisticação deste seu personagem, aconselhando-a sobre as vestimentas e trejeitos que deveria adotar.

Tanto Carmen quanto Caymmi constituem casos exemplares para se entender qual era o tipo de músico popular patrocinado pelo Estado Novo. Em primeiro lugar, ambos representavam figuras ligadas ao universo do folclore e dos personagens populares; artistas profundamente tributários de um estilo de vida “enraizado na cultura nacional”. Desta forma, eram úteis para simbolizar, difundir e valorizar a identidade nacional pretendida pelo governo. Em segundo lugar, os dois rearranjavam elementos da cultura popular brasileira, adaptando-os segundo uma estética entendida como mais “civilizada”. Em certo sentido, Carmen e Caymmi reconfiguravam estes elementos populares, tornando-os adequados à imagem de brasilidade que o Estado Novo gostaria de instaurar. Neste sentido, cumpriam uma função pedagógica – ambos eram “brasileiros exemplares”: ao mesmo tempo em que criavam a imagem do “povo”, funcionavam também para educá-lo. Embora fizessem referência aos elementos da cultura popular – no caso, a afro-brasileira –, apresentavam-na de maneira higienizada, sem os trejeitos próprios dos terreiros, festas populares, ou outras “vulgaridades”. Desta forma, encarnavam uma ambiguidade específica do governo Vargas. Conforme notou a historiadora Mônica Velloso,

Um dos aspectos que chamam particularmente a atenção no interior do projeto cultural estado-novista é o esforço ideológico no sentido de reconceituar o popular. Este passa a ser definido como a expressão mais autêntica da alma nacional. Ocorre,

---

<sup>170</sup> Cf. Castro (2005, *passim*)

porém, que este povo – depositário da brasilidade – é configurado simultaneamente como inconsciente, analfabeto e deseducado. Esta ambiguidade em relação ao popular – misto de positividade e negatividade – vai ser equacionada através de um projeto “político-pedagógico” implementado pelas nossas elites.

(...)

No interior do projeto cultural estado-novista, a música ocupa lugar de grande importância. Apontada como meio mais eficiente de educação, ela seria capaz de atrair para as esferas da civilização, os indivíduos “analfabetos, brancos e rudes”. Não é à toa, portanto, a preocupação do regime em interferir na produção da música popular.<sup>171</sup>

Assim, a pedagogia das massas estadonovista tinha no incentivo aos músicos uma de suas principais estratégias. Desta política cultural beneficiavam-se aqueles cuja produção operava reconfigurações na cultura popular, repaginando-a segundo o ideário varguista de civilização e nacionalismo. Além de Carmen e Caymmi, outro exemplo paradigmático de artista agraciado por esta política é o de Ary Barroso. Desde a década de 1930, Barroso trabalhava no sentido de reconceituar o samba, dotando-o de melodias elaboradas e arranjos orquestrais sofisticados. Mais do que isso, Barroso foi o criador do chamado samba-exaltação – sub-gênero cujas letras enalteciam símbolos da brasilidade de maneira ufanista. O exemplo mais bem acabado entre estas composições de Barroso foi a música *Aquarela do Brasil* (1940), que chegou a ser conhecida como “o segundo hino nacional” e caiu nas graças do Estado Novo.

Marinósio Filho, por sua vez, também arranjará maneiras de se aproveitar destas circunstâncias estabelecidas pela Era Vargas. De forma semelhante à de seu pai, ele também tentaria ganhar a vida de músico através da cumplicidade discursiva com os donos do poder. No entanto, diferentemente do ensejo explorado por seu progenitor, a brecha encontrada por Marinósio não estava ligada ao incremento dos discursos higienistas, mas sim a outro filão propagandístico da Era Vargas. Foi

---

<sup>171</sup> Velloso (1987, p. 173)

observando as políticas de incentivo à cultura implementadas neste período que Marinósio Filho percebeu uma oportunidade, uma chance de viver como desejava, uma forma de sobreviver como artista e um jeito de se virar financeiramente. A música folclórica, as referências à baianidade, a emulação de Dorival Caymmi – todos estes elementos seriam sofisticados por Marinósio, que se aproximaria ainda mais do padrão estético e discursivo subsidiado pela política cultural varguista. Esta estreita conformidade em relação às diretrizes governamentais seria estabelecida pelo anúncio de um novo ritmo musical, do qual Marinósio se apresentava como o criador: o Afoxé. Como forma de expor publicamente este novo empreendimento artístico, Marinósio editou um panfleto publicitário com um pequeno texto explicativo.

#### Que é o Afoxé?

Não é apenas um novo ritmo musical, moldado ao nosso Folclore e sob os ritos e mitos afro-brasileiros. É ainda recordação pura e sã, em quadros vivos que o seu autor pintou com variados matises dos tempos das “Casas Grandes” e “Senzalas”, em que os negros escravos amarrados nos pelourinhos, choravam sua liberdade perdida. É uma remota herança dos nossos amigos africanos. O famoso Afoxé está enquadrado no folclore bem brasileiro, bem nacionalista em toda sua magnificência, focalizando motivos e aspectos de todo o país que a civilização burilou; desfila através da voz de seu autor e intérprete, Prof. Marinósio Filho, músicas impressionantes, num ritmo bárbaro com instrumentos exóticos e vozes estranhas do coro vocal masculino e feminino do Conjunto Típico. É a união de duas raças distintas, o preto cativo da África e o índio brasileiro, esteio da nossa formação. Do cativo, nasceu a fusão dos ritmos africanos trazidos pelos negros com os estranhos e imperfeitos esboços musicais do aborígine sul americano. O maestro Marinósio Filho reunia tudo isto no seu famoso Afoxé, que agora está mostrando ao Brasil. Toda a alma romântica dos artistas, a nostalgia dos negros africanos, a revolta dos indígenas transparecem nos notabilíssimos Afoxés e na voz do seu autor Marinósio Filho,

deixando em cada coração uma vontade de olvidar o presente e voltar ao passado para conhecer aquilo, que tudo hoje lhes é estranho. O Afoxé é a junção do conteúdo de viola nordestino, com o nosso samba. Dessa mistura de ritmos bárbaros e harmoniosos, foi que o Prof. Marinósio Filho achou o famoso Afoxé, a Sensação Máxima do Mundo Artístico.<sup>172</sup>

Embora o tenha feito de maneira um tanto confusa, neste discurso sobre a própria obra Marinósio começava a expressar seu alinhamento ideológico em relação ao ideário varguista. Segundo o texto, a sonoridade perseguida pelo Afoxé seria uma espécie de expressão musical do Brasil mestiço: o resultado estético provocado pela fusão das duas raças formadoras da nação: o negro e o índio. Esta miscigenação era entendida – na esteira de Gilberto Freyre – como a própria raiz da identidade nacional: o “esteio da nação”. Desta forma, provocando a mesma combinação no plano musical, o Afoxé podia ser coerentemente apresentado como um projeto “bem brasileiro, bem nacionalista”. Uma iniciativa artística que revisitava as origens da própria brasilidade: uma “volta ao passado”, uma “recordação pura e sã”. No entanto, como o final do texto deixava claro, esta pureza seminal não era rerepresentada sem os refinamentos e conquistas da civilização moderna. O Afoxé era, afinal, uma mistura de “ritmos bárbaros e harmoniosos”. Uma reconfiguração, enfim, bastante coerente com as tendências musicais do período e, na mesma intensidade, bem ao gosto da política cultural estado-novista. No verso deste panfleto publicitário, de forma a não deixar dúvidas, Marinósio mandou imprimir um retrato de ninguém menos que o próprio Getúlio Vargas, “o líder da nação”.

Nesta elaboração discursiva, além de definir as características de sua pretensiosa proposta musical, alinhando-a às expectativas dos poderes hegemônicos, Marinósio tratou de inventar, também, uma nova representação para si mesmo. Entremeando os discursos nacionalistas do Afoxé, um personagem fazia sua primeira aparição: o Professor Marinósio Filho. Com o Afoxé, Marinósio passa a encarnar a *persona* de um especialista em folclore nacional – um professor-artista, apto a apresentar as riquezas do Brasil profundo às massas incultas e deseducadas. De fato, a representação de uma figura como esta fazia tremendo sentido no contexto político-cultural dos anos 1940. Como vimos, o governo varguista subsidiava os músicos que,

---

<sup>172</sup> Panfleto de divulgação do Afoxé. Sem data. Arquivo Familiar.

de alguma forma, ajudavam a disseminar os valores ideológicos do Estado Novo. Esta subvenção era entendida como parte importante de um projeto político-pedagógico, e tinha mesmo uma função educativa. Desta forma, um músico que encarnasse o ideário nacionalista e que, simultaneamente, apresentasse vocações professorais, podia mesmo parecer uma combinação perfeita aos olhos dos patrocinadores estatais. Assim, o Professor Marinósio Filho pretendia personificar um tipo ideal, um artista plenamente adequado aos propósitos discursivos do Estado Novo. É interessante notar que, neste caso, o campo de atuação do personagem extrapolava os limites do palco. O Professor Marinósio Filho não era como O Louco de Chapéu de Palha – o expediente cênico deslizava dos teatros e rádios para a vida cotidiana, e a *persona* do professor era representada em tempo integral. Um papel útil como tática para se angariar patrocinadores estatais. Uma astúcia que tinha a representação de si como expediente fundamental.

Equipado com o discurso nacionalista e atuando como este personagem professoral, Marinósio Filho estava pronto para vender as apresentações do Afoxé. E se a vontade de viver na estrada já se esboçava desde suas primeiras viagens pelo Norte e Nordeste, agora ela ressurgiria na forma de uma solução. Era a itinerância que garantiria sua sobrevivência artística. Em trânsito, longe da cidade natal onde era bem conhecido, Marinósio podia representar livremente o personagem de um professor. Ele podia, inclusive, representar Dulce de Almeida como uma notável vedete carioca. Mas, além disso, o exercício da itinerância também era útil na exploração dos mecanismos de incentivo cultural implementados na Era Vargas. Como aponta o historiador Daryle Williams, desde a constituição de 1934 “a União, os estados e municípios estavam autorizados ‘a favorecer e a animar o desenvolvimento das ciências, das artes, das letras e da cultura em geral’”<sup>173</sup>. Na prática, isto significava que os governos municipais e estaduais ganhavam mais autonomia, e que podiam patrocinar iniciativas na área cultural por conta própria. Assim, esta configuração político-administrativa permitia que Marinósio vendesse seu Afoxé em uma escala regional, de cidade em cidade. Viajando e apresentando o seu projeto “nacionalista”, “folclórico” e “educativo”, Marinósio pretendia conseguir, principalmente, o dinheiro dos interventores dos estados e das prefeituras municipais.

E assim ele fez. Um dos primeiros resultados desta tática está registrado em um periódico de título não identificado, mas datado de 12 de março de 1941. Neste dia, Marinósio Filho e Dulce de Almeida, acompanhados de “conjunto típico”,

---

<sup>173</sup> Cf. Daryle apud Gomes (2000, p. 51)

apresentaram o Afoxé no Teatro Santa Isabel, em Recife. Como patrocinador do evento constava o interventor do estado, Dr. Agamenon Magalhães. Embora não haja muitos registros em jornais, em depoimentos posteriores Marinósio afirmou que, nesta mesma época, o Afoxé foi apresentado em diversos outros estados do Norte e Nordeste do país. É bem plausível supor que todos estes shows tenham sido bancados por políticos e órgãos governamentais, ou então, pela iniciativa privada interessada em apoiar os ideais de civismo, cultura e nacionalismo representados pelo Professor Marinósio e o seu Afoxé. Ainda no ano de 1941, o jornal soteropolitano *Diário de Notícias* publicou uma matéria enaltecendo a turnê setentrional do Afoxé, classificando-a como “a cruzada patriótica de um artista brasileiro”<sup>174</sup>. Atestado de que as performances discursivas e musicais de Marinósio e do Afoxé eram mesmo convincentes.

Outra rara notícia deste período data do dia 19 de junho de 1941, ocasião em que o Afoxé realizou um show em Maceió, capital do estado de Alagoas. A edição do jornal *O Nordeste* informa que antes do espetáculo aberto ao público, Marinósio e Dulce já haviam realizado um “cocktail à imprensa”, e em seguida, uma apresentação exclusiva às autoridades locais. Em diversas notícias posteriores pode-se notar que este roteiro era uma espécie de procedimento padrão. Nas cidades onde iam tentar a sorte, Dulce e Marinósio geralmente agiam da mesma maneira. Primeiro, visitavam as redações de jornais para apresentar o Afoxé à imprensa local e, muitas vezes, chegavam até a realizar audições exclusivas aos jornalistas. Com isto, faziam publicar matérias que, na maioria das vezes, exaltavam as qualidades nacionalistas e cívicas do Afoxé. Após este expediente propagandístico, o próximo passo era entrar em contato com os figurões da cidade. Com o discurso legitimado pelos jornalistas, Marinósio e Dulce procuravam convencer políticos, empresários ou outros sujeitos de destaque social a patrocinarem apresentações públicas do grupo. Afinal de contas, financiar uma iniciativa de motivos tão nobres devia interessar aos sujeitos e instituições desejosos em se representarem como beneméritos. No caso de Maceió, por exemplo, a tática funcionou. A “festa do Afoxé” foi bancada por 21 patrocinadores, entre figuras públicas, políticos e empresas da cidade. No dia 19 de junho, Dulce, Marinósio e a banda esperavam 3 mil pessoas no Teatro Deodoro.

Mas entre os presentes nesta exibição do Afoxé estava um jornalista de nome Luiz Wanderley Lavèner. Além das lides na imprensa, em Alagoas, Lavèner também era um reconhecido escritor e político. Nesta área, sua biografia era marcada pela

---

<sup>174</sup> *Diário de Notícias*, 11/09/1941.

militância abolicionista, praticada ainda nos tempos do Império. Já como escritor, era conhecido principalmente por um estudo de musicologia, considerado o primeiro do país neste âmbito. Pelo que consta, Lavènera era um intelectual e polígrafo de grande prestígio. Sua coluna na *Gazeta de Alagoas*, intitulada “À Propósito”, era bastante apreciada em Maceió, tendo sido publicada ininterruptamente durante toda uma década. Após assistir a exibição do Afoxé no Teatro Deodoro, Lavènera resolveu dedicar a coluna para registrar suas impressões sobre o show. As críticas foram impiedosas.

#### A Própósito... do AFOXÉ

Apesar da chuva torrencial que caiu ontem à hora do espetáculo realizado pelo artista Marinósio Filho, o Teatro Deodoro estava cheio, desde a platéia até as galerias.

Os ingressos foram gratuitos.

Isso prova que o nosso público gosta de teatro, mas, falta-lhe dinheiro.

Agora, o afoxé.

Nunca li nem ouvi esse vocábulo; não sei o que significa.

Disse-me o artista que significa um ritmo africano.

Não me parece certo, porque nunca encontrei nos livros técnicos, que tenho com fartura na minha biblioteca, termos para designar algum ritmo nacional ou regional.

Si realmente o afoxé é nome africano há de designar algum ídolo.

Anunciou o artista que ia oferecer-nos números de canto com ritmo africano, e apresentou-se no palco vestido de casaca, ao rigor da moda.

Tenho manifestado várias vezes a minha opinião singular de que não posso compreender música popular na boca de artista vestido em trajes de cerimônia.

Perde todo o valor para mim.

Marinósio Filho cantou uns sambas de música agradável, com voz bem aceitável; mas, de ritmo africano não achei nada.

Tenho muitas músicas africanas, da África e do Brasil, já ouvi, desde a minha infância, muito negro africano dançar e cantar, e apenas levíssima influência africana notei nos cantos de Marinósio Filho.

Como sabem os que já viram a cidade de Salvador, os negros da África transformaram muito a música da sua pátria assim como algumas dansas, e de tal maneira, que deram origem a uma dança bem brasileira e bem conhecida com o nome de baiano.

Contudo, não esqueceram totalmente o ritmo das cantigas africanas, que não é integralmente aquele apresentado por Marinósio.

(...)

Isso não tira de nenhuma maneira o mérito de Marinósio: apenas, indica-lhe outro caminho menos hipotético, para a sua arte, pois tem boa voz, própria para o gênero popular, e... sem casaca.

Imagine-se que o artista sentia tanto os impulsos do ritmo do samba que cantava que involuntariamente bamboleava. Isso de casaca!

Dulce de Almeida tenha paciência e desculpe a minha franqueza. A sua dança, na primeira parte, foi muito bonita; mas, era um mixto de dança grega com africana em pequena dose.

À segunda vez, quando apareceu vestida de homem, meio apache, meio negro do Congo, cantando pela garganta de outrem, pois a sua parte deveria ser de canto e dança, produziu efeito muito mau.

Eu, no caso de Marinósio, anunciaria sambas, canções regionais, certo de que haveria de ter melhor êxito, pois, como disse, sua voz é bem aceitável, seu tipo é bem adequado ao teatro.

Deixaria em paz essa história de afoxé e também Dulce de Almeida.

L. LAVENERE<sup>175</sup>

Como é possível perceber, algo no Afoxé soou de forma estranha para Lavènerè. Em seu entendimento, a sonoridade do grupo não apresentava quase nenhum traço da música africana que prometia. Ele também notou uma dose de afetação e certa falsidade nas vestimentas de Marinósio e nas danças de Dulce – elementos que, para ele, remetiam a universos muito distantes da cultura popular brasileira ou africana. Publicando sua crítica na *Gazeta de Alagoas*, Lavènerè atingia diretamente a credibilidade do grupo ao colocar sob suspeita a legitimidade do Afoxé. Esta desconfiança, tornada pública por um intelectual respeitado por suas pesquisas musicais, botava em risco a eficiência do discurso praticado por Marinósio. Se sua música não era verdadeiramente baseada na sonoridade africana, então o argumento do retorno às raízes da brasilidade, propagado por Marinósio nos jornais, caía por terra. A imagem da “pureza” folclórica pretendida pelo Afoxé perdia a confiabilidade. E como era o discurso que, em grande parte, fazia com que Marinósio angariasse patrocinadores, aquela crítica podia mesmo abalar a sobrevivência da empreitada. Por isto, Marinósio escreveu uma réplica que também foi publicada pela *Gazeta de Alagoas*. Sua resposta foi curta, mas tão incisiva quanto o comentário de Lavènerè.

A propósito do “A Propósito” do Prof. L. Lavenère

Tive a desdita de ler na “Gazeta de Alagoas” a opinião do ilustre Prof. Lavenère em torno da minha apresentação no Teatro Deodoro. Começou o “crítico de arte” dizendo que eu lhe dissera que apresentaria um ritmo africano. Não entendeu bem. Enganou-se. Os jornais locais publicaram que eu lançaria um novo ritmo musical, o qual denominei Afoxé em virtude de explorar os ritos e mitos africanos. Prezado “crítico”, ritmo não é rito. E quanto à palavra Afoxé, o sr. desconhecer não é de admirar porque “tamanho não é documento”. Entretanto queira comprar “Religiões Negras”, de Edson Carneiro (7\$000) e procure a página 112 e volte querendo...

Dulce D’Almeida manda-lhe um passe bem e seja feliz.

---

<sup>175</sup> *Gazeta de Alagoas*, 26/06/41.

MARINÓCIO FILHO<sup>176</sup>

É interessante perceber a forma como Marinósio rebateu o comentário publicado por Luiz Lavèner. Se o jornalista desmoralizava Marinósio enquanto músico, descredibilizando sua proposta artística, Marinósio, de forma análoga, procurava depreciar Lavèner enquanto intelectual e crítico. Primeiro, usou providenciais e sarcásticas aspas em torno de sua ocupação: “crítico de arte”. Em seguida, apontou a falta de entendimento do “prezado crítico”: “ritmo não é rito”. A respeito do termo afoxé, ousou sugerir uma leitura para o erudito Lavèner: “tamanho não é documento”; a indicação bibliográfica, além de tática de defesa, reafirmava a *persona* do Professor Marinósio, estudioso do folclore, leitor de Edison Carneiro. Por fim, em tom vitorioso, Marinósio despediu-se mandando irônicas lembranças de Dulce de Almeida.

Quanto à pertinência das críticas de Lavèner, pouco se pode afirmar. Em relação ao termo afoxé, diversos estudos apontam-no como o nome dado a uma manifestação carnavalesca desempenhada a partir da década de 1920, em Salvador. Os afoxés realizariam uma espécie de “candomblé de rua” – eram blocos de carnaval cujas músicas, indumentárias e vestimentas faziam referências aos ritos e crenças religiosas afro-brasileiras. Edison Carneiro descreveu os afoxés como sendo “estranhos cortejos de negros que tocam atabaque e entoam canções em nagô, em louvor das divindades do candomblé”<sup>177</sup>. Se as apresentações de Marinósio, Dulce e a banda provavelmente tinham muito pouco a ver com estes desfiles carnavalescos, a inspiração para o nome fazia igualmente pouco sentido no plano discursivo. É verdade que por várias vezes, em matérias de jornais, Marinósio afirmou que afoxé era uma palavra africana cujo significado seria “festa animada por cânticos e danças”, e que assim ele tinha denominado sua criação por ser baseada nos “mitos e ritos” afro-brasileiros. No entanto, como vimos, Marinósio também descrevia o ritmo como tributário da música indígena, do samba e, ainda, do ponteado da viola nordestina – elementos incompatíveis com a estética dos afoxés soteropolitanos.

Em relação à sonoridade, também não se pode identificar com clareza como efetivamente se comportava o conjunto de Marinósio, e nem até que ponto a crítica de Lavèner era apropriada. Em Maceió, os jornais dão a entender apenas que Dulce e

<sup>176</sup> Gazeta de Alagoas, sem data. Arquivo familiar.

<sup>177</sup> Carneiro apud. Guerreiro (2000, p. 71)

Marinósio estavam acompanhados por um “conjunto vocal”. No entanto esta banda passaria por inúmeras formações instrumentais ao longo dos anos, e, por isto, deve ter alterado sua sonoridade de maneira substancial por diversas vezes. Ainda assim Marinósio nunca deixou de classificá-la genericamente como afoxé. Mais do que isto, Afoxé se tornaria o próprio nome do conjunto, independentemente da formação assumida. Além desta imprecisão, a escassez de fontes fonográficas é outro fator que dificulta o entendimento de como soava a música de Marinósio. Em entrevista a um jornal paulistano, no ano de 1943, Marinósio afirmou que o primeiro afoxé composto por ele teria sido a canção *Quem Nunca Foi à Bahia*. Levando em conta a gravação disponível desta música, é possível afirmar que o ritmo do afoxé não guardava diferenças radicais em relação ao samba produzido em sua época, e, como já foi mencionado, se aproximava bastante da estética musical de Dorival Caymmi. No entanto, outras gravações do Afoxé, realizadas provavelmente entre os anos de 1945 e 1947, sugerem uma sonoridade bastante diferente. Os arranjos das músicas *Turbilhão* e *Foi Ela*, registradas em vinil, lembram os sambas cariocas consagrados na década de 1930, à moda de Noel Rosa e Wilson Batista. Mas, apesar desta semelhança, os instrumentos utilizados nestas gravações revelam uma qualidade timbrística consideravelmente incomum. No lugar do pandeiro, da cuíca, do surdo e do tamborim, empregados no samba, a banda de Marinósio percussionava atabaques. Da mesma forma, para desempenhar as linhas melódicas comumente atribuídas à flauta, o Afoxé utilizava um acordeom. Já no que diz respeito às letras, as duas músicas não faziam nenhuma referência à cultura afro-brasileira ou a qualquer chavão folclórico, como se poderia imaginar. *Turbilhão* retrata as desventuras de um boêmio: “Conheci muitos mundos / Mulheres, um turbilhão...”. E a canção *Foi Ela*, por sua vez, relata uma decepção amorosa: “Foi ela que me fez sofrer / Foi ela que me fez chorar”.

Mas estas imprecisões discursivas e musicais, embora incomodassem alguns críticos como Lavèner, não chegaram a se tornar empecilhos para a continuidade do Afoxé. A representação ufana de brasilidade, mesmo que confusa, garantia a boa aceitação do grupo entre os patrocinadores em potencial. O público, por sua vez, devia se impressionar com a potente voz de Marinósio e com as exóticas danças de Dulce, motivos de elogio em vários jornais. Desta forma, o Afoxé prosseguiria com sucesso a sua empreitada itinerante. Após a turnê pelo Norte e Nordeste, o grupo rumaria para o estado de Minas Gerais. Jornais anunciaram a chegada da “comitiva Marinósio Filho” em Belo Horizonte em agosto de 1942 – uma caravana para “divulgação e estudos do folclore nacional”. O Afoxé seria bem recebido na capital mineira, realizando várias apresentações bancadas pelo governo do estado e

protagonizando diversas aparições em programas de rádio. No ano seguinte a trupe iria tentar a sorte no interior de Minas. Em 14 de fevereiro de 1943 conseguiriam cavar uma apresentação em Uberlândia, sob o patrocínio da prefeitura municipal. Mais shows foram realizados na mesma cidade nos meses de março, abril e maio. Também em março, um curioso documento registra a passagem do grupo pela cidade de Uberaba: um telegrama enviado pelo Departamento de Imprensa e Propaganda à Rádio Araguay, autorizando a “irradiação externa” das músicas do Afoxé. Marinósio anexou este documento ao seu álbum-portfólio – um atestado, talvez, de que o Afoxé estava devidamente legitimado pelo governo federal. Em Uberaba, o grupo também conseguiria realizar uma exibição patrocinada pela prefeitura local. E, ainda em março de 1943, a banda pegaria novamente a estrada para se apresentar em Goiânia. No dia 28 daquele mesmo mês, o jornal *O Popular* anunciava um show oferecido à população goianiense por Fernando Costa, então interventor em São Paulo. O contato com a autoridade paulistana deve ter sido determinante para que Marinósio resolvesse levar o grupo para aquele estado. Preparando-se para esta nova excursão, Marinósio editou outro panfleto publicitário. Na peça, um texto relatava o itinerário realizado por ele até aquele momento:

MARINÓSIO FILHO tem percorrido todo o território nacional. Do Território do Acre (Rio Branco) em contacto diréto com as tribus dos Tapúias (habitantes das ilhas do baixo Amazonas). Viu a magestosidade do Rio Amazonas e viajou em <<chátas>> (pequenos navios do Amazonas). Nesta excursão, Marinósio Filho conseguiu o que poucos brasileiros tenham conseguido, significa isto, um esforço devotado do autor do famoso AFOXÉ, que o fez somente com o intuito de estudar costumes e usos dos habitantes das selvas. O autor do Afoxé, chegando a Belém (Pará), provou o assahy, tacacá, tucupi, pupunha, bacury, frutos selvagens do Amazonas e Pará. Foi em viagem do Pará a Manaus que Marinósio Filho imaginou o AFOXÉ, maravilhado e extasiado com a natureza que se apresentava bela, n’uma beleza diferente, concebeu o AFOXÉ. Aportou no Maranhão (S. Luiz). Conheceu, no <<Jogo da Bóla>> (subúrbio), um negro escravo e escreveu o Afoxé <<nêgo Véio>>, viu S. José de Ribamar, o santo milagroso do

Maranhão, teve oportunidade ainda, de assistir e estudar as Festas Típicas africanas, que ainda se realizam na cidade dos negros. Desceu a Caxias, a terra que deu ao Brasil Duque de Caxias e Humberto de Campos, foi ao Piauí (Teresina), viu o Rio Parnahyba, viajou em <<balsas>> grandes e pequenas e conheceu o <<Porco d'agua>> que lhe deu com esse nome um afoxé. Foi a Floriano, S. Raimundo Nonato, Remanso, banhou-se no S. Francisco. Esteve no Ceará, tomou sopa de peixe no <<Ramon>>, viu a beleza de Iracema, linda praia do Ceará. Desceu a Juazeiro do Padre Cícero e Crato, foi a Mossoró, Natal, no Rio Grande do Norte, Parahyba, João Pessoa, Pernambuco (Recife), Caruarú, Garanhúns, Alagoas, comeu sururu, ouviu cantar o Inhambú, banhou-se em Pajussara, Sergipe (Aracaju), Estância, São Cristovão, aportou em S. Salvador, trouxe todas as belezas, costumes e usos de todo o norte, no seu novo molde de música. Subiu até Belo Horizonte, entrou no Coração do Brasil (Goiás) e é assim que Marinósio Filho, sem medir as dificuldades dos transportes, com seus próprios esforços, vem percorrendo todo o Brasil, com o filo sincero, de, para deleite das platéas, apresentar dentro do seu ritmo AFOXÉ, O BRASIL MUSICADO.<sup>178</sup>

Mais do que funcionar como um currículo, o panfleto difundia uma narrativa fabulosa a respeito da jornada de Marinósio Filho pelas entranhas do Brasil. O texto procurava reforçar a sua imagem de pesquisador comprometido com o entendimento da brasilidade – compreensão que ele experimentava em seu próprio corpo, viajando por lugares ermos, conhecendo indígenas e negros, provando pratos típicos e vivenciando a cultura popular do país. A narrativa inventa, também, uma áurea quase mítica para o surgimento do Afoxé: seu nascimento teria se dado em plena floresta amazônica, envolto pelas profundezas da selva brasileira. Ao mesmo tempo, a finalidade última do texto parece ser a afirmação da legitimidade do Afoxé enquanto gênero musical nacional. O discurso caminha para representá-lo como um ritmo-

---

<sup>178</sup> Panfleto de divulgação do Afoxé. 1943.

síntese do Brasil, criado a partir das experiências obtidas por Marinósio em sua perambulação pelos rincões da nação. O Afoxé era, afinal, “o Brasil musicado”. Uma expressão intrinsecamente nacional à qual Marinósio se dedicava com civismo exemplar, propagando-a “sem medir as dificuldades dos transportes, com seus próprios esforços”.

Após este pequeno refinamento discursivo, a trupe finalmente partiria rumo ao estado de São Paulo, em busca de novos shows. As primeiras exhibições seriam realizadas no interior. Em julho o Afoxé foi apresentado em Campinas, no auditório do Cine Voga. No mesmo mês, outros shows em São Carlos e Araraquara. E, no intervalo entre estas exhibições, Marinósio viajaria até a capital para fazer contatos e tentar emplacar algum espetáculo na cidade. Sua chegada a São Paulo foi registrada pelo *Diário da Noite*, na edição de 13 de julho de 1943. A matéria é um pouco longa, mas sua reprodução na íntegra é valiosa: por meio dela temos a rara oportunidade de vislumbrar a atuação de Marinósio Filho a fim de impressionar os homens de imprensa.

“Sou tão popular no Norte que nem posso sair na rua” – visita estranha do estranho criador de um novo ritmo musical brasileiro

Ele entrou pela redação, sereno e circunspecto, acompanhado de seu secretário, de fisionomia não menos grave. Dirigiu-se ao secretário e entregou, protocolarmente, de forma ligeira e bem estudada, o seu cartão, no qual se lia: “Professor Marinósio Filho, Criador do Afoxé, novo ritmo musical”. Desejava dar uma entrevista, explicando todos os pormenores da nova música, “expressão suprema da arte folclórica”. O novo ritmo, como declarou, seria a “coqueluche” do povo paulista, estava certo, e provocaria, como acontecera pelo Norte, o bamboleio instintivo dos figurões mais reacionários. O secretário chamou o primeiro repórter a vista e apresentou-o ao criador do Afoxé e ao respectivo secretário. Duas poltronas foram colocadas à disposição dos visitantes. E frente a frente com o repórter, levando a mão direita ao queixo e cruzando elegantemente as pernas, o professor falou com o sotaque típico do nortista:

- Você sabe, não é meu velho?

- Sei sim, professor...

- Espera. Você ainda não sabe, mas vai saber. Eu sou o professor Marinósio Filho e este aqui é um dos elementos do meu conjunto musical – meu secretário particular nas recepções sociais e outros afazeres. Antes de mais nada, devo declarar que o primeiro contato que tenho em solo bandeirante é com o DIÁRIO DA NOITE.

#### DARÁ UMA AUDIÇÃO NOS CAMPOS ELÍSEOS

- Quando da nossa última estada em Ribeirão Preto, tivemos a oportunidade de mostrar o Afoxé ao interventor Fernando Costa que ficou deveras entusiasmado com a nova modalidade de música, produto de um lampejo do gênio deste caboclo que o repórter tem à sua frente. Quando terminamos a execução, o interventor se dirigiu a mim e me abraçou efusivamente, transmitindo-me o quanto de emoção lhe havia causado a minha composição. Prova disso é que ele principiou o seu discurso inspirado na melodia que eu criei. E convidou-me, pelo que me senti sumamente lisonjeado, para que a primeira audição fosse dada no Palácio dos Campos Elíseos.

#### O QUE É O AFOXÉ

O repórter quis saber, então, no que consistia o Afoxé. E o professor Marinósio Filho respondeu:

- Meu velho, antes de qualquer coisa a “etimologia” do termo, a “etimologia”! “Afoxé” é palavra africana que significa “festa com dança e música”. E denominei a minha música de Afoxé em virtude de explorar os ritos e mitos afro-brasileiros. Essa nova modalidade de música é calcada no folclore nacional. É a junção da viola nordestina com o nosso samba. E eu sou o autor e intérprete do “Afoxé”!

O professor Marinósio Filho parou por uns instantes a sua exposição para meditar sobre a extensão de sua última frase: Ele, o professor Marinósio Filho, era o autor e intérprete do “Afoxé”! Já era ser alguma coisa na vida! E saindo do êxtase, continuou:

- O senhor não me conhecia ainda não? É de espantar! A minha popularidade no norte é tão grande que não posso sair à rua, pois

sou logo envolvido por uma legião de admiradoras. Às vezes, até, sinto-me constrangido.

E deu uma piscadela para o secretário, que confirmou as palavras do professor com um aceno de cabeça, como o Pacheco do Eça.

SERÁ QUE EU “CAVAREI” O MUNICIPAL?

- Eu sou muito viajado. Já percorri todo o território do Norte. Estive também em Rio Branco, no Acre, em Belo Horizonte, em Goiaz... Presentemente estou em São Paulo com o objetivo de estudar o grau de cultura do povo paulista, para ver como é que ele vai receber o “Afoxé”. A gente daqui deve ser culta – eu estou vendo pelo seu jeito – isto assegurará à minha música verdadeira consagração. Posso lhe afirmar que o “Afoxé” será a coqueluche dos paulistas! Que nacionalismo, que brasilidade, quanta coisa cívica ele evoca aos nossos corações!

Solicitamos ao professor Marinósio Filho que nos desse uma idéia do “Afoxé”. E ele cantarolou, fazendo trejeitos:

“Ton, ton, ton, ton, ton, ton, ton...”

Depois o professor acentuou solene:

- Imagine o grande efeito moral que o “Afoxé” vai exercer em nosso século! E sou eu o criador ein! O mundo está pra mim, meu velho... Parece até que já estou gozando a reação dos paulistanos quando ouvirem o “Afoxé”... Será que eu “cavarei” o Teatro Municipal para minhas audições? Veja se o seu jornal pode dar uma forcinha neste sentido. Futuramente quando o “Afoxé” for cantado nas reuniões festivas de todas as classes sociais do mundo – do mundo, sim, não sorria! – o repórter virá agradecer-me a oportunidade que lhe dei!

COMPANHEIRO DO DORIVAL CAYMMI

O autor de “Afoxé” a seguir, relatou-nos um pouco de sua vida:

- Eu sou da Baía, sabe? Conhece o Dorival Caymmi? Foi meu amigo de infância. Nascemos juntos com o mesmo pendor artístico. Compúnhamos, cantávamos e interpretávamos de parceria. Cada música, menino!... Nem queira saber. Um dia resolvemos nos separar. Caymmi veio para o Sul e eu fiquei no Norte.

BILAC, MARINÓSIO E O “AFOXÉ”

O timbre de voz do professor Marinósio eleva em arroubos espirituais revelando temperamento ardente. Parou bruscamente de falar e fixou o olhar num ponto indeterminado a pensar...

Depois, contou como nasceu o “Afoxé”:

- Foi numa noite de luar em que as estrelas faiscantes me sussurravam aos ouvidos coisas mais belas do que as que viu Bilac. Sentado à beira de um riacho, com minha viola, tirava acordes esparsos. Sem dar por mim, já havia levantado, surpreendido pela inspiração. Nascia o “Afoxé”! Você precisava estar lá só pra ver. Era muito mais do que está pensando...

- Mas eu não pensei nada...

- Pois é, é muito mais. É uma destas coisas que não se repetem.

A VERBA, MEU VELHO, A VERBA...

Perguntamos-lhe se trouxera o conjunto a São Paulo, pois queríamos ouvir o “Afoxé” interpretado por todos.

Não, o conjunto não pôde vir, respondeu. E esfregou o dedão com o “fura-bolo” tentando exprimir dinheiro.

- E sabe por quê? A verba, a verba... Nós precisamos de uma coisa certa para virmos a São Paulo. Eu gosto de realizar estas viagens mais amparado pela verba. A verba, meu caro...

E esfregou os dedos outra vez.

- Eu preciso de muita publicidade, sabe? É necessário que o meu nome se torne bastante conhecido aqui no Sul, para que a minha arte seja verdadeiramente compreendida.

E dando uma prova de sua previdência:

- Olhe, eu trouxe comigo este clichê, que já foi um bocado disputado pelos periódicos no Norte. Eu vou entregá-lo como prova de minha admiração pelo seu jornal para ser publicado juntamente com a reportagem. Mas olhe lá: capricha na notícia porque eu quero muita publicidade ein? Tenho aqui, também, este recorte para divulgação do Afoxé que distribuí largamente por todas as cidades em que dei audições. Pode ficar com ele. E agora me diga uma coisa: é preciso a verba ou não é?

Concordamos, e o secretario do professor Marinósio também. O professor olhou para o relógio e nos comunicou que tinha de retirar-se. Ia viajar novamente para S. Carlos. Telegrafaria ao repórter com um dia de antecedência à sua vinda e à de seus pupilos. O jornalista se despediu do professor Marinósio Filho, que já nos umbrava da redação, se voltou para dizer:

- No telegrama que lhe mandarei direi a hora da minha chegada a São Paulo. O povo paulista poderá receber-me na estação...<sup>179</sup>

Na redação do *Diário da Noite*, como se percebe pela descrição do jornalista, o Professor Marinósio Filho procura demonstrar grande confiança naquilo que fala. Afirma com toda convicção que o Afoxé será um sucesso entre os paulistanos. Enaltece a própria fama e se espanta com o desconhecimento do jornalista: “Sou tão popular Norte que nem posso sair na rua”. Depois, assinala a cumplicidade com os poderes instituídos – o próprio interventor Fernando Costa teria aprovado o Afoxé e até mesmo convidado o grupo para uma estreia paulistana na sede do governo. Cumprindo a rotina, Marinósio reafirma as virtudes nacionalistas do gênero que criou: “Que nacionalismo, que brasilidade, quanta coisa cívica ele evoca nos nossos corações!”. Continua a entrevista relatando sua suposta proximidade com Dorival Caymmi, conterrâneo com o qual teria cultivado estreita amizade e parceria musical. Coloca em cena outra versão sobre a criação do Afoxé – variante menos nacionalista mas até mais pomposa. Por fim, revela ao jornalista o porquê de sua visita: “a verba, meu velho, a verba...”. Pede a colaboração do jornal para a divulgação do Afoxé (“preciso de muita publicidade”) e, por fim, entrega o material publicitário: um clichê fotográfico, para a reportagem sair ilustrada, e o panfleto, com a versão idealizada do Afoxé que deveria servir de guia para a escrita do jornalista.

Mas esta performance provavelmente não provocou o resultado pretendido por Marinósio. Isto porque o repórter do *Diário da Noite* ficou bastante impressionado pela sua atuação, e não por aquilo ele desejava representar. O conteúdo do discurso de Marinósio pareceu menos surpreendente do que a forma como ele o conduzia. A atuação ofuscou o papel. Assim, o jornalista procurou antes destacar o procedimento cênico do que os efeitos por ele intencionados. A descrição do comportamento de Marinósio, embora aparentemente neutra, representava-o como um sujeito um tanto

---

<sup>179</sup> Diário da Noite, 13/07/1943.

excêntrico, deliberadamente presunçoso e ostensivamente histriônico. Mas a impressão do repórter do *Diário* não era a mais comum entre seus colegas. A julgar pela maior parte das matérias de jornais disponíveis, a atuação de Marinósio costumava ser convincente. A reprodução acrítica de seu discurso em diversas reportagens é evidência disso.

Já entre os patrocinadores paulistanos, o personagem Professor Marinósio Filho pareceu encontrar apenas razoável aceitação. A apresentação nos Campos Elíseos não aconteceu, e aparentemente nenhum show foi realizado com financiamento estatal. De qualquer forma, em agosto o grupo assinou um contrato com a Iman Publicidade S/A, de propriedade de Saiani Neto. A empresa patrocinou o primeiro show em solo paulistano, realizado no dia 21 daquele mês, no auditório da Rádio Cruzeiro do Sul. Mais exhibições bancadas pela Iman aconteceriam até meados de setembro, quando o contrato terminou. Outra notícia paulistana data apenas de 7 de dezembro de 1943, dia em que o Afoxé tocou no Salão Nobre do Conservatório Musical de São Paulo. Esta provavelmente foi uma das últimas apresentações paulistanas do grupo. O derradeiro vestígio da passagem de Marinósio Filho por São Paulo é uma reportagem publicada no dia 26 de janeiro de 1944, em um jornal não identificado. Na primeira metade desta matéria, como de praxe, Marinósio aparece explicando no que consistia o afoxé, “um tipo de música original, bem brasileira pela sua formação, cujas raízes se prendem aos ritos e mitos africanos, por ele observados na sua cidade de Salvador, na Bahia”. Depois, relata suas perambulações pelo Brasil de forma grandiosa, tal como estão descritas no panfleto publicitário. Na segunda parte da matéria, no entanto, distanciado do tom otimista, Marinósio revela a dificuldade que enfrentava para fazer o afoxé emplacar na capital paulista.

O Professor Marinósio Filho, que é um temperamento alegre e expansivo, para um instante, dá uma palmada amiga no ombro do repórter e diz:

- Você precisa conhecer o Brasil como eu, meu velho. Precisa tomar sopa de peixe no Ceará e tomar banho no São Francisco ou em Pajussara. Você precisa sentir o Brasil comendo sururu em Alagoas.

(...)

FOLCLORE E EXPLORAÇÃO

O professor Marinósio Filho conta ao repórter que tem estranhado, aqui pelo sul, o pouco que o público aprecia a música folclórica. Depois explica:

- Não é que o povo não gosta, você entende? É que anda por aí uma série de explorações de música caipira de arremedo de uma porção de cousas, rotuladas de folclore. E isso como que desprestigiou a verdadeira música folclórica. A gente anuncia uma coisa nesse sentido, e eu compreendo que o público tenha razão de pensar que se trata de mais uma pachuchada. É uma gente que não estuda, que “inventa” folclore, ou então que deturpa completamente os motivos populares, até torná-los desconhecidos e completamente distanciados do sentido popular.

O professor Marinósio Filho está um tanto melancolizado, perdeu o seu geitão alegre.

- Isso precisa acabar. A polícia não permite que um sujeito que não seja médico clinique, não é verdade? Para os charlatães a lei usa de rigor. Pois bem, devia acontecer o mesmo com as outras cousas. Se um sujeito pretende que uma música qualquer é folclórica quando de fato ela não é, a polícia ou quem quer tenha autoridade para isso não devia permitir.

E ao se despedir do repórter Marinósio informa que está tratando de fazer uma exibição pública do afoxé. Depende somente de patrocinadores.<sup>180</sup>

A partir deste excerto pode-se notar que Marinósio parecia um pouco desapontado em relação à baixa apreciação do Afoxé na capital paulista. Segundo ele, esta má recepção acontecia pois o público paulistano já estava escolado, desconfiando das bandas que se vendiam como legítimas representantes da música folclórica. Ainda de acordo com ele, vários destes conjuntos eram verdadeiras fraudes, “arremedos de uma porção de coisas rotulados de folclore”. A queixa de Marinósio servia como a demarcação de uma diferença. Implicitamente, o que ele afirmava era

---

<sup>180</sup> Periódico não identificado, 26/01/1944. Arquivo familiar.

que o Afoxé não se igualava a estes falsos cultores do folclore nacional. Pelo contrário. Ao sugerir medidas drásticas em relação aos falsários, nas entrelinhas Marinósio aparentava convicção em relação à autenticidade do Afoxé. Tacitamente, a recomendação de sanções legais aos charlatões do folclore era um argumento radical que pretendia assinalar a legitimidade de sua música. Uma última tentativa de chamar a atenção dos possíveis patrocinadores, como deixa entrever o parágrafo final da reportagem.

Mas, pelo que parece, este esforço foi em vão. No início de fevereiro, resignado, o Afoxé abandonaria São Paulo rumo a Curitiba. O primeiro espetáculo na capital paranaense foi realizado no Casino Ahú, no dia 12 daquele mesmo mês. Uma semana depois, a Delegacia Regional de Trabalho, Indústria e Comércio custearia mais uma apresentação do Afoxé em Curitiba. Mas a temporada paranaense foi breve. Já em maio de 1944 o grupo estaria se apresentando na cidade de Florianópolis. E no mês seguinte desceriam mais ao Sul, até Porto Alegre. A exemplo da tática de divulgação executada em São Paulo, na capital gaúcha Marinósio também viajaria antes da banda para visitar as redações de jornais. Sua chegada foi anunciada com reverência em um periódico porto-alegrense não identificado:

Na música folclórica está esteriotipada a alma dum país, o sentimento do seu povo. O nosso folclore sofre duas influências decisivas: a indígena e a africana, além do elemento europeu que, indubitavelmente, plasmou um pouco à sua feição. Assim surgiu o samba, o maracatu, as músicas e lendas do pampa e do nordeste. A plangência dos ritmos bahianos.

Mas... certa ocasião em que viajava pela corrente caudalosa do Amazonas, Marinósio Filho concebeu algo novo. E o Brasil passou a aceitar mais um ritmo folclórico: o “Afoxé”. É uma junção do ponteado da viola nordestina com o tan-tan regular do samba. Explora os ritmos e mitos africanos, buscando-os em uma origem e evitando cuidadosamente estilizações deformantes. Executado também por um conjunto típico “sui generis”, onde encontramos instrumental bizarro gemendo em uníssonos com a dolente alma africana. “Berimbau de barriga”, “Aguê” ou “piano de cuia”, uma cabaça que não é cabaça,

porque é toda bordada com legítimos búzios da costa da Africa, “Atabaque”, “Lê”, “Rum” e “Rumpi”. Tudo novo, tudo original como os valores que os manejam. Aliás, em primeiro plano destaca-se o próprio professor Marinósio. Ex-ator de clássicos. Ex-executante de música sacra. Anteriormente sambista, também, e agora divulgador do Afoxé. Ele e sua turma. Dulce de Almeida, Aparício Cordeiro, A. Braitbach, Suzana Mota são os companheiros do “Louco do chapéu de palha” – como o andaram apelidando. Nascido nas plagas amazônicas, o afoxé foi se tornando conhecido no Brasil inteiro com a dolência de seu ritmo.

O compositor Marinósio Filho chegou ontem a Porto Alegre. Vem divulgar no Rio Grande do Sul os seus ritmos. O seu conjunto ficou em Florianópolis, mas virá breve. Pretende dar concertos em praça pública. Ontem, à noite, estive em nossa redação. Espera que o seu afoxé se dê bem com o “chimarrão gaúcho”.<sup>181</sup>

A primeira matéria porto-alegrense saiu bem ao gosto de Marinósio: atendendo às suas expectativas, o repórter reiterou o discurso do Afoxé. Na notícia também é possível observar certas adaptações discursivas, possivelmente operadas com o objetivo de atingir o público e os patrocinadores gaúchos de maneira mais incisiva. Pela primeira vez, por exemplo, o “elemento europeu” é mencionado como fator de formação nacional ao lado das raças negras e indígenas. O texto também afirma que desta tripla miscigenação foi resultante “o samba, o maracatu, as músicas e lendas do pampa e do nordeste”. Assim, fica subentendido que a origem do afoxé seria idêntica à do folclore gaudério, em que pese a exploração dos “mitos e ritos afro-brasileiros” e o uso do “instrumental bizarro”. A adaptação do Afoxé às preferências gaúchas foi realizada, também, pelo incremento do repertório. No dia 2 de agosto, estreia do grupo em Porto Alegre, os jornais divulgaram a lista das músicas que seriam executadas no Teatro São Pedro. Uma delas era intitulada *Terra dos Pampas*. Mais tarde a temática gaúcha também seria explorada em outra canção, intitulada *Churrasco Bom*. Segundo

---

<sup>181</sup> Periódico não identificado, ?/05/1944.

o próprio Marinósio esta música de ocasião teria inclusive alcançado bastante sucesso no Rio Grande do Sul.

Ainda em Porto Alegre, o Afoxé realizaria pelo menos mais um show e também uma apresentação na Rádio Farroupilha. Outra exibição aconteceria em Pelotas, interior do estado. Mas, ainda naquele ano, Marinósio Filho partiria para uma nova aventura. No dia 8 de dezembro, ele e Dulce de Almeida resolveram cruzar a fronteira, indo até o Uruguai na tentativa de emplacar shows no país vizinho. A investida funcionou. Ainda em dezembro os dois foram contratados pelo Comité Ejecutivo de Fiestas de Verano y Carnaval. Este órgão municipal de Montevideu programou diversas exibições do Afoxé no Teatro de Verano do Parque Rodó, um auditório a céu aberto onde aconteciam animados bailes de carnaval. Marinósio e Dulce se apresentaram neste lugar durante todo verão de 1944-1945. O jornal *La Razón*, na edição de 9 de janeiro, anunciou a temporada de shows do Afoxé em uma nota intitulada “Divulgan el Folkore Brasileño”. No texto, o “professor Marinósio Filho” era descrito como “un músico brasileño que ha realizado un notable trabajo de estudio del verdadero folklore de su país e que ha impuesto un nuevo ritmo a la música nativa brasileña”. Dulce de Almeida, por sua vez, foi caracterizada como “una auténtica hija de las selvas brasileñas”. No Uruguai, o Afoxé carregou-se de exotismos, e Dulce de Almeida se tornaria uma grande atração – de cabelos descoloridos, destacava-se nos jornais platinos sob o epíteto “La Índia Rúbia de Alagoas” (em que pese tenha nascido em Salvador e vivido na cidade do Rio de Janeiro).

O apelo ao exótico e ao extravagante deve ter chamado a atenção dos uruguaios. Tanto que, após as apresentações no Teatro Rodó, Marinósio e Dulce descolaram um contrato com a Sondor, a primeira gravadora do Uruguai. O proprietário, Enrique Abal, convidou o Afoxé para gravar um disco sob o seu selo. O álbum de estreia do Afoxé apresentava duas músicas: *Baiana Me Leva* e *Cachaça Não É Água* – marchinha cuja partitura ele já havia publicado em 1944, pela editora A Melodia, de São Paulo. Segundo Marinósio, *Cachaça* fez tanto sucesso no Uruguai que a prensagem de duas mil cópias esgotou-se rapidamente. Talvez por isto ele tenha sido convidado a gravar vários outros discos pela Sondor. Trabalhando no estúdio e fazendo shows em Montevideu e no interior, Dulce e Marinósio fixaram residência no país durante o ano de 1945 – um documento revela o endereço: rua Mercedes, 1135, centro da capital. Em meados daquele mesmo ano, pelo que parece, os dois também viajaram até Buenos Aires para realizar uma curta temporada de shows. E no carnaval de 1946 o Afoxé já tinha lançado uma porção de álbuns pela Sondor. A maioria deles, possivelmente, concebidos na companhia da banda de Juan

Cao, pianista e autor de tangos. No catálogo da Sondor para o carnaval de 1946, na seção “bailables brasileños”, estavam listados seis discos de Marinósio Filho y Su Conjunto Afoxé, cada um deles contendo duas músicas. Além das obras constantes nesse catálogo, no Uruguai Marinósio também gravaria alguns discos acompanhado pela banda de Ary Barroso, então um músico de grande renome e que também lançava seus discos pela Sondor.

Ainda naquele verão de 1946, Marinósio Filho e Dulce de Almeida fariam novamente uma série de apresentações em Montevideú. No dia 18 de março o Afoxé seria exibido no grandioso Palácio Salvo ao lado de outras 29 atrações – entre elas, Ary Barroso e sua orquestra. Esta fase da carreira musical de Marinósio deve ter sido de grande jubilo. Da perambulação mambembe e incerta pelo Brasil até a popularidade no Uruguai muitas coisas mudaram – Marinósio Filho agora se apresentava no mesmo palco que Ary Barroso, uma das maiores referências para sua música. O “samba tipo exportação” fazia a cabeça dos uruguaios, e o Afoxé estava entre os grandes representantes do gênero no país vizinho.

Mas esta euforia não tardaria a acabar. No início de 1946, o estreante Luis Alberto Fleitas gravaria seu primeiro disco pela Sondor. Uma das músicas gravadas era uma versão em tango para um samba de Marinósio Filho intitulado *E Não Esqueço*. A gravação de *Y No Olvido* foi anunciada pela revista *Cancionera*, editada em Montevideú. A reportagem ouviu a opinião do compositor a respeito da releitura de sua canção, que deveria ser lançada em breve. Segundo registra a matéria, “Marinósio Filho se muestraba encantado com la grabación”. Mas a reação de Marinósio mudou radicalmente quando o disco de Luis Alberto Fleitas finalmente chegou às prateleiras. Ele procurou um advogado e acionou a justiça uruguaia, alegando jamais ter autorizado a gravação de Fleitas. O litígio foi relatado com indignação no jornal *El País*, na edição de 25 de maio de 1946. Na coluna “Musica Popular”, o jornalista Avlis defendia a Sondor com veemência, representando-se espantado com caso.

Un Hecho Insólito en Nuestro Medio Musical: la Demanda a una Empresa Grabadora

La casa grabadora uruguaya que se distingue con el sello “SonD’Or” y cuyos primeros pasos en una industria nacional aun explotada está ocasionando evidentes perdidas a su director, há sido victima de una demanda inconcebible por

parte de un músico y compositor brasileño radicado entre nosotros desde hace algún tiempo. Marinósio Filho, hecho que calificamos de insólito, teniendo en cuenta la forma en que se ha llevado a cabo.

Bastará citar este antecedente para justificar la indignación que a cualquier persona le producirá la manobra: el susodicho profesional era no solo uno de los elementos que producía mayor número de grabaciones de esa casa, sino que se había conquistado la confianza de su dueño.

El mes pasado, dicho músico y compositor gestó, en una de las reuniones diarias de “SonD’Or”, la impresión de un zamba, en tiempo de tango, por parte del cantor uruguayo Luis Alberto Fleitas, cuyo nombre – apresurémonos a aclararlo – no se halla mezclado en este desagradable “affaire”.

El autor se presentó ahora a un procurador demandando a “SonD’Or” por la publicación de su zamba-tango “Y no olvido” que así se llama la página. La demanda asciende a la suma de \$30.000,00.

¡\$30.000.00! ¡Ni una composición de Duke Ellington podría dar a una marca una ganancia de tal magnitud!

Y válganos esta risueña comparación, no obstante carecer el asunto de toda nota humorística. La condenamos públicamente como un hecho a todas luces premeditado, que ensucia a la música popular y a sus intérpretes.<sup>182</sup>

Uma conduta ardilosa, um golpe calculado, uma “atitude premeditada”. Era assim que o jornal *El País* descrevia a reação de Marinósio. A respeito do valor requisitado na justiça uruguaia, o jornalista Avlis zombava: nem Duke Ellington poderia justificar uma ganância de tal magnitude. Não sabemos precisamente qual foi o fim desse litígio. Jornais registram apenas que a Sondor foi obrigada a retirar os discos de Fleitas de circulação. O certo é que a reivindicação de Marinósio, como era de se esperar, provocou o seu rompimento com a gravadora. Depois da desavença ele

---

<sup>182</sup> El País, 25/05/1946.

anunciou, por meio de um periódico de Montevideú, que o Afoxé “retornaria para a sua pátria” rumo ao Rio de Janeiro. E de acordo com a família, antes de deixar o Uruguai, Marinósio quebrou seus discos em praça pública, um a um, como forma de demonstrar indignação.

No dia 16 de junho de 1946, a *Folha da Tarde*, de Porto Alegre, registrou o retorno de Dulce e Marinósio ao Brasil. Marinósio visitou a redação do jornal, mostrou aos repórteres um álbum com os recortes das notícias uruguaias e falou sobre o sucesso do Afoxé: o grupo tinha alcançado “magníficos resultados” às margens do Rio da Prata. Não deixou também de relatar a sua versão da briga com a Sondor. Segundo ele, a gravação de sua canção teria sido feita sem que ele tomasse qualquer conhecimento. O litígio, de acordo com Marinósio, estaria ganhando grande repercussão: “O caso está sendo discutido e tem constituído motivo de vários comentários, pois, neste gênero, é o primeiro que surge no Uruguai”. Pouco mais de uma semana após esta entrevista, novamente o Afoxé seria notícia em Porto Alegre. Em 25 de junho de 1946, o jornal *Correio da Noite* publicava a manchete: “Ultimam-se os preparativos para a audição pública no Teatro São Pedro”. De acordo com a matéria, um show gratuito do Afoxé seria realizado dentro de alguns dias. A iniciativa partia do “Professor Marinósio Filho”, pesquisador que se encontrava em uma “excursão de estudos, divulgação, e propaganda do folclore nacional, em caráter expontâneo e particular”. Segundo o *Correio da Noite*, tudo já estava acertado para a volta do Afoxé aos palcos gaúchos:

Tendo se entrevistado com as nossas autoridades federais e estaduais, o professor Marinósio delas conseguiu todo o apoio necessário, não só por se tratar de um espetáculo de caráter nacional e educativo, como também, por ser uma cruzada patriótica de um artista brasileiro.<sup>183</sup>

Se no Uruguai o discurso do civismo nacionalista cedia espaço à celebração do exótico, de volta ao Brasil a exaltação dos valores da pátria voltava a fazer sentido como tática de sobrevivência artística e financeira. Mesmo com Vargas deposto, o patriotismo estadonovista ainda influenciava o imaginário social e era ratificado pelas

---

<sup>183</sup> *Correio da Noite*, 25/06/1946.

autoridades políticas de então. Aliás, pelo que parece, o show de retorno do Afoxé ao Brasil foi apreciado pelo ex-ditador Getúlio Vargas em pessoa – na ocasião ele autografaria uma foto sua em dedicatória a Marinósio Filho. Esta imagem autografada, mais tarde, integraria uma curiosa coleção agrupada por Marinósio. Nos arquivos guardados pela família é possível ter acesso a um álbum no qual ele compilou inúmeras assinaturas de diversas autoridades políticas da década de 1940, recolhidas provavelmente em sua errância com o Afoxé. Interventores federais, secretários, ministros... Uma porção de autógrafos entremeados por frases patrióticas e desenhos da bandeira nacional.

Mas mesmo que neste período o cenário político-cultural brasileiro ainda favorecesse a sobrevivência do Afoxé em território nacional, Marinósio Filho optou por retornar ao Uruguai. Aparentemente a popularidade no país vizinho prometia mais segurança à continuidade de sua carreira. Após alguns meses de apresentações em cassinos, teatros e rádios de Porto Alegre, Marinósio e Dulce de Almeida se preparavam para mais uma temporada de verão em Montevidéu. Desta vez iriam acompanhados por uma banda própria. Em Porto Alegre Marinósio recrutou músicos dispostos a integrarem o Afoxé no Uruguai. E em 2 de dezembro de 1946 a *Folha da Tarde* noticiou a partida do grupo para Montevidéu. A nova formação do Afoxé incluía, além de Dulce e Marinósio, o trompetista Safety (popular no Rio Grande do Sul àquela época), Irene Salles nos vocais, Carlos Eduardo como baterista, Alfinete no pandeiro, Telmo tocando acordeom, Nery no violão, Waldemar Paixão no violino e um tal “Príncipe Negro” no cavaquinho. Pelo que o jornal dá a entender, um conjunto especializado em choros, sambas e marchas – provavelmente os ritmos que faziam mais sucesso entre os uruguaios. Ainda de acordo com a *Folha da Tarde*, o grupo já tinha diversas exhibições agendadas em hotéis de Montevidéu e, no carnaval, se apresentariam no “Teatro 18 de Julho”. Dois produtores do Afoxé – figuras inéditas até então – já estavam em Montevidéu acertando os detalhes.

No entanto, embora esta nova temporada do Afoxé estivesse organizada de maneira um tanto profissional, aparentemente ela não teve o mesmo apelo que a turnê uruguaia anterior. As notícias dos shows em Montevidéu são econômicas, e limitam-se a divulgar as datas das apresentações do grupo. Nada de elogios às performances de Dulce, de Marinósio, ou à originalidade do Afoxé, como havia acontecido no verão passado. É bem possível que após a briga com a Sondor Marinósio tenha arranjado inimigos demais na cena musical de Montevidéu, e que isso tenha impossibilitado uma divulgação mais chamativa de seu retorno à cidade. Esta recepção fria marcaria o fim da experiência uruguaia de Marinósio Filho e Dulce de Almeida. O último registro

desta fase é uma notícia de 8 de março de 1947, ocasião em que o Afoxé se apresentou em La Paloma, cidade litorânea muito visitada durante o verão. Depois disto não há mais nenhuma notícia de jornal referente ao Afoxé – não é possível saber em quais cidades Marinósio e Dulce foram tentar a sorte. É muito possível, no entanto, que eles tenham deixado o Uruguai e retornado ao Brasil em busca de novas apresentações pelo interior do país. Entre os arquivos organizados por Marinósio está uma anotação brevíssima, vaga, mas suficiente para se desconfiar a respeito do paradeiro dos dois quando do mês de setembro de 1947. No verso de uma das páginas do álbum-portfólio do Afoxé, Marinósio escreveu do próprio punho: “Cine Londrina. 2.000 lugares. 18-19/09/47”.

## 7. Marinósio Filho e O Combate: Boêmia e Jornalismo na Londrina do Eldorado

“Setembro de 1944” – em vários relatos tardios, Marinósio Filho declarou ter sido esta a data de sua chegada à cidade de Londrina<sup>184</sup>. No entanto, como vimos, neste período ele estava excursionando com o Grupo Afoxé um pouco mais ao sul do país, provavelmente em algum lugar entre Porto Alegre e o Uruguai. Pode até ser que no ano de 1944 Marinósio e o Afoxé tenham passado por Londrina. Mas os primeiros registros de sua presença na cidade datam apenas de 1947. A exemplo desta datação imprecisa, as circunstâncias de sua chegada também foram descritas por ele de maneira contraditória. Em alguns registros Marinósio afirmou ter chegado à cidade na condição de jornalista correspondente do *O Dia*, órgão pertencente a Moisés Lupián, então governador do Paraná. Já em outros depoimentos disse ter aportado em Londrina como “homem do teatro”, “artista” ou ainda como “*crooner* de cabaré”. É quase certo que Marinósio Filho e Dulce de Almeida ainda estivessem perseguindo a carreira musical quando chegaram a Londrina. Segundo depoimentos de familiares, Marinósio costumava contar que ouvira falar da cidade pela primeira vez em Foz de Iguaçu, pouco após ter retornado do Uruguai. Em Foz ele teria sido informado de que Londrina era um lugar privilegiado para se ganhar a vida como músico. Uma cidade em franca expansão e com uma intensa vida noturna, repleta de bares e boates. Segundo o que Marinósio relatava aos seus familiares, foi justamente a boa fama da noite londrinense que o atraiu até o norte do Paraná.

Os primeiros shows de Marinósio Filho e Dulce de Almeida na cidade, em 1947, parecem ter acontecido no auditório do Cine Londrina, na época um dos poucos locais com estrutura para receber espetáculos de certo vulto. Após estas exhibições iniciais, os dois passaram a se apresentar em uma casa noturna chamada Dancing Marabá, situada à rua Uruguai. A boate era de propriedade de uma famosa dona de cabarés da região, conhecida como Cidica. Maria Placidina Prens, vulgo Cidica, foi uma das primeiras cafetinas a se instalarem em Londrina. Já na década de 1930 atraía grande clientela e ganhava fama entre os homens que se aventuravam pelo sertão norte-paranaense. Em 1936, esta celebridade da noite local chegou a ser presa e expulsa da cidade pelo então delegado Carlos de Almeida – o motivo: “obscenidades

---

<sup>184</sup> Cf. Marinósio Filho e Marinósio Neto (1991, p. 7)

tão imundas ditas aos gritos pela rua, nas caras das famílias”<sup>185</sup>. Mas, em uma manobra jurídica, Cidica conseguiu retornar à cidade, persistir no lenocínio e, em pouco mais de uma década de trabalho, acumular considerável fortuna. Um dos motivos para o enriquecimento de Cidica era, evidentemente, o veloz povoamento da cidade: resultado dos esforços colonizadores da Companhia de Terras Norte do Paraná e, talvez principalmente, da expansão da economia cafeeira que agitava a região. Em uma frente pioneira cuja população masculina era muito mais numerosa do que a feminina, a prostituição constituía uma atividade lúdica das mais rentáveis. E no contexto do *boom* da cafeicultura, muitas cafetinas se beneficiavam sobremaneira do grande volume de capitais que aportavam na cidade.

Acompanhando o intenso crescimento populacional e econômico de Londrina, o mercado da prostituição local também dava seus próprios sinais de grandiosidade. No final da década de 1940, a zona do meretrício da cidade parece ter ganhado considerável fama em todo o Brasil. A noite de Londrina, lócus dos prazeres e dos excessos, soava tão promissora quanto sua faceta diurna, ligada à ética do trabalho e ao acúmulo de capitais. Esta efervescência boêmia estava concentrada principalmente na rua Rio Grande do Sul e imediações: era ali que se confinava a zona do meretrício desde o início da colonização. Em fins dos anos 1940 e por toda a década de 1950, o comércio dos corpos conheceria seu auge em Londrina. Os clubes de dança, cabarés, pensões, chacinhas e bordéis se proliferavam e se sofisticavam cada vez mais. Como escreveu o escritor e jornalista João Antônio,

Noutras cidades do Norte do Paraná, o café fazia enriquecer. Todo o Norte cresceu. No Estado de São Paulo, as cidades de Presidente Prudente, Marília, Ourinhos e Bauru conheciam o auge. Mas Londrina era o centro boêmio dessa euforia que chegou a nacional – o café – e abriu as suas asas para os vícios e graças da vida alegre. Montou as casas mais ricas de prostituição do país, conluiou picaretas, otários, golpistas, papeleiros, cáptens, marafonas caras e finas, hábeis malandros de jogo carteadado, do pif paf à caixeta, do bacará à roleta, músicos, cantores famosos e nomes internacionais em moda,

---

<sup>185</sup> Informação disponível no site [www.acil.com.br/jornal-detalle/82/5/156](http://www.acil.com.br/jornal-detalle/82/5/156)

orquestras estrangeiras, suntuosos automóveis importados, manteve clubes de jogos às dezenas, trouxe e renovou em aviões fretados as mais finas safras de mulheres da noite.<sup>186</sup>

Golpistas, prostitutas, jogadores, malandros – em Londrina, a boêmia desbragada e febril dos anos 1940-50 costumava ser descrita entre os cronistas como uma poderosa atratora de tipos noturnos. Gente que se dirigia à cidade sem pensar em ganhar dinheiro com as lides do café, mas sim em lucrar na paisagem dissipadora, lúdica e boêmia que a própria economia cafeeira proporcionava de forma indireta. E entre cafetinas, jogadores profissionais e contrabandistas de bebidas, os músicos também cavavam o que lhes era reservado nas noites do Eldorado. Entre os anos 1940 e 1950, não foram poucos os artistas de renome que se apresentaram nos palcos da zona do meretrício local. Silvio Caldas, Dircinha Batista, Cauby Peixoto, Ângela Maria, Grande Otelo, Nelson Gonçalves, Roberto Luna, Elvira Pagã, Luz del Fuego – todos estes e outros nomes foram exibidos nos grandes bordéis londrinenses, contratados por cafetinas endinheiradas e afamadas: Jô, Dagmar, Laura, Selma. E além do espaço para os artistas reconhecidos, a zona também comportava músicos menos famosos; afinal, a noite era longa, a zona era grande e havia bordéis para todos os bolsos.

Para o músico Marinósio Filho, recém-chegado do Uruguai e procurando arranjar novos shows no Brasil, a miragem de uma intensa e rica vida noturna em Londrina deve ter prefigurado uma boa oportunidade. O que ele provavelmente não imaginava era que a experiência na cidade alteraria de maneira definitiva sua forma de viver. Em Londrina, atuando na Dancing Marabá, em pouquíssimo tempo Marinósio se aproximaria de Cidica, ganhando sua intimidade, conquistando sua confiança e admiração. No ambiente da boêmia, onde o exercício da música entremeava-se ao universo do meretrício, Marinósio acabou se fazendo uma espécie de sócio da cafetina – ou, como ele gostava de dizer, “coordenador artístico” da Dancing Marabá. E para além da parceria profissional, em questão de meses, Marinósio e Cidica também se tornariam amantes. No romance *Duas Filhas Malditas*, publicado em 1985, Marinósio Filho relatou, de passagem, a sua chegada a Londrina, seu trabalho no meretrício e narrou ainda alguns detalhes de sua relação com Cidica. No livro, a personagem

---

<sup>186</sup> Cf. Antonio (inédito).

Cidinha faz óbvia referência à cafetina, e Marinósio Filho é representado sob a alcunha de Marcos de Sá:

Marcos de Sá chega a Ondina. Atraído pela propaganda do novo Eldorado. Para Marcos, expert em vida artística, foi fácil dirigir a programação da casa noturna. Remodelou-a. Vestiu-a dentro das exigências das casas congêneres de Buenos Aires e Montevideú, de onde viera.

O movimento aumentou. Novidades constantes. Artistas renomados, nacionais e internacionais, eram contratados pela Boate Marabá. A maior casa noturna de Ondina.

Entre Marcos e Cidinha nascia uma afeição. Cidinha precisava de companhia.<sup>187</sup>

A proximidade entre Cidica e Marinósio e o seu envolvimento nos negócios do meretrício fez mesmo com que ele, tempos mais tarde, se sentisse confortável o suficiente para se auto-representar como co-fundador da boate. Em uma entrevista concedida a um telejornal, em 1989, Marinósio reivindicou para si o pioneirismo no meretrício londrinense.

Marinósio: Eu cheguei [a Londrina] na condição de artista, fui cantor, etc. Gravei muitos discos no Uruguai e na Argentina. E em Londrina, então, eu consegui fazer uma sociedade com uma senhora, e montamos a primeira boate de Londrina.

Repórter: E como se chamava?

Marinósio: Boate Marabá.<sup>188</sup>

---

<sup>187</sup> Marinósio Filho (1985, p. 34)

<sup>188</sup> Entrevista televisiva veiculada em 1989. Disponível em [www.youtube.com/watch?v=JXF8JSmLPO](http://www.youtube.com/watch?v=JXF8JSmLPO)

No entanto, como revelam notícias publicadas no jornal *Paraná-Norte*, os primeiros cabarés de Londrina já existiam pelo menos desde 1935, portanto mais de dez anos antes da chegada de Marinósio Filho à cidade. Além disso, o próprio Marinósio, no livro *Dos Porões da Delegacia de Polícia*, narrou uma versão mais verossímil para o surgimento das primeiras casas de prostituição da cidade. Neste relato alternativo, que inclusive foi amplamente adotado pela historiografia posterior, Marinósio não se incluiu como fundador de nenhuma boate pioneira:

A zona do meretrício, pioneira de Londrina, “grilou-se” na rua Rio Grande do Sul. A sua primeira casa de tolerância ninguém se lembra a quem pertenceu. Os mais antigos contam que foi um dos trabalhadores da Companhia de Terras, pernambucano ou alagoano, o portador da primeira “ninha” para cá. Numa das viagens a Ourinhos, conheceu uma mulher e a trouxe com promessas de que dinheiro, aqui, dava que nem jerimum. A mulher, Maria Loira, Palmira Preta, ou Rosy, entusiasmou-se e veio. (...)

Dentro de uma semana os cômodos de palmito já estavam de pé e houve inauguração com churrascada e muita cerveja. “O movimento, uma coisa de louco”. Semana seguinte, a “moça” viajou até Ourinhos e trouxe consigo umas quatro mais. Bonitas, “linhas de frente”, escolhidas a dedo. A notícia das novas “mercadorias”, rapidamente, passou de boca em boca. Era o comentário do lugarejo.

Oficialmente, começa aí a história da rua Rio Grande do Sul. “Casas” fincadas. Grupos de “borboletas” chegando. Descobriram “o tesouro do rei”.<sup>189</sup>

Mas ainda que, em algumas ocasiões, Marinósio tenha superlativizado seu pioneirismo no meretrício local, ele de fato envolveu-se profissionalmente com a Dancing Marabá e passou a frequentar com assiduidade a agitada boêmia

---

<sup>189</sup> Marinósio Filho (2013, p. 36)

londrinense. Neste período, ele e Dulce resolveram suspender a vida de músicos itinerantes e fixar residência na cidade. A resolução deve ter surgido por uma razão simples, mas determinante: a gravidez de Dulce de Almeida. A bailarina do Afoxé esperava um filho de Marinósio desde agosto de 1947. A incerta vida na estrada, a peregrinação de hotel em hotel, a aventureira vida mambembe – todo este estilo de vida errante seria pouco viável com o advento do primeiro filho. Nesta nova conjuntura, em que a itinerância artística precisava dar lugar ao sedentarismo, o trabalho na boate era um bom começo: a parceria profissional com Cidica poderia garantir o sustento do casal e do bebê que estava por vir. E Marinósio se envolveu de tal forma com a boate e com a cafetina que, em pouco tempo, mudou-se para sua casa, enquanto Dulce passou a viver em uma pensão. No entanto, mesmo morando com Cidica, Marinósio jamais rompeu o relacionamento com Dulce. Ela, por sua vez, tolerava seu caso amoroso com a cafetina. Este conturbado triângulo, repleto de episódios de ciúmes e desentendimentos, perduraria ainda por uma década.



Em abril de 1948, Dulce de Almeida finalmente daria a luz a Marinósio Neto, o primeiro e único filho do casal. Para sustentar o pequeno Marinósio, Dulce passou a trabalhar como doméstica. Já Marinósio Filho continuou atuando na Dancing Marabá, ao lado de Cidica. Mas o trabalho na zona seria interrompido ainda naquele ano. Em 1948, o meretrício londrinense passaria por um momento de transição – o instante culminante de um processo que se delineava já na década de 1930. Como apontam vários historiadores, desde o início da colonização, Londrina vivia uma polarização social e espacial. Entre o centro e as margens da cidade (o que incluía a zona do meretrício) desenvolvia-se uma tensão simbólica e discursiva que engendrava, também, ações no plano político. Uma ambivalência que, de maneira geral, foi o resultado de um esforço levado a cabo pelas elites políticas e econômicas da cidade. Estes habitantes do centro, entre discursos públicos e ações policiais, constituíram uma oposição binária traduzida na geografia local. Em linhas gerais, pode-se dizer que esta construção procurou valorizar positivamente o centro da cidade, ligando-o às ideias de progresso, modernidade, riqueza, civilização e moralidade, e, ao mesmo tempo, agrupar as regiões periféricas de Londrina no pólo oposto, imaginando-as como espaços atrasados, precários, pobres, incivilizados e imorais. Estas caracterizações antitéticas estigmatizavam não apenas os espaços, mas também seus

habitantes – para além disso, serviam mesmo para justificar as políticas de controle e disciplinarização aplicadas aos moradores das margens. Como bem observou Antônio Paulo Benatte,

O esforço de acantonamento da marginália visava mantê-la em um mundo apartado, longe dos espaços centrais – território das elites e dos “cidadãos de bem” –, ao mesmo tempo que, concentrando os corpos estigmatizados, facilitava a vigilância, o controle, a ação dos poderes de polícia. O ideal dessa estratégia era estabelecer limites e fronteiras sócio-físicas claramente percebidas e respeitadas por todos.<sup>190</sup>

Desde a década de 1930, o meretrício foi um dos principais objetos deste processo de acantonamento. Neste sentido, a rua Rio Grande do Sul é exemplar: era lá que se localizava a zona de tolerância, o espaço onde as prostitutas deveriam confinar suas “imoralidades”. A prostituição, a embriaguez, os excessos da boêmia: todas estas práticas entendidas como incivilizadas e imorais teriam sim lugar em Londrina, e seriam toleradas desde que não ultrapassassem os limites impostos pelas elites em confluências com os poderes públicos. Qualquer tentativa de transgressão desta fronteira sócio-espacial seria prontamente punida pelo aparato policial. No entanto, com o intenso crescimento populacional e a expansão urbana desordenada, estes espaços marginalizados cresceram e se diluíram pela cidade, e as áreas de prostituição romperam os limites da rua Rio Grande do Sul e arredores. No fim da década de 1940, o grande contingente de imigrantes atraídos pela fama do Eldorado assustava os mantenedores da ordem local. Aqueles que já haviam enriquecido com o progresso fáustico pareciam não admitir os novos aventureiros que povoavam a cidade. Ainda mais porque estes indivíduos, em seus expedientes viradores (muitas vezes considerados imorais e ilegais) estavam demasiado próximos dos espaços destinados às elites. Em outras palavras, os espaços marginalizados passaram a se confundir com o centro. Ao mesmo tempo em que a periferia expandiu-se em direção às áreas centrais, também o centro estendeu-se no sentido das margens. E a rua Rio Grande do Sul e suas adjacentes tornaram-se ambientes especialmente

---

<sup>190</sup> Benatte (1997, p. 88)

problemáticos: afinal de contas, a zona do sexo venal e da boêmia ficava a menos de quinhentos metros da Prefeitura Municipal, a seiscentos metros da Igreja Matriz e igualmente próxima às áreas residenciais centrais, habitadas por membros da elite.

Esta mistura de territórios e corpos fez com que os habitantes do centro acirrassem os ânimos publicamente. Na imprensa, as demonstrações de indignação tornaram-se persistentes. As campanhas contra as “pocilgas da rua Rio Grande do Sul”, que geravam matérias-clichês nos jornais londrinenses desde a década de 1930, subiram o tom: os discursos moralizantes estavam cada vez mais agressivos e contundentes. Em linhas gerais, estas reportagens condenatórias apelavam para duas linhas discursivas, que se imbricavam. Em primeiro lugar, traziam a luz um discurso moralista fortemente marcado por valores cristãos e também pela ética do trabalho: os viradores da zona (prostitutas, cafetinas, cabareteiros, boêmios, etc.) eram imorais porque, supostamente e em suma, cultivavam um estilo de vida promíscuo e arremido ao trabalho. Da mesma forma, estes mesmos discursos jornalísticos apelavam para um vocabulário higienista: nesta perspectiva, a rua Rio Grande do Sul era representada como um foco de doenças, verdadeira concentração de moléstias que deveria ser expurgada ou então mantida a uma distância segura em relação ao centro higienizado.

Às repulsas moralistas e higienistas somava-se também uma questão econômica que agravava o problema da rua Rio Grande do Sul. Afinal de contas, a zona do meretrício, um “espaço decaído”, um “antro de doenças e refúgio de ladrões”, como propagandeavam os jornais, promovia desvalorizações imobiliárias na região. Em razão das altas taxas de imigração e da conseqüente demanda por imóveis, terrenos e prédios situados próximos à região central de Londrina encontravam-se em franca valorização naquele final dos anos 1940. No entanto, a rua Rio Grande do Sul atravancava o rendimento dos imóveis situados em suas proximidades – a má fama da “rua do pecado” prejudicava os negócios dos imobiliários. Além disso, jornais da época também registram queixas de comerciantes e hoteleiros que se encontravam instalados na região. Muitos deles reclamavam de uma queda no número de clientes e hóspedes em razão das atividades impudicas que eclodiam da zona. Portanto, embora a zona do meretrício gerasse lucro e movimentasse a economia da cidade, ela também prejudicava as finanças de muitos interessados.

A confusão dos espaços centrais e marginais, as reclamações das “famílias de bem”, dos “trabalhadores honestos” e as pressões das elites econômicas tomaram insustentável a manutenção da zona do meretrício na rua Rio Grande do Sul. Os poderes públicos sentiam-se obrigados a tomarem providências a respeito. Também

por isto, naquele ano de 1948, o então delegado de polícia Edmundo Mercer Jr. encabeçou uma ação cujo objetivo era realocar a zona de tolerância. O novo local de confinamento da prostituição seria a Vila Matos: um espaço distante do centro, localizado em uma região cujos bairros residenciais mais próximos eram ocupados apenas pelas camadas populares. O próprio Marinósio Filho, décadas depois, concebeu um interessante relato descrevendo os bastidores deste processo de transferência da marginália londrinense:

Logo que a notícia chegou ao conhecimento do povo, falou-se sobre negociata. (...) Alguns elementos que comentavam o assunto tinham a certeza de que a zona iria ser localizada na Vila Matos. Tais elementos eram conhecidos como “picaretas” de terras. (...)

Edmundo Mercer baixou a portaria dando conta, “a quem interessar, de que a zona do meretrício seria mudada para outro local, no prazo de trinta dias, a contar da presente data. E intimem-se as proprietárias de imóveis da rua Rio Grande do Sul”.

Receberam a intimação e foi marcada uma reunião no gabinete do delegado, com dia e hora determinados.

Picaretas já haviam visitado as “donas de casas” de maior “prestígio” para comunicar que a zona iria mudar, de fato, dentro de trinta dias. “O local será a Vila Matos. As primeiras que adquirirem lotes gozarão de descontos”.

Antes da reunião muitas delas compraram terrenos. Outras reservaram visando o desconto prometido. Compraram porque sabiam que as pessoas que as procuravam eram de dentro da delegacia e obviamente, sabiam que o local escolhido pelo delegado seria mesmo a Vila Matos. Era voz geral.

“Dia D”, todas as intimadas aguardavam na antessala a chamada do delegado.

Alir Silva, na época, agente contratado, prestava serviços aqui em Londrina. Moço vivo, envolvente, desembaraçado, impunha

a sua autoridade. Era “peixinho” do delegado. Uma espécie de relações públicas. Dirigia-se às mulheres, como que preparando o ambiente da reunião. Deveria ser rápido.

- Vocês comprem logo os seus lotes porque a zona mudará mesmo. Dentro de trinta dias. Não haverá recurso que faça o doutor mudar de opinião. Falem com o Conin. Ele sabe de tudo. Está por dentro. (Conin, um gaúcho que viveu muitos anos aqui em Londrina. Vendia terras, só mexia com terras). (...)

Com um misto de medo e respeito nos semblantes, as mulheres adentraram ao gabinete. (...)

Assinaram, não sabiam o quê.

Era um documento em que “todas as donas de casas” e proprietárias se comprometiam a fechar suas “casas” dentro de trinta dias, sem arrependimento e renunciando a quaisquer direitos de recursos (...)

Exatamente trinta dias depois da reunião, conforme a determinação, a zona foi mudada para a Vila Matos.<sup>191</sup>

Uma negociata envolvendo lotes de terra. Pelo relato de Marinósio é possível entender que a transferência da zona do meretrício ocorria não tanto para “preservar a moralidade das famílias londrinenses”, mas sim em razão de interesses financeiros pessoais. Uma manobra de especulação imobiliária que utilizava o discurso dos bons costumes e do higienismo como álibi. Este episódio de picaretagem urbana narrado por Marinósio Filho foi confirmado por Toninho Londrina, um jogador profissional de sinuca que também circulou pelo submundo da noite londrinense entre os anos 1940 e 1950. Em depoimento, Toninho revelou mais alguns detalhes sobre esta história.

Tinha o Julio Fernandes e o Conin, que era picareta. E tinha o doutor Edmundo Mercer, que era delegado. Nesta época, o

---

<sup>191</sup> Marinósio Filho (2013, p. 46)

senhor Matos vendia datas a cinco mil cruzeiros, eu acho. Não sei direito quanto valia, mas sei que era barato. Então os dois [Julio Fernandes e Conin] compraram todas as datas que tinham pra vender na Vila Matos e combinaram com o delegado de fechar a zona e de mudar a zona para lá. Então eles compraram a cinco, venderam a trinta, e deram uma comissão muito boa para o delegado mudar a zona. E venderam todas as datas, porque as mulheres foram obrigadas a comprar! Foi o maior chuncho que houve naquela época.<sup>192</sup>

Julio Fernandes, Conin e Edmundo Mercer. O conluio entre os picaretas e o delegado parece ter sido de fundamental importância para que a transferência da zona acontecesse. Uma resolução que atendia às expectativas das elites locais e estava legitimada pelo discurso da moralidade e do higienismo. Mas, ao fim e ao cabo, um arbítrio movido por interesses financeiros particulares que alterava de maneira drástica o destino dos indivíduos que sobreviviam da prostituição. Uma negociata de lotes que remanejava ao bel-prazer os corpos estigmatizados, e, para além disso, inviabilizava a sobrevivência de várias garotas de programa. Isto porque nem todas as prostitutas tiveram condições de pagar os valores superfaturados dos terrenos da Vila Matos. Dentre estas, aquelas que insistiram em se prostituir na rua Rio Grande do Sul se tornaram vítimas de redobrada repressão e violência policial.

Cidica também teve sua vida alterada com a mudança da zona do meretrício. A Dancing Marabá, afinal de contas, estava situada à rua Uruguai, nas proximidades da Rio Grande do Sul, e não passou despercebida pelo aparato policial. Possivelmente Cidica esteve presente nesta reunião entre as cafetinas e o delegado Edmundo Mercer Jr. (daí, talvez, a riqueza de detalhes no relato escrito por Marinósio Filho). E ao contrário de várias de suas colegas, ela provavelmente tinha condições financeiras de bancar a mudança da Dancing Marabá para a Vila Matos. No entanto, Cidica preferiu não ceder às ambições do delegado e dos picaretas. Quando a transferência da zona foi anunciada, a cafetina optou pela aposentadoria. No fim dos anos 1940, Cidica já era dona de um bom número de imóveis em Londrina, e a renda dos aluguéis era suficiente para garantir sua sobrevivência. Por isto, após mais de dez anos de trabalho, ela finalmente se desligaria dos negócios da prostituição. Em 1948, a

<sup>192</sup> Depoimento oral coletado por Antonio Paulo Benatte, 31/05/1995.

Dancing Marabá fecharia as portas para ficar marcada na história do submundo local como uma das boates mais famosas da zona do meretrício pré-Vila Matos.



Com o fechamento da Marabá, Marinósio teve de procurar outro jeito de ganhar a vida na cidade. Pelo que se pode presumir, viver como músico em Londrina não era tão fácil quanto prometiam, e naquele momento seguir por esta carreira parecia inviável. Com Marinósio Neto exigindo dispêndios, era mesmo preciso encontrar outra fonte de renda. E se a vida boêmia e a convivência com as figuras da noite não lhe proporcionaram grandes oportunidades enquanto *crooner* de cabaré, o contato com os *habitués* do meretrício forneceu, no entanto, possibilidades alternativas. A frequência na vida noturna foi de fundamental importância para que Marinósio se ambientasse em Londrina. Foi a partir da perspectiva da zona que ele pôde se familiarizar com a dinâmica da cidade, conhecer os homens que a povoavam e visualizar os bastidores do cenário econômico e político local. Afinal, a zona do meretrício era um espaço privilegiado para a sociabilidade masculina. Nos bares e prostíbulos se encontravam homens de negócios, cafeicultores, picaretas, políticos, empresários, comerciantes e toda sorte de aventureiros que se arriscavam pelo norte do Paraná. Não era a toa que este ambiente de encontros, transações e boêmia era muito frequentado, também, por jornalistas. Entre os profissionais da imprensa, a zona do meretrício londrinense era conhecida como a grande “central de boatos” do norte do Paraná. Negociatas, vinditas, escândalos, falcatruas, jogadas políticas: era na zona que os jornalistas da cidade recolhiam a matéria-prima para suas reportagens. Como rememora o jornalista Walmor Macarini,

A zona do meretrício era o termômetro da cidade. Sentia-se pela sua vibração o pulsar de Londrina e da região. Tudo isto tinha a ver com jornalismo, porque nesse fluxo as coisas aconteciam. Se um governante vinha a Londrina, à noite ia para esse lugar festivo, onde estavam todos. (...)

Na madrugada, fechada a redação, a gente de jornal e de rádio se reunia nos botecos da noite e filosofava até o amanhecer. Sim, os tempos dos jornalistas boêmios realmente existiram.

Eu vivi muito intensamente estes momentos noturnos. (...) Trabalhávamos a partir do meio da tarde até duas da madrugada. Depois farreávamos até o clarear do dia. O período da manhã era para dormir.<sup>193</sup>

Nos bares e boates do meretrício, Marinósio Filho se iniciou no quem é quem da cidade. Conheceu proxenetas, políticos, fazendeiros, picaretas, empresários, agentes policiais e boêmios. E se encontrou, também, com os homens envolvidos na cena jornalística local. No fim dos anos 1940, os negócios da imprensa em Londrina estavam alvoroçados. As agitações provocadas pela rápida expansão da cidade refletiam-se no trabalho dos jornalistas. Com o fim do monopólio financeiro e político dos indivíduos ligados à Companhia de Terras Norte do Paraná, as disputas pelo poder local tornavam-se mais acirradas. No ambiente trepidante da economia cafeeira, onde fortunas eram construídas da noite para o dia, o jogo de interesses era intenso, desassossegado. E neste cenário instável, os jornais eram usados de maneira instrumental, funcionando como peões em disputas por favorecimento financeiro, prestígio social e poder político. Jornalistas atrás de seu sustento sentavam praça em Londrina, abriam seus próprios órgãos e procuravam se alinhar aos emergentes em busca de poderes. Alguns, como Barbosa Pupo e Gustavo Branco, dedicaram-se ao colonismo social, trabalhando para construir perfis lisonjeiros dos novos ricos. Outros enveredavam com mais aptidão para o caminho da política, e em linhas gerais precisavam se dedicar a um jogo duplo: à desmoralização dos inimigos e à construção de uma imagem positiva para seus chefes políticos. Expedientes representacionais que eram muito solicitados em Londrina naquela transição dos anos 1940 para os anos 1950.

Diversos jornais se faziam a serviço daqueles que brigavam pelos poderes municipais. Em 1947, o *Paraná-Norte*, nas mãos de integrantes da UDN – União Democrática Nacional, ajudou a eleger o fazendeiro Hugo Cabral para prefeito de Londrina. No mesmo período, o *Paraná-Jornal*, dirigido pelo político Justiniano Clímaco da Silva, defendia os interesses do PSD – Partido Social Democrático. Já a *Gazeta do Norte*, sob direção de Victor Bosso e Francisco Tuma, apoiava o PTB – Partido Trabalhista Brasileiro. E no ano de 1947 seria inaugurada a *Folha de Londrina*, jornal de propriedade de João Milanez que nunca pleiteou duradouramente nenhum

---

<sup>193</sup> Macarini apud. Marinósio Filho e Marinósio Neto (1991, p. 64-65)

partido ou candidato, mas que fazia um inteligente jogo político ao sabor das conveniências. No fim da década de 1940, o cenário prolífico em jornais engajados nas disputas por poder confirmava o rebuliço que se passava no campo político da cidade.

Deste quadro conturbado não deixaram de participar, também, políticos de carreira ligados à capital do estado. Neste período, o crescimento econômico e populacional do norte do Paraná chamava atenção dos empresários e homens públicos de Curitiba. Os negócios do café – e toda a economia que gravitava em torno dele – parecia aos curitibanos como uma nova seara financeira a se explorar. E além de um pólo econômico emergente, o norte do Paraná era visto, ainda, como um promissor reduto eleitoral. Por isto, estadistas ligados aos poderes estaduais mostravam-se interessados em se aproximarem daquela nova realidade. E este interesse resultava, novamente, em trabalho para os jornalistas. Barros Cassal, poeta satírico, boêmio e jornalista curitibano chegou a Londrina sob estas circunstâncias. Moisés Lupion, mega-empresário, industrial, fazendeiro e político de cepa getulista, que à época era também governador do estado, parece ter contratado Cassal como uma espécie de preposto no norte do Paraná. Em fins dos anos 1940, Cassal instalou-se em Londrina com o objetivo de representar os interesses de seu patrão e, talvez primordialmente, tentar aumentar a popularidade de Lupión no norte do Paraná. Na cidade, de início, o jornalista atuou como correspondente do jornal curitibano *O Dia*, que era de propriedade de seu chefe político. Mas em pouco tempo, também sob o financiamento de Lupión, Cassal fundou um novo jornal para circular em Londrina: o *Última Hora*, periódico homônimo ao famoso órgão de Samuel Wainer.

Embora as datações a respeito sejam muito imprecisas, foi possivelmente sob a influência de Barros Cassal que Marinósio Filho conseguiu emplacar seus primeiros trabalhos jornalísticos em Londrina. Conhecendo Cassal na vida noturna, encontrando-o nos bares e boates do meretrício, rapidamente Marinósio ganharia a amizade do curitibano. E Cassal selaria esta amizade convidando Marinósio a escrever algumas matérias para Lupión. Naquele momento, alguns bicos no jornalismo vinham bem a calhar. Com a Dancing Marabá fechada e com Marinósio Neto recém-nascido, a entrada de algum dinheiro não era recusável. Pelo que consta, inicialmente Marinósio Filho escreveu reportagens como correspondente do *O Dia*. E quando Cassal resolveu abrir o seu *Última Hora*, chamou Marinósio para integrar o corpo redatorial do jornal. Marinósio aceitou o trabalho, e na redação do *Última Hora* pôde se aproximar um pouco mais do universo jornalístico local.

Entre os que escreviam para o *Última Hora* estava Dicesar Plaisant Filho, jornalista de conhecida família curitibana, mas que já tinha acumulado uma notável experiência trabalhando em publicações londrinenses. Plaisant havia exercido a profissão em órgãos como *Correio do Norte*, *Paraná-Norte* e também na *Gazeta do Norte*. Além disso, era um militante do PTB, partido frequentemente aliado ao PSD, de Lupi3n. A partir da conviv3ncia na reda33o do *Última Hora*, entre Plaisant e Marin3sio surgiria uma cumplicidade profissional e uma amizade duradoura. Tamb3m no dia a dia do jornal, Marin3sio conheceria outra figura carimbada na cena jornalística daqueles anos: Alir Silva, o agente policial que funcionava como rela33es p3blicas do delegado Edmundo Mercer Jr. Jornalistas, policiais, pol3ticos: categorias que se mesclavam no ambiente das reda33es londrinenses entre as d3cadas de 1940 e 1950. Uma atmosfera que Marin3sio Filho come3ava a conhecer e a compreender.

Mesmo trabalhando como jornalista, Marin3sio ainda alimentava esperan3as de ganhar a vida como m3sico. Embora em Londrina as oportunidades nesta 3rea estivessem escassas, ele continuava conservando a ideia de tentar a sorte no Rio de Janeiro – cidade que ainda era o grande palco dos artistas de renome nacional. No ano de 1948, Marin3sio chegou a escrever para um jornal da capital federal expressando seu desejo de se apresentar no Rio. Mas, pelo que parece, na cidade n3o surgiu nenhum interessado em bancar qualquer show de Marin3sio. As demandas de seu filho, Marin3sio Neto, tamb3m devem ter pesado para que ele decidisse n3o partir para uma nova e insegura excurs3o musical. No per3odo, a alternativa mais vi3vel era mesmo prosseguir com o jornalismo. Mesmo porque, na companhia dos experientes Dicesar Plaisant e Barros Cassal, Marin3sio passou a aprender e a vivenciar cotidianamente as artimanhas da profiss3o. Al3m disso, participando de uma intensa vida bo3mia pelos bares da cidade, frequentando a Vila Matos e os bord3is que ainda resistiam na rua Rio Grande do Sul, Marin3sio embrenhava-se nas tramas, contendas e acontecimentos que agitavam a emergente Capital Mundial do Caf3. Em pouco tempo, entre rodas de jornalistas, pol3ticos, policiais, proxenetas e bo3mios, Marin3sio ocuparia a posi33o de um espectador privilegiado daqueles anos tumultuados e promissores. No entanto, mais do que um mero observador, para sobreviver como jornalista em Londrina, Marin3sio teria de tomar parte ativa naquele convulsivo cen3rio.

Neste sentido, o envolvimento de Barros Cassal com o PSD de Lupi3n e a milit3ncia petebista de Dicesar Plaisant Filho parecem ter aberto um caminho a se explorar. Na 3poca em que o *Última Hora* surgiu, estes partidos tinham um claro opositor em Londrina: a UDN, agremia33o que representava os novos endinheirados

pela cafeicultura e que, em 1947, havia eleito Hugo Cabral para prefeito da cidade. Sendo financiado por Lupi3n, a tarefa do jornalista Barros Cassal era veicular representa33es que desmoralizassem a UDN e os seus expoentes. Era necess3rio criar imagens desabonadoras para as figuras que se opunham aos interesses do patr3o em Londrina. Por isto Cassal, com sua aptid3o para a poesia sat3rica, passou a publicar uma s3rie de quadrinhas e rond3s em seu jornal.

Duvido quem responda incontinenti  
A esta pergunta que n3o vai por mal.  
Que fez por Londrina esse imponente  
E gorducho feliz, Hugo Cabral?

Quando ele passa pela rua, a gente  
Ao v3-lo na sua pose marcial,  
Tem a impress3o de que ele foi tenente  
Da falecida Guarda Municipal<sup>194</sup>

O tom sarc3stico dos versos de Barros Cassal tinha a inten33o de ridicularizar Hugo Cabral perante a opini3o p3blica local. No exemplo acima, ao mesmo tempo em que debochava da pose imponente do prefeito, Cassal tamb3m pretendia retratar sua forma de administrar a cidade como sendo relapsa e displicente. Buscando este efeito, comparava Hugo Cabral 3 ins3lita figura de um tenente aposentado por uma Guarda que j3 n3o existia mais. Embora n3o tenhamos encontrado nenhum exemplar do jornal *Última Hora* lupionista, sabe-se que este tipo de expediente sat3rico era usado de maneira sistem3tica por Cassal. O jornalista n3o apenas zombava dos homens diretamente ligados 3 UDN, como tamb3m dedicava sua s3tira 3 aqueles que os defendiam publicamente. E nesta tarefa, Cassal tamb3m tinha um alvo certo: a *Folha de Londrina*.

Naquele final da d3cada de 1940, a *Folha* j3 se destacava como um dos jornais mais promissores no cen3rio jornal3stico londrinense. Em menos de tr3s anos de exist3ncia, o jornal biseman3rio de propriedade de Jo3o Milanez angariava um consider3vel n3mero de anunciantes por todo o norte do Paran3, cultivava cerca de

---

<sup>194</sup> Maschio (2010, p. 114)

três mil assinantes e imprimia uma tiragem de quase cinco mil cópias por edição – números grandiosos para os padrões londrinenses da época. Em boa parte, talvez, o veloz crescimento do órgão estivesse ligado aos vínculos estabelecidos com Hugo Cabral e com os udenistas. Tendo vivido uma fase getulista, após as eleições que elegeram Cabral, a *Folha de Londrina* virou a casaca e tornou-se aliada dos vencedores. A relação com os então donos do poder promovia garantias financeiras. E a *Folha*, em troca, colocava seus discursos à disposição dos financiadores.

Por isto, Barros Cassal também escrevia versos que satirizavam os integrantes da *Folha de Londrina*. Desta forma, procurava desacreditar os discursos dos defensores de Hugo Cabral e seus aliados. Não foi possível ter acesso aos versos que Cassal dispensou aos jornalistas rivais. Mas, na opinião deixada por Marinósio Filho tempos mais tarde, estes poemas satíricos marcaram o auge do jornal lupionista:

O ponto alto do *Última Hora* foi a briga com o jornalista e político Rafael Lamastra, que já trabalhava na *Folha de Londrina*. Cassal começou a dedicar uma página com quadrinhas ao João Milanez e ao Lamastra. Versos satíricos e irreverentes que provocavam comentários e boas gargalhadas dos leitores.<sup>195</sup>

Na realidade, a cisma entre o *Última Hora* e a *Folha de Londrina* foi apenas mais um dos vários episódios de uma rivalidade que marcaria a história do jornalismo local, sobretudo nos anos 1950. Desde o surgimento da *Folha de Londrina*, aos poucos, uma polarização foi se delineando na cena jornalística londrinense. Em linhas gerais, este antagonismo contrapunha o jornal de João Milanez aos diversos outros órgãos que circulavam pela cidade. De um lado, em franco crescimento empresarial, a *Folha de Londrina* tentava passar a imagem de um jornal sério, idôneo, ao mesmo tempo em que pretendia desqualificar os outros periódicos da cidade, taxando-os como extorsionários, achacadores e corruptos. Por outro lado, estes outros jornais, mais modestos em circulação, costumavam criticar a *Folha* apontando-a, via de regra, como um órgão vendido, sem personalidade, comprometido unicamente com a bajulação dos membros das elites econômicas e políticas do momento. Comumente,

<sup>195</sup> Marinósio Filho e Marinósio Neto (1991, p. 80-81).

os jornalistas opositores da *Folha de Londrina* formulavam este racha no jornalismo local sob os termos de “imprensa alternativa” versus “imprensa chapa branca”. Em uma entrevista publicada na década de 1950, Vicente Viana, jornalista que escreveu para vários órgãos da dita imprensa alternativa, tentou opinar sobre o que significava esta polarização:

Temos aqui duas categorias de imprensa. A imprensa propriamente “branca”, ou simplesmente noticiosa, que é, por assim dizer, a chamada imprensa de elite, e a imprensa popular, a imprensa vibrante e dinâmica, que denuncia a verdade esfalecendo tramas e corrupções.<sup>196</sup>

A exemplo de Viana, os jornalistas da imprensa alternativa costumavam justificar a polarização representando a si próprios como tributários das causas populares, ao mesmo tempo em que retratavam a *Folha de Londrina* como sendo a expoente de uma “imprensa de elite”, “chapa branca”, complacente com as corrupções dos poderosos – daí o caráter pouco crítico, “simplesmente noticioso” do jornal de Milanez. De fato, os discursos da *Folha* costumavam ser muito mais brandos do que o de seus concorrentes da imprensa alternativa. Enquanto jornalistas como Cassal, Plaisant, Francisco Tuma e, mais tarde, o próprio Marinósio, rasgavam o verbo contra os alvos de suas críticas, os textos da *Folha de Londrina* mantinham certa sobriedade mesmo quando assumiam posições claras. Para os jornalistas da imprensa alternativa, a agressividade de seus próprios discursos tinha a ver com uma certa coragem pela verdade – virtude que, segundo eles, faltava a Milanez e aos integrantes da *Folha*. Edison Maschio, autor do romance *Escândalos da Província* e jornalista que circulou pela imprensa alternativa local, registrou uma opinião similar sobre o assunto:

Londrina, num determinismo de sua expansão material, comportava um jornal de porte, preferencialmente um jornal com cara conservadora, mero espectador dos acontecimentos

---

<sup>196</sup> O Combate, 07/1959.

coletivos, disposto a lisonjear os fortes, desconhecer suas falcatruas, e deixar de ser um agente de ideias, um crítico da realidade e um elo no encadeamento das causas e efeitos que sacodem o cerne da sociedade.

Naquela época circulavam em Londrina vários jornais alternativos – semanários ou quinzenários – prontos para denunciar todo tipo de mazelas, que não se intimidavam com os arreganhos de marginais e aventureiros que perpetravam golpes rasteiros na economia popular. Produziam um jornalismo independente, que estampava os fatos com realismo, sem disfarces ou artifícios.

Fazia parte da constelação de jornais alternativos a “Folha de Londrina”. Fundada por um grupo de getulistas, era um jornal sem expressão, com circulação irregular, que publicava matérias de cunho político-partidário. Ninguém poderia conjeturar, por conseguinte, que em curto espaço de tempo se transformasse num jornal de âmbito estadual.

João Milanez, um catarinense que desembarcara recentemente em Londrina, como vendedor de seguros, sem qualquer experiência no ramo da imprensa, foi o autor da proeza. Demonstrando uma atilada visão comercial, Milanez farejou de imediato a perspectiva de mercado, aberta para um jornal diário.

Ao assumir o comando do jornal e lançar-se na nova atividade, perseguiu o ideal de realizar-se economicamente; para tanto, logo converteu o jornal num balcão comercial, e o jornal selou de imediato um casamento com os interesses políticos das classes dominantes. (...)

Conforme o jornal evoluía, Milanez deixou claro que entre ele e os jornalistas da imprensa alternativa havia uma enorme diferença. (...) Desenhou-se uma linha divisória a separar os jornalistas da Folha daqueles que militavam na imprensa alternativa. Instalando-se num degrau de imaginária superioridade e esmaltados pela convicção de que faziam um

jornalismo de alto padrão, cortaram qualquer contato com os chamados “rebotalhos” de jornais menores. Cumprimentar colegas na rua significava abalo de crédito! (...)

Numa estreita visão, deformada e lamentável, viam os jornais alternativos como focos de chantagistas e extorsionários, que comprometiam a credencial moral da imprensa. Externavam um equivocado juízo e fraudavam a verdade.<sup>197</sup>

Extorsionários, achacadores, chantagistas. Era com esta sorte de termos que os homens ligados à *Folha de Londrina* costumavam se referir aos membros da imprensa alternativa. Assim, davam a entender que se estes jornais “menores” veiculavam discursos vibrantes ou combativos, o faziam apenas com o intuito de promover chantagens sobre seus alvos, e não por uma postura idealista partidária da verdade. Nestes embates por reputação e credibilidade, o jornal de Milanez pretendia figurar a si próprio como uma reserva de moralidade em um ambiente altamente corrompido. Era como se a *Folha* fosse o único órgão moralmente confiável naquele cenário do jornalismo londrinense das décadas de 1940-1950. Um dos principais jornalistas da *Folha de Londrina* naquela época, o udenista Rafael Lamastra, chegou a demarcar a diferença da *Folha* em relação aos outros jornais justamente sob esta argumentação:

Naqueles idos, existiam em Londrina dois jornais diários: “Correio do Norte” e “Paraná-Jornal”, e vários semanários, “Gazeta do Norte”, “Gazeta Esportiva e Noticiosa”, e outros. A indiferença, a descrença, era geral. Jornalista era sinônimo de chantagista e o profissional das lides jornalísticas era olhado com desconfiança e relegado a plano secundário no meio social. Assim foi o jornal [Folha de Londrina] vivendo durante anos, mas sempre formando lastro para o futuro, infundindo ao leitor confiança e crédito.<sup>198</sup>

---

<sup>197</sup> Maschio (2010, p. 30-34)

<sup>198</sup> Lamastra apud. Marinósio Filho e Marinósio Neto (1991, p.. 59)

Levando ao limite o argumento de Rafael Lamastra, poderíamos pensar que a história do jornalismo na cidade foi marcada por um antes e um depois da *Folha de Londrina*. Segundo o que ele afirmava publicamente, a radical diferença inaugurada pela *Folha* era precisamente a sua integridade moral. Enquanto *Correio do Norte*, *Paraná-Jornal* e outros órgãos viviam de chantagens, os métodos da *Folha* infundiam confiança ao leitor. Daí a razão apontada por Lamastra para que ela tenha se destacado em relação aos outros periódicos surgidos nos anos 1940-1950. De fato, o êxito comercial da *Folha* não encontra paralelos na história da cidade. O jornal de Milanez foi o único órgão criado neste período que sobreviveu até a contemporaneidade. E ainda hoje a *Folha* é o jornal de maior circulação e com o maior número de leitores em Londrina.

Mas nem todos os jornalistas da *Folha* justificaram o sucesso econômico do jornal sob os termos polemistas de Rafael Lamastra. Walmor Macarini, jornalista que trabalhou na *Folha de Londrina* a partir dos anos 1950, também enxergava diferenças entre o jornal de Milanez e os órgãos da imprensa alternativa. Mas, sob sua ótica, esta distinção acontecia principalmente no plano editorial. Segundo ele, o que assegurou o êxito do jornal foi precisamente a capacidade de distinguir o que era publicável e o que não era publicável. Ou, em outras palavras, a maneira acertada com que Milanez diferenciava o que era e o que não era vantajoso de se publicar na *Folha de Londrina*:

Um homem que viesse a Londrina, em 1948, para ganhar dinheiro, poderia botar qualquer negócio aqui, menos jornal. Porque cada qual chegava com um “pecado original” e não queria ser descoberto. Muito menos pela imprensa. E foi num ambiente assim que o catarinense João Milanez sentou praça como jornalista. E se deu bem porque evitou, justamente, falar mal da vida alheia, mas ocupou-se das coisas boas que aqueles aventureiros começaram a fazer. (...)

Nós escrevíamos a história de seus sucessos, e eles escreviam a história do jornal.<sup>199</sup>

---

<sup>199</sup> Macarini apud Marinósio Filho e Marinósio Neto (1991, p. 63)

De acordo Macarini, João Milanez conseguiu emplacar seu jornal justamente por não gastar tinta com as passagens biográficas inglórias, com os episódios pouco enobrecedores que envolviam os “aventureiros” que habitavam o norte do Paraná. Na realidade, a justificativa de Macarini possui certa pertinência desde que seja feita uma ressalva. Durante as décadas de 1940 e 1950, a *Folha de Londrina* nunca deixou de veicular imagens negativas em relação a prostitutas, jogadores, criminosos de pequenos delitos ou outras figuras marginais que circulavam pela cidade. Mas, por outro lado, o jornal realmente quase não fazia críticas ou depreciações dos sujeitos mais endinheirados ou com ligações políticas – neste ponto, o diagnóstico de Macarini parece correto. Com esta estratégia silenciosa, a *Folha* procurava não se indispor com nenhum dos grupos que rivalizavam entre si naqueles tempos agitados. Afinal de contas, de acordo com esta lógica, de uma hora para a outra os ventos poderiam mudar, a mesa poderia virar, e por isto o jornal deveria manter a parcimônia, evitar os arroubos críticos e cultivar o silêncio em relação aos deslizes legais e morais dos figurões que disputavam os poderes. Uma das máximas de Milanez, emprestada de Assis Chateaubriand, dizia respeito justamente aos efeitos desta postura: “Os políticos passam e os ministros caem. Mas meu jornal fica”. Afastando-se dos discursos e procedimentos político-partidários, com este subterfúgio, a *Folha* procurava aliar-se a quem quer que momentaneamente estivesse ocupando os poderes locais – uma astúcia que garantia a longevidade do jornal e o sucesso financeiro de seu proprietário.

De acordo com Walmor Macarini, o “erro” dos outros órgãos fundados naquele período teria sido cometido justamente neste sentido: “os jornais [da imprensa alternativa] não tinham projeto para evoluir e pecavam pela intenção de denunciar os fatos e criticar exageradamente os pioneiros”. De fato, sendo financiados por partidos ou chefes políticos, os jornalistas alternativos não se limitavam a apenas veicular representações elogiosas a respeito de seus patrões e aliados. A agressão, o ataque e a desmoralização dos inimigos também eram expedientes muito comuns. Homens como Cassal, Plaisant e Francisco Tuma publicavam matérias difamatórias com bastante frequência, procurando denunciar corrupções, negociatas e “imoralidades” envolvendo homens públicos, empresários, fazendeiros e outros endinheirados que se encontravam na oposição. Reportagens depreciativas e hostis que acirravam desafetos – um tipo de jornalismo que, à prova do tempo e do ponto de vista comercial, mostrou-se pouco frutífero em Londrina. Mas que, entre os anos 1940-1950, constituía um padrão editorial amplamente adotado pelos homens de imprensa na cidade.

Conhecendo o ofício jornalístico pela mão de Dicesar Plaisant Filho e trabalhando para Barros Cassal sob a égide de Moisés Lupión, Marinósio Filho estrearia como jornalista em Londrina sob o signo da imprensa alternativa. Desta forma, herdaria uma forma específica de se conceber jornais e de redigir reportagens. Entenderia o jornalismo como um ofício ligado à construção de representações para sujeitos e instituições: políticos, empreendedores, partidos, empresas. E se dedicaria a este expediente conforme seus colegas mais próximos: escrevendo matérias elogiosas para seus financiadores e outros aliados ao mesmo tempo em que produzia imagens depreciativas para os opositores.



Mas ainda naquele ano de 1948, por algum motivo, Barros Cassal encerraria as atividades do *Última Hora*. Possivelmente em razão de complicações financeiras, o jornalista resolveu retornar a Curitiba para reintegrar a redação do lupionista *O Dia*. No entanto, a esta altura, Marinósio já havia entendido as regras do jogo e feito seus contatos no mundo do jornalismo e da política. Naquele momento, a atuação na imprensa lhe parecia a opção mais viável para ganhar a vida. E, de algum modo, Marinósio já se julgava apto a cavar o seu sustento concorrendo no turbulento mundo do jornalismo local. Por isto, resolveu abrir o seu próprio jornal. Embora as datas sejam inexatas, entre 1948 e 1949, Marinósio Filho fundou *O Estado*. O órgão foi criado em sociedade com Vicente Frizzo, um jornalista curitibano que na época arriscava a sorte em Londrina.

Não há qualquer exemplar de *O Estado* disponível para consulta – aparentemente, nenhum número foi preservado. Mas mesmo que não saibamos detalhes sobre o primeiro jornal de Marinósio, pode-se dizer que sua fundação exerceu uma significativa reviravolta em sua vida. Aos 34 anos, Marinósio Filho iniciava uma nova etapa. Se como músico itinerante ele se esforçava para ser bem representado nas páginas dos jornais alheios, agora em Londrina ele se colocava à disposição daqueles que gostariam de utilizar a mídia impressa para propagandear representações de si ou dos outros. Marinósio passava para o outro lado do balcão. A partir de *O Estado*, defenderia seu sustento nas tribunas da imprensa. E como resultado, esta guinada também interromperia seus planos e devires como músico. A partir de 1948 ou 1949, toda a construção discursiva e representacional que Marinósio tinha criado em torno do Afoxé e de sua própria figura seria descartada. A propaganda da música folclórica, o ufanismo nacional-varguista, o projeto cívico e pedagógico do

Afoxé – todos estes elementos discursivos não faziam mais sentido para o Marinósio jornalista. E a *persona* de um artista especializado em folclore nacional perdia igualmente a utilidade. Em outras palavras, o Professor Marinósio Filho estava, de certa forma, morto – Marinósio jamais acionaria novamente este personagem.

A primeira experiência de Marinósio Filho como dono de jornal se revelaria efêmera: *O Estado* aguentaria apenas por quatro edições. Mas a parceria entre ele e Vicente Frizzo seria repetida em 1950, quando ambos resolveram tentar mais um jornal: *A Notícia*, cujo primeiro número circulou no dia 24 de agosto daquele ano. A data do lançamento não era fortuita. Às vésperas das eleições para governador do Paraná, o PSD de Lupión estava em plena campanha para eleger seu sucessor, Ângelo Lopes, e por isto, o momento era oportuno para a oferta de apoio político. E de fato Frizzo e Marinósio conseguiriam que Moisés Lupion e Ângelo Lopes subsidiassem o jornal. Assim, a principal reportagem daquela primeira edição trazia textos e imagens sobre uma tal “Caravana da Vitória” – espécie de campanha eleitoral itinerante à qual Lupión e Lopes estavam se dedicando. A matéria era repleta de elogios e exaltava de maneira copiosa a figura dos patronos pesedistas. Ainda na mesma edição, *A Notícia* se dedicaria à propaganda política de Raul Vaz, braço direito de Lupión que então se candidatava ao Senado.

Além da proximidade com os homens que ambicionavam os poderes políticos, no primeiro número de *A Notícia* também é possível perceber a cumplicidade entre os jornalistas e as autoridades policiais da cidade. No canto superior da primeira página, Frizzo e Marinósio publicaram uma pequena carta enviada ao jornal por Amantino de Carvalho, então suplente de delegado em Londrina. O texto, endereçado a Marinósio, era de agradecimento. Pelo que se pode compreender, Marinósio Filho tinha auxiliado a polícia na resolução de alguma ocorrência criminal. E Amantino recompensava sua assistência com elogios e demonstração de gratidão:

Cabe-me, como Delegado Regional de Polícia em exercício nesta cidade, agradecer penhoradamente à ação ativa e relevante que V. S. teve para a elucidação completa do caso já do vosso conhecimento, que vejo de maneira digna, a vossa atitude cumprindo dever de cidadão para com a Polícia e o bem estar da sociedade. Assim, espero continuar a merecer a

vossa confiança. Atenciosas saudações. Amantino Honorato de Carvalho.<sup>200</sup>

A relação com membros do aparato policial seria algo frequente na carreira jornalística de Marinósio Filho. Pelo que consta, Marinósio sempre procurou manter algum tipo de envolvimento com agentes de polícia e principalmente com delegados. Aparentemente, alguns oficiais destinavam dinheiro aos jornalistas em troca de matérias de divulgação de seus trabalhos. Portanto, a proximidade com o organismo policial podia assegurar mais uma fonte de renda, e também, de influência. No caso de Marinósio Filho, a relação profissional com os policiais sempre foi marcada por tensões e distensões, períodos de alinhamento e de confronto, episódios de cumplicidade mas também de inimizade.

Outra maneira de ganhar dinheiro com o jornal – menos tensa, a princípio – era, evidentemente, a venda de anúncios publicitários. Neste âmbito, Frizzo e Marinósio procuraram formar uma ampla rede de vendedores. Segundo o expediente de *A Notícia*, o órgão contava com representantes comerciais espalhados por várias cidades: Curitiba, Ibitiporã, Alvorada do Sul, Bela Vista do Paraíso, Porecatu, Cornélio Procópio, Apucarana, Maringá e Garça. Como se vê, os proprietários do jornal procuravam não circunscrever a venda de anúncios apenas à cidade de Londrina. Por isto, *A Notícia* contava com agenciadores na capital do Paraná, em diversas cidades no norte do estado e, inclusive, no oeste cafeeiro paulista, na cidade de Garça. Na época, esta estratégia comercial e geográfica estava sendo experimentada com sucesso pela *Folha de Londrina* e era apontada, por muitos, como um dos fatores responsáveis pelo êxito financeiro do órgão. Certamente Marinósio sabia deste método de venda intermunicipal e é bem possível que ele tenha procurado implementá-lo em seu jornal. Sobre o comércio de anúncios adotado por Milanez na *Folha*, mais tarde, o próprio Marinósio reproduziria um interessante relato:

Os anúncios [da Folha de Londrina] vinham de toda a região, trazidos pelos “picaretas”.

- Um mal necessário, lembra Milanez.

---

<sup>200</sup> A Notícia, 24/08/1950

Chegavam os “picaretas” no jornal, risonhos, entrões, e se ofereciam para trazer anúncios mediante comissões. Saíam de jipe pela região, voltavam com o dinheiro que sempre falta para pagar o papel, a tinta, os salários, Faziam-se passar por fiscais da Saúde Pública, da Fazenda, dos Institutos de Previdência e Ministérios reais ou imagináveis.

Havia um – contam os velhos gráficos – que saía com motorista. Paravam o jipe na porta da vítima, o motorista descia, contornava o jipe, abria a porta: - Faça o favor de descer, doutor Fulano.

Descia o “picareta” de terno e gravata, ar importante. Mostrava rapidamente uma carteira de identificação, com a indiferença superior de um enfadado funcionário público, examinava o ambiente:

- Cadê os alvarás? Que sujeira é essa? Revalidou a licença sanitária?

No fim, vendia um anúncio. O comerciante matuto pagava, para não ver a loja multada, o moinho de fubá lacrado. Chegando ao jornal, o picareta pediria ao redator: - Redige aí um negócio falando de um padeiro, o nome é Fulano de Tal, chegou de Minas faz dois anos.

Saíam, então, “reportagens” pagas sobre a fazenda e a família do fazendeiro Fulano, sobre a loja do sr. Sicrano, a pequena indústria do bacharel Beltrano. Se não havia fotos, colocava-se a mesma velha foto de boi: “Na foto, uma espécime do rebanho do Sr. Fulano de Tal”. Ou fotografava-se um cafeeiro: “Na foto, um excepcional cafeeiro da Fazenda São José, realização do Sr. Carvalho da Silva”<sup>201</sup>

Nesta história originalmente publicada na própria *Folha de Londrina* e reproduzida por Marinósio, ficamos sabendo sob que denominação era conhecida a profissão do vendedor de anúncios naquele período: “picareta” – o mesmo nome dado

<sup>201</sup> Marinósio Filho e Marinósio Neto (1991, p. 45)

aos corretores de terras. A julgar pelos métodos dos representantes de Milanez retratados na crônica, a coincidência entre os termos fazia bastante sentido. Afinal de contas, os agenciadores de terras carregavam a fama de utilizarem expedientes igualmente malandros em suas transações – astúcias envolvendo encenações, representações de si e outros engodos que intencionavam defraudar os incautos. Não sabemos se os corretores de anúncios de *A Notícia* se utilizaram de táticas de venda parecidas com estas. Mas com base nas duas edições do jornal que ainda se encontram disponíveis para consulta, pode-se dizer que a tentativa de arranjar anunciantes em várias cidades não foi bem sucedida. São poucos os anúncios comerciais publicados em *A Notícia*, e a maioria deles referentes a empresas e indivíduos ligados a negócios imobiliários e baseados em Londrina – como a Companhia de Terras Norte do Paraná e o picareta (de terras) Paulo Werneck. A maior parte do dinheiro arrecadado pelo jornal de Frizzo e Marinósio parece ter vindo mesmo de Moisés Lupión a Ângelo Lopes, objetos de fartas, elogiosas e constantes reportagens.

Na terceira edição de *A Notícia*, publicada no dia 7 de setembro de 1950, para além dos textos lupionistas, podemos entrever, também, uma polêmica envolvendo Marinósio Filho, Vicente Frizzo e um integrante do jornal de João Milanez. Uma briga que constituía mais um episódio da polaridade “imprensa alternativa” *versus Folha de Londrina*. Em uma nota intitulada “É doente ou não é, senhores?”, os jornalistas de *A Notícia* rebatiam uma crítica publicada por Eufrosino Lázaro Santiago, advogado que então atuava como redator na *Folha*. Segundo o texto, Eufrosino havia veiculado informações ofensivas contra Marinósio e Frizzo, apontando-os como “falsos jornalistas”. E os dois, sem titubear, devolviam na mesma moeda:

No caso da arenga do sr. Eufrosino Lázaro Santiago e o seu pasquim, “Folha de Londrina”, os ângulos são dos mais engraçados e dos mais patéticos, como se vistos numa lanterna mágica pitosga. De cômico, essencialmente cômico ali, é a sua audácia e petulância, como ex-penitenciário irreformável, procurando moldar uma sociedade incorruptível como a de Londrina à sua maneira, esquecendo de consultar um catecismo decente, e ousar lançar pedradas e vitupérios ridículos contra a nossa pessoa, da qual, jamais nada de

maledicente e indecoroso poderá provar, quando mais através de infucastôlas de rapariguitas inciumadas.

A situação só diverte: aonde já se viu tamanho desconchavo: condena a falsos jornalistas, quando êle, um bem fumega escrevinhador de folhetos difamatórios que esquálido, mas não num reformatório moral, escreve ainda às apalpadelas! Aonde se concebe um increpador de criminosos quando este é o ‘maior del mundo’, um facínora à solta que ainda traz a catinga da prisão.<sup>202</sup>

Não é possível saber qual foi a exata motivação para a desavença entre Frizzo, Marinósio e Eufrosino. Mas pelo texto publicado em *A Notícia* pode-se notar que os ânimos estavam exaltados. Na nota, o redator da *Folha* era moralmente desqualificado, representado publicamente como um criminoso “irreformável”. Com esta troca de acusações, *A Notícia* mostrava-se engajada nas rivalidades que envolviam a cena jornalística londrinense na época. A participação neste tipo de disputa por prestígio, o apadrinhamento político de Lupiôn e Ângelo Lopes, a picaretagem intermunicipal de anúncios, a proximidade com os poderes policiais – todos estes elementos indicavam que *A Notícia* poderia alcançar certa longevidade no cenário da imprensa alternativa londrinense. No entanto, isto não ocorreu: a edição que trazia o texto depreciativo contra Eufrosino foi, aparentemente, o último número de *A Notícia*. Vicente Frizzo e Marinósio Filho romperiam a sociedade e, pelo que consta, nunca mais trabalhariam juntos.



Com a entrada do ano de 1951, o cenário político mudaria um pouco de figura na esfera estadual. Moisés Lupiôn não conseguira eleger seu sucessor, Ângelo Lopes, para governador. Quem venceu o pleito foi Bento Munhoz da Rocha, homem ligado ao Partido Republicano mas que foi eleito com o apoio de uma ampla coligação. Com o fracasso eleitoral, o apoio de Moisés Lupiôn aos jornalistas londrinenses ficava temporariamente suspenso. Mas Marinósio Filho, embora não estivesse no comando

---

<sup>202</sup> *A Notícia*, 07/09/1950

de nenhum jornal, continuou atuando profissionalmente na imprensa local. Em 1951 ele passou a colaborar com a *Folha da Semana*, jornal que Dicesar Plaisant Filho já editava desde 1948 em parceria com Sérgio Arruda, outro jornalista curitibano que tinha negócios em Londrina. Escrevendo para a *Folha da Semana*, Marinósio acompanharia de perto uma ruidosa polêmica envolvendo o órgão e uma imobiliária de nome Santa Fé. Plaisant usou seu jornal para escrever diversas matérias denunciando a Santa Fé por estelionato. Segundo ele, a imobiliária vendia lotes de terras que não existiam. Naquela época, com o aquecimento do setor imobiliário em razão do super-povoamento da cidade, era comum os jornais promoverem campanhas publicitárias para algumas empresas imobiliárias – e também, com o sinal invertido, publicarem reportagens difamatórias a respeito de outras. Desta forma, os jornais garantiam sua sobrevivência participando ativamente de uma economia de reputações, acirrando as rivalidades comerciais em um negócio que então era altamente lucrativo. Sobre o conflito entre Dicesar Plaisant Filho e a Imobiliária Santa Fé, Marinósio Filho escreveria:

O comércio imobiliário era o forte, na época. A “Folha da Semana” conseguiu desacreditar muitas imobiliárias e “corretores de terras”. A atividade se constituía entre “picaretas e jacus” (Jacu, termo usado no norte do Paraná, pelos picaretas, para classificar o comprador ingênuo). Este tipo de comércio se alastrou assustadoramente em Londrina e região. O descobrimento do “Eldorado” foi o responsável pela corrida alucinante de gente que chegava. Aí os golpes começaram. O difícil, na época, era descobrir quais das imobiliárias eram honestas. (...) Apresentavam perfeita documentação que desafiava qualquer técnico, firmas reconhecidas, mapas em policromia, enfim uma perfeição. Só que as terras não existiam. Foi assim, dentro deste emaranhado de falsificações, estelionatos e outros crimes que a “Imobiliária Santa Fé”, de Lupércio Caressato, ganhou destaque nas páginas acaloradas da “Folha da Semana”.

“Santa fé é acreditar na imobiliária”. Esta era uma das manchetes no auge da campanha. Lupércio Caressato jogado

à execração pública. O desespero dominou-o. Negócios eram desfeitos. Verdadeira corrida nos luxuosos escritórios da “Santa Fé”. Tentou acordo com os jornalistas. Perpetrou vinditas e arquitetou tocaias. Tudo em vão.<sup>203</sup>

Após várias tentativas de fazer cessar as críticas da *Folha de Semana*, Lupércio Caressato resolveu processar Dicesar Plaisant Filho. Representada pelo advogado Ivan Luz, a Imobiliária Santa Fé acusaria Plaisant por injúria, calúnia e difamação. O julgamento, que aconteceu em fins de 1951, acabou por inocentar o jornalista. Mas aquele ano ainda seria rico em desavenças envolvendo a *Folha da Semana*. Além da polêmica com a Santa Fé, em 1951 o jornal também participaria de uma outra briga, igualmente tumultuada e que envolveria Marinósio Filho de maneira direta.

Com a proximidade das eleições municipais, marcadas para dezembro daquele mesmo ano, as rivalidades políticas estavam exacerbadas em Londrina. O candidato favorito à sucessão do prefeito Hugo Cabral era o também udenista Milton de Menezes. Contra ele concorria o petebista Darcírio Egger. E Dicesar Plaisant Filho, por sua vez, era candidato a vereador pelo mesmo partido. Por isto, em 1951, defendendo os próprios interesses, a *Folha da Semana* dedicou-se a apoiar as candidaturas de Egger e, evidentemente, de Dicesar Plaisant. A campanha partidária seria promovida, inclusive, por meio de reportagens difamatórias contra Milton de Menezes. Entre estas matérias depreciativas, a mais bombástica delas seria publicada no dia 4 de julho de 1951. Neste dia, em primeira página, uma edição extra da *Folha da Semana* estamparia em letras garrafais: “COMUNISTA! – Peço ao povo de Londrina que não apóie o vermelho Milton de Menezes”. Na matéria, Dicesar Plaisant aparecia entrevistando Eduardo Louzada da Rocha, delegado ligado ao DEOPS/SP – Delegacia de Ordem Política e Social de São Paulo, órgão policial especializado em reprimir agitações ameaçadoras à “ordem pública”. Em suas declarações à *Folha da Semana*, Louzada liberava informações altamente comprometedoras:

Não tenho, não alimento outra política, senão a preservação da minha luta contra a quinta-coluna vermelha. (...) Essa quinta-

---

<sup>203</sup> Marinósio Filho e Marinósio Neto (1991, p. 144)

coluna pretende apoderar-se da administração municipal de Londrina através da candidatura do vermelho Milton de Menezes. Não é possível calar-me diante desse fato, quando o governo do Estado gasta milhares de cruzeiros de seus contribuintes, no interesse de liquidar o problema comunista de Porecatu. Estou coerente, na minha convicção, quando peço ao povo de Londrina que NÃO APOIE O COMUNISTA MILTON RIBEIRO DE MENEZES.<sup>204</sup>

Na época, um conflito armado envolvendo terras na região de Porecatu, na fronteira entre o Paraná e São Paulo, gerava polêmica e alarmava a opinião pública acerca do “perigo vermelho” no estado. Na chamada “Guerra de Porecatu”, posseiros articulados pelo Partido Comunista Brasileiro e pelas Ligas Camponesas da região reivindicavam o direito às terras que ocupavam. A causa ocasionava conflitos armados entre os camponeses e diversos fazendeiros e grileiros que também almejavam a propriedade das terras. Neste contexto conflituoso, Louzada foi destacado do DEOPS paulista para auxiliar seus colegas paranaenses. No Paraná, o delegado comandaria diversas operações armadas que em poucos meses terminariam por extinguir as revoltas dos posseiros. Naquela época, Louzada era figura proeminente do DEOPS, reconhecido nacionalmente por sua larga experiência na “caça aos comunistas”. Por isto, suas declarações sobre Milton de Menezes pareciam dignas de crédito e poderiam atingir de forma ferina a reputação do candidato à prefeitura londrinense. A denúncia publicada pela *Folha da Semana* ganhava ainda mais gravidade pelo fato de que o udenista Milton de Menezes era diretamente ligado aos grandes fazendeiros norte-paranaenses – um grupo econômico que, como é óbvio, tendia a se opor drasticamente às inclinações comunistas.

No começo da noite do dia 5 de julho de 1951, Dicesar Plaisant Filho receberia uma ligação de seus tipógrafos: a polêmica edição da *Folha da Semana* já estava impressa e pronta para ser distribuída. Acompanhado por Marinósio Filho, Plaisant foi até a gráfica para buscar os novos exemplares de seu jornal. De lá, os dois rumaram para o centro da cidade, onde resolveram parar na Quitanda do Compadre, na rua Rio de Janeiro. Naquele ponto, a concentração de jornalistas era grande: a Quitanda ficava praticamente em frente ao Bar Líder, frequentemente descrito como um reduto dos homens de imprensa da cidade. Empolgado com a edição extra do jornal,

---

<sup>204</sup> Folha da Semana, 04/07/1951

Marinósio resolveu distribuir alguns exemplares por ali mesmo. A vistosa manchete envolvendo Milton de Menezes, em pouco tempo, estourou em uma acalorada discussão. Alguns homens presentes no bar se exaltavam defendendo o candidato da UDN, enquanto Marinósio e Plaisant sustentavam com veemência as afirmações do delegado Louzada. Àquela mesma hora, nas proximidades da Quitanda do Compadre, estava Rafael Lamastra, jornalista da *Folha de Londrina* que então era candidato a vereador pela UDN. Ouvindo a balbúrdia, Lamastra indignou-se com o que dizia Marinósio Filho. Foi até sua camionete, pegou um cassetete e um revólver calibre 45, niquelado. Armado, dirigiu-se até Marinósio e falou: “Você está chamando Milton de Menezes de comunista? Eu não admito, seu canalha!”. Depois, passou a desferir várias cassetadas na cabeça de Marinósio enquanto apontava a arma para o seu peito e gritava: “Reage! Reage!”. A atitude deixou o bar atônito e acabou com a discussão. Dicesar Plaisant Filho ligou para a polícia. Mas Lamastra, depois de ter dado o recado, ainda com o revólver em punho, montou em sua camionete e fugiu.<sup>205</sup>

No dia seguinte, na delegacia de polícia, Marinósio registrou queixa contra o agressor e contou a história ao escrivão. O laudo do exame de lesões corporais, anexo ao inquérito, assinalava “hematomas leves na região parietal direita e esquerda. Cicatrização de escoriação leve na região frontal”. Depois de recolhida a queixa, Rafael Lamastra foi intimado à delegacia para depor. Sua versão para o ocorrido era um pouco diferente. Ele contou que, no dia 5, esteve cumprindo compromissos de campanha em um povoado distante da sede do município. À noite, chegando em Londrina, resolveu parar no Bar Líder para jantar. Foi quando viu, do outro lado da rua, na Quitanda do Compadre, “um grupo de pessoas alcoolizadas”. Entre estes bêbados estava Marinósio Filho e Dicesar Plaisant Filho. Os dois jornalistas, aos berros, xingavam Hugo Cabral (então candidato a vereador) e Milton de Menezes: “comunistas”, “cornos”, “filhos da puta”. Aborrecido, Lamastra teria se aproximado do grupo e pedido que parassem com os insultos. E Marinósio, irado, teria respondido que “não tinha de dar satisfações a comunistas”, ao mesmo tempo em que abria o paletó e fingia sacar um revólver. O jornalista da *Folha* disse que, assustado com a reação, correu até o carro onde se armou um pedaço de pau. Mas antes que pudesse ensaiar qualquer movimento, Marinósio acertou um soco em seu rosto. Com isto, Rafael Lamastra reagiu contra Marinósio e contra o grupo que o cercava, dando cassetadas em todos. E, a certa altura, resolveu sacar um revólver para “cobrir sua

---

<sup>205</sup> Informações disponíveis no processo-crime nºA/C 1232/51. Disponível no Centro de Documentação e Pesquisa Histórica da Universidade Estadual de Londrina.

retirada até a camionete”. Segundo Lamastra, “o grupo poderia até matar o declarante, em virtude de serem conhecidos como desordeiros e estarem alcoolizados”. Perguntado sobre o porte de arma, o jornalista afirmou que não o possuía, mas que a utilizava apenas por precaução, nas ocasiões em que tinha de viajar e voltar a Londrina tarde da noite.

Em agosto de 1951, o promotor Geraldo de Faria Lemos denunciou o jornalista da *Folha de Londrina* por agressão. Diante do juiz, Lamastra afirmou que existia uma rivalidade profissional e política entre ele e Marinósio. Disse ainda que era inimigo pessoal de Dicesar Plaisant Filho, e que inclusive estava processando-o pelo crime de “calúnias e injúrias impressas”. Depois de Rafael Lamastra, várias outras testemunhas foram ouvidas pelo juiz, inclusive o dono da Quitanda do Compadre e os frequentadores do bar que presenciaram a briga. Todos eles confirmaram a versão contada por Marinósio Filho, desmentindo, assim, as declarações que Lamastra havia dado na delegacia. E Dicesar Plaisant Filho, também convocado para depor junto ao juiz, disse no tribunal que Rafael Lamastra não apenas tinha iniciado a briga de maneira abrupta e violenta, mas que tinha sido racista na forma com a qual abordara Marinósio: “Vai apanhar, seu negro!”. Além disso, segundo Plaisant, após ter “espancado” Marinósio, Lamastra ainda teria dado o seguinte recado: “Quem falar mal de Milton de Menezes vai ser assim!”.

O juiz, baseado nos depoimentos, não teve como inocentar Rafael Lamastra. A sentença condenou o jornalista a três meses de prisão. Não se sabe ao certo se Lamastra realmente cumpriu a punição. De qualquer forma, o que chama a atenção neste episódio tempestuoso é o motivo da agressão. Pelos depoimentos, podemos notar que o que Rafael Lamastra queria era deixar claro a Marinósio e a Plaisant que ele não toleraria críticas a seus aliados políticos. A veiculação de qualquer representação depreciativa envolvendo seus patrões udenistas seria retrucada com violência. Ao invés de rebater as acusações pouco verossímeis envolvendo Milton de Menezes por meio da *Folha de Londrina*, como era de costume, Lamastra resolvia levar a rixa para o corpo-a-corpo. Uma atitude drástica que nos apresenta o estado de ânimo dos envolvidos nas disputas pelos poderes locais. E que, revela, sobretudo, o vigoroso esforço do jornalista da *Folha* no sentido de cultivar uma boa imagem pública de Milton de Menezes. Embates entre produtores de representações que extrapolavam o plano discursivo para transbordar em cenas de intimidação e violência.

Mas se neste caso específico Lamastra preferiu não usar o jornal para contra-atacar seus rivais, ainda assim ele procuraria desmoralizá-los diante do delegado. Como tática de defesa, o jornalista disse à polícia que simplesmente reagiu aos

ataques de Marinósio Filho. E que optou pela legítima defesa apenas pelo fato de que corria risco de vida, uma vez que Marinósio e Dicesar Plaisant “eram conhecidos como desordeiros e estavam alcoolizados”. Na época, Plaisant devia mesmo ser conhecido na cidade como encenqueiro. Em 1951, o jornalista colecionava diversos processos e já tinha conquistado grande número de desafetos em Londrina. Três anos antes ele havia sido acusado de agredir um policial em uma briga na zona do meretrício<sup>206</sup>. E também em 1948, Dicesar Plaisant Filho e Ciro Ibirá de Barros, então colegas na *Gazeta do Norte*, realizaram um polêmico protesto contra as arbitrariedades da polícia local. Neste episódio, os dois jornalistas resolveram organizar uma marcha com várias prostitutas da cidade, em plena Avenida Paraná. O motivo do protesto eram as constantes violências empregadas pelos policiais para manter as prostitutas confinadas na rua Rio Grande do Sul, que então ainda operava como a zona do meretrício. O estopim que ocasionou a revolta foi a atitude de um tal sargento Marcelino, que após ter detido cerca de 30 prostitutas em *trottoir* pelas ruas do centro, resolveu raspar as cabeças de todas elas<sup>207</sup>. Por conta dos processos que respondia, de suas brigas na zona e da famigerada “passeata das prostitutas carecas”, Dicesar Plaisant Filho certamente era elemento reconhecido pela polícia londrinense naquele início dos anos 1950.

Já Marinósio Filho, embora aparentemente ainda não tivesse entrado em qualquer conflito com a lei em Londrina, também devia carregar sua parcela de má reputação. No seu caso, deve ter pesado o simples fato de estar plenamente envolvido com os jornalistas da imprensa alternativa. Na época, a polêmica com a *Folha de Londrina* já tinha criado diversas imagens negativas para os integrantes dos jornais rivais: achacadores, criminosos, extorsionários, cabareteiros, aventureiros, alcoólatras. Estigmas que, certamente, recaíam sobre Marinósio. Mas, por algum motivo, naquele início da década de 1950, Marinósio também parece ter ganhado certa má fama por outra de suas características. Ivan Luz, advogado que representou Lamastra contra a acusação de agressão, à certa altura de sua explanação diante do juiz, classificou Marinósio sob os seguintes termos: “A vítima é elemento por demais conhecido na cidade pela sua atuação pouco consentânea com os princípios da ética que a todos obriga”. Uma atuação pouco consentânea com os princípios da ética que a todos obriga. Em outras palavras, o que o advogado Ivan Luz queria dizer ao juiz era que

---

<sup>206</sup> Cf. Hara (2000, p. 34)

<sup>207</sup> Cf. Marinósio Filho (2013, p. 43)

Marinósio agia de maneira hipócrita. Um moralista imoral – uma fama bastante desconcertante para um homem que procurava sobreviver de jornalismo.



Mesmo com a ajuda do advogado Ivan Luz, Rafael Lamastra fracassou na tentativa de se defender perante as autoridades desmoralizando Marinósio Filho e Dicesar Plaisant. Mas, por outro lado, triunfou naquela que era a verdadeira razão da briga: a disputa pelos poderes municipais. Mesmo com os esforços dos jornalistas aliados à oposição, em 1952, Milton de Menezes assumiu a prefeitura de Londrina. E o próprio Rafael Lamastra também teve um ótimo desempenho eleitoral, conseguindo sua cadeira na câmara de vereadores da cidade. Naquele ano Lamastra inclusive abandonaria o emprego na *Folha de Londrina* para se dedicar com exclusividade à carreira política. A militância sob a legenda da UDN devia lhe parecer mais vantajosa naquele momento: a supremacia dos udenistas em Londrina era evidente e o grupo concentrava poderes no Executivo, no Legislativo, além de representar a elite econômica da cidade. Como escreveu Edison Maschio,

Era símbolo de status social pertencer aos quadros da UDN. Gente de classe média, fazendeiros e empresários proclamavam com orgulho que rezavam pela cartilha udenista. A UDN, é bom frisarmos, naquela época aspirava o poder central da República, e Londrina despontava como um centro vigoroso da reação política contra o getulismo. Manifestava-se de modo tão latente o domínio político do partido em Londrina, que o destemido jornalista Rafael Lamastra declarava abertamente que a UDN podia até eleger um poste para prefeito, tal a confiança que, a seu ver, o eleitorado depositava nos dirigentes da facção partidária.<sup>208</sup>

Mas embora poderosa, durante o governo Milton de Menezes, a primazia udenista não deixou de enfrentar as críticas da oposição em Londrina. Jornalistas da

---

<sup>208</sup> Maschio (2010, p. 117)

imprensa alternativa continuavam dando voz às suas predileções partidárias, veiculando matérias que procuravam desestabilizar a hegemonia da UDN e defender os interesses de seus patrões políticos. Entre estes críticos, Marinósio Filho aparecia como um dos mais ácidos e contundentes. Sua verve oposicionista seria exercida por meio de um novo empreendimento jornalístico: *O Combate*. Não é possível saber ao certo em que ano Marinósio fundou esse que seria o mais longo de seus jornais – novamente, as datações por ele atribuídas são bastante imprecisas. Algumas fontes apontam para o ano de 1948 ou 1949; outras para 1950. Mas os mais antigos exemplares de *O Combate* que ainda se encontram disponíveis para consulta datam apenas de 1952. Seja como for, com este órgão Marinósio procuraria garantir o seu sustento, principalmente, por meio do apoio financeiro de Moisés Lupion. Mesmo afastado do governo, Lupion ainda mantinha pretensões de retornar à vida política. Vários jornalistas se beneficiariam desta ambição e, em Londrina, Marinósio seria um deles. Lupion financiaria sua atividade jornalística em troca da veiculação de representações elogiosas dirigidas a ele, e, também, de textos ofensivos contra seus inimigos políticos. Conforme depoimento de Edison Maschio, Marinósio foi “esperto”: naquela época, eram raros os jornalistas londrinenses que conseguiam o financiamento de políticos ligados ao governo estadual. Mas Marinósio, possivelmente sob influência de seus contatos com os jornalistas da capital, conseguiu descolar um duradouro patrocínio de Lupion.

Inicialmente, *O Combate* era distribuído como suplemento da revista *Expressão Política*, de propriedade de Sérgio Arruda (o mesmo curitibano que editava a *Folha da Semana* em parceria com Dicesar Plaisant Filho). Mas com a exponencial chancela de Lupion, a partir de 1953, *O Combate* seria desvinculado da revista e passaria a ser vendido nas bancas como um jornal autônomo. Durante toda a existência do órgão, Marinósio Filho trabalhou praticamente sozinho, contando apenas com a colaboração esporádica de alguns colegas jornalistas e com o auxílio comercial de um ou outro picareta de anúncios. Aparentemente *O Combate* nunca manteve sua periodicidade definida por muito tempo e, por alguns meses, justificou sua inconstância com o *slogan* publicitário: “um jornal cometa que só aparece na hora da justiça”. A redação de *O Combate* funcionava no próprio endereço residencial de Marinósio e de sua amante Cidica: rua Santa Catarina, 329.

Em um dos primeiros exemplares de *O Combate* passíveis de consulta, datado de outubro de 1952, Marinósio já deixava claro sua oposição ao governador Bento Munhoz da Rocha. Para atacá-lo, criou uma coluna fixa intitulada “O Manjar do Governador – leitura para depois do almoço”. A seção era acompanhada por uma

pequena imagem do próprio Marinósio: uma fotografia na qual ele aparecia vestindo um chapéu panamá branco, à maneira de um malandro carioca. Naquela edição específica, Marinósio fazia diversos ataques a Munhoz da Rocha, acusando-o, entre outras coisas, de nepotismo e de calúnias contra seus antagonistas. Dizia ainda que o governador estava tentando silenciar *O Combate*, oferecendo-o dinheiro em troca de apoio político. Ofensas que procuravam desmoralizar o adversário de Lupión perante os leitores e eleitores londrinenses – uma rotina que se repetiria ainda por vários anos.

Naqueles primeiros números, o prefeito Milton de Menezes também seria um dos alvos preferidos de *O Combate*. Na edição de junho de 1952, por exemplo, Marinósio dedicou uma série de críticas ao líder udenista. Uma delas desaprovava o apoio do prefeito à famigerada Lei 133, que havia sido sancionada no ano anterior. O texto, de curto fôlego, vinha acompanhado por duas fotografias hilárias. Nelas Marinósio aparecia vestido todo de branco e simulando uma queda em uma rua enlameada. As fotografias, flagrantemente posadas, pretendiam demonstrar o descaso do prefeito em relação ao estado das ruas da cidade.

Tivemos, ontem, a administração que, pesarosamente, atrasou o progresso nosso, e da qual era titular um “emigrante cearense” [Hugo Cabral]. Hoje, miseravelmente, estamos à sombra magra do sr. Milton de Menezes. O ‘mocinho do Paço’ continua marcando passo, olhando, simpaticamente, para a lei 133 (...) Falam tanto da maldita lei, por isso e mais aquilo e se esquecem dos buracos que campeiam infrene pela cidade, ameaçadores, verdadeiros precipícios. O que aconteceu ao repórter, conforme focalizamos nos quadros acima publicados, poderia também suceder a uma senhora, vítima da incúria administrativa que assola a cidade. Mas, não há de ser nada, pois sim! Temos no Paço, o prefeito, raquítico no físico e nas ações.<sup>209</sup>

---

<sup>209</sup> *O Combate*, 06/1952

Na época, a Lei 133 causava polêmica na cidade, e muitos criticavam suas diretrizes. Os jornais da imprensa alternativa, em geral, procuravam apontá-la como sendo essencialmente elitista. Um plano de urbanismo que beneficiava sobretudo os mais ricos e segregava, de uma maneira arbitrária, os londrinenses mais pobres, compelindo-os para espaços distantes do centro e privando-os de benefícios como água encanada, energia elétrica e calçamento. Em seu jornal, Marinósio engrossava o coro desses críticos e se posicionava contra a Lei. No entanto, sua opinião mudava de forma radical quando as discussões públicas sobre urbanismo envolviam o comércio da prostituição. Nesses casos, *O Combate* veiculava reportagens enérgicas nas quais defendia a completa segregação das prostitutas, incitando as autoridades policiais a removerem as “mariposas” das áreas centrais da cidade. Nos anos 1950, as campanhas visando o acantonamento das prostitutas continuavam fazendo bastante sentido. Isto porque, mesmo com a mudança da zona para a Vila Matos, muitas “mariposas” ainda trabalhavam na rua Rio Grande do Sul e arredores. Enquanto na Vila Matos as boates ficavam cada vez mais sofisticadas, exibindo grandes atrações musicais, oferecendo variedades de corpos e atraindo endinheirados, a chamada “rua do pecado” e suas circunvizinhas passaram a concentrar, sobretudo, o baixo meretrício. O *bas-fond* era exercido em botequins, pensões, pequenos bordéis e quartinhos alugados. Muitas mulheres também se dedicavam ao *trottoir*, à prostituição “rampeira”, fazendo ponto, exibindo seus corpos e caçando clientes na rua.

Em que pese os mecanismos de controle e as frequentes batidas policiais, na década de 1950, a prostituição na região da rua Rio Grande do Sul resistia firmemente. Bares e pensões “não-familiares” eram fechados pelos poderes públicos para em pouco tempo reabrirem. Mulheres eram detidas “corretivamente” pelas autoridades policiais, mas, uma vez soltas, voltavam a se prostituir em locais “impróprios”. Neste contexto, as denúncias e reclamações envolvendo a rua do pecado se avolumavam nos jornais. As campanhas promovidas pela imprensa se tornavam cada vez mais agressivas. Os jornalistas urdiam discursos coléricos utilizando termos higienistas e moralistas para desqualificar os negócios das prostitutas e cafetinas da rua Rio Grande do Sul. Via de regra, estes textos hostis terminavam exigindo das autoridades citadinas alguma providência em relação à rua do pecado – e, quase sempre, sugeriam a remoção das prostitutas para longe das áreas centrais. Na década de 1950, as reportagens contra as prostitutas da Rio Grande do Sul foram veiculadas com tanta insistência que podiam mesmo ser consideradas como um sub-gênero jornalístico local. E sobre esta problemática, pelo menos, os jornais alternativos e a *Folha de Londrina* pareciam concordar: todos eles

publicavam textos denunciando prostitutas, enumerando suas “imoralidades” e ressaltando a urgência de uma ação repressiva e segregacionista por parte da polícia. Mas entre todos estes jornais, *O Combate* foi aquele que veiculou as reportagens mais virulentas. Marinósio Filho escrevia textos muito exaltados, agressivos, nos quais atacava as prostitutas, os freqüentadores *do bas-fond* e as casas de prostituição da rua Rio Grande do Sul. Por várias vezes, usava termos higienistas para falar do tema, qualificando o baixo meretrício como um “cancro”, chamando as prostitutas de “sujas” e exigindo a “detefonização” da área. E, invariavelmente, os textos botavam em cena uma postura hiper-moralista que era utilizada para insultar, desqualificar e condenar a boêmia e as virações praticadas na rua do pecado. Entre estas inúmeras reportagens publicadas em *O Combate*, a primeira delas, intitulada “A RUA RIO GRANDE DO SUL VISTA POR DENTRO”, veiculada em outubro de 1952, pode constituir um bom exemplo.

Cumprimos preliminarmente nesta reportagem, é justo que se diga, o princípio fundamental de defender as famílias residentes na rua Rio Grande do Sul, em virtude de uma denúncia que recebemos em torno dos atentados à moral e ao pudor que freqüentemente estariam ocorrendo naquela artéria. Fomos ver de perto. Com franqueza, o diabo é muito mais feio do que foi pintado. O que vimos e o que constatamos foi tratar-se de uma rua propícia para a reunião de valentões, cachaceiros, desocupados, larápios, caftens, mulheres da vida fácil e... etc.

Uma rua desprestigiada e, sobretudo, imoral. É do nosso conhecimento e de fato constatamos, residem ali diversas famílias e casais que vivem maritalmente exigindo respeito. Vimos coisas horríveis só não deparadas por um cego, no duro, ou por conveniência... E é justamente por essas razões que estamos convictos numa atividade imediata de nossa polícia, empenhada que está numa grande e nobiliante campanha, qual seja a da moralização dos costumes.

Com referência ao fato vertente, recordamos que há alguns anos atrás, a mesma polícia quando a sua frente se encontrava

o dr. Mercer Junior numa iniciativa louvável e coberta de pleno êxito, aureolada de maiores e justos elogios, transferiu o baixo meretrício para a Vila Matos com o fim altruístico de exterminar o cancro social ali localizado.

E infelizmente, somos obrigados a registrar, denunciar e clamar por uma severa e urgente providência em torno do que ocorre na famosa rua Rio Grande do Sul. Observamos plena 23 horas, uma infeliz, desvairada, carregada nos braços de dois “gentlemen” inescrupulosos e vis, afrontando céus e terra, circunstantes, moradores e menores ali residentes. Esta decaída gritava e clamava por socorro. Aproximamo-nos e vimos uma mulher em completo estado de embriaguez, dolorosamente embriagada, quiçá, sentindo os efeitos tétricos de um cigarro de maconha ou de capsolas de seconal. Documento fiel de que o baixo meretrício, contra a vontade de nossa polícia de costumes, persiste ainda na rua Rio Grande do Sul.

Outro fato de não menos importância e que muito está concorrendo para esta situação de baixo quilate, pouca vergonha e desmoralização, são as casas de mulheres que ali existem com rótulo de “Hotéis” e “Pensões”, sem dúvida afrontoso. Nesses mesmos “hotéis” existem mulheres fichadas em nossa polícia de costumes, que à noite, após orgias onde pontificam o álcool e outros “prazeres”, em cantoria, palavrões, penduradas aos braços e “beijos” de seus gostosões, buscam pouso nos “familiarizados” hotéis e pensões que lá existem a granel.

A noite inteira perambulam delinquentes seresteiros, embriagados pela rua Rio Grande do Sul. Para rematar essa nossa primeira reportagem, não poderíamos esquecer o “cabaret” de nipônicos que ali se encontra em pleno funcionamento.

Por tudo que foi exposto, acreditamos que nossa polícia não permitirá a continuidade dessa afronta à Sociedade, achincalhe

à família, como também um desafio às autoridades competentes. Ver para crer.

São efetivamente, as madrugadas dos homens banais...<sup>210</sup>

Lendo as inúmeras reportagens similares a esta, publicadas com persistência nauseante nas páginas de *O Combate*, podemos conjecturar com certa propriedade sobre as razões pelas quais Ivan Luz, o advogado de Rafael Lamastra, se referia à “atuação” de Marinósio como sendo “pouco consentânea com os princípios da ética que a todos obriga”. De fato, estes discursos moralistas de Marinósio podem soar surpreendentes e mesmo desconcertantes quando colocados em perspectiva, quando observados de maneira contígua ao estilo de vida que ele praticava em Londrina. Afinal de contas, naqueles anos 1950, Marinósio Filho vivia a boêmia de maneira intensa e era um grande frequentador dos bares e boates do meretrício, o que incluía as chamadas “espeluncas” da rua Rio Grande do Sul. Além disso, como se sabe, Marinósio Filho era amante e morava sob o mesmo teto de Cidica, a ex-cafetina que ganhou fama e fez a vida exercendo o lenocínio precisamente nas imediações da rua do pecado. A frequência na zona e a proximidade com figuras proeminentes do meretrício, no entanto, não constrangiam Marinósio a silenciar seus discursos moralizantes. Entre os vícios que ele condenava publicamente em seu jornal e os prazeres íntimos que experimentava nas noites de boêmia havia, efetivamente, pouca diferença.

Mas Marinósio Filho não era o único na cidade a desempenhar este comportamento um tanto esquizóide. Embora ele o tenha elevado a um certo paroxismo, toda a geração de jornalistas londrinenses que atuou entre os anos 1940 e 1950 e que viveu o auge da boêmia local acabou por experimentar algo deste procedimento ambivalente. Como notou o historiador Tony Hara,

Esses jornalistas eram sensíveis à ambiguidade da vida social. Tinham o gosto pela vida mundana e simultaneamente eram representantes e defensores da vida ordeira, regrada,

---

<sup>210</sup> *O Combate*, 10/1952

trabalhadora que fazia parte do repertório do cidadão do centro [da cidade]. (...)

Debandando de lá para cá, transitando com desenvoltura da margem para o centro e do centro para a margem, os jornalistas gravitavam em torno de duas realidades paralelas e conflitantes. Eles conheceram o beabá da marginália ao mesmo tempo em que circularam entre as pessoas que faziam parte das altas rodas e esferas do poder, que também tinham seus truques e manhas para permanecerem na posição privilegiada em que se encontravam.<sup>211</sup>

Embora vivessem os prazeres da zona do meretrício e mantivessem relações com a marginália local, os jornalistas-boêmios escreviam seus textos baseados em discursos públicos comumente professados por membros das elites econômicas, políticas ou policiais (com quem também se relacionavam). Reproduzindo estes discursos, – ligados à ética do trabalho, ao moralismo cristão, às ideias higienistas e outras tendências normalizantes – os jornalistas acabavam por condenar de forma indireta as mesmas atitudes que praticavam assiduamente no cotidiano da boêmia. Entre a moralidade diurna que prescreviam a todos e as experiências que viviam na calada da noite existia uma discordância descomunal. Mas esta diferença era, até certo ponto, ofuscada pela contundência de suas críticas. Escrevendo reportagens depreciativas acerca das figuras marginais que transitavam pelos excessos e virações noturnas, os jornalistas também construíam personagens para si mesmos. Nas páginas dos jornais, o hiper-moralismo de seus textos deixava conceber a imagem de jornalistas altamente comprometidos com os valores hegemônicos. Homens cristãos, ilibados, que dedicavam sua vida à defesa da moralidade e da família londrinense. Representações de si altamente contrastantes com as práticas que exerciam rotineiramente nos bares, cabarés, prostíbulos e outros guetos da vida noturna.

De acordo com o historiador Antônio Paulo Benatte, este tipo de ambiguidade não era vivida com exclusividade pelos jornalistas da cidade. Segundo ele, na Londrina dos anos 1950, o trânsito entre ambientes e valores antagônicos marcava a experiência de muitos que se prestavam à boêmia. Em sua visão, a banalidade deste

---

<sup>211</sup> Cf. Hara (2000, p. 53)

modo de vida ambíguo e urbano chegou mesmo a constituir uma espécie de categoria social própria à cidade daquele período.

O indivíduo notívago e “dado à putaria” é definido como um tipo social que transita do mundo administrado da sociedade do centro para o mundo mais distenso das margens da cidade. (...) No lado de lá ele encontra os marginais, e por isso conhece o seu jargão. Se o boêmio, em suas aventuras noturnas, não abre mão do princípio do prazer buscado nos espaços alternativos de erotismo e ludicidade, tampouco nega, por sua adoção diuturna dos valores dominantes, o princípio da realidade que constitui o mundo da família, do trabalho, da ordem e da temperança. É como se o boêmio fosse um ser anfíbio, que transita sem grandes impedimentos entre duas regiões morais; um trãnsfuga de meio expediente.<sup>212</sup>

De fato, a ambivalência manifesta nos antigos boêmios da cidade parece mesmo ter constituído uma experiência comum, um modo de vida amplamente acatado pelos homens que frequentavam a zona do meretrício – indivíduos que defendiam os valores hegemônicos mas que não deixavam de praticar aquilo que condenavam. No caso dos jornalistas-boêmios, no entanto, esta ambiguidade socialmente disseminada parecia encontrar motivações particulares bem precisas. Neste sentido, o próprio Marinósio Filho constitui um bom exemplo. Sua condição permite entrever que, em última instância, eram os interesses pessoais que verdadeiramente motivavam os discursos jornalísticos hiper-moralistas. A defesa da família, a postura higienista, a desqualificação moral dos marginais: todo este arcabouço discursivo hegemônico era utilizado de maneira instrumental pelo jornalista. Marinósio Filho se apropriava destes lugares discursivos legitimados pelo senso comum para, ao fim e ao cabo, defender interesses exclusivamente pessoais. A veemente defesa da moralidade pública e de outros valores sociais funcionava, na realidade, como um grande álibi. Ao comentar sobre as campanhas anti-prostituição

---

<sup>212</sup> Benatte (1997, p. 180)

veiculadas em *O Combate* durante a década de 1950, Edison Maschio, jornalista que privou da amizade de Marinósio, procurou explicar por qual razão seu colega estava interessado na completa extinção do meretrício na rua Rio Grande do Sul.

Acontece o seguinte. Vou explicar um fato particular pra você. O Marinósio vivia com a dona Maria Placidina Prens. A famosa Cidica, que foi uma das primeiras cafetinas da cidade. Depois ela abandonou [o lenocínio], e etc. (...) E a Cidica tinha uma série de propriedades na rua Rio Grande do Sul e na rua Maranhão. (...) Naquela região havia duas quadras inteiras que eram só dela. Propriedades dela. E claro que com o crescimento da cidade havia um interesse em eliminar os focos de prostituição. O interesse era das autoridades mas também de gente que tinha propriedade ali perto. Compreendeu? Foi por isto que o Marinósio começou a fazer estas reportagens atacando a prostituição e etc...<sup>213</sup>

Como deixa claro o depoimento de Edison Maschio, Marinósio Filho tinha no combate ao meretrício da rua Rio Grande do Sul um interesse financeiro particular. Segundo Maschio, Cidica possuía diversas propriedades na região da rua do pecado. Imóveis que se encontravam desvalorizados por estarem situados em uma zona “decaída”, em um foco de baixa prostituição. Uma área de depreciação imobiliária mas que, por estar geograficamente próxima ao centro da cidade, possuía grande potencial de valorização. Por isto, em certo sentido, as reportagens de Marinósio Filho contra a prostituição na rua Rio Grande do Sul funcionavam como um ardiloso expediente de especulação imobiliária. O que Marinósio almejava era mobilizar a opinião pública e principalmente as autoridades municipais para que elas interviessem no “problema” envolvendo a rua do pecado. Afinal de contas, com o afastamento das prostitutas, os imóveis de sua amante seriam amplamente valorizados. Assim, ao defender ideias higienistas e segregacionistas, na realidade Marinósio intercedia em causa própria. Aproveitando-se de um léxico próprio ao discurso da moral hegemônica, advogando

---

<sup>213</sup> Depoimento oral coletado por Antonio Paulo Bennate e Allan Sandro Perez, 19/08/1993

em uma suposta defesa do bem coletivo, Marinósio procurava defender seus interesses financeiros particulares. Exercendo de maneira subliminar um jornalismo altamente personalista, o jornalista tentava incitar os poderes citadinos – e principalmente a polícia – a intensificar a repressão às prostitutas da rua Rio Grande do Sul.

O tom com que Marinósio cobrava ações por parte dos policiais dependia, entretanto, da qualidade da relação que se estabelecia entre ele e as autoridades locais. Nos primeiros anos da década de 1950, o cargo de delegado em Londrina foi ocupado por Ladislau Bukowski Filho. Neste período, a relação entre Marinósio e a polícia londrinense parecia ser calma, e *O Combate* demonstrava cumplicidade com o poder. Durante a gestão Bukowski, as cobranças em relação à situação da rua Rio Grande do Sul eram feitas de forma branda, sem grandes arroubos críticos ou agressividade, e eram compensadas com matérias elogiosas, que louvavam as ações encabeçadas pelo delegado. Inúmeras vezes *O Combate* enalteceu, por exemplo, a iniciativa de Bukowski em organizar a fundação do Albergue Noturno de Londrina.

Mas tudo mudou a partir de novembro de 1952. Naquela data Bukowski foi transferido da cidade, e para o seu lugar foi nomeado Walfrido de Miranda Assy. O novo delegado vinha de Curitiba, onde havia o comando o DEOPS/PR durante a Guerra de Porecatu. Com a chegada de Assy à cidade, a relação entre Marinósio Filho e a polícia local mudou drasticamente. Entre Assy e Marinósio surgia um clima de hostilidade que em pouco tempo resultaria em uma franca inimizade. Nesta época, as críticas em *O Combate* a respeito da negligência da polícia em relação à rua Rio Grande do Sul ficaram mais contundentes. E Miranda Assy tornou-se alvo de inúmeros ataques.



Mas justamente quando a relação entre o jornalista e o novo delegado começava a dar sinais de um grande conflito, uma notícia inesperada pegou Marinósio de surpresa. Em fevereiro de 1953, a marchinha *Cachaça Não É Água* estourou no Rio de Janeiro. Nas vozes de Carmen Costa e Colé Santana, a música tornou-se a mais tocada nos bailes de carnaval daquele ano. Mas Marinósio não sabia daquela gravação e sequer figurava como compositor, deixando de receber uma bolada em direitos autorais. Ao ouvir *Cachaça* tocando no rádio – uma música que ele havia gravado há oito anos atrás –, Marinósio não teve dúvidas. Juntou os discos da Sondor e partiu para o Rio de Janeiro. Lá procurou a União Brasileira de Compositores, que

na época era dirigida por Ataulfo Alves. No dia 13 de fevereiro, o jornal *A Manhã* publicaria a manchete: “Entrou Água no Alambique – Cachaça é plágio e está dando o que falar”. No mesmo dia, o *Última Hora* também repercutiria a denúncia de Marinósio entrevistando dois dos plagiadores. O primeiro, Heber Lobato, foi taxativo: “Nunca estive no Uruguai e nem em Londrina, e – acrescentou – se a música é parecida o azar é de Marinósio”. O outro, Lúcio de Castro, defendeu-se da acusação de plágio dizendo que o tal Marinósio era um oportunista, alguém tentando se aproveitar do sucesso da marchinha para ganhar dinheiro: “Deve ser um louco”.

Mas as tentativas de defesa dos plagiadores não funcionaram. Afinal de contas Marinósio estava munido das gravações que havia feito no Uruguai e de outros documentos que comprovavam sua autoria. Entre as partes interessadas seria feito um acordo, um arreglo mediado por Ataulfo Alves. Sessenta por cento de todo o lucro oriundo da marchinha ficaria com Marinósio. Quinze por cento iria para Heber Lobato e outros quinze por cento para Lúcio de Castro. De acordo com Marinósio, a porcentagem era justa, pois os dois haviam alterado para melhor a segunda estrofe da canção. O restante dos lucros da marchinha ficaria com o próprio Ataulfo Alves, que a partir de então representaria os direitos autorais da música por meio de sua empresa, a Copacabana Musical Ltda. Um terceiro plagiador, chamado Mirabeau, ficaria de fora da partilha. De acordo com o *Última Hora*, a marchinha renderia 120.000 cruzeiros para Marinósio só naquele carnaval. Isto sem contar um prêmio de 20.000 cruzeiros que ele também arrematou: naquele ano, *Cachaça Não É Água* ganhou o tradicional concurso de marchinhas promovido pela prefeitura do Rio.

O sucesso tardio de *Cachaça* e os contatos que Marinósio arranhou na capital federal fariam com que ele voltasse a insistir na carreira musical. Em abril de 1953, Marinósio anunciou nos jornais cariocas a gravação de uma nova composição sua: o baião *Sôdade Leva Eu*. De acordo com os jornais da época, a canção seria registrada pela voz do músico Blecaute. Esta gravação parece nunca ter acontecido, mas *Sôdade Leva Eu* de fato seria gravada tempos mais tarde, em 1959, por um conjunto chamado Vocalistas Modernos. Outra tentativa musical de Marinósio foi registrada pelo jornal *Última Hora*, em outubro de 1954. Nesta edição, uma reportagem anunciava que Marinósio Filho e Murilo Caldas (irmão de Silvio Caldas que Marinósio teria conhecido nas noites do meretrício londrinense) estavam preparando uma marchinha para o carnaval de 1955: “Tem mumunha nesse treco”. A letra da canção, reproduzida pelo jornal, começava com a seguinte estrofe: “Tem mumunha neste treco / tem mumunha, já se vê / o jacu não tinha nada / como foi enriquecer?”.

Mas embora Marinósio não tenha conseguido emplacar mais nenhum outro sucesso à altura de *Cachaça Não É Água*, a vivência no Rio de Janeiro se revelaria proveitosa para sua carreira jornalística. A partir de junho de 1953, Marinósio passaria a atuar como repórter correspondente do *Última Hora* carioca. Ele escreveria para o órgão por dois anos consecutivos, produzindo reportagens relativas ao norte do Paraná mas também algumas matérias baseadas em Salvador. Entre estes artigos, um dos mais curiosos conta a história de Booker Pittman, famoso saxofonista norte-americano dado como morto mas que vivia sob o alcoolismo e o anonimato na cidade de Cornélio Procópio, vizinha a Londrina.

Escrevendo para o *Última Hora*, sendo financiado por Moisés Lupión e recebendo pelos direitos da marchinha, Marinósio Filho vivia uma ótima fase financeira. O dinheiro era usado sobretudo para pagar os excessos da boêmia. Marinósio redobrava a frequência na zona, bebia muito e passava dias na rua, sem aparecer em casa. Fretava aviões e bancava viagens com seus amigos para o Rio de Janeiro e Salvador. Também ia muito à capital do estado, e era um assíduo frequentador do cabaré curitibano La Vie en Rose. Em meados da década de 1950, comprou um Cadillac e construiu uma casa para Dulce de Almeida e Marinósio Neto. Neste período, todo o dinheiro que entrava era gasto imediatamente, sem preocupações com o acúmulo ou com a ética da poupança. De acordo com Edison Maschio, a dissipação era uma característica comum aos jornalistas-boêmios que participaram da imprensa alternativa londrinense. Segundo ele, de forma genérica, estes jornalistas “ganhavam dinheiro, mas levavam uma vida de perdulários e dissipavam seus ganhos em viagens e farras nas boates de Londrina, Curitiba ou São Paulo”. Na metade dos anos 1950, Marinósio Filho experimentaria esta característica de sua geração de maneira exacerbada. E no auge da dissipação se entregaria ao estilo de vida boêmio de forma definitiva, para jamais abandoná-lo. No mesmo período, o álcool também se consolidaria como seu companheiro permanente, irrenunciável até o fim da vida.



Mas em meio à euforia boêmia, à vigorosa ebriedade e o esbanjamento sem freios, Marinósio ainda teria de se ver com o delegado Miranda Assy, com quem protagonizaria um duro embate. Ainda em 1953, os dois elevariam a mútua antipatia ao fastígio. Nas páginas de *O Combate*, Marinósio publicava textos extremamente agressivos contra o delegado, parecendo transmudar o furor de sua vida boemia em

uma violência igualmente excitada. Décadas mais tarde, Marinósio relataria, obviamente sob seu ponto de vista, a conturbada chegada de Miranda Assy à cidade:

Miranda Assy era temido. Os jornais do Paraná tinham Miranda como notícia “doce de coco”. Miranda Assy era cruel, mas competente. O Chefe de Polícia, face aos tremendos abusos e casos de Miranda, na capital do Estado, transferiu-o para Londrina.

A nomeação não foi vista com bons olhos pelas classes representativas do município. Seus antecedentes apontavam-no como atrabiliário, homem violento. Apesar dos pesares, porém, Miranda Assy era apontado no seu meio como competente. “Tinha faro de cachorro policial”.

E Miranda chegou a Londrina. Na sua bagagem, a experiência de muitos anos de policial. Como apresentação, as barbaridades que cometera em Curitiba, seviciando presos, espancando mulheres, raspando a cabeça de jovens e torturando cambista de jogo do bicho.

Aqui, a primeira medida de Miranda foi proibir as da “vida fácil” de circularem pelo centro urbano. Depois, fechou o jogo do bicho. Prendeu o banqueiro, Oscarzinho. Cambistas também foram presos. Muita violência. A cidade começou a ficar temerosa. “O homem tinha o diabo no corpo”. A imprensa dizia das arbitrariedades.

Miranda Assy não gostava de críticas e tinha por hábito mandar bilhetinhos para as redações dos jornais advertindo sobre as expressões das notas. Então, criou-se um ambiente hostil. (...)

Seu temperamento neurastênico, talvez pelas horas mal dormidas e consecutivas diligências, fez com que Miranda abrisse guerra a muitos setores da cidade. Era guerra. Havia começado.<sup>214</sup>

---

<sup>214</sup> Marinósio Filho (2013, p. 53)

Sobre o motivo de sua briga particular com Miranda Assy, Marinósio contaria a seguinte versão:

Eu sempre ia a Curitiba e uma vez assisti a uma barbaridade. Um delegado [Miranda Assy] prendeu um rapaz que gostava de uma bailarina de cabaré. Raspou a cabeça do rapaz. Resultado: quando vi o rapaz de coco pelado, perguntei: menino, que foi isto? Ele contou a história. Vim pra Londrina e pau no delegado: “uma barbaridade”! Quando voltei pra Curitiba, este homem começou a me olhar atravessado. Dei pouca importância. Porém, tive a infelicidade de, mais tarde, este homem ser destacado para servir em Londrina. Veio. A primeira nota foi de pêsames a Londrina, que recebia um delegado com estes antecedentes, arbitrário, violento. (...) Então, ele mandou me chamar. Não atendi. Veio a segunda intimação. Não atendi. Procurei o Juiz e contei: este delegado é assim, assim, qualquer coisa estou à disposição do senhor, aqui em juízo. Daí começou a briga. Eu sabia que ele não gostava de jogo do bicho, lá em Curitiba ele aporrinhou muita gente e tal. E aqui começou. Primeira coisa que delegado na época fazia era: bordel só podia funcionar até a meia-noite e não vender bebidas alcoólicas; mulher não pode sair na rua; casa de jogo, fechada. Mas que diabo que todo delegado faz estes negócios. Concluí que isto faz parte do mandamento, do catecismo, isto significa aumento de taxas. E denunciei. Criei um caso danado com este homem, o Miranda Assy. Ele botou até capanga pra me matar.<sup>215</sup>

---

<sup>215</sup> Bom Domingo, 09/1978

De fato, a primeira crítica de Marinósio contra Miranda Assy dizia respeito às supostas arbitrariedades do delegado. Na edição de novembro de 1952, *O Combate* publicou uma notinha intitulada “Em torno da Repressão à Jogatina”. Em certo trecho, o jornal afirmava:

[Miranda Assy] promove verdadeiros distúrbios invadindo estabelecimentos comerciais, por vagas suspeitas de que nos mesmos existem bancas do chamado “jogo do bicho” sem sentir que assim, falhados os seus propósitos flagrantes, atenta contra o conceito do comércio normal e honesto que passa pelo vexame de semelhantes frustrantes e escandalosas batidas.<sup>216</sup>

Na mesma nota, Marinósio ainda afirmava que enquanto o delegado enchia “os xadrezes de inocentes” e botava em prática suas batidas inúteis, “o bingo e o pif-paf comiam soltos em edifícios situados às barbas da polícia”. As críticas, já bastante contundentes, parecem ter se tornado mais exaltadas com o passar do tempo. Infelizmente os exemplares de *O Combate* publicados no auge da briga entre Marinósio e Miranda Assy não estão disponíveis para consulta. Pelo que parece, Marinósio preferiu não doar as edições veiculadas neste período para nenhum arquivo público, ao contrário do que fez com a maior parte de seu acervo. No entanto, no livro *Dos Porões da Delegacia de Polícia* o jornalista reproduziu uma destas edições perdidas de *O Combate*, e com isso forneceu uma ideia do tom empregado em suas campanhas contra Assy. No exemplar em questão, sem data, Marinósio chamava Miranda Assy de “patife”, “ladrão contumaz e vulgar”, um “marginal da pior espécie” que havia transformado “a delegacia de Londrina em um manicômio”. Insultos altamente desmoralizadores que, sem sombra de dúvidas, abria precedentes para uma inimizade declarada.

Além das críticas corriqueiras, outro fato responsável por despertar a ira de Miranda Assy foram os rumores, propagados por Marinósio, de que ele estaria envolvido em um esquema de comércio ilegal de armamentos. De acordo o boato, Assy fazia parte de uma quadrilha que desviava armas originalmente pertencentes aos

---

<sup>216</sup> *O Combate*, 11/1952.

exércitos brasileiro e paraguaio. Segundo Marinósio, Miranda Assy teria ficado sabendo que *O Combate* planejava publicar esta polêmica denúncia, e fez de tudo para impedir que isso acontecesse.

[Miranda Assy] Enlouqueceu! Pediu ao seu advogado [Benedito Meneleu de Carvalho] que trouxesse uma proposta ao diretor do jornal. Pagaria cem contos de réis pela edição. Óbvio que foi repelida e denunciada. Fracassado o plano, apelou pra mais uma violência. Sabendo que “O Combate” era impresso em Ibiporã, na oficina de “A Voz do Norte”, de Floriano Mendes, e que circularia na segunda-feira, mandou vários agentes de polícia para apreender os jornais. Acontece que dado a um compromisso de Floriano, a edição fora entregue no domingo. À noite, toda a turma já trabalhava na expedição. Segunda-feira, cedinho, Miranda e seus asseclas rumaram para Ibiporã. Tal não foi a surpresa ao saberem que a edição havia sido entregue na véspera. Enraivecido retornou à Londrina e deparou com “O Combate” em todas as bancas.<sup>217</sup>

De acordo com Marinósio, a denúncia de *O Combate* deflagrou a vinda de uma comissão de investigação especial à Londrina. A junta, segundo ele, tinha o objetivo de inquirir Miranda Assy a respeito do escândalo divulgado pelo jornal. Entre os homens destacados para esta investigação estava o já conhecido Bukowski Filho e o major Santa Rita, integrante do Exército Brasileiro. No livro *Dos Porões da Delegacia de Polícia*, Marinósio afirmou que a vinda da comissão resultou na apreensão de inúmeras armas calibre 45, “inclusive em poder do próprio delegado Walfrido Miranda Assy. O inquérito, no entanto, desapareceu. Ninguém mais deu notícias”<sup>218</sup>.

Entre provocações, xingamentos, desmoralizações públicas e incriminações, Miranda Assy não deixaria de acionar seus poderes contra Marinósio Filho. Em setembro de 1953, o delegado instaurou um inquérito policial com o objetivo investigar uma denúncia oferecida por um italiano de nome Nereu Otávio, proprietário do Hotel e

---

<sup>217</sup> Marinósio Filho e Marinósio Neto (1991, p. 148)

<sup>218</sup> Marinósio Filho (2013, p. 56)

Restaurante Universal. Nereu havia comparecido à delegacia para relatar um caso envolvendo Marinósio Filho – segundo ele, o jornalista estaria tentando extorqui-lo por meio de ameaças e chantagens.

Em depoimento à polícia, Nereu contou que a história toda teria começado em julho daquele mesmo ano. Naquela ocasião, duas de suas hóspedes foram detidas por estarem se comportando “de modo inconveniente” nas dependências do hotel. Poucos dias após a detenção das duas mulheres – possivelmente prostitutas –, Marinósio Filho compareceu ao Hotel Universal procurando por Nereu. Apresentou-se como diretor do jornal *O Combate* e disse estar interessado em publicar um texto elogioso a respeito do hotel. Perguntado, informou o preço cobrado por aquele serviço: dois mil cruzeiros. Com a negativa de Nereu, Marinósio abriu o jogo: caso ele realmente se negasse a pagar aquela quantia, o jornalista publicaria matérias “contrárias ao interesse do hotel, desmoralizando-o”. Marinósio afirmou estar em posse de informações comprometedoras, e mencionou o caso das duas mulheres detidas no hotel. Além disso, mostrou a Nereu um exemplar de *O Combate* no qual um restaurante de nome Parroni, “ou algo semelhante”, era alvo de severas críticas do jornal. Marinósio ameaçou, dizendo que podia acontecer o mesmo com o hotel caso Nereu não lhe desse os dois mil cruzeiros. Amedrontado, o hoteleiro concordou em pagar o valor e, estando sem dinheiro, foi obrigado por Marinósio a assinar duas notas de crédito no valor de mil cruzeiros cada uma. Nereu, indignado com o procedimento do jornalista, procurou Miranda Assy, a quem contou a história. Estava instaurado o inquérito.<sup>219</sup>

Quase um mês após ter dado esse primeiro depoimento, Nereu retornou à polícia para contar mais novidades sobre o caso. Disse que Marinósio havia comparecido novamente ao hotel, desta vez para cobrar o primeiro dos títulos. Mas Nereu se negou a pagar, dizendo que não havia lido em *O Combate* nenhuma publicação elogiosa ao Hotel Universal. Além disso, informou a Marinósio que a polícia já estava sabendo do ocorrido, e que não tardaria a agir. Marinósio, assustado, não insistiu na cobrança e deixou o hotel. Dias depois, Nereu recebeu em seu estabelecimento uma edição de *O Combate* na qual constava um anúncio do Hotel Universal. Segundo ele, Marinósio tinha ficado com medo da queixa apresentada à polícia e quis “eximir-se da culpa, publicando um pequeno anúncio”.

---

<sup>219</sup> Informações disponíveis no processo-crime nºA/C 215/53. Disponível no Centro de Documentação e Pesquisa Histórica da Universidade Estadual de Londrina.

No dia seguinte a este segundo depoimento, duas testemunhas compareceriam à delegacia para depor frente a Miranda Assy: Jadir de Azevedo Souza, comerciante, e Geraldo Simões, oficial de justiça – ambos moradores do Hotel Universal. Em seus depoimentos, os dois hóspedes colocaram em cena um novo personagem: um picareta de anúncios chamado Ademário Lacerda. Segundo eles, na mesma noite em que as duas mulheres foram detidas no Hotel Universal, Ademário foi até lá para averiguar o que tinha ocorrido, em uma tentativa de obter informações comprometedoras. Jadir e Geraldo foram claros: o picareta tinha comparecido ao hotel a mando de Marinósio, que queria “tomar o dinheiro do italiano”. As conclusões dos dois depoentes a respeito de Marinósio Filho também eram igualmente consoantes – a oitiva de Geraldo Simões terminava assim: “o depoente sabe, por ouvir dizer, que Marinósio é costumeiro em extorsões dessa espécie, obtendo dinheiro mediante ameaça”. De forma semelhante e um pouco mais taxativa terminavam as declarações de Jadir: “o depoente sabe, como todos, que Marinósio Trigueiros, proprietário do jornal *O Combate*, vive exclusivamente de extorsões, ameaçando todo mundo para ‘tomar dinheiro’”.

Em 11 de setembro de 1953, no mesmo dia em que Miranda Assy recolheu esses depoimentos incriminadores, Marinósio Filho também compareceu à delegacia. Ele foi convocado pelo delegado para se defender diante das acusações de Nereu. No entanto, na delegacia, o jornalista se recusou a falar. A cada pergunta feita por Miranda Assy, Marinósio replicou com a mesma frase feita: “responderia essa pergunta caso fosse chamado em juízo”. Cara a cara com o delegado, interrogado por ele e por seu escrivão, Marinósio manteve-se impassível e não cedeu às pressões. Foi embora sem dizer nada que pudesse comprometê-lo. No entanto, Miranda Assy julgava já ter material suficiente para iniciar um processo-crime. Por isto, encaminhou o relatório do inquérito ao promotor Eros Nascimento Gradowski. Sem dar nenhuma justificativa, no dia 5 de novembro de 1953, o promotor assinou um documento recusando a denúncia. No entanto, tempos mais tarde, em abril de 1954, o juiz Guilherme da Mota Correia resolveu abrir o processo. Intimou Marinósio para uma oitiva, já que ele havia afirmado que responderia às perguntas “caso fosse chamado em juízo”.

Diante do juiz, Marinósio negou ter participado de qualquer tentativa de extorsão. Disse nunca ter comparecido ao Hotel Universal. Afirmou conhecer Nereu Otávio há pouco tempo, e mesmo assim, apenas de vista. Alegou ainda que de fato o corretor Ademário Lacerda trabalhava para ele, mas que fora despedido em agosto de 1953. Por fim, disse ao juiz que tinha conhecimento de que Lacerda havia vendido

anúncios de *O Combate* para Nereu, e que, na realidade, os dois títulos de crédito mencionados no inquérito deviam simplesmente corresponder a esta transação. Satisfeito, Guilherme da Mota Correia não lhe perguntou mais nada. Uma semana depois, escreveu a sentença do próprio punho. Nela, de maneira ligeira e quase desleixada, considerou que, por falta de provas, o caso não tipificava extorsão. Marinósio foi inocentado e em maio de 1954 o processo foi arquivado.

Mas este não seria o único processo-crime a acusar Marinósio Filho por extorsão. De acordo com ele próprio, Miranda Assy ainda “forjaria” outros dez inquéritos policiais: “O Miranda Assy intimava os anunciantes do meu jornal e lá, sob pressão ou insinuação, obrigava meus clientes a declararem que sofreram pressões para anunciar, e queria caracterizar isto como extorsão”<sup>220</sup>. Vários destes inquéritos instaurados por Assy resultariam em processos, mas infelizmente nenhum deles encontra-se disponível para consulta no arquivo do Fórum da Comarca de Londrina. O único documento que diz respeito a esta leva de inquéritos menciona, de passagem, que em um deles Marinósio foi acusado de tentar extorquir diversos comerciantes de origem japonesa. No documento, Marinósio aparece chantageando nipônicos “sob o pretexto de causar a eles prejuízos, por meio da imprensa, caso não lhe fornecessem quantias em dinheiro, a título de publicidade”.

Pelo que consta, Marinósio Filho foi inocentado em todas as acusações de extorsão. Em setembro de 1955 ele chegou a publicar em *O Combate* um pequeno texto no qual comemorava o arquivamento do último desses processos. A matéria, intitulada “Calar-se-ão os canalhas”, fazia críticas a Miranda Assy e terminava dizendo:

Foi justamente este arbitrário policial, que em represália às reportagens que publicávamos, criticando a famigerada gestão que, na calada da noite, com a colaboração de dois ou três de seus cupinchas, maquiavelicamente forjou uma dúzia de inquéritos contra a pessoa do diretor deste órgão. A ausência de fundamentos e a falta total de provas convincentes fez com que, um a um, na justiça seguissem o caminho da lei, para no arquivamento robustecerem tudo quando dizíamos do hilariante rapaz.<sup>221</sup>

<sup>220</sup> Depoimento oral em áudio gravado por Marinósio Filho. Sem data. Arquivo familiar.

<sup>221</sup> *O Combate*, 09/55

Mas mesmo que nenhuma acusação de extorsão tenha sido comprovada, na cidade, Marinósio Filho acabou por ganhar fama de achacador – uma reputação que o acompanharia até o fim da vida e que ainda hoje ecoa na memória dos velhos jornalistas. Se analisadas sob a luz desta má reputação, de fato, muitas matérias publicadas em *O Combate* podem ser consideradas suspeitas. Em várias ocasiões, Marinósio veiculou reportagens difamatórias nas quais esculachava publicamente – e sem nenhum motivo aparente – diversos bares, restaurantes e hotéis da cidade. Na edição de *O Combate* datada de janeiro de 1953 (pouco antes do início dos inquéritos movidos por Assy), por exemplo, quatro estabelecimentos são atacados de forma bastante violenta: os hotéis Triunfo, Aliança, América e o Restaurante Roma. As críticas, de forma geral, apontam estes lugares como sendo pontos de prostituição, acusam-nos de sujos, e por fim, pedem providências das autoridades policiais e sanitárias. Na edição de julho do mesmo ano, outras duas matérias foram dedicadas ao mesmo tipo de expediente. A primeira delas, intitulada “Churrasco que provoca cólicas”, procurava difamar um restaurante pertencente a um imigrante japonês: segundo o texto, o proprietário não cumpria as exigências da Saúde Pública e servia carnes estragadas, que faziam mal aos consumidores. A segunda matéria difamava o Restaurante Colombo, de propriedade de um italiano de nome Perroni (o mesmo mencionado por Nereu Otávio no processo-crime). No texto, Marinósio dizia que o restaurante servia alimentos mal cheirosos, e por um preço abusivo. Não deixava ainda de desqualificar o próprio Perroni, caracterizando-o, entre outras coisas, como um “alcoólatra-mor”. Ataques que, por sua aparente gratuidade, deviam reafirmar a má fama de Marinósio, colocando-o novamente sob o estigma de achacador.



Mas as ações de Miranda Assy contra Marinósio Filho não se limitaram às acusações de achaque. Além dos onze processos por extorsão, o delegado ainda conseguiria levar mais um litigo ao tribunal: desta vez, por atentado ao pudor público<sup>222</sup>. A história desse processo-crime começou no dia 19 de novembro de 1953. Nessa data, Marinósio Filho encontrou seus colegas Edison Maschio e Dicesar

---

<sup>222</sup> Informações disponíveis no processo-crime nº A/C 2445. Disponível no Centro de Documentação e Pesquisa Histórica da Universidade Estadual de Londrina.

Plaisant Filho no Bar Guarani, na Avenida Paraná. Os três sentaram para beber e colocar as novidades em dia. Após muitas conversas e várias rodadas de bebidas, às cinco e meia da tarde, resolveram partir. Marinósio, embriagado e já trôpego, saiu do bar amparado por seus amigos. Ficou com vontade de urinar e, sem muita hesitação, resolveu fazê-lo ali mesmo. Naquele horário, na principal avenida da cidade, o movimento era intenso. Um dos transeuntes se sentiu incomodado ao ver Marinósio urinando na calçada em meio àquele grande fluxo de pessoas, e resolveu ligar para a polícia. Na delegacia, Miranda Assy destacou um de seus homens para atender a ocorrência. O agente foi até a avenida Paraná, mas os três jornalistas já tinham ido embora. No Bar Guarani informaram ao policial que Marinósio encontrava-se no Bar Líder, à rua Rio de Janeiro. O guarda resolveu verificar e, de fato, encontrou Marinósio sentado ao balcão do bar. Aproximou-se e ordenou ao jornalista que o acompanhasse até a delegacia. Marinósio se recusou. Mas, mesmo sob protestos, por fim, o agente conseguiu conduzir Marinósio até a presença de Miranda Assy. Na delegacia, o escrivão redigiu: “em estado de embriaguez alcoólica, [Marinósio Filho] praticou ato obsceno em lugar público, exibindo seu membro viril e urinando, às vistas dos transeuntes, no passeio fronteiro ao Bar Guarani”. Na seção da ficha policial dedicada às “informações sobre a vida pregressa”, o escrivão preencheu:

Vícios que possui: embriaguês – embriaga-se constantemente – fuma, e quanto aos costumes é contumaz frequentador de lupanares e se dá a mancebia. (...)

Outras informações: é contumaz em desacatar autoridades, por palavras e por escritos públicos e particularmente. Contra estabelecimentos comerciais já tem feito devassas em desprestígio à pessoa.<sup>223</sup>

No inquérito, além destas informações que tencionavam a desqualificação moral de Marinósio, o escrivão também fez questão de registrar a forma insolente com que ele se dirigia aos policiais: “o conduzido se revoltou publicamente nesta Delegacia e proferiu desacatos a todas as autoridades e funcionários. O desacato consistiu em palavras obscenas, desrespeito e desatenção a todos”. De acordo com o escrivão,

---

<sup>223</sup> Processo-crime nº A/C 2244.

Marinósio desacatava não apenas os policiais, mas também autoridades ligadas ao poder judiciário: “completamente embriagado, dizia aos berros: ‘NÃO TENHO SATISFAÇÕES A DAR A PROMOTOR OU DELEGADO OU QUEM QUER QUE SEJA’”. Obviamente irritado, Miranda Assy resolveu recolher Marinósio ao xadrez. Ele ficaria de molho em uma das celas da delegacia durante quatro dias. Só depois disso é que o delegado arbitrou a fiança: mil cruzeiros, que foram prontamente pagos por Marinósio.

Mas os esforços aplicados pelo escrivão para chamar a atenção do promotor acabaram por funcionar. O Ministério Público resolveu abrir um processo-crime por atentado ao pudor, e Marinósio foi convocado para depor em juízo. Diante do juiz, contou sua história. Disse que, naquele dia no Bar Guarani, encontrava-se convalescendo de uma grave lesão na bexiga. Segundo Marinósio, o ferimento havia ocorrido durante uma briga de bar: na ocasião, um tal José Vieira de Barros o teria agredido com uma facada na barriga. Por causa desse ferimento, andava sentindo incontroláveis vontades de urinar. E justamente no dia da ocorrência policial, uma destas vontades o pegou de surpresa assim que saía do Bar Guarani. Foi por isto que “viu-se obrigado, a contragosto, a urinar junto à parede, amparado por Dicesar Plaisant Filho e Edison Maschio”. Mas além de justificar a razão de seu “atentado ao pudor”, Marinósio fez questão de deixar claro ao juiz por que, em sua opinião, aquele episódio banal havia resultado em um processo-crime: “unicamente em virtude da tremenda perseguição que lhe move há muito tempo o Del. Miranda Assy; como represália a reportagens que tem feito no seu jornal *O Combate* criticando a ação dessa autoridade”. Mesmo tendo obtido a confissão do réu, o juiz resolveu não condená-lo. De alguma forma, novamente, Marinósio conseguia ser absolvido e ainda receber de volta os mil cruzeiros que havia pago pela fiança.



A inimizade entre Marinósio Filho e Miranda Assy chegaria mesmo a deflagrar discussões na câmara de vereadores da cidade. No dia 14 de março de 1954, o então vereador Rafael Lamastra, antigo desafeto de Marinósio, resolveu tomar partido na briga entre ele e o delegado. Naquele dia Lamastra pretendia levar ao plenário uma moção em defesa de Miranda Assy. A ideia do udenista era oferecer, em nome da câmara, um “voto de confiança” ao delegado. Na prática, isto significava dizer que os vereadores da cidade se posicionariam oficialmente a favor de Assy, desabonando, desta forma, as severas críticas que Marinósio Filho publicava rotineiramente em *O*

*Combate*. A manobra de Lamastra teria, no entanto, de ser aprovada em votação pela maioria dos vereadores. Dias antes, a *Folha de Londrina* divulgou a pauta para aquela sessão da câmara, e entre as atividades agendadas constava a moção de Rafael Lamastra a favor de Assy. Marinósio leu a notícia na *Folha*. Em reação, prontamente redigiu um ofício e o encaminhou à câmara. O texto concebido por Marinósio foi reproduzido na *Gazeta do Norte* do dia 17 de março de 1955:

De acordo com a ata da sessão do dia 11 p.p., publicada na imprensa local, tomei conhecimento de que hoje, na presente sessão, será discutido e votado, um requerimento que pede à Casa um “voto de confiança” para o titular da 13ª Regional de Polícia, Snr. Walfrido Miranda Assy.

Por tratar-se de um fato de suma gravidade, o que denunciei, através do órgão de imprensa que dirijo, “O COMBATE”, cuja denúncia mereceu transcrição em outros órgãos da capital do Estado, nesta oportunidade. Snrs. Vereadores, venho ratificar a denúncia, “ipsis literis”, perante esta Casa.

Adianto, também, que o fato já é do conhecimento do Exmo. Snr. Ministro da Guerra e outras autoridades federais, as quais, tudo indica, pronunciar-se-ão, oportunamente. Perante esta Casa, que representa o Município de Londrina, estou presente, neste ofício, para confirmar, assegurar, ratificar, asseverar, garantir e declarar-me responsável pela denúncia, solicitando a esta Egregia Camara, se possível, encaminhá-la ao poder competente, para que se apure a veracidade do fato. Este é justamente, o meu propósito e o objetivo de “O Combate”, para que não pairem dúvidas e os mais apressados se calem.

Tais considerações, nobres vereadores, se tornam necessárias, para que esta Egregia Camara que tem sido a encarnação da Democracia, da Decência e da Honradez, não venha, por interesses subalternos de outrem, ser maculada, na sua conduta, até os dias atuais, inatacável o que orgulha e honra um povo. (...)

Marinósio Filho – Diretor de O Combate <sup>224</sup>

No fatídico dia 14 de março de 1953, durante a sessão da câmara, antes que a votação proposta por Lamastra viesse à baila, o vereador Alberto Zortéa foi à tribuna e solicitou o seu adiamento. Zortéa baseava-se no ofício enviado por Marinósio Filho e argumentou que “seria de bom aviso aguardar os próximos acontecimentos antes de se aprovar o voto de confiança em debate”. O requerimento de Zortéa sofreu os protestos de Rafael Lamastra: “o Sr. Marinósio Filho não tem moral para fazer o que faz!”. De acordo com a *Gazeta do Norte*, o que se seguiu foi “uma das mais agitadas reuniões que se tem conhecimento desde os primórdios da instalação da câmara de vereadores”. A acalorada discussão foi animada por Lamastra, que afirmava serem falsas as acusações a respeito da venda de armamentos ilegais envolvendo Miranda Assy. Ainda segundo o vereador, Marinósio mentia nos jornais ao afirmar que existiam inquéritos investigando o suposto crime do delegado. A agitação em torno do assunto fez com que a presidência da câmara resolvesse, por bem, adiar a votação para a próxima sessão.

Por fim, no encontro seguinte, a proposta de Lamastra foi colocada em votação e, aparentemente sem muito alarde, foi aprovada quase que unanimemente pelos vereadores. O esfriamento da polêmica deveu-se a uma reviravolta envolvendo Assy. Entre o adiamento da votação e a aprovação do voto de confiança, o delegado publicou uma carta aberta na *Folha de Londrina* na qual anunciava sua transferência da cidade. Por “motivos de ordem pessoal”, em poucos dias, deixaria Londrina para assumir a delegacia de Ponta Grossa. Assim, o voto de confiança da câmara passava a funcionar mais como um índice de desagravo do que como uma tomada de posição a respeito da polêmica envolvendo Marinósio e Assy. Por meio do voto de confiança, as autoridades do legislativo municipal declaravam solidariedade ao delegado. No mais, antes que ele partisse, ilustres figuras da elite financeira de Londrina também organizariam um jantar de desagravo – uma forma de colocar panos quentes nos maus momentos que Assy experimentou na cidade.

No entanto, para além da notícia de sua transferência, outro elemento chamava a atenção na carta de Miranda Assy publicada na *Folha*. Nela, pela primeira vez, o delegado trazia a público sua versão para a atribulada inimizade com Marinósio Filho:

---

<sup>224</sup> *Gazeta do Norte*, 17/03/1955.

A história começou quando eu cheguei a Londrina: ao entrar, pela primeira vez, na Delegacia Regional, notei a figura de um mulato sentado em meu gabinete. Trazia, a tiracolo, uma máquina fotográfica. Apresentava-se como jornalista. Declinando seu nome – Marinósio Filho – disse-me que era uma espécie de departamento de propaganda da Delegacia, batendo fotografias de qualquer cidadão que procurasse a autoridade, seja por que motivo fosse. Cortezmente, fiz ver a Marinósio que, dali para a frente, a DRP não mais necessitaria dessa espécie de propaganda.

Evidentemente, isso não agradou ao repórter, que daquela data em diante, passou a fazer referências desairosas a meu respeito. Posteriormente, compareceu à Delegacia o proprietário do Hotel Universal, queixando-se de que Marinósio Filho lhe extorquiria certa importância em dinheiro, sob a ameaça de publicar notícias desagradáveis de seu estabelecimento comercial. Determinei o processamento do mencionado Marinósio e os autos foram enviados a Juízo. Nesse processo, uma das testemunhas oculares é um oficial de justiça. Mais tarde, meses depois, Marinósio atentava contra o pudor público, em plena via pública, em razão do que foi autuado em flagrante recolhido à detenção, dali saindo mediante fiança arbitrada pelo M. M. Juiz de Direito. Além disso, pouco tempo depois, o proprietário do Jardim Paraíso queixava-se de que o mesmo indivíduo lá estivera, tentado fotografar seu estabelecimento e solicitando bebidas com abatimento, sob pena de se ver atacado nas colunas do jornal de Marinósio. Daí o ódio que peguei do tipo. (...)

Vem agora com uma história de armas. Muito bem. Há cerca de um ano, em relatório sigiloso, comuniquei a existência de armas automáticas em diversas glebas do interior. O exmo. Sr. Chefe de Polícia, em atenção a essa minha advertência, determinou a vinda de seu próprio irmão e do capitão do

Exército Flávio Trindade, para averiguar melhor. Constataram aquelas dignas autoridades a existência, de fato, de pequenos grupamentos de jagunços armados que tentavam turbar a posse justa de fazendeiros e sitiantes. Em função desse meu relatório, foi designado o delegado Bukowski Filho para aprofundar as investigações. Nesse ínterim, havia eu apreendido três pistolas automáticas, que foram encaminhadas ao encarregado do inquérito em relatório suplementar.

Aí está a famosa questão das armas. É provável que inimigos meus tentem deturpar os fatos. No entanto, o mais ingênuo dos homens jamais poderia acreditar que eu mesmo denunciasses um fato, que, numa hipótese absurda, viesse a me prejudicar. Por quem me tomam meus inimigos? Por uma criança ingênua? (...)

Diz o homem que eu vendi um revólver. É verdade. Vendi meu revólver, propriedade minha, há cerca de quatro meses. Faleceu um meu cunhado e, a fim de atender minha irmã viúva e suas três filhas menores, tive a necessidade de dispor daquela arma.

Aí está a minha vida. É um livro aberto que todos podem ler.<sup>225</sup>

Utilizando o jornal de João Milanez, Miranda Assy reafirmava a má fama de Marinósio Filho. De acordo com a carta, ele próprio havia sido vítima dos ataques do jornalista. Diante da recusa de seus serviços, Marinósio teria passado a desmoralizá-lo por meio de *O Combate*, publicando inverdades que, naquela carta, o delegado se prestava a refutar. Além de se defender das “deturpações” de Marinósio, Assy também publicou, junto à carta, uma lista na qual afirmava constar todos os bens que possuía. Uma representação de boa fé que tencionava demonstrar sua conduta honesta, pretensamente desamarrada de quaisquer indícios de enriquecimento ilícito. Publicando este texto às vésperas de deixar a cidade, Miranda Assy procurava limpar seu nome, representando-se como um delegado injustiçado e procurando demarcar um ponto final, uma versão definitiva para aquele conturbado conflito. Ao mesmo

---

<sup>225</sup> Folha de Londrina, 13/03/1955

tempo, Assy deixava em Londrina uma reputação inglória para Marinósio Filho, estigmatizando-o como achacador e descredibilizando suas opiniões e discursos jornalísticos.

Marinósio se sentiu tão aviltado por Miranda Assy que, mesmo anos após sua transferência, *O Combate* ainda dedicava frequentes reportagens difamatórias contra ele. O jornalista parecia mesmo monitorar as aparições de Miranda Assy na mídia com o objetivo de endossar qualquer crítica e denegar qualquer elogio. Um exemplo resultante desse expediente persecutório ocorreu em maio de 1957. Na ocasião, Assy ganhou evidência nacional ao desbaratar uma quadrilha de falsificadores de dinheiro. O furo foi noticiado em primeira mão pela revista *O Cruzeiro*. A reportagem bombástica e quase fantasiosa, bem ao gosto da revista, foi destaque em duas edições. As matérias publicadas em *O Cruzeiro* foram bastante reverentes à atuação de Miranda Assy, elogiando-o copiosamente: “O ‘Sherlock Holmes’ de Curitiba: o jovem delegado Miranda Assy, da Polícia Paranaense, verdadeiro herói da descoberta da quadrilha de falsários, de âmbito internacional”. Nas reportagens, Miranda figurava como um delegado diligente, muito eficiente, altamente comprometido com os valores de sua missão policial. Ao se deparar com tamanha exaltação, propagada aos quatro ventos, Marinósio Filho decidiu opinar. Publicou em *O Combate* uma notícia na qual repercutia, ao seu modo, as reportagens veiculadas em *O Cruzeiro*:

Para nós que conhecemos, perfeitamente bem, o policial em apreço, o fato não constitui nenhuma surpresa. Antes sim, veio confirmar o conceito que temos formado, de longa data, a respeito do indigitado policial.

Porque não reconhecemos as notáveis qualidades do famoso tira? Seria, nesse caso, incorrerem em julgamento errôneo e, conseqüentemente, negar-se qualidades a quem as possui. Do conhecido policial esperamos muito mais, não apenas o desmantelamento de uma quadrilha de falsários. Esperamos que localize e prenda os ladrões das armas 45 do exército nacional.

Aquele que vendia armas à juventude em Curitiba. Aquele que em Londrina era mancomunado com quadrilheiros e vigaristas. Tudo isto esperamos do policial Miranda Assy, para daí, confirmar o adágio: PARA PRENDER OS GRANDES

LADRÕES SOMENTE A HABILIDADE DE UM GRANDE LADRÃO. Miranda Assy o é. Um grande ladrão.<sup>226</sup>



Além da briga com Miranda Assy, o ano de 1955 ainda marcaria a vida profissional de Marinósio com outro acontecimento: a fundação da ANPI – Associação Norte Paranaense de Imprensa. Marinósio ajudou a criar esta entidade classista que pretendia reunir os profissionais de imprensa da região e, principalmente, os jornalistas de Londrina. A ANPI foi fundada em maio de 1955 e, de início, chegou a congregar os homens da *Folha de Londrina* e os militantes da chamada imprensa alternativa local. A primeira diretoria da associação contava com Nilson Rímoli (diretor de redação da *Folha*) atuando como presidente, e com o próprio João Milanez ocupando o cargo de diretor de patrimônio. Ao lado deles trabalhavam jornalistas de órgãos rivais, como os secretários Edison Maschio (então repórter da *Gazeta do Norte*), José Sotero de Souza (proprietário de *A Tribuna*) e a tesoureira Maria Antonieta Melito (jornalista que atuava ao lado de seu marido Renato Melito na Hilton Filmes, especializada em cine-jornais). Mas a aparente confluência entre a *Folha de Londrina* e os alternativos não durou muito tempo. Em poucos meses, os integrantes da *Folha* deixaram a ANPI. De acordo com Marinósio, o divórcio teve como pivô o próprio Nilson Rímoli, que “vivia momentos de arrufos com a chamada pequena imprensa”. Segundo ele, “contestar a *Folha*, na época, era considerado uma petulância e Nilson ficava ‘doente’. Os atritos de opiniões na ANPI, Nilson não conseguiu contornar e... aumentaram”<sup>227</sup>.

Com a saída de Nilson Rímoli e João Milanez, a diretoria da ANPI foi recomposta e Marinósio Filho firmou-se como presidente da entidade. Ele presidiu a associação durante praticamente toda a sua existência, entre 1955 e 1964. Durante quase uma década de atuação, a ANPI promoveu diversas iniciativas: realizou comícios contra a chamada “Portaria Rolha”, lei afrontosa à liberdade de imprensa que foi sancionada por Juscelino Kubitschek, em 1956; instalou uma “sala de imprensa” na delegacia de polícia de Londrina; criou um concurso de reportagens entre os membros da associação; fundou o “corpo de pequenos jornalistas”, empregando

---

<sup>226</sup> O Combate, 05/1957.

<sup>227</sup> Marinósio Filho e Marinósio Neto (1991, p. 132)

garotos que vendiam os jornais dos associados nas ruas; organizou uma edição do Miss Londrina; montou exposições de jornais e revistas; realizou palestras de jornalistas e patrocinou a vinda de escritores à cidade; promoveu cursos de pintura e língua francesa; e editou, nos primeiros anos da década de 1960, a *Revista da ANPI*. Mas, de acordo com Edison Maschio, a atribuição mais importante da entidade – razão pela qual ela foi muito procurada – era a distribuição de descontos em passagens áreas. Na época, o governo federal concedia este benefício aos jornalistas, e no norte do Paraná a ANPI tornou-se a responsável por coordenar a concessão dos descontos, que passavam dos 50%. Segundo Maschio, muitos não-jornalistas tornaram-se associados da ANPI unicamente para se aproveitarem dessa vantagem.

Enquanto durou, a ANPI sempre foi palco e motivo de inúmeros desentendimentos e discordâncias entre seus integrantes. Já no ano de sua fundação, em 1955, uma série de desavenças e dissensos marcaria a qualidade da relação que se estabeleceria entre os diretores da entidade. Como demonstram as atas das reuniões da diretoria, os conflitos eram constantes e, vez ou outra, inflamados. Entre essas primeiras desavenças, uma especialmente ruidosa dizia respeito ao controle da tesouraria. Diversos membros da ANPI apontavam irregularidades nas contas apresentadas pela tesoureira Maria Antonieta Melito. As duras acusações prolongaram-se por várias reuniões, mas, por fim, revelaram-se infundadas. De qualquer forma, exaurida, Maria Antonieta pediria demissão do cargo e se afastaria da diretoria (como já havia feito, um pouco antes, seu marido Renato Melito).

Ainda em 1955, nos bastidores da ANPI, outro conflito particularmente interessante deflagrou uma rumorosa discussão. A controvérsia envolveu uma questão bastante polêmica à época: o jogo de azar. O bate-boca ocorreu precisamente no dia 17 de novembro, durante uma das reuniões ordinárias da associação. Foi Marinósio Filho quem pediu a palavra para colocar o controverso tema em debate. Em ata, o secretário Sotero de Souza registrou:

O presidente apresentou em plenário o seguinte: disse que conversando com um cavalheiro de Curitiba, este lhe fizera ciente que iria ser aberto, brevemente, em Londrina, o jogo do Bingo. E que para tal, já era portador, o referido cavalheiro, de uma carta-autorização, outorgada pelo governo do Estado. Terminada a palestra com aquele senhor – continua o sr.

Marinósio – foi apresentada uma oferta para a ANPI, de aproximadamente \$200.000,000 (duzentos mil cruzeiros), produto, naturalmente, das noitadas de jogo. Digo isto, em plenário, ao conhecimento da diretoria – diz Marinósio – para que este assunto não venha ser explorado pelos inimigos gratuitos desta nobre entidade e que não venha meu nome ser enxovalhado como patrocinador do jogo na Associação. Está, portanto à discussão, o exposto – terminou o sr. presidente.<sup>228</sup>

Entre os jornalistas, o tema da jogatina era pauta mais do que frequente. O jogo de azar constituía objeto corriqueiro de uma profusão de discursos negativos permanentemente veiculados nos jornais. Em geral, esses textos jornalísticos eram concebidos em alta entonação, difundindo opiniões categóricas e mordazes. Afora uma ou outra exceção, as posições assumidas publicamente pelos jornalistas eram muito parecidas. E como acontecia em relação à prostituição, sobre a questão da jogatina os jornais alternativos e a *Folha de Londrina* pareciam concordar. A desaprovação era geral. O jogo de azar era representado amiúde como um grande mal, vício essencial que afrontava os valores do trabalho e de toda boa moralidade. Em Londrina, no final dos anos 1940 e durante toda a década de 1950, os jornais locais protagonizaram ferrenhas e reiteradas campanhas contra o jogo. Embora esta sorte de atividade lúdica já estivesse presente desde os primeiros anos da colonização, a intensificação do combate à jogatina coincidia com o crescimento de sua prática. Com a expansão financeira e populacional da cidade, os territórios da boêmia, da prostituição e do jogo também se desenvolviam. Como descreve Antonio Paulo Benatte,

A riqueza de uns tantos advinda com a cafeicultura, a maior circulação monetária estimulada pelo comércio, só fez intensificar o jogo dos pioneiros. Desde o final da década de 1940, a jogatina, como atividade ilícita, imperava na cidade e

---

<sup>228</sup> Atas das reuniões da diretoria da ANPI. Disponíveis no Centro de Documentação e Pesquisa Histórica da Universidade Estadual de Londrina.

era tema constante de editoriais e reportagens policiais. Ao longo dos anos 50, tempo de auge do café no norte do Paraná, Londrina tornou-se nacionalmente conhecida como uma das capitais do jogo no interior do País, assim como se tornara uma das grandes cidades da prostituição e da boêmia. Essa fama atraía sujeitos que viviam desses expedientes. Os jornalistas, por anos a fio, denunciaram a prática de vários tipos de jogos: o palitinho ou “porrinha”, jogado a dinheiro nos botecos ou em plena rua; o jogo do bicho, o carteadado, a sinuca, as loterias clandestinas, os bingos, o agenciamento de corridas de cavalos pelos *bookmakers*, etc.

A expansão da jogatina na cidade nos anos 50, com o aparecimento e crescimento de diversas modalidades de jogos, fazia parte de um processo geral de emergência de novos espaços lúdicos, palcos de uma nova sociabilidade urbana, ao lado dos bordéis, boates, bares e demais lugares de uma vida noturna frenética e desbragada.<sup>229</sup>

Nos anos 1950, os diferentes espaços de jogatina atraíam endinheirados do café, emergentes, peões, lúmpens e trabalhadores urbanos, conluiava perdulários e viradores, jogadores profissionais e amadores, integrava malandros e otários. Botequins, casas de bingo, salões de sinuca, cassinos clandestinos. O lúdico ilícito expandia-se imbricado às atividades noturnas do meretrício e da boêmia. Neste contexto, os jornalistas representavam um papel explicitamente moralista. Os homens de imprensa alarmavam: “o jogo campeava infrene pela cidade”. Atacavam os jogadores, representando-os como viciados, trapaceiros, vigaristas e, sobretudo, vagabundos. Corroborando os valores liberais que sempre informaram os discursos hegemônicos da cidade, os jornais desqualificavam os jogadores taxando-os de vadios, de marginais aproveitadores e arredios ao trabalho. A redentora ascensão financeira pela labuta, o progresso individual e social como fruto do labor, o princípio do acúmulo de bens e a ética do “trabalho honesto”: todo este luminoso discurso moral, elevado ao paroxismo na Londrina dos anos 1950, era utilizado pelos jornalistas

---

<sup>229</sup> Benatte (2014)

para desclassificar a prática da jogatina. As inconstâncias, riscos, dissipações, blefes e truques, elementos caros ao jogo de azar, pareciam contradizer esses valores liberais. E assim, jogadores, banqueiros, donos de salões de sinuca e casas de jogos eram discursivamente posicionados no pólo oposto a esta positividade moral hegemônica. Por isto ganhavam representações desonrosas, depreciativas, nas quais figuravam como trapaceiros, velhacos, vadios e, em resumo, indivíduos altamente imorais.

Justamente em um período no qual os jornalistas londrinenses acirravam suas voações moralistas e disciplinadoras, combatendo o jogo publicamente e com feracidade, Marinósio apresentava à ANPI uma proposta de doação oferecida por um empresário do ramo da jogatina. Embora tentado a admitir a oferta, ele não queria arcar sozinho com a irresponsabilidade ética que essa decisão poderia significar. Por isto, achou melhor levar o assunto à assembleia. Receber ou recusar o dinheiro ilícito e “imoral” da jogatina – a decisão seria tomada em votação, baseada na opinião da maioria dos jornalistas da ANPI.

Por seu turno, Marinósio nunca havia se mostrado como um dos maiores críticos do jogo. Sobre o assunto, *O Combate* costumava se posicionar conforme as conveniências. Algumas vezes, denunciou bicheiros e casas de jogos com certa agressividade. Em outros momentos, foi mais tolerante. Certa vez, em janeiro de 1953, Marinósio chegou a escrever e a publicar um texto sob a seguinte manchete: “O Bingo não é jogo de azar”. Na ocasião, o governador Bento Munhoz da Rocha acabava de baixar uma portaria que proibia a prática desta modalidade de jogo em todo o Paraná. Em Londrina, como consequência, foi fechada uma casa de bingo que arrecadava fundos para a construção do Albergue Noturno, uma iniciativa filantrópica do delegado Bukowski Filho. Esses acontecimentos tornavam a defesa do bingo particularmente proveitosa para Marinósio naquele momento. Afinal de contas, este posicionamento funcionava como uma crítica a Bento Munhoz da Rocha, principal inimigo político de Moisés Lupión, seu financiador. A defesa pública do bingo também servia para demonstrar simpatia a Bukowski Filho, delegado com o qual o jornalista era acumpliciado.

Embora Marinósio não fosse tão austero em relação à condenação do jogo de azar, preferindo um conveniente pragmatismo, muitos de seus colegas da ANPI aparentavam adotar uma postura mais intransigente. Os jornalistas da *Gazeta do Norte*, sobretudo, carregavam a fama de serem extremamente avessos às práticas da jogatina. Afinal de contas, entre todos os jornais da cidade na década de 1950, a *Gazeta* era o que movia as mais duras campanhas contra o jogo. Manchetes taxativas incitavam a opinião pública. Eram rotineiras as denúncias delatando endereços de

“antros de jogatina” e pedindo providências da polícia. Em razão dessa postura, Marinósio Filho provavelmente desconfiava que a proposta por ele apresentada à ANPI seria rejeitada pelos colegas da *Gazeta*.

E, de fato, ele estava parcialmente certo. Na reunião da associação, assim que Marinósio colocou o assunto da doação em pauta, Francisco Tuma, então um dos proprietários da *Gazeta do Norte*, foi o primeiro a demonstrar-se indignado: “Se nós aceitarmos uma proposta como esta, estaremos decretando o enterro da ANPI”<sup>230</sup>. Mas Edison Maschio, diretor de redação do mesmo órgão, foi mais flexível, e manifestou-se a favor do recebimento dos duzentos mil cruzeiros. A discussão prosseguiu inflamada. O secretário Sotero de Souza, que pouco depois escreveria um artigo a favor da liberação de todo e qualquer jogo de azar, preferiu não registrar sua opinião em ata. Jamil Elias, proprietário da *Folha do Paraná*, manifestou-se desfavorável à doação. Outro jornalista, de nome Dirceu Coutinho, também “falou com veemência, contra o recebimento do dinheiro do jogo”. Notando que a maioria de seus colegas eram contrários à proposta, Marinósio soltou uma provocação:

Replicou o sr. presidente que está admirado de ver tanta veemência e tanto arrojo, principalmente de certos jornais da cidade, e apesar disto estão todos calados diante do maior despautério de todos os tempos: o Bingo na Igreja Católica.<sup>231</sup>

Mas Marinósio não conseguiu reverter a situação. Mesmo tentando apontar uma inconsistência no posicionamento de seus colegas, o dinheiro do bingo foi rejeitado pela ANPI. A discussão encerrou-se quando Dirceu Coutinho colocou uma proposta em votação: “qualquer pessoa que queira fazer doações à ANPI, em caráter individual, pode fazê-lo, mas, em nome do jogo, não”. A maioria concordou, votou a favor, e a assembleia passou a discutir outro tópico da pauta.




---

<sup>230</sup> Atas das reuniões da diretoria da ANPI. Disponíveis no Centro de Documentação e Pesquisa História da Universidade Estadual de Londrina.

<sup>231</sup> Idem.

No entanto, nem todas as providências da ANPI eram marcadas por cismas e divergências. Certos eventos pareciam reunir os membros da associação em torno de causas comuns. Foi o que aconteceu no episódio em que José Sotero de Souza foi gravemente espancado em um bordel da rua Rio Grande do Sul. Pelo que parece, as confusões envolvendo o jornalista e secretário da ANPI não eram nada atípicas. De temperamento enérgico e frequentemente embriagado, Sotero se engalfinhava em constantes brigas pela cidade. Muitas vezes, estes atritos tinham como estopim os textos belicosos que Sotero publicava em seu jornal, *A Tribuna*. Foi o próprio Marinósio Filho quem deixou um interessante relato no qual procurou perfilar o seu colega:

Exímio titologista, versátil nos trocadilhos, Sotero era “campeão” de “atentado ao pudor” e “desrespeito à autoridade” – é que dado à bebida, replicava com veemência policiais que se aproveitavam de seu estado com desrespeito. (...)

“A Tribuna”, de José Sotero de Souza, era um jornal forte, de linguagem fria e rude. Circulava esporadicamente, porém, muito lido. Matéria policial, o forte. Sotero, o inimigo número um da polícia. Na Delegacia, chamavam-no de “O Diabo”. (...) Sotero era campeão de xadrez: centenas de prisões. A cada edição de “A Tribuna” que circulava, Sotero “bebemorava” no Bar Guarani. Chegava a polícia e lá ia Sotero preso. Movimentam-se advogados e jornalistas. Por força de habeas-corpus José Sotero de Souza era solto. A cena era repetida por várias vezes.<sup>232</sup>

Em agosto de 1955, Sotero de Souza publicou um texto infamante em *A Tribuna*. A matéria incriminava um sujeito chamado Raimundo de Oliveira, dono da Pensão Bom Jardim. Segundo o jornal, Raimundo era cafetão e explorava mulheres sob a fachada de sua pensão, que ficava na rua Rio Grande do Sul. A acusação de

---

<sup>232</sup> Marinósio Filho e Marinósio Neto (1991, p. 84).

lenocínio era categórica: “Cr\$50,00 têm de pagar, as infelizes, por cada homem que pescam”. Sotero delatava o crime e pedia a ação da polícia para fechar o bordel de Raimundo. A matéria terminava lancinante: “O comércio da carne na Pensão Bom Jardim é controlado pelo indivíduo Raimundo de Oliveira, que não tendo coragem de ganhar a vida com dignidade, passa todas as noites aguardando o pingar constante das cinquenta pratas”.

Uma semana após a publicação da matéria, já em setembro de 1955, Sotero de Souza e dois de seus colegas resolveram ir a uma outra casa de prostituição da rua Rio Grande do Sul, o Bar Paulista. Quando chegaram ao bordel, os três optaram por se sentar em um “reservado”, uma área isolada do restante do bar na qual não podiam ser vistos. A certa altura da noite, Sotero levantou-se para ir até o banheiro. No entanto, deixando o reservado, teve uma surpresa. Esperando por ele, armado com uma barra de ferro, estava ninguém menos que Raimundo de Oliveira. O suposto cafetão estava ansioso para ir à desforra. O que aconteceu depois foi relatado por Marinósio, em um texto publicado no jornal *O Combate*. A matéria intitulava-se: “A Zona Proibida Desafia a Lei – SANGUE NA RUA BRASIL”:

Em dias da semana que passou, a rua Brasil, antiga rua Rio Grande do Sul, foi palco de mais uma degradante cena, que vem ratificar tudo quanto a imprensa local tem dito sobre a perigosa artéria, covil dos mais baixos indivíduos e ninho de “mariposas negras”, que servem de chamariz para os menos avisados.

#### UMA DENÚNCIA FUNDAMENTADA

José Sotero de Souza, que integra a equipe dos homens destemidos da imprensa interiorana, pelas colunas da sua “A Tribuna”, denunciou às autoridades competentes, o pleno funcionalmente do bordel chamado Pensão Bom Jardim. Como era esperado, as autoridades tomaram conhecimento, e segundo consta, foi aberto inquérito a respeito.

#### A ARMA DO COVARDE

Como consequência da notícia, o jornalista vinha sendo perseguido por indivíduos. Na fatídica noite, entretanto, ao se achar, juntamente com mais dois colegas de imprensa e outras

pessoas, no interior da espelunca conhecida como “Bar Paulista”, foi fria e barbaramente agredido.

#### A TOCAIA

Raimundo de tal, conhecido explorador de mulheres, afeito a toda sorte de indignidades, pé ante pé, surgiu num dos reservados do prostíbulo Bar Paulista, e inesperadamente e sem que houvessem quaisquer discussões, agrediu a cacetadas o plunitivo.

#### ARMADILHA

Pela maneira em que se desenrolou o covarde atentado, presume-se que alguém fôra comunicar ao bárbaro agressor a presença do jornalista no local. Robustece a presunção, o fato de sabermos que Raimundo, proprietário do prostíbulo Bom Jardim, é compadre, amigo de profissão, do dono do antro de crimes e desordens, Bar Paulista.

#### ESTADO DA VÍTIMA

José Sotero de Souza que atendido pelo escrivão Nereu Collini, imediatamente foi recolhido à Santa Casa, sendo seu estado desesperador, em virtude dos ferimentos recebidos, todos na cabeça, produzidos por fortes cacetadas, desferidas com uma barra de ferro.

#### O FATO

O fato deu-se no momento em que José Sotero de Souza deixou o reservado do citado bar e dirigiu-se ao WC, razão pela qual, não foi socorrido no momento do crime, pelos seus companheiros de mesa.

#### O AGRESSOR

Raimundo de tal, o bárbaro, tido na rua Brasil como o “bam-bam-bam” das crioulas, após consumir o atentado, fugiu em desabalada carreira, tendo permanecido a polícia durante 3 dias no seu encalço.

#### OUTRAS NOTAS

Fatos como este são constantes na rua Brasil. E na maioria das vezes no mesmo local, na espelunca Bar Paulista. Por tudo

isso além das providências tomadas faz-se necessária maior rigorosidade, afim de que, quadros assim, desabonadores, não voltem à cena, atestando ineficiência dos poderes competentes.<sup>233</sup>

Marinósio não foi o único a sair em defesa do jornalista e a pedir providências dos “poderes competentes”. O caso do espancamento de Sotero de Souza também mereceu a solidariedade de seus colegas da ANPI. Ainda em setembro de 1955, vários deles se reuniram para levar o ocorrido ao conhecimento do prefeito da cidade. Integrando esforços, Edison Maschio, Renato Melito, Dicesar Plaisant Filho, Victor Bosso, o próprio Marinósio Filho e diversos outros jornalistas conseguiram marcar uma audiência especial com Milton de Menezes. Reunidos com o líder do executivo municipal, os membros da ANPI pediram sua colaboração em uma “campanha de moralização” contra os bordéis da rua Rio Grande do Sul. O pretexto da reunião era sensibilizar o prefeito em relação às “imoralidades” da rua do pecado, tema frequente nas matérias dos jornais. Mas os jornalistas não hesitaram em denunciar nominalmente o caso do Bar Paulista, onde Sotero havia sido agredido. A denúncia deu resultados. O prefeito resolveu atender às reivindicações da ANPI. Mostrou serviço baixando um decreto no qual cassava os alvarás de cinco “hospedarias” da rua Rio Grande do Sul e, também, a licença do Bar Paulista. A *Gazeta do Norte* publicou uma matéria comemorando a decisão:

O sr. Prefeito acrescentou que na medida em que a imprensa denunciar, e feita a solicitação após investigações pela polícia, outras hospedarias e bares serão fechados. Hão de desaparecer de Londrina tais antros de corrupção e os caftens covardes, como Raimundo de Oliveira, terão outro lugar para suas atividades: a CADEIA. (...)

Assinalando o referido decreto, começa o prefeito municipal uma tarefa que, depois de concluída, a família londrinense jamais esquecerá por tão grandes benefícios que trará à

---

<sup>233</sup> O Combate, 09/1955

coletividade. Fecharemos as pensões que sob a capa de familiar exploram o lenocínio, trazendo corrupção para o seio da família londrinense.

Faremos de Londrina uma cidade limpa à altura do seu progresso.<sup>234</sup>

Utilizando discursos higienistas e atuando em nome da “família londrinense”, os jornalistas da ANPI conseguiram fazer com que o prefeito da cidade decretasse o fechamento do Bar Paulista e ainda de outras cinco pensões da rua Rio Grande do Sul. Uma demanda que, na prática, denotava uma reação corporativista ao episódio do espancamento de Sotero de Souza. Pragmaticamente, a ANPI mobilizava os poderes municipais para levar a cabo uma vingança em defesa de um de seus membros. E Marinósio Filho também aproveitava o episódio para exercer suas razões pessoais. Como vimos, ele e Cidica tinham interesses financeiros particulares no fechamento dos bordéis da rua Rio Grande do Sul, já que a remoção das casas de prostituição poderia valorizar os imóveis da ex-cafetina. Nessa conjuntura, o espancamento de Sotero de Souza dava ensejo para que esse interesse fosse novamente reivindicado.



Em 1955, os recorrentes discursos pela “moralização” da rua Rio Grande do Sul dividiram as páginas dos jornais locais com uma intensa propaganda política. Para aquele ano estavam marcadas as eleições para os cargos de governador, prefeito, deputado estadual e vereador. Por isso inúmeros candidatos veiculavam seus anúncios na imprensa, e em *O Combate* não foi diferente. Por motivos óbvios, Moisés Lupion foi o maior contemplado pelas matérias políticas elogiosas de Marinósio Filho. Nas eleições de 1955, Lupion pleitearia seu retorno ao governo do estado, e por isso multiplicava seus investimentos na mídia. É bem possível que neste período *O Combate* tenha recebido verbas mais generosas de seu financiador político. Isso talvez explique o fato de que, justamente no ano de 1955, Marinósio tenha convidado seus irmãos Eliezer e Jorlando Trigueiros para trabalharem com ele em Londrina. Os

---

<sup>234</sup> Gazeta do Norte, 09/1955

dois se mudariam de Salvador para o norte do Paraná e passariam a escrever matérias e a assinar o expediente de *O Combate*.

Já em relação às eleições para prefeito, naquele ano *O Combate* não chegou a se posicionar com muita clareza. No âmbito local, o PSD, partido de Lupion, firmou uma coligação com o Partido Republicano e com o Partido Social Progressista, com os quais mantivera, até então, uma tradicional rivalidade. Conjuntamente, os três partidos lançaram Antônio Fernandes Sobrinho como candidato a prefeito de Londrina. Mas Marinósio Filho nunca chegou a apoiá-lo, optando por manter uma postura lacônica em relação às suas preferências para o executivo municipal (e indicando, talvez, que o diretório local do PSD não mantinha vínculos financeiros com *O Combate*). Nas eleições para prefeito, os principais adversários de Fernandes Sobrinho seriam José Bonifácio, da UDN, e Mario Romagnolli, do PTB. Apesar de o candidato udenista ser apontado como favorito pelos cronistas políticos da época, foi Fernandes Sobrinho quem acabou se elegendo. Embora tenha relativizado a primazia udenista na cidade, a eleição de Sobrinho não causaria grandes reviravoltas nos poderes hegemônicos municipais. Afinal de contas, a exemplo dos udenistas, Sobrinho mantinha ligações políticas com os grandes fazendeiros da região, tendo inclusive dirigido a Sociedade Rural do Paraná, entidade de classe que à época agrupava os cafeicultores endinheirados.

Com Fernandes Sobrinho eleito, Marinósio tentou, sem sucesso, uma aproximação. Ele relataria o episódio com certa picardia no livro *História da Imprensa de Londrina*:

Eleições municipais e o vencedor Antonio Fernandes Sobrinho. A equipe preparava o programa de posse. As verbas distribuídas à imprensa, para a cobertura das festividades. “O Combate” foi procurá-lo. Fernandes Sobrinho desculpou-se alegando que a verba para publicações já estava esgotada, mas que gostaria de contar com o apoio do jornal. Realizou-se a posse e “O Combate” registrou o fato: “Posse do prefeito: tomou posse ontem o sucessor do sr. Milton Ribeiro de Menezes”<sup>235</sup>

---

<sup>235</sup> Marinósio Filho e Marinósio Neto (1991, p. 165).

Embora a circunstancial censura ao nome de Fernandes Sobrinho fizesse pouca diferença para os leitores do jornal, ao prefeito recém-eleito o recado deve ter soado claro: sem a verba, o apoio de *O Combate* estava comprometido. Mas se o novo prefeito não priorizava o jornal de Marinósio quando o assunto era a distribuição de dinheiro à imprensa, o mesmo não aconteceria com o novo governador. Nas eleições de 1955, Lupion foi reeleito para o governo do Paraná. De 1956 até 1960, durante a gestão do líder pessedista, *O Combate* veicularia uma infinidade de textos elogiosos ao seu financiador. As matérias pagas também se dedicariam à exaltação de seus aliados e, principalmente, de seus secretários. Marinósio Filho, agora em companhia de seus dois irmãos, publicaria, ainda, uma profusão de matérias depreciativas contra os inimigos de Lupion. Eliezer e Jorlando chegaram a editar um número de um novo jornal, chamado *Piu-Piu*, criado especificamente para atacar Ney Braga, que então despontava como um vigoroso rival de seu chefe político.

Coincidindo com a posse dos novos governantes, no início de 1956, Marinósio teria de enfrentar outro problema envolvendo seus colegas da ANPI. Um dos protagonistas desse episódio conflituoso seria, novamente, Rafael Lamastra. O udenista, talvez por não ter conseguido se reeleger naquele pleito, passou a frequentar com assiduidade as reuniões da associação. Afeito à vida política, Lamastra devia enxergar na ANPI um interessante reduto de influência e poder. E nos primeiros meses de 1956, o ex-vereador vislumbrou uma brecha, uma oportunidade para aumentar seu prestígio na entidade. Em janeiro daquele ano, Marinósio Filho pediria licença da presidência da associação, alegando motivos pessoais. Em caráter provisório, durante a ausência de Marinósio, Rafael Lamastra foi nomeado pelos seus colegas para presidir a instituição. Mas sua pretensão pessoal em relação à ANPI não era, pelo que parece, apenas atuar como suplente. No dia 25 de fevereiro, Lamastra aproveitou as circunstâncias e conduziu uma manobra na tentativa de assumir definitivamente a presidência e, da mesma forma, afastar Marinósio da diretoria. A chance surgiu em uma das reuniões da associação. Na ocasião, diversos membros manifestavam descontentamento em relação à atuação de Marinósio na direção. Os registros em ata são muito lacônicos, mas, ainda assim, deixam entrever alguns possíveis motivos para aquela demonstração de insatisfação. Em termos bem genéricos, a crítica coletiva dava conta de que, sob a direção de Marinósio, a ANPI não cumpria “suas finalidades estatutárias”. Mais pontualmente, alguns pareceres

diziam que a associação estava distribuindo carteirinhas sem nenhum critério e, inclusive, a “indivíduos analfabetos”<sup>236</sup>.

Sentindo o aborrecimento geral, Lamastra pediu a palavra. Ele leu, em voz alta, o “pedido de reassunção” que Marinósio havia enviado à diretoria. E, baseado em subterfúgios estatutários, propôs que a diretoria rejeitasse o ofício do presidente em licença. A ideia era negar o retorno de Marinósio, excluindo-o da presidência e afastando-o de qualquer cargo da diretoria. A proposta de Lamastra foi colocada em votação. A aprovação foi unânime. Todos os presentes votaram a favor da expulsão de Marinósio, inclusive Edison Maschio, Francisco Tuma e Sotero de Souza. Este último, no final da reunião, chegou a pedir “um voto de apreciação ao sr. Rafael Lamastra por conta da inteligente solução dada ao ‘caso do retorno’ do sr. Marinósio Filho”.

Mas por alguma razão desconhecida, um mês após aquela deliberação, Marinósio reapareceria em ata como presidente da ANPI. A proposta de Lamastra, embora aprovada em assembleia, não havia funcionado. Marinósio tinha encontrado alguma forma de voltar à presidência e, na reunião que marcou seu retorno, não deixaria de comentar a tentativa de “golpe” botada em prática durante sua ausência:

O sr. Marinósio passou a fazer um violento protesto sobre a atitude da diretoria em reunião de 25 de fevereiro, ata nº12, sob a presidência do sr. Rafael Lamastra. Falou o sr. Marinósio que naquela reunião lançaram-lhe infâmias, inclusive contra seus irmãos, dizendo que os que os desmereciam, chamavam-nos de pedreiros, analfabetos, etc. (...)

Continua o sr. Marinósio, passando a fazer um ligeiro retrospectivo de sua vida, dizendo que não é culto nem instruído, o que ele é, é esforçado. Porque um moço – diz ele – sem instrução, sem cultura, que chega a ser diretor de O Combate, correspondente de O Dia de Curitiba, e repórter do Última Hora do Rio de Janeiro, tem que ser um moço

---

<sup>236</sup> Atas das reuniões da diretoria da ANPI. Disponíveis no Centro de Documentação e Pesquisa Histórica da Universidade Estadual de Londrina.

esforçado. O sr. Sotero silenciou, concordando com o orador.<sup>237</sup>

A volta de Marinósio, pelo que parece, também resultou no desligamento de Rafael Lamastra, que nunca mais assinou seu nome nas atas da ANPI. Com o passar dos anos, Marinósio concentraria cada vez mais poderes, sendo sucessivamente reeleito para a presidência da associação. Até que, no final dos anos 1950, a maioria dos membros da ANPI resolveu abandoná-la para formar uma nova entidade classista: a APJR – Associação dos Proprietários de Jornais e Revistas. A APJR, em sua curta existência, foi presidida por Edison Maschio e contou, inclusive, com Rafael Lamastra na tesouraria. De acordo com Maschio, a necessidade de fundar uma nova associação de profissionais da imprensa surgiu em razão da própria atuação de Marinósio, que, segundo ele, vivia “arroubos de autoritarismo” à frente da presidência. Por alguns anos, a ANPI e a APJR atuaram paralelamente. A concorrência durou até 1964, ano em que o golpe militar acabou por inviabilizar as atividades de ambas ao colocá-las na ilegalidade.



Ainda no ano de 1957, Marinósio Filho enfrentaria uma briga pública com um alto membro do judiciário local. O quiproquó teria sido iniciado pelo próprio Marinósio, a pedido de seu amigo, o jornalista Ciro Ibirá de Barros (ex-proprietário da *Gazeta do Norte*). Segundo Marinósio, foi Ciro quem lhe pediu que iniciasse, pelas páginas de *O Combate*, uma campanha difamatória contra Theobaldo Cioci Navolar, então um juiz em exercício em Londrina.

O Ciro pegou uma nomeação a um cartório. Veio e apresentou ao Theobaldo Navolar. O Theobaldo era inimigo de jornalista, sempre teve ojeriza a jornalista. E disse para o Ciro: “Bem, Dr. Ciro, o senhor terá que se submeter a um concurso para assumir o cartório”.

---

<sup>237</sup> Idem.

“Mas, ô seu juiz!, está aí a nomeação, isto não depende de concurso... O senhor não teria um pouco de boa vontade?”

“Não, mas o negócio aqui não é boa vontade. É a lei”. E bateu o martelo.

O Ciro, muito contrariado com a atitude de Navolar, me contou. E pediu que eu... abrisse. Abrisse contra o Navolar. E me contou umas histórias. Inclusive que a senhora deste juiz tinha três cargos no estado, recebendo pelos três. Era diretora do Colégio Hugo Simas, era secretária na Universidade de Londrina – ou melhor, na época, era Faculdade de Direito – e de mais um outro colégio. Recebia três vezes. E me falou de outro assunto muito sério: quase todas as sentenças deste juiz, o Theobaldo Cioci Navolar, eram reformadas pelo Tribunal de Justiça.

Então o Ciro me pediu que eu abrisse contra ele. E eu abri.<sup>238</sup>

Segundo Marinósio, a primeira matéria sobre o assunto publicada em *O Combate* denunciava o acúmulo de cargos da esposa do juiz. E a segunda, veiculada em maio de 1957, era intitulada “UM QUILO DE SENTENÇAS REFORMADAS”:

O astronômico número que tem merecido o crivo do Tribunal de Justiça do Estado, indica ao nosso digno Magistrado, mais cuidado no exame das leis, mais estudo de jurisprudência, entre as tantas firmadas por eméritos cultores do Direito. Faz-se mister, ainda, mais cautela na aplicação das normas legais e, sobretudo, mais imparcialidade nas causas, se é que é este o motivo do Tribunal, quase sempre o de aplicar sanções reformatórias.

DESCRÉDITO

---

<sup>238</sup> Depoimento oral gravado em áudio por Marinósio Filho. Sem data. Arquivo familiar.

Continuando esta desabalada carreira de descrédito, através de sentenças reformadas, e acompanhando os comentários veementes de correções, que mais significam repreensão pública, chegaremos ao dia em que nada mais restará ao povo de Londrina, senão a doce e honrosa saudade de um Guilherme da Mota Correia, de um Antonio Franco Ferreira da Costa, exemplos do saber, trabalho, serenidade e imparcialidade, apanágios de sentenças que tanto dignificam os que formam a primeira linha da Magistratura Paranaense.<sup>239</sup>

As críticas acabaram por deflagrar algumas reações do juiz. Navolar produziu um documento no qual 50 advogados atuantes em Londrina se posicionavam contra as “calúnias” veiculadas em *O Combate*. Além disso, segundo o próprio Marinósio, várias “ameaças veladas” teriam chegado aos seus ouvidos: o risco de um processo por injúria e difamação era grande. Mas, incitado por Ciro, Marinósio continuou publicando matérias contra o juiz em seu jornal. De alguma forma, os dois jornalistas pareciam seguros de que, apesar do barulho, nada lhes aconteceria. Tanto que, em julho de 1957, *O Combate* publicou: “tudo o que se tem dito em torno do citado juiz é a expressão da verdade e resistirá a ameaças, a insinuações e tudo mais que vem sendo perpetrado para fazer calar a imprensa”<sup>240</sup>.

O polêmico episódio dividiu as opiniões dos colegas jornalistas. A *Gazeta do Norte*, em uma coluna assinada por um tal A.H., emitiu opinião contrária às críticas de Marinósio:

Uma sociedade que consente e permite que sejam apanhados nas redes das mais vorazes intrigas e dos mais injustificados ataques a membros de sua magistratura, é uma sociedade já a caminho da desintegração. E a imprensa que agasalha e encampa esse trabalho de solapamento dos órgãos de Justiça

---

<sup>239</sup> *O Combate*, 05/1957

<sup>240</sup> *O Combate*, 07/1957

da sociedade, perdeu o ponto de gravitação dos autênticos princípios norteadores da verdadeira função da palavra escrita. Daí nossa desaprovação aos ataques ensaiados contra ilustres e nobres juízes do nosso foro.<sup>241</sup>

No entanto, a *Folha do Povo*, de propriedade de Osmário Batizaco, saiu em defesa de *O Combate*. De acordo com o jornal, no documento no qual os advogados da cidade se posicionavam a favor do juiz constavam várias assinaturas falsas, usadas sem a autorização dos causídicos. Na mesma matéria, publicada no dia 27 de maio de 1957, a *Folha do Povo* ainda ilustrava sua afirmação com um depoimento do advogado Benedito Meneleu de Carvalho, que alegava jamais ter assinado qualquer documento em solidariedade a Theobaldo Navolar.

Mas embora a ruidosa polêmica tenha sido amplificada por diversos jornais da cidade, nenhum deles veiculou qualquer matéria dando conta de seu desfecho. Após meses de alteração, as notícias sobre o caso Marinósio Filho *versus* Navolar simplesmente sumiram dos jornais. Nem mesmo *O Combate* publicou qualquer esclarecimento sobre o fim do conflito. Mas o silêncio diante dos leitores escondia um arranjo feito nos bastidores. Provavelmente para colocar fim às críticas e ao barulho da imprensa, o juiz Navolar resolveu conceder o cartório a Ciro Ibirá de Barros. A única condição era que Ciro fizesse uma permuta com Francisco Salinet, um cartorário lotado em Iporã. Ciro assumiria o cartório na cidade vizinha enquanto Salinet ficaria com o de Londrina. O acordo foi aceito, e mais nenhuma crítica contra Theobaldo Navolar foi publicada em *O Combate*. Anos mais tarde, em depoimento, Marinósio descreveria com orgulho o desfecho do episódio: “Foi uma beleza! Foi uma vitória!”



Ciro Ibirá de Barros definitivamente não seria o único a procurar Marinósio com o objetivo de promover campanhas difamatórias pelas páginas do jornal. Sem mencionar a demanda dos financiadores políticos, esse tipo de expediente parece ter sido requisitado por muitos outros clientes. O serviço de depreciação prestado pelo

---

<sup>241</sup> Gazeta do Norte, sem data.

*Combate* constava inclusive em um anúncio corriqueiramente publicado no jornal: “Reclamar? Denunciar? Acusar? Ligue para 1036 – O COMBATE”.

Em meados dos anos 1950, o jornal de Marinósio foi contratado por uma empresa local para iniciar uma campanha de difamação contra uma de suas principais concorrentes. Esse trabalho injuriante perdurou por anos a fio, e constituiu um curioso exemplo de como o expediente difamatório de *O Combate* era posto em prática nas páginas do jornal.

As primeiras peças de difamação contra a empresa em questão parecem ter sido publicadas no final de 1955. Em dezembro daquele ano, uma matéria de *O Combate* afirmava que a Cervejaria Brahma estava aplicando um golpe em seus consumidores. A acusação era de que a empresa vendia uma cerveja chamada Vienense, de qualidade inferior, sob o rótulo da Brahma, embolsando, com isso, “lucros astronômicos”. Pouco tempo depois, em fevereiro de 1956, *O Combate* publicou outra reportagem ainda mais prejudicial à reputação da empresa. O texto intitulava-se “Podridão e Sujeira na Cerveja Brahma”. O texto afirmava, de maneira categórica, que a Brahma vendia produtos estragados, repletos de impurezas e que faziam mal aos consumidores. O jornal se comprometia, inclusive, a apresentar laudos de análise química atestando aquelas afirmações em edições posteriores. E de fato, em junho de 1956, *O Combate* publicou um documento assinado pelo Dr. Nelson Augusto Rosário, qualificado como médico-chefe do Distrito Sanitário. O parecer do médico trazia o seguinte texto: “Atesto, que nesta data, examinei 4 (quatro) garrafas de cerveja da marca ‘Brahma Chopp’, contendo impurezas de fermentação e rolhas e que me foram trazidas pela direção do jornal “O Combate”. Tempos mais tarde, o mesmo atestado seria publicado em outra edição sob o título “A Maior Prova do Procedimento dos Inescrupulosos”.

A campanha seria promovida por vários números do jornal. Em agosto de 1956, uma pequena nota gritava: “Brahma Chopp, o veneno da festa – a péssima qualidade do produto pode produzir intoxicação ou envenenamento nos consumidores”. Um mês depois, *O Combate* chegou a pedir providências das autoridades em relação à “calamidade” que constituía a comercialização da cerveja: “Extranhemos que as autoridades sanitárias da capital do estado até o momento não tem se pronunciado. (...) Para que não façamos um juízo errado sobre esta atitude das autoridades faz-se necessário um esclarecimento público de vez que, apesar de reduzidíssimas, continuam entregando ao consumo a Brahma Chopp”. A esta altura, os leitores mais atentos provavelmente já desconfiavam que tamanha insistência difamatória por parte de *O Combate* devia se justificar por algum interesse não

declarado. Mas uma possível evidência dessa motivação recalcada só viria à tona em março de 1958. Na edição daquele mês, o jornal escancarou: “Não beba PRODUTOS BRAHMA porque são sujos e podres. Prestigie o que é nosso: beba CERVEJA LONDRINA, a melhor”.

Mas a forma descarada com a qual Marinósio tentou defender os interesses financeiros da Cervejaria Londrina acabou por não agradar o cliente. Os diretores da empresa devem ter julgado prejudicial vincular a imagem da cervejaria àqueles expedientes difamatórios. Além do que, ao demonstrar suas razões escusas, a campanha perdia a pretensa fachada de “utilidade pública”, arruinando assim a sua credibilidade. Por isso, como forma de remediar o “erro” de Marinósio, a cervejaria buscou a *Folha de Londrina* para publicar uma elucidação pública:

A MALTARIA E CERVEJARIA LONDRINA S.A. sente-se no dever de esclarecer, ao público em geral e aos consumidores em particular, que não autorizou a publicação de qualquer anúncio em jornais de Londrina, em termos que não estão de acordo com a ética comercial e aos quais dá integral desaprovação, pois desabonam produtos de organizações similares à nossa.<sup>242</sup>

Ao publicar a nota na *Folha*, a cervejaria procurava desvincular seu nome das acusações contra a Brahma e, ao mesmo tempo, resgatar a credibilidade da campanha difamatória que já vinha sendo propagada pelo *Combate* há quase três anos. Mas Marinósio não gostou da manobra de seus clientes. Aparentemente ele ficou ofendido com a desaprovação pública que a Cervejaria Londrina fez de seus serviços, e ainda por cima nas páginas da *Folha*, principal rival de *O Combate*. Ainda em março de 1958, Marinósio publicaria em seu jornal uma resposta à cervejaria:

Estranhamos, sinceramente, o comunicado da Cervejaria e Maltaria Londrina publicado, em Secção Livre na Folha de

---

<sup>242</sup> Folha de Londrina, 06/03/1958

Londrina, a respeito de um anúncio inserido neste órgão, aliás o mesmo que, aparece na última página desta edição.

Estranhamos, porque o anúncio em apreço não levou assinatura de quem quer que seja, logo, o sr. LUIZ CARLOS WEIL foi apressado, a menos que esteja fazendo auto defesa. Estranhamos o tal comunicado e a coragem de fazê-lo, mas, como tudo pode acontecer...

No tocante à ética profissional jornalística, aventada na Secção Livre da Folha de Londrina, não admitimos, em absoluto, que o ilustre cervejeiro venha a nos ditar normas ou lições. Seria um atentado a ética jornalística, se nesta oportunidade declinásemos o nome do responsável ou responsáveis pelo anúncio que está sendo publicado, na última página.

Aí então, seria de estarrecer!<sup>243</sup>

Em sua réplica, Marinósio explicitava o vínculo entre Luiz Carlos Weil, diretor da Cervejaria Londrina, e a campanha de difamação contra a Brahma. Além disso, *O Combate* afrontava o cliente ao republicar o mesmo anúncio que havia deflagrado a discórdia. A insolência de Marinósio acabou resultando no rompimento entre o jornal e a cervejaria. Marinósio perdia um cliente e as matérias depreciativas contra a Brahma deixaram de ser veiculadas em *O Combate*. O desacordo entre o jornal e a empresa perduraria por alguns anos. Mas, em 1960, a Cervejaria Londrina passou a fazer anúncios publicitários em *O Combate*, reatando a parceria. E dois anos depois, a difamação contra a Brahma retornaria às páginas do jornal, mas, desta vez, de forma circunstancial. Em fevereiro de 1962, uma nota apelava aos leitores: naquele carnaval, ninguém deveria consumir os produtos da Cervejaria Brahma. A razão: eles eram “sujos e podres”.



No ano de 1958, Marinósio viveria um triste episódio em sua vida íntima: a repentina morte de Dulce de Almeida, vítima de uma peritonite. A companheira do

---

<sup>243</sup> *O Combate*, 03/1958.

Afoxé, mãe de Marinósio Neto, faleceria em março daquele ano. O abrupto falecimento de Dulce consternou os amigos jornalistas, e vários deles publicaram a notícia da morte em seus jornais, prestando condolências a Marinósio Filho. Com a morte de sua mãe, aos 10 anos de idade, Marinósio Neto passou a morar com seu pai e com Cidica, que o criou como um filho.

No início do ano seguinte, em 1959, Marinósio Filho estaria envolvido em mais um desentendimento com seus colegas de imprensa. Desta vez a quizila se daria entre ele, Jamil Elias, proprietário da *Folha do Paraná*, e Adão Anastácio, picareta de anúncios no mesmo órgão. O estopim da desavença aconteceu nas oficinas da Tipografia Londrina, onde tanto Jamil quanto Marinósio imprimiam seus jornais. No dia 14 de fevereiro, Jamil e Adão foram até a tipografia para tratar de negócios. Lá encontraram o tipógrafo Pedro Carvalho, que informou que o seu patrão, Walter Roesner, não estava na oficina. Os dois resolveram esperar pelo retorno de Walter. Neste meio tempo, notaram, em cima de uma mesa, uma folha de *O Combate*, relativa à edição que circularia dois dias depois. Furtivamente, surrupiaram a folha e, para despistar, se dirigiram aos fundos da tipografia. Mas Pedro notou o movimento e foi tirar satisfações. Pediu que devolvessem a folha, mas Jamil e Adão se fizeram de desentendidos, dizendo que não haviam pego coisa alguma. O tipógrafo insistiu, mas os dois continuaram negando. Nesse momento Walter Roesner chega à tipografia e se depara com a cena. Prontamente, Pedro lhe conta o que estava acontecendo. Confiando em seu funcionário, Walter se dirige a Adão e Jamil e exige, de maneira enérgica, que eles devolvam o que haviam pego. Desta vez, diante de Walter, Jamil decide admitir o furto e devolver a folha de *O Combate*. Depois desta situação constrangedora, os dois vão embora e, imediatamente, Walter liga para Marinósio a quem relata o ocorrido.

Ainda no mesmo dia, Marinósio vai até a delegacia e abre uma queixa-crime contra Jamil Elias. Em seu depoimento, ele explica ao policial porque aquela folha de *O Combate* estava sendo cobiçada por seus colegas de imprensa:

Tal folha vinha trazendo várias notas, inclusive uma a que se refere ao Hotel Londrina, denunciando as atividades deste estabelecimento; que de posse da referida folha, [Jamil e Adão] poderiam visitar pessoas atingidas com a notícia e exigirem dinheiro, para desmenti-las ou coisa parecida, uma vez que,

também são homens de imprensa, ou melhor, trabalham em jornal.<sup>244</sup>

Naquela edição inédita, *O Combate* atacaria mais um hotel da cidade. E, na opinião de Marinósio Filho, Jamil e Adão haviam tentado furtá-la com algum interesse escuso. Segundo ele, era bem possível que os dois se utilizassem da notícia depreciativa sobre o Hotel Londrina para tentar tirar algum dinheiro do proprietário. Depois de ouvir Marinósio, o delegado convocou os outros envolvidos a deporem. Pedro Carvalho e Walter Rosner confirmaram a tentativa de furto. Jamil negou, disse que estava em posse daquela folha pois estava simplesmente lendo as notícias, como era de costume entre os frequentadores da Tipografia Londrina. Sobre Marinósio, Jamil afirmou: “Não posso nem atinar que um cidadão que se diz da imprensa possa, sem eira nem beiras, acusar pessoas assim”. Da mesma forma, Adão negou que ele ou Jamil tivessem tentado furto a folha do jornal alheio, e ironizou dizendo que “cometeu sim o crime de ler um jornal pelo qual não tinha pago dinheiro algum”.

Exatamente uma semana após a tentativa de furto, Marinósio Filho voltou à delegacia para fazer outra queixa-crime. Segundo o jornalista, Jamil Elias estaria fazendo declarações injuriosas contra ele. De forma não muito clara, Marinósio alegou que o crime estava sendo cometido “por meio da leitura de originais que contém alusivas ao querelante, epítetos, expressões e referências difamantes. (...) O peticionário é qualificado como: chantagista, analfabeto, proxeneta, achacador, cáften, golpista, malandro e negro”<sup>245</sup>. Diante das acusações, o delegado resolveu encaminhar dois inquéritos para o judiciário: um por tentativa de furto e outro por injúria e difamação. Mas, provavelmente, Jamil Elias sequer ficou preocupado com a possibilidade de ser processado. Uma relação familiar o blindava de qualquer tentativa nesse sentido. Seu irmão, Afif Elias, ocupava o cargo de escrivão no Cartório do 2º Ofício Criminal. Os inquéritos feitos na delegacia, antes de serem endossados pelos promotores, tinham de passar pelas mãos de Afif. E, de fato, as duas queixas feitas por Marinósio contra Jamil Elias chegariam até ele. Em ambos os casos, o escrivão agiu da mesma maneira. Produziu um documento no qual se declarava incapaz de

---

<sup>244</sup> Processo-crime nº A/C 33/59. Disponível no Centro de Documentação e Pesquisa Histórica da Universidade Estadual de Londrina.

<sup>245</sup> Processo-crime nº A/C 8397/59. Disponível no Centro de Documentação e Pesquisa Histórica da Universidade Estadual de Londrina.

atuar no caso, já que era irmão do possível réu. Depois, sugeriu que os inquéritos fossem despachados para o Cartório do 1º Ofício Criminal, onde trabalhava outro escrivão. Mas nenhum despacho foi cumprido. Os dois inquéritos só seriam movimentados novamente depois de oito anos, em 1966, quando os supostos crimes já se encontravam prescritos. Trabalhando no cartório criminal, Afif arranjava um esquema para aliviar os imbróglios de seu irmão. E Marinósio Filho, impotente, tinha de conviver com a frustração de ver suas queixas estacionadas na gaveta do escrivão.



Em 1959, os leitores de jornais de Londrina puderam acompanhar mais uma polêmica envolvendo Marinósio Filho. Dessa vez o jornalista compraria uma briga pública com dois altos funcionários do Banco do Brasil local. Nos meses finais daquele ano, Souza Naves, um político de carreira ligado ao PTB, estava no auge de sua campanha para senador. Mas uma denúncia que circulava pela imprensa ameaçava sua candidatura. O petebista era acusado de levantar fundos para sua campanha por meio de expedientes ilícitos. Segundo os jornais, Souza Naves tinha angariado uma considerável parte da verba por meio de coações dirigidas aos clientes do Banco do Brasil. Na época, o petebista ocupava o cargo de diretor da Carteira de Crédito Agrícola e Industrial da instituição. A grave acusação era usada de forma sistemática pela oposição, que tentava minar a promissora candidatura de Souza Naves. Marinósio Filho, por meio de *O Combate*, era um dos que representavam interesses opostos ao do petebista. Embora o PTB e o PSD estivessem muitas vezes coligados, Souza Naves era um inimigo jurado de Moisés Lupión. As divergências datavam de alguns anos atrás, quando Naves descumpriu uma ordem de João Goulart, presidente do seu partido, e decidiu não apoiar a candidatura de Lupion ao governo do Paraná. Desde então o petebista era persistentemente atacado nas páginas de *O Combate*.

Quando as acusações de coação recaíram sobre Souza Naves, Marinósio decidiu repercutir a polêmica em Londrina. A decisão resultaria em um confronto direto com Nelson Foratini, gerente da agência local do Banco do Brasil, e Fernando Gama, inspetor do mesmo banco no norte do Paraná. Tempos mais tarde, Marinósio afirmou que a briga teria começado em razão de uma notícia, publicada em *O Combate*, na qual o gerente era acusado de maltratar uma empregada doméstica. Em outra versão da história, o jornalista deu a entender que a desavença foi deflagrada em consequência da publicação de uma matéria que relatava uma briga protagonizada

pelo gerente em um bordel da cidade. No entanto, é quase certo que o início do conflito teve a ver com a polêmica envolvendo Souza Naves. Na ocasião, Marinósio estabeleceu um vínculo entre as acusações contra o candidato e a atuação dos dois funcionários do Banco do Brasil em Londrina. Segundo uma pequena matéria publicada em *O Combate*, em novembro de 1959, Foratini e Gama estavam diretamente ligados ao esquema de coação coordenado por Souza Naves:

Em nossa edição passada divulgamos notícias publicadas na imprensa sobre as irregularidade e coações que estariam sendo praticadas por altos funcionários do Banco do Brasil – dublês de cabos eleitorais do sr. Souza Naves – no sentido de coletarem fundos para a campanha eleitoral do maior mistificador político do Paraná. Podemos acrescentar, agora que estão sendo coligidos dados, informes e testemunhos para robustecerem a denúncia que, dentro em breve, será apresentada, na Câmara dos Deputados, com vistas à instituição de Comissão Parlamentar de Inquérito para promover a responsabilização dos culpados ou envolvidos e, conseqüente moralização dos negócios administrativos do estabelecimento bancário oficial da região, principalmente de Londrina, onde os nomes do gerente local, sr. Foratini, e do sr. Fernando Gama, inspetor do estabelecimento na zona norte paranaense, aparecem em destaque. (...)

Provocou a mais viva repercussão o noticiário sobre as atividades políticas, da organizada dupla Fernando Gama – Foratini, este gerente da agência do Banco do Brasil, em nossa cidade, e, aquele inspetor do mesmo estabelecimento na região, que abusando do poder coercitivo de suas funções estariam pressionando clientes no tradicional estabelecimento de crédito, com a finalidade, de organizar a caixinha para a campanha do sr. Souza Naves. (...)<sup>246</sup>

---

<sup>246</sup> *O Combate*, 11/1959

Ainda na mesma edição de *O Combate*, Marinósio publicou uma pequena nota, uma piada que satirizava a situação. Sob o título “Força do Hábito”, a seguinte cena era descrita:

O Gerente do Banco do Brasil, Snr. Foratini, em palestra com o inspetor do estabelecimento, sr. Fenando Gama, inteirados de que uma Comissão Parlamentar de Inquérito investigaria suas atividades, frente a agência local do Banco do Brasil, mostrou-se visivelmente preocupado. Certa pessoa que se achava próximo aos personagens ouviu o seguinte diálogo:

FERNANDO GAMA – Sabe, Foratini, que os nossos negócios vão ser investigados por uma Comissão Parlamentar de Inquérito?

FORATINI, distraído – De quantos por cento, essa comissão?

247

A matéria e a anedota foram suficientes para motivar uma reação coordenada. O ataque a dois altos funcionários do Banco do Brasil local desagradou a um certo setor econômico da cidade. Fazendeiros, empresários e outros membros da elite londrinense se organizaram para responder, em nome de Foratini e Gama, às acusações de Marinósio. O grupo de endinheirados escreveu uma carta de desagravo que foi assinada por quase noventa nomes. Entre os subscreventes constavam figuras como o fazendeiro Alvaro Godoy, os empresários Arlindo Fuganti e Mayrink Góes, o corretor de terras Geraldo Durães, o advogado e vereador Alberto Zortéa, e outros homens proeminentes da *society* local. A carta, intitulada “Manifesto ao Povo”, foi publicada pela *Folha de Londrina* na edição do dia 28 de novembro de 1959:

Os abaixo assinados, lavradores, fazendeiros e membros de todas as camadas sociais de Londrina e da região, vêm, expontaneamente, manifestar de público inteira solidariedade e

---

<sup>247</sup> Idem.

apreço aos srs. Nelson Roversi Foratini e Fernando da Gama e Souza, respectivamente, gerente da agência local do Banco do Brasil e S.A. e inspetor do mesmo estabelecimento do Norte do Paraná.

Dita atitude é tomada como desagravo às insólitas e totalmente infundadas acusações veiculadas através de uma publicação de periodicidade irregular editada nesta cidade, contra a honorabilidade inatacável daqueles prestimosos, eficientes e corretos funcionários do Banco do Brasil S.A., cuja operosidade, dinamismo, capacidade e probidade muito devem o estabelecimento de crédito em que trabalham dedicadamente e a lavoura da região sujeita à jurisdição da agência de Londrina.

Fazendo este pronunciamento, os signatários querem deixar patente o mais veemente repúdio aos achaques dirigidos aos srs. Nelson Foratini e Fernando Gama, hipotecando a esses dignos cidadãos o mais irrestrito apoio e opondo, assim, o mais formal desmentido a tudo quanto se veiculou pelas colunas da publicação aludida. Do mesmo passo, desejam os signatários lamentar possa ter existência, ainda que de maneira irregular e incerta, num centro civilizado como Londrina, órgão de divulgação da natureza ora focalizado. Na oportunidade, dirigem apelo a todos os cidadãos de Londrina e da região, no sentido de que, por todos os meios, evitem até a simples presença de qualquer pessoa que se diga representante daquele jornal e de outros que pautem suas atividades no mesmo diapasão – órgãos que denigrem, desprestigiam e desonram a profissão a que se vinculam, o jornalismo – como profilática medida, tendente a escoraçar do nosso meio elementos desagregadores como esses, cuja ação têm, por certamente, objetivos inconfessáveis, a serviço de interesses ocultos. É preciso que tais pessoas, que se escondem atrás da inocuidade das sanções previstas na atual Lei de Imprensa, se capacitem, de uma vez por todas, de que Londrina é

comunidade de trabalho, cujos foros de civilização não podem tolerar por mais tempo quistos como esse. Convocamos todos os homens de bem desta região a unir esforços no sentido de expurgar de nosso meio esses elementos rançosos.<sup>248</sup>

Na carta, os membros da elite londrinense colocavam suas “boas reputações” a serviço dos funcionários do Banco do Brasil. Ao mesmo tempo, o texto procurava desmoralizar Marinósio Filho e *O Combate*, sugerindo uma má índole para o jornalista e o seu jornal. Ainda que não tenha sido citado nominalmente, Marinósio foi implicitamente acusado de extorsão mediante chantagem. O que a carta dá a entender é que as críticas a Foratini e Gama eram produtos de “achaque”, aos quais “os signatários queriam deixar patente o mais veemente repúdio”. O discurso caminha sempre no sentido de descredibilizar as denúncias contra os bancários, classificando as acusações de Marinósio como “Insólitas e totalmente infundadas”. Da mesma forma, *O Combate* também foi caracterizado como um jornal que não merecia prestígio, já que era movido por “objetivos inconfessáveis, a serviço de interesses ocultos”. A certa altura, o texto afirma ser lamentável o fato de um jornal como o de Marinósio poder existir um centro “civilizado” como Londrina. Assim o argumento contrapõe a natureza de *O Combate* aos valores liberais do progresso, do trabalho e da civilização; de acordo com o raciocínio, o órgão representaria, de alguma forma, a negação destes princípios. Esta negatividade é estendida não apenas ao *Combate*, mas também aos órgãos do mesmo “diapasão” – o que, podemos inferir, aludia aos jornais alternativos que rivalizavam com a *Folha*. De acordo com a carta, estes órgãos tinham de compreender que Londrina era “comunidade de trabalho”, dando a entender que o que Marinósio e seus semelhantes empreendiam era algo que se situava radicalmente distante do louvável universo do trabalho honesto. Por fim, a carta acabava por convocar os “homens de bem” da região norte do Paraná a “expurgar” o mal que esses “quistos” e “elementos rançosos” provocavam nos “foros de civilização” londrinenses.

Mas a resposta contundente e desmoralizante não foi suficiente para calar Marinósio Filho. A tréplica, extensa, viria como o principal assunto da edição de *O Combate* datada de dezembro de 1959. Um dos textos dedicados ao tema era, novamente, uma anedota. Nela Marinósio ironizava, de maneira ferina, o *modus*

---

<sup>248</sup> Folha de Londrina, 28/09/1959

*operandi* supostamente adotado por Foratini para fornecer “papagaios”, termo que à época designava os empréstimos bancários:

A agência local do Banco do Brasil instituiu um novo sistema para descontos de papagaios. Os títulos, para terem aceitação pela gerência, deverão contar com assinatura do beneficiário, em DUAS VIAS:

A PRIMEIRA, no título normal; A SEGUNDA, no manifesto de desagravo ao gerente Foratini.<sup>249</sup>

A piada sugeria que a nota de desagravo publicada na *Folha* era, na realidade, motivada pelos interesses financeiros de seus signatários. O que Marinósio queria dizer era que aqueles homens da elite londrinense eram contumazes credores do Banco do Brasil, e que por isso possuíam motivos econômicos para defender Gama e, principalmente, Foratini. Este argumento ficaria mais explícito na matéria intitulada “Expressivo e Expontâneo MOVIMENTO CLASSISTA” – título que pretendia afirmar a natureza elitista do desagravo.

Francamente, não nos surpreendeu a demonstrada união de tão importante classe. Extranhamos apenas, a coragem de muitos dos signatários do “famoso documento” virem a público confessar laços umbilicais que os vinculam, decididamente, com a gerência do Banco do Brasil local. O documento de desagravo à organizada dupla Foratini-Gama quer fazer sobrepor a força do poder econômico à verdade, principalmente apresentada como nós o fazemos em linguagem clara e sem subterfúgios. Se assim o procedemos é porque não temos ligações com negócios imorais, não estamos envolvidos em negociatas, não cultivamos a corrupção e nem entoamos loas a quem quer que seja, mormente a personagens que não resistiriam a um exame isento das

---

<sup>249</sup> O Combate, 12/1959

obrigações morais e vincos econômicos de domesticados e servis, por assim dizer. (...)

Não está certo um funcionário do Banco do Brasil facilitar coisas a apaniguados, envolver-se em caixinha política, pedir endosso a clientes do Banco para comprar um palacete, achar-se envolvido em empréstimos a pessoas sem idoneidade, principalmente sobre quem pesa uma condenação judiciária, frequentar terreiro de macumba e dizer-se “pai de santo”. Isto é decente? Isto significa probidade? Isto é ser honrado? Se é, então, o ladrão, o sem vergonha, o imoral, o quisto, o patife e o desagregador somos nós, porque não queremos viver dessa forma nem deixar para o nosso filho tal herança. Muitas vezes, “homens de bem”, “impolutos”, de prestígio econômico chegam a rasgar papagaios para fugirem à responsabilidade do crédito. Vão mais além, negam a assinatura em notas de bas-fond. Que dizer então do gosado documento de desagravo? (...) Que valor tem um papelucho desse, senão o de provocar gargalhadas? Para nós tem apenas a expressão da covardia das atitudes de independência, mesmo com os problemas de ordem econômica. (...) É de simples verificação que encontram-se dentre os signatários do gosado desagravo muitos que estão “empenhados até os dentes” e ligados a estes xipófagos de uma orgia nababesca.<sup>250</sup>

Se os endinheirados tentavam desmoralizar Marinósio com a intenção de desacreditar, perante os leitores, suas acusações contra Foratini e Gama, o jornalista devolvia utilizando a mesma tática e com redobrada intensidade. Fazendo as vezes de moralista, Marinósio se representava como tributário exclusivo da “verdade”, já que estava livre do envolvimento em qualquer negociata imoral. Era esta integridade imaculada que o desobrigava a “entoar loas a quem quer que fosse”. O contrário, ele afirmava, se passava com os defensores de Foratini e Gama. Os endinheirados eram caracterizados como sigilosos frequentadores do bas-fond, devedores incuráveis cujas

---

<sup>250</sup> O Combate, 12/1959

fortunas estavam ligadas a “negócios imorais”, a “corrupções” e ao acumpliciamento com a gerência do Banco do Brasil. O gerente Foratini, por sua vez, foi representado quase como uma sumidade no quesito da imoralidade. Entre suas “indecências” constavam o apaniguamento com criminosos condenados judicialmente, empréstimos de dinheiro estatal a “pessoas sem idoneidade” e, como quis Marinósio, “frequentar terreiro” e se dizer “pai-de-santo”. À época, o estigma do “macumbeiro” representava grave infâmia. Vários indícios levam a crer que a aversão às religiões afro-brasileiras era algo amplamente disseminado entre os habitantes de Londrina. O combate às práticas da umbanda ou do candomblé chegavam mesmo o a constar como uma política oficial do município. O artigo 62 da lei 133, sancionada na gestão do prefeito Milton de Menezes, chegou a proibir a realização de “batuques e congadas” na cidade. A frequência em religiões afro-brasileiras era considerada altamente imoral e avizinhava o ilegal. E Marinósio se utilizava desta aversão hegemônica para desmoralizar Foratini, apontando-o como “pai de santo”. Segundo ele, este filão depreciativo seria explorado com ainda mais ênfase em outra edição de seu jornal:

O número seguinte de “O Combate” trazia a manchete: “O gerente do BB não tem condições morais e psíquicas para o cargo que ocupa. Professora a macumba. Tem um terreiro na Avenida Higienópolis e diz receber o Guia Santa Bárbara. Aparece nas reuniões mediúnicas e no auge do frenesi, trajando saia e blusa brancas, além de colares policrômicos, argolas de ouro nas orelhas e rosa branca na mão direita, canta pontos de macumba e dança histérico no cúmulo do espasmo.”<sup>251</sup>

Com estas publicações, Marinósio se utilizava da discriminação religiosa socialmente disseminada na cidade para desmoralizar o gerente do Banco do Brasil. É interessante perceber como, neste momento, a temática da religião afro-brasileira é novamente empregada por Marinósio de maneira instrumental – desta vez, no entanto, em caráter altamente pejorativo. Se na fase do Afoxé as referências aos cultos afros eram elementos positivados, usados como símbolos de uma brasilidade altamente

---

<sup>251</sup> Marinósio Filho e Marinósio Neto (1991, p. 142)

valorizada pelo ideário nacional-varguista, agora, em Londrina, Marinósio dava outro sentido e emprego para o mesmo léxico. A “macumba” era drasticamente negativada, e caracterizada, no mínimo, como “indecente”. Marinósio corroborava com a corrente intolerância religiosa para, pragmaticamente, desmoralizar o gerente Foratini perante a opinião pública. Para defender sua própria reputação e para desprestigiar o seu inimigo, qualquer manobra discursiva parecia valer. Mas os ataques à dignidade do gerente do Banco do Brasil parecem não ter durado muito tempo. Após estes textos violentos, aparentemente, mais nenhuma matéria sobre o assunto foi veiculada em *O Combate*. Não é possível saber por qual razão o desentendimento deixou de ser estampado nas páginas do jornal. Mas não é difícil imaginar que, de alguma forma, Marinósio possa ter sido pressionado a deixar as acusações de lado. Afinal de contas, os homens que assinaram o desagravo a favor de Foratini concentravam muitos poderes e influências, e não teriam dificuldades em arranjar alguma maneira de reprimir Marinósio. O fato é que as matérias a respeito do caso simplesmente deixaram de aparecer em *O Combate*.



Paralelamente à defesa dos funcionários do Banco do Brasil, no final de 1959, os membros da elite local encontravam-se empenhados, também, na campanha eleitoral para a prefeitura. Fazendeiros e empresários reuniam-se em torno do udenista Milton de Menezes, que naquele ano tentava um novo mandato. Seu único concorrente era Renato Bueno, cuja candidatura ganhava força ao ser apoiada pelas diligências de quatro partidos diferentes. Os comentaristas políticos não tinham previsões seguras em relação ao possível resultado do pleito, mas apontavam que Bueno tinha boas chances de ganhar. A ameaça contra a hegemonia política das elites financeiras locais inflamava a campanha. Em meio a este cenário, Marinósio e *O Combate* mantinham um posicionamento ameno, sem grandes convicções ou preferências, mas que pedia para o lado de Milton de Menezes. Naquele momento, ao contrário do que havia ocorrido há alguns anos atrás, Marinósio julgou conveniente apoiar o candidato udenista. *O Combate* fazia alguns elogios a Menezes e publicava, periodicamente, uma notinha que trazia uma resignada palavra de ordem: “POR FALTA DE UM MELHOR, VOTEMOS EM MILTON DE MENEZES”. Para a satisfação de Marinósio, as urnas dariam a vitória ao udenista. A posse do novo prefeito foi festejada em meio às ostensivas comemorações do Jubileu de Prata da cidade. E Marinósio reiterava, em seu jornal, os discursos celebrantes do progresso: “O

acontecimento [a eleição de Milton de Menezes], para nós é motivo de satisfação porque sabemos que, Londrina prosseguirá o seu brilhante ritmo de progresso assombroso que é razão de orgulho para os quantos que aqui labutam e colaboram direta ou indiretamente para maior desenvolvimento desta comuna”<sup>252</sup>.

Também no final de 1959, um jornal de Curitiba veiculou uma notícia sobre um atentado que quase tirou a vida de Marinósio Filho. Pouco se sabe sobre o episódio. O único registro a respeito data do dia 15 de novembro daquele ano, quando o *Última Hora* paranaense publicou a nota intitulada “TENTOU MATAR O JORNALISTA”:

Após violenta discussão com o jornalista Marinósio Filho, às 5:30 horas da madrugada de ontem, no interior do Bar do Compadre (Av. Paraná), Edenezar Benevenuto (qualificação ignorada), armado de um revólver HO, calibre 32, disparou-o contra o profissional de imprensa, que não foi, entretanto, atingido pelo projétil. A vítima foi mais rápida e conseguiu ocultar-se atrás de uma das mesas do estabelecimento, antes do disparo. A discussão teria se originado de um artigo publicado por Marinósio Filho no jornal “O Combate”, de sua propriedade. Edenezar se encontra detido na prisão da DRP local, tendo sido lavrado o auto de flagrante por tentativa de homicídio.<sup>253</sup>

Apesar de o jornal informar sobre a instauração de um inquérito policial, durante a pesquisa nenhum documento deste tipo pôde ser localizado, o que impede o conhecimento de mais detalhes sobre o caso. Da mesma forma, entre as diversas matérias ofensivas publicadas no fim dos anos 1950 em *O Combate*, não foi possível encontrar nenhuma que fizesse qualquer menção direta ao tal Edenezar Benevenuto. Mas, justamente por conta da virulência com a qual Marinósio atacava os antagonistas em seu jornal, não é difícil entender porque alguém de temperamento menos tolerante – a exemplo de Benevenuto – decidisse retaliar as ofensas empregando a violência. Em uma cidade na qual o porte de armas era algo comum entre os homens, as

---

<sup>252</sup> O Combate, 12/1959

<sup>253</sup> Última Hora-PR, 15/11/1959

notícias de desavenças solucionadas à bala era algo corriqueiro nos jornais. E naquela ocasião, por conta dos exageros que cometia ao atacar seus desafetos em *O Combate*, Marinósio quase protagonizou uma destas trágicas notícias.



Naquela virada entre os anos 1950 e 1960, a atuação jornalística de Marinósio também ficaria marcada pelas turbulências envolvendo Lupion no plano político estadual. Para o ano de 1960 estavam marcadas as eleições ao governo do Paraná. Na ocasião, o candidato do PSD era Plínio da Costa, então Secretário da Fazenda estadual. Contra ele concorriam Nelson Maculan, do PTB, e Ney Braga, o grande rival dos lupionistas, ligado ao Partido Democrata Cristão. Embora restem poucos exemplares de *O Combate* relativos ao ano de 1960, sabe-se que neste período Marinósio utilizou o seu jornal para endossar a campanha pessedista. O órgão, afinal de contas, ainda era financiado por Lupión e dedicava-se a rotineiras invectivas contra seus rivais. Mas embora largamente apoiado pela imprensa lupionista, Plínio da Costa não conseguiu vencer o pleito, sendo derrotado justamente por Ney Braga.

Logo que o novo mandato teve início, em 31 de janeiro de 1961, uma intensa perseguição contra Lupion veio a público. Denúncias bombásticas pipocavam nos jornais de todo o Brasil. O líder pessedista era acusado de envolvimento direto em dezenas de crimes. As denúncias mais espantosas davam conta de que Lupion, em uma série de operações ilícitas, teria desviado mais de dez bilhões de cruzeiros dos cofres públicos paranaenses. O ex-governador era acusado, também, pelo contrabando de armas e automóveis vindos do Paraguai. Rumores acusavam-no de receber uma propina mensal para fazer vistas grossas ao jogo do bicho no estado. Outras notícias denunciavam Lupion pela comercialização de terras da União aos seus apaniguados políticos – segundo os cálculos mais alarmantes, o crime teria envolvido a venda de um milhão de alqueires de terras devolutas, o que corresponderia a cerca um décimo do território paranaense. Inúmeros inquéritos foram instaurados, e a imagem de Lupion era seriamente denegrida pelas páginas de vários jornais.

Neste contexto, os defensores do chefe pessedista se esforçavam para desacreditar as denúncias. Para tal efeito, a tática mais empregada foi a de culpar Ney Braga pelos ataques. Políticos do PSD, aliados do partido e jornalistas financiados por Lupion defendiam-no alegando que todas as denúncias eram caluniosas, não passando de sofismas de Ney Braga para desarticular aquele que era seu grande rival político no Paraná. Marinósio Filho foi um dos que empregou este

argumento. Advogando em nome de Lupion e defendendo também sua própria sobrevivência financeira, na edição de janeiro de 1962, *O Combate* publicou: “É necessário derrubar o prestígio do maior político que o Paraná já possuiu. E para tanto, mister se faz perseguir, perseguir sempre, porque afinal alguma coisa sobrar. É isto que eles desejam”. Mas a defesa impetrada por Marinósio se daria, também, por meio do ataque. Escritas bem ao seu estilo, uma série de notinhas violentas e reportagens difamatórias contra Ney Braga ganhariam as páginas de *O Combate* por várias edições.

#### MISTIFICADOR, PENETRA E PEDINTE

Não nos enganamos quanto a formação do governador Ney Braga. Sabíamos, tínhamos a certeza de que, no poder, daria expansão aos seus ímpetos psíquicos e às suas crises históricas. (...) É um Cantinflas de paletó cinturado e calça de play-boy. Comete todas estas barbaridades em nome da Democracia Cristã. Um anjinho de asas, rabo e tudo.<sup>254</sup>

#### Incompetente, CALOTEIRO E MENTIROSO

Este é um governo sem moral. Dissemos sem moral. E isto afirmamos porque o inspetor de quartirão sr. Ney Braga já foi destacado na antiga capital da República com notas policiais por ter desrespeitado uma funcionária do Palácio Tiradentes. Que moral tem este governo se o jogo campeia em suas barbas impunemente? Porque não instaura inquérito contra o chefe de polícia para explicar o porque dessa tolerância fraterna ao jogo? Moralização neste governo é sinônimo de podridão. É este governozinho que através de sofismas, hipnotismos e magias quer conseguir afastar de nosso Estado o sr. Moisés Lupion, com inquéritos farsantes, porque indiscutivelmente o ex-governador representa uma força viva e é um espantalho político, principalmente para esses que são levados ao poder para castigo de uma população. (...) Com o

---

<sup>254</sup> *O Combate*, 01/1962

cinismo que lhe é peculiar, anunciou outros processos envolvendo o maior político do Estado. Anunciou e prosseguirá na sua caminhada ridícula, patife, com a finalidade exclusiva de retalhar a honra alheia e de pretender achincalhar a um homem público a quem o Paraná muito deve.<sup>255</sup>

Em meio ao festival de denúncias, trocas de acusações e difamações mútuas, Marinósio ainda teria de suportar a reaparição de um antigo desafeto. Novamente Miranda Assy surgiria em oposição aos interesses do jornalista, ainda que de forma indireta. Naquele contexto turbulento, o delegado trabalhava para incriminar Moisés Lupion. Na época, Assy estava à frente da Delegacia de Crimes Contra a Fazenda e investigava supostas sonegações de impostos praticadas pelo ex-governador. De forma um tanto impudente, Assy chegou a declarar ao jornal *Última Hora* que “a urgente preocupação do sr. Ney Braga é processar o ex-governador Lupion, evitando assim que ele venha a se eleger no próximo pleito”<sup>256</sup>.

Naquele ano de 1962, o chefe pessedista estava empenhado em ser eleito a todo custo e, aproveitando uma brecha legal, chegou a lançar uma tríplice candidatura: a senador, deputado estadual e deputado federal. Mas sua força eleitoral de fato parece ter sido prejudicada pelos sucessivos escândalos político-midiáticos e, naquela ocasião, Lupion não conseguiu se eleger. No entanto, chegou a assumir uma cadeira na câmara federal como suplente. Envolto em processos e depreciações, conquistando uma duradoura pecha de gângster, Lupion utilizaria a tribuna política para tentar contestar as acusações e dar sobrevida à sua carreira de homem público. E, atuando na esfera local, em Londrina, Marinósio tentava restaurar a imagem de seu financiador por meio das páginas de *O Combate*.

Enquanto seu patrão vivia momentos aflitivos de intensa desmoralização pública, Marinósio Filho, por sua vez, enfrentava crescentes problemas pessoais com a polícia londrinense. No início dos anos 1960, sua relação com os membros da corporação local parecia degradingolar. Os primeiros sinais de mal-estar aparecem em uma notícia publicada em *O Combate*, edição de dezembro de 1962. Nela, de maneira desvelada, Marinósio demonstrava o seu repúdio à atuação dos agentes policiais da cidade.

---

<sup>255</sup> *O Combate*, 11/1961

<sup>256</sup> *Última Hora-PR*, 17/03/1962

### CEGA de ódio a polícia massacra indefesos

A polícia de uns tempos para cá tem ocupado as colunas dos jornais de maneira pouco digna como notícia desmoralizante. Esbirros que desmoralizam a briosa Polícia Militar do Estado, julgando Londrina terra de ninguém, implantaram na 13ª Delegacia, clima de Terror.

Ainda a pouco tempo arbitrários da PM agrediram a um repórter do Última Hora, com socos e pontapés, em virtude de uma notícia simples. Houve protestos na Câmara Municipal, o povo gritou, telegramas foram enviados ao governo, houve o diabo e daí?

A resposta tivemos imediata. Nova agressão a um líder sindical. O fato deu-se em plena rua Brasil. Massacraram o homem. Deformaram-lhe a cara. Houve clamor público, novos protestos, o diabo. Resultado: mais alguns dias soldados PM beberam num bar, urinaram no balcão, puxaram revólver e ameaçaram Deus e a todo mundo.

E daí? Nem uma providência. Os indesejáveis continuam cegos de ódio massacrando indefesos.<sup>257</sup>

Outra matéria do mesmo tipo viria pouco tempo depois, em janeiro de 1963. Na reportagem, Marinósio aproveitava o ensejo para alfinetar novamente o governador Ney Braga. Segundo ele, o governo estadual era um dos responsáveis pela má qualidade dos serviços prestados pela polícia, já que a Secretaria de Segurança Pública oferecia terríveis condições de trabalho aos policiais lotados em Londrina. No entanto, Marinósio também não poupava os próprios agentes locais pelo “péssimo” trabalho que vinha sendo realizado, taxando-os de negligentes e incompetentes.

Mas o embate com a polícia local não se limitaria às críticas em *O Combate*. Marinósio Filho extrapolaria as lindes do discurso jornalístico para, em abril de 1963, desempenhar um enfrentamento cara a cara com vários agentes de polícia. O episódio

---

<sup>257</sup> O Combate, 12/1962

aconteceu em uma manhã do dia 10 daquele mês. Marinósio, bêbado, chamou a atenção das autoridades e também dos transeuntes que circulavam pelo centro da cidade ao protagonizar uma cena nada discreta. O incidente correu a cidade e virou notícia:

Centenas de populares concentravam-se nas proximidades do Bar Líder, na Avenida Rio de Janeiro, na manhã de ontem, para assistir ao “espetáculo” promovido por Marinósio Trigueiros Filho, proprietário da publicação “O Combate”, que, completamente embriagado ao volante de um automóvel sem placa, promoveu grossa desordem naquele local, obstruindo o trânsito, discutindo com policiais e guardas de trânsito e armando ali um “comiciozinho” que terminou com a intervenção de agentes da 12ª SDEP que recolheram o desordeiro à sua residência.

#### CONTRAMÃO

Tentando descer (contramão) a Avenida Rio de Janeiro, via de mão única, Marinósio Filho teve seu carro interceptado por guardas do DST, que o convidaram a retornar, para não obstruir o trânsito. Visivelmente alcoolizado, o motorista passou a desacatar soldados, recusando-se a atender à solicitação. Abandonando o veículo no local, com direção travada, o proprietário do jornal permaneceu nas proximidades, enquanto os guardas do trânsito chamavam a polícia e providenciavam um guincho para recolher o carro.<sup>258</sup>

Inflamado pelo álcool, Marinósio provocava a “desordem” deliberadamente, descumpria as intervenções dos guardas de trânsito e “desacatava soldados”, transbordando sua antipatia à polícia local. Nesta ocasião, por outro lado, os policiais não tomaram atitudes enérgicas em relação ao agressor, optando apenas por conduzi-lo de volta à sua residência. Mas Marinósio reencontraria os integrantes da 12ª SDEP

---

<sup>258</sup> Última Hora-PR, 11/04/1963

pouco tempo depois. Desta vez, o imbróglio envolveria seu filho. Marinósio Neto, então com quinze anos, foi pego tentando furtar os estudantes do Instituto Seminário Bíblico de Londrina na companhia de dois amigos, os irmãos gêmeos identificados nos jornais pelas siglas W.C e W.C. Os três adolescentes invadiram o seminário e, quando já haviam embolsado 400 cruzeiros, foram surpreendidos por dois funcionários da instituição. A polícia foi acionada e os garotos foram parar na delegacia. No dia seguinte, o jornal *Última Hora* relatou o caso, estampou uma fotografia de Marinósio Neto com venda olhos e registrou os antecedentes dos infratores:

Conhecidos playboys, os menores presos em flagrante andam constantemente juntos, promovendo arruaças na cidade. Há dias, um dos irmãos provocou uma tremenda confusão no Bar Ouro Verde, na Avenida Paraná, terminando por engalfinhar-se com um garção do estabelecimento. M.T.N. (filho de Marinósio Filho, proprietário do periódico “O Combate”), foi detido anteriormente, por sedução de uma menor, enquanto os dois irmãos gêmeos filhos de Alberto Pedro Curiali e Maria José Camargo, são também autores de “façanhas” semelhantes.<sup>259</sup>

Para resolver o problema da detenção, Marinósio teve de ir à delegacia e autorizar a liberação de seu filho. No entanto, cerca de uma semana depois, o garoto estaria envolvido em outra ocorrência policial, obrigando Marinósio Filho a encontrar, mais uma vez, os policiais com os quais parecia manter uma relação pouco amigável à época. No dia 24 de julho 1963, Marinósio Neto seria o protagonista de mais uma nota do *Última Hora* paranaense. O texto intitulava-se “Playboys promovem briga em quermesse”:

Verdadeira batalha campal, que culminou com diversos feridos, verificou-se no sábado último, na quermesse do Jardim Shangri-Lá, quando um grupo de playboys comandados pelo

---

<sup>259</sup> *Última Hora-PR*, 04/05/1963

conhecido desordeiro Marinósio Trigueiros Neto provocou uma briga da qual participaram cerca de 15 pessoas.

Duas viaturas da 12ª SDEP compareceram ao local por volta das 23 horas, puseram em fuga a maioria dos arruaceiros. Cinco elementos não conseguiram fugir, alguns deles gravemente feridos, e foram detidos pelos policiais e conduzidos à delegacia de polícia, onde foram identificados Marinósio Neto, apontado como chefe da “gang”, foi preso juntamente com seus companheiros Joaquim Borges Neto, Francisco Borges da Silva, Décio Marques e Benedito Adrian da Silva. Francisco Borges, que fraturou um braço durante a refrega e Benedito Adrian, com ferimentos na cabeça, foram hospitalizados. Há inquérito no 2º Distrito.<sup>260</sup>

As duras críticas feitas em *O Combate*, o episódio de embriaguez na contramão da avenida Rio de Janeiro, a captura das pequenas delinquências cometidas por seu filho – tudo isto indicava uma relação tensa entre Marinósio Filho e a polícia londrinense nos primeiros anos da década de 1960. E esta tensão encontraria um de seus pontos culminantes ainda em 1963. Naquele ano, o delegado suplente Delfino Ulhôa – substituindo o titular Eudes Brandão – indiciaria Marinósio por dois delitos: “uso ilegal de arma de fogo” e “disparo em via pública”. O inquérito foi aberto às 23 horas da noite de 23 de junho, quando Marinósio, preso em flagrante, foi recolhido à delegacia.

O incidente que o levou à detenção teria começado algumas horas antes, na rua Guaianazes – de lá, saindo de um bar após horas de libação, Marinósio Filho chama um táxi. Quem atende a chamada é Benedito Nunes, taxista que o encontra no lugar combinado. Mas Marinósio dispensa o taxista, informando que já tinha arrumado outra carona. Nunes, mesmo sem fazer a corrida, cobra pelo deslocamento do ponto até o local onde eles se encontraram. Ao ser cobrado, Marinósio protesta, xinga o taxista, amassa algumas notas de dinheiro e as arremessa em sua cara. Pouco tempo depois, vai encontrar Benedito Nunes no ponto de táxi. Saca um revólver calibre 32.

---

<sup>260</sup> Última Hora-PR, 25/06/1963

Mas, por estar bêbado, deixa a arma cair no chão. O taxista, aproveitando o deslize, foge.

Uma hora depois Marinósio Filho vai parar no Nossobar, na rua Santa Catarina, a cerca de 200 metros de sua casa. Entra, vai até o balcão, pede uma garrafa de cerveja, esvazia, vai até a porta do bar, saca o revólver: um disparo para o alto. Retorna ao balcão, pede mais uma garrafa, bebe, vai até a porta: outro disparo. Repete a cena ainda mais uma vez. Até que, irritado com a insólita atitude do cliente, José Bernardino Filho, o dono do Nossobar, resolve chamar a polícia. Os agentes Siegfried e João Francisco vão atender a ocorrência e recolhem Marinósio à delegacia. Lá, o jornalista trata os policiais com insolência, desdenha de seus poderes e, ao ser interrogado, mente os dados pessoais. O relatório despachado pelo delegado Delfino Ulhôa ao juiz informava:

O indiciado, alcoólatra contumaz, dado a promover desordens de toda espécie, alegando ser jornalista e, portanto, gozar de impunidades e imunidades, ao ser interrogado, para fins de qualificação, dando mostras cabais de menosprezo e escárnio às nossas instituições, às nossas autoridades, disse ter 16 anos de idade, não ter profissão definida nem residência fixa. Fria e cinicamente Marinósio Trigueiros negou ter sido o autor dos disparos a ele imputados, bem como negou a autoria da inutilização de duas cédulas monetárias [referentes ao dinheiro arremessado na cara do taxista].<sup>261</sup>

Para ser liberado pelo delegado, Marinósio teve de pagar uma fiança no valor de três mil cruzeiros. Pouco tempo depois, um processo-crime foi aberto pela promotoria e, com o julgamento, Marinósio foi condenado a pagar uma multa de quase o mesmo valor. No entanto, seu advogado, Renato Mussi, recorreu a instância superior. Para elaborar o recurso, retirou os autos do processo e, surpreendentemente, os devolveu ao poder judiciário apenas sete anos depois, quando o crime já estava prescrito. Esta manobra descarada, realizada sem nenhuma

---

<sup>261</sup> Processo-crime nº A/C 52/63. Disponível no Centro de Documentação e Pesquisa Histórica da Univerisdade Estadual de Londrina,

punição legal, fez com que Marinósio se livrasse da condenação. O processo foi finalmente arquivado em 1 de julho de 1970.

Mas mesmo que Marinósio não tenha sofrido grandes consequências legais, o episódio na delegacia fez com que ele acirrasse suas críticas à polícia londrinense. Seus alvos mais específicos, evidentemente, tornaram-se os homens que o detiveram naquela ocasião. Em junho de 1963, uma matéria publicada em *O Combate* comemoraria o retorno do delegado Bukowski Filho a Londrina – não, sem antes, atacar Delfino Ulhôa e outros policiais.

Se o delegado Bukowski não assume: DELFINO, IVO E MICHEL MUDARIAM A DELEGACIA PARA A ZONA DO MERETRÍCIO.

Quando da gestão do delegado [titular] Eudes Brandão, apesar das inúmeras falhas naturais do próprio organismo, parecia-nos um servidor público imbuído de vontade de acertar, de garantir a tranquilidade da família londrinense e de oferecer um policiamento sóbrio e reto. Entretanto com a sua despreocupação e desleixo ofereceu campo aos seus auxiliares, uma chusma de assassinos, ladrões, pederastas, maconheiros, proxenetas, alcoólatras e imorais, para agirem de tal forma que, terminaram por estabelecer um clima mal cheiroso, a ponto de obrigarem a queda do delegado. (...)

Aí, a delegacia ficou acéfala, abandonada. Entregue a elementos irresponsáveis, alcoólatras inveterados como Delfino Ulhoa que por pouco mudava a delegacia para o prostíbulo da Vila Matos onde respondia pelo expediente, do quarto da sua amante, bêbado de uísque e sádico de prazeres: um louco. Um imoral à frente de um órgão de responsabilidade. Nas suas noitadas de taras sexuais, Delfino tinha como companheiro inseparável, o inexperiente, o gaiato, o donzelo Michel Sahiun, recém-nomeado delegado distrital que, se revelou até os dias atuais, um bucólico notívago. O Turquinho, como é conhecido no baixo meretrício, herdou o hábito de beber uísque de graça,

aprendeu a dançar tuíste e apurou o gosto de conviver com as ninfas de bordéis. Essa gente tem idoneidade moral para policiar, representar uma sociedade, principalmente, como Londrina?

(...)

#### BUKOWSKI E A REMODELAÇÃO TOTAL

Agora, com a retomada de posição (...) do delegado Bukowski é de se esperar uma limpeza em regra e total. O próprio Bukowski, depois das sondagens que levou a efeito, sabe que o único caminho, o caminho da salvação é a reforma total, de agentes e delegados, pois ao contrário, continuará imperando na delegacia o clima de terror, de roubo, de exploração de lenocínio e de arbitrariedades e, a justiça não pode ser vilipendiada por criminosos contumazes.<sup>262</sup>

Com a volta de Bukowski, Marinósio Filho não media as palavras para detrair os policiais lotados em Londrina. Provavelmente, ao ver seu velho cúmplice novamente no comando da delegacia local, Marinósio deve ter se sentido amparado, com as costas quentes, liberado para atacar de forma desconcertante seus inimigos na polícia londrinense. A mesma virulência também foi empregada para desmoralizar os delatores do Nossobar. Na mesma edição em que difamava Delfino, Michel Sahiun e outros policiais, Marinósio aproveitava para denegrir a imagem do bar que o tinha denunciado à polícia: “Trata-se de uma autêntica espelunca, ponto de marginais de todo jaez. (...) É frequentado também por meretrizes que se juntam aos marginais e promovem os mais diabólicos escândalos”. A matéria também espalhava o boato de que uma das donas do bar, “a mundana Neusa de Tal”, seria amante de um delegado de polícia da cidade: “em virtude dos abusos continuados é de se crer as ligações da vadia com um policial, pois, de outro modo não se encontra explicação para prosseguir o Nossobar funcionando impunemente”. Ao mesmo tempo em que desmoralizava o bar e os policiais, Marinósio pedia providências. É quase como se ele estivesse apelando ao recém-chegado Bukowski uma atitude em relação às denúncias que veiculava em *O Combate*.

---

<sup>262</sup> O Combate, 06/1963

Mas, ao que tudo indica, Marinósio não encontrou em Bukowski a mesma cumplicidade que existia na década de 1950. Na edição de *O Combate* datada de julho de 1963, uma notícia estampava a frustração: “diluiu-se a esperança de remodelação”. Em um tom resignado e parcimonioso, o texto afirmava: “Bukowski não encontrou o apoio que merecia para realizar o que prometera ao assumir a 12ª S.D.P”. Marinósio lamentava o fato de que uma reforma na polícia local ou o afastamento dos agentes “imorais” eram medidas fora do alcance do delegado. E, como se justificasse novamente sua oposição aos membros da corporação londrinense, escreveu uma reportagem na qual denunciava vários policiais por diversos crimes: espancamento, corrupção, formação de quadrilha, peculato, conivência com o jogo do bicho. Além disso, em outra matéria, Marinósio afirmava que estava sofrendo com ameaças e outras arbitrariedades dos policiais, que procuravam vingança. O texto intitulava-se “A Polícia Quer Calar o Jornalista”:

Conhecemos, perfeitamente bem, a mentalidade de muitos dos policiais sediados nas delegacias de polícia de nossa cidade. São autênticos animais irracionais. Uns monstros que, assassinam, roubam, seviciam, exploram o lenocínio, são parceiros de vigaristas e tudo mais que pensamos e a ética não nos permite escrever (...) Conhecendo, dizíamos, essa gente, sabíamos que as ameaças viriam até nós. (...) Só não sabíamos que a audácia de alguns policiais chegariam ao cúmulo de afrontar, desafiar, menosprezar nossas leis. (...) Agora, estamos certos: esses chacais são capazes de tudo. Num gesto de desespero, no ápice do histerismo e na ânsia de pretenderem ocultar dos nossos leitores, as podridões que denunciemos, arbitrários policiais, sádicos e famintos de ódio percorreram as bancas de jornais e, de lá, retiraram todos os exemplares de O COMBATE que se achavam expostos. Não satisfeitos com tamanha indignidade, chegaram ao máximo: ameaçar a proprietária da banca de jornais que trabalha junto

ao Centro de Saúde, dizendo textualmente: se vender este jornal fecharemos a sua banca. (...) <sup>263</sup>

Marinósio terminava a matéria dando um recado. Se algo lhe acontecesse, a Justiça já deveria saber a quem culpar: “Se porventura formos atingidos de tocaia, perante a Lei e a Justiça deverão ser responsabilizados DELFINO ULHOA, IVO DA CUNHA PINTO e MICHEL SAYHUM”. A tensão estava instalada e Marinósio afirmava correr eminente risco de vida. Talvez por contas desta ameaça, as edições seguintes de *O Combate* resolveram silenciar a respeito dos policiais. Com a impotência de Bukowski, Marinósio deve ter se sentido vulnerável. A decisão mais prudente foi arrefecer os ânimos e cessar os ataques à honra dos agentes, que não deixariam de trabalhar em Londrina tão cedo – Marinósio teria de conformar-se para conviver com a presença e o trabalho de seus novos inimigos na cidade.



Em meio a este clima tenso, entre brigas, difamações e ameaças, Marinósio Filho viveria, também, uma paixão arrebatadora. No início dos anos 1960, em uma de suas noitadas, ele conheceu uma moça chamada Vinie Moratore, bem mais jovem do que ele. Apaixonou-se de súbito e, em pouco tempo, ele e Vinie se casaram. O casal deu a luz, já de cara, a dois filhos. Vinisio Moratore Trigueiros nasceu em setembro de 1962, e sua irmã Dulcinie viria dois anos depois. Pouco se sabe sobre a história do relacionamento entre Vinie e Marinósio. O fato é que o romance foi bastante atribulado, recheado de separações e reconciliações. Vinie, repetidas vezes, deixaria Londrina e Marinósio para retornar depois de meses ou mesmo anos de ausência. Por conta destas inconstâncias e nomadismos, quem acabou criando os filhos de Vinie e Marinósio foi, novamente, a ex-cafetina Cidica, com quem ele ainda vivia.

No mês em que Dulcinie nasceu, em abril de 1964, a situação de Marinósio e a sobrevivência de *O Combate* passavam por sérios comprometimentos. O golpe militar atingia de forma direta muitos jornais do país e, em Londrina, as consequências da revolução também recaíam sobre os órgãos de imprensa. Nos primeiros dias de abril, a sucursal local do *Última Hora*, que apoiava o petebista João Goulart, teve sua

---

<sup>263</sup> O Combate, 07/1963

fachada apedrejada por populares pró-golpe. Por outro lado, jornais como a *Folha de Londrina* publicavam editoriais se posicionando a favor dos militares, estabelecendo assim pactos ideológicos com os novos donos do poder. Neste contexto tumultuado, de redefinições políticas e jornalísticas, *O Combate* também passaria por graves turbulências. No caso do jornal de Marinósio, o problema envolvia basicamente o seu alinhamento ao então deputado federal Moisés Lupion.

Lupion foi um dos primeiros políticos brasileiros a serem cassados pelo regime militar. Seu mandato como deputado seria interrompido logo após a instauração do AI-2, no dia 10 de abril de 1964. Acusado de corrupção, além de perder o cargo, Lupion teve todos os seus direitos políticos suspensos pelo período de dez anos. Os militares ainda confiscaram parte de suas propriedades, incluindo fábricas, fazendas e diversos bens pessoais. O afastamento de Lupion da vida pública era o desfecho dos processos incriminadores e difamatórios iniciados ainda no período democrático – ao mesmo tempo em que caía Lupion, seu maior rival Ney Braga alinhava-se ao golpe, declarando apoio aos militares. Pelo que consta, Moisés Lupion nunca foi condenado por nenhuma das acusações que sofreu. Mas, de qualquer forma, a perseguição impetrada pelos militares e aliados o afastou definitivamente da vida política. Mesmo após a anistia, Lupion jamais exerceu ou pleiteou qualquer cargo público. A manobra dos militares marcava o fim da carreira de um dos homens mais mau-afamados da história política paranaense.

Por razões óbvias, o ostracismo de Lupion prejudicava diretamente a existência de *O Combate*. O jornal perdia o seu principal patrocinador e conseqüentemente a vida financeira de Marinósio era colocada em risco. Mas, mesmo com o cerco se fechando, o jornalista reagiria à situação iniciando uma violenta campanha contra os militares. Na edição de maio de 1964, *O Combate* veicularia uma série de críticas anti-golpe. Quase todos os textos do jornal denunciavam arbitrariedades cometidas em nome do “restabelecimento da ordem”. Em um dos principais artigos daquela edição, publicado na primeira página, Marinósio se posicionava com clareza:

Ante a seqüência de acontecimentos de após “revolução”, não nos é possível preferir a comodidade de espectador que ri e aplaude, solta foguetes e dá vivas, aumentando com a omissão criminosa a cáfila vergonhosa dos pusilânimes. Para nós seria até muito mais tranquilo a posição de fogueteiro, de puxa saco.

Falou mais alto, entretanto, dentro de nós, a voz do dever, da consciência, do patriotismo. Não podemos assistir a este festim de ódios, injustiças e perseguições sem ao menos dizer de público nosso constrangimento, do nosso pezar e do nosso pejo. Estamos vivendo a mais desenfreada guerra de ódios, o extravasamento monstruoso de rancores e tudo mais, em nome do povo. O direito cedeu lugar à força e a constituição curvou-se ante as baionetas, que geraram o Ato Institucional como consequência do movimento revolucionário. (...)

Nenhuma palavra é pronunciada em discordância às ordens dos responsáveis pela revolução. Ainda agora para manietar com rigidez o Poder Judiciário anunciam a necessidade de ser decretado Estado de Sítio. Porque o Estado de Sítio, se já não se pode balbuciar palavra alguma e só os cegos não veem que vivemos num governo forte (político-militar) com rótulo luminoso de Democracia? (...) Como Democracia se parlamentares com poderes delegados pelo povo têm os seus mandatos cassados e isto sumariamente, com ausência dos trâmites legais? Já é hora do país retornar ao seu caminho de trabalho; ao seu caminho de normalidade. Chega de baderna e cada qual reconheça a sua responsabilidade e cumpra seu dever.<sup>264</sup>

Na mesma edição, Marinósio publicava também uma contundente defesa de Moisés Lupion. Afirmava que o chefe pessedista havia sido traído por seus correligionários, que se “ajoelharam” aos pés de Ney Braga. E terminava: “Cassaram-lhe o mandato e os direitos políticos. Afastaram-no do vitorioso retorno ao Palácio do Iguazu. Só o tempo faz a história. E a história é implacável em seus depoimentos. Temam-na os detratores do bravo líder, os que o infamaram e os que o traíram, estes terão, não muito tarde, o seu Nuremberg”.

Outros comentários sobre o golpe viriam na nota intitulada “Republiqueta da Delação”. Nela, Marinósio dizia que, em Londrina, muitos se utilizavam da “caça às

---

<sup>264</sup> O Combate, 05/1964

bruxas” implementada pelo novo regime para delatar seus inimigos. Em nome de interesses pessoais, diversos políticos, empresários, advogados e sindicalistas da cidade teriam sido apontados às autoridades como sendo “subversivos”, “comunistas” ou “corruptos” – indivíduos, enfim, danosos ao ordenamento da nação. Segundo Marinósio, muitos estavam sendo presos ou afastados da vida pública por conta dessas delações oportunistas: “Transforma-se o país numa república da delação em que a alcaguetagem tornou-se arma contundente, tendo como prêmio a esperança de melhores oportunidades”.

O tema das delações no contexto do golpe seria explorado também na edição seguinte. Em junho de 1964, na primeira página, *O Combate* publicou uma notinha maliciosa anunciando um irônico prêmio.

Este órgão acaba de instituir singular concurso visando condecorar, condignamente, o delator que mais se destacar neste período da chamada “operação limpeza”, quando são caçados indivíduos tidos como subversivos ou corruptos.

Ao delator mais graduado será conferido a COMENDA DEDO DE FERRO como prêmio ao seu trabalho em favor da “consolidação” da ordem democrática. A COMENDA será conferida em solenidade especial na redação deste jornal, com os aplausos e louvores de convidados especiais.

Para participar do concurso basta escrever-nos e provar que, com sua delação, conseguiu prender tantas pessoas. O delator que apresentar maior “prestação de serviços” será o vencedor, isto é, o primeiro herói nacional agraciado com uma condecoração de tamanha expressão: A COMENDA DEDO DE FERRO.<sup>265</sup>

Se naquela época a relação entre Marinósio e a polícia já estava tensa, com estas críticas, a situação só se agravou. Suas provocações não passaram despercebidas pelos organizadores do golpe em Londrina, e Marinósio foi chamado

---

<sup>265</sup> *O Combate*, 06/1964

para prestar esclarecimentos na delegacia. Naquele período, os homens comandados por Bukowski Filho colaboravam com uma junta militar que estava instalada na cidade. E foi o capitão Afonso Henrique Coelho quem recolheu o depoimento de Marinósio. Mas se a chamada na delegacia foi uma tentativa de intimidar o jornalista, pode-se dizer que a manobra não provocou o efeito desejado. Na edição seguinte de *O Combate*, também de junho de 1964, outra nota sobre a Comenda Dedo de Ferro foi publicada. Segundo o texto, a redação do jornal tinha recebido um “volumoso número de correspondências” indicando candidatos à Comenda. Na mesma edição também foi veiculada uma outra notinha, intitulada “Jornalista Marinósio Filho reafirma posição na CPM [Comissão de Inquérito Policial-Militar]”:

Apesar de considerarmos o fato uma coação moral, estivemos perante a CPM para esclarecer a razão do concurso instituído pelo nosso órgão que enaltecerá o maior delator do município. (...) Reafirmamos nesta oportunidade a nossa posição perante a chamada revolução. Estamos com os princípios de redemocratização do país, porém, não aplaudimos, e repelimos mesmo, violências, perseguições e vinditas. Queremos o restabelecimento total da democracia, e é tudo.<sup>266</sup>

Mas a insubordinação de Marinósio ficaria ainda mais clara em um outro artigo, chamado “Casa da Mãe Joana”. Nele Marinósio fez renovadas críticas às arbitrariedades dos golpistas. O texto, afrontoso, terminava de forma contundente: “Chega, senhores da revolução. Basta. Compenetrem-se da situação desastrosa que o país atravessa. Saibam que o Brasil precisa trabalhar e progredir. Deixem-nos retornar à democracia e guardem suas baionetas”. Mas os atrevimentos de Marinósio, dessa vez, não foram tolerados pelos policiais em conluio com os militares. O capitão Coelho pediu a prisão do jornalista e, no dia 11 de junho de 1964, a *Folha de Londrina* dava notícias da “caçada”:

---

<sup>266</sup> O Combate, 06/1964

Já pela madrugada [do dia 9] uma viatura estacionara em frente à residência do profissional [Marinósio Filho], situada à rua Santa Catarina, no número 329, onde também funcionam as oficinas de *O Combate*. Os policiais vinham com ordem de prisão contra Marinósio, que apesar de tudo não foi levado, pois o jornalista convenceu os agentes a aguardá-lo, às 9 horas da manhã, na sede da 12ª Sub-Divisão Especial de Polícia.

O diretor do jornal, no entanto, deixou de comparecer à Delegacia pela manhã, como prometera, e já não foi mais encontrado. Diante disso, as autoridades militares fizeram fechar o jornal, apreendendo aquela edição e lacrando as portas e janelas do edifício. Segundo se acredita, a Comissão está disposta a enquadrar o jornalista na Lei de Segurança Nacional, desconhecendo-se, porém, em quais dispositivos.

Ontem à tarde, a Polícia realizou intensas buscas em localidades vizinhas, na esperança de encontrar Marinósio, mas as diligências resultaram infrutíferas.<sup>267</sup>

Ao ser intimado pelos policiais, desconfiando de sua prisão, Marinósio resolveu fugir. Para isto, usou de sua astúcia e convenceu os agentes a esperarem por ele na delegacia, no dia seguinte. Segundo consta, Marinósio refugiou-se por certo tempo na chácara de um amigo (que alguns dizem ter sido Mário Fuganti, lendário boêmio da cidade). Depois que a poeira baixou, apelou para Dicesar Plaisant Filho, viajando com ele até Curitiba. A ideia dos dois era tentar resolver o imbróglio pedindo a ajuda de Dicesar, o pai, um intelectual respeitado e que cultivava boas relações com membros da elite política da capital. Em Curitiba, o velho Dicesar levou Marinósio até a presença do general Dario Coelho, comandante da 5ª Região Militar e um dos principais responsáveis por articular o golpe no Paraná. Coelho atendeu ao pedido de intervenção feito por Dicesar. Deu ordens para seus subordinados em Londrina: o pedido de prisão de Marinósio Filho deveria ser suspenso, e *O Combate* poderia voltar a funcionar.

---

<sup>267</sup> Folha de Londrina, 11/06/1964

Retornando a Londrina, Marinósio Filho imprimiria uma nova edição do jornal já em julho de 1964. A partir deste número, Dicesar Plaisant Filho assinaria o expediente da publicação como “redator chefe”, talvez como forma de assegurar o tráfico de influência executado por seu pai. Nesta edição de “reabertura”, em uma matéria intitulada “Eles, os invertebrados morais”, Marinósio contou aos leitores o que havia se passado com ele e com seu jornal na ocasião do golpe:

Pois, bem, foi nesse ambiente que a maior arbitrariedade do movimento de 1º de Abril, em todo o país, foi levada à cabo, até certo ponto. Tivemos, é verdade, nossas oficinas lacradas e nós caçados – pasmem leitores – por esta polícia. A violência seria patente, inconteste. Seriam naquela madrugada capazes de consumir um atentado físico como expansão de instintos sádicos. Preferimos fugir da força, não por covardia, mas por dever; enfrenta-la não seria coragem, heroísmo, antes sim, uma loucura, e nós não somos loucos.

Refugiamo-nos para conseguir chegar sãos e salvos à capital do Estado para nos apresentar ao Comandante da 5ª Região Militar, General Dario Coelho. Ali, aquela autoridade, cônica de sua responsabilidade, após tomar conhecimento da veracidade dos fatos, com o seu alto espírito de compreensão e justiça, solucionou o episódio grosseiro determinando a abertura da nossa casa de trabalho e nos restituindo as garantias individuais e profissionais. (...)

Continuaremos a postos com a mesma firmeza, sem arredar os pés das nossas convicções democráticas e repudiando as violências, as arbitrariedades, as vinditas geradas por injunções políticas e, o mais importante, a figura triste e repugnante do delator.<sup>268</sup>

---

<sup>268</sup> O Combate, 07/1964

Embora Marinósio promettesse continuar com sua oposição aos militares, já naquela edição as matérias referentes ao golpe seriam bem mais brandas, livres de intenções críticas. O jornalista deve ter compreendido que a sobrevivência do jornal no contexto do regime dependia daquele silenciamento, e assim *O Combate* cessou os ataques aos militares e não mais ironizou a revolução. Sem o apoio financeiro de Lupion, a tática de Marinósio para tocar o seu jornal e ampliar as vendas parece ter sido apostar em publicações polêmicas, sensacionalistas. Drogas, violência, sexo – esta sorte de conteúdos passou a ser veiculada com mais frequência em *O Combate*. As matérias sobre as “imoralidades” da prostituição, por exemplo, que já eram recorrentes, entraram como destaques de várias edições. Marinósio acompanhava de perto as manobras dos vereadores e do delegado Bukowski para tentar mudar novamente a zona do meretrício – medida que seria botada em prática mais tarde, em 1966. O combate à prostituição também apareceria como a matéria principal da edição de janeiro de 1965: “Agitada o mundo das bicharocas com as medidas da polícia”. Em um dos raríssimos registros sobre os primórdios da prostituição masculina na cidade, Marinósio concebe um discurso bastante moralista, pedindo medidas de Bukowski para acabar com a “vergonha” que representa a presença dos “invertidos” em Londrina:

Esperamos que Bukowski não venha se curvar diante da posição que representam na sociedade local alguns desses sem-vergonhas que são, infelizmente, cortejados por inescrupulosos, o que significa alimentar a imoralidade para a sua proliferação em todos os meios. Que seja Margarida, Dama de Preto, Martinha, Rosa da Noite, Joaninha Moreira, Emilinha, o diabo, o certo é que a polícia não pode e nem deve parar a grande e aplaudida campanha [de combate à prostituição masculina] nem que “elas” entrem em greve, como já se fala em toda a cidade. A polícia deve continuar a “operação limpeza”.<sup>269</sup>

---

<sup>269</sup> *O Combate*, 1/1965

Nas primeiras edições de *O Combate* do ano de 1965, a maioria das matérias apelava para temas conturbados e potencialmente exóticos. Uma edição de janeiro daquele ano, por exemplo, trazia uma reportagem sobre o uso medicinal do LSD-25 no Brasil. Em outra edição do mesmo mês, dividiam a capa do jornal manchetes como: “Depois de tosquiar a esposa: sou feliz”; “Ratazanas devoram pés de criancinha de 5 anos”; “Bukowski Filho em palpos de aranha com as mariposas” e “Filhos arrancam a língua do pai e dançam nus em torno do corpo”. Há também uma manchete-pegadinha, recurso clássico dos jornais sensacionalistas. Na capa, em letras garrafais, uma afirmação bombástica: “MACONHA NÃO VICIA”. A chamativa manchete, no entanto, era desmentida no miolo do jornal, em uma matéria cujo título era “‘Maconha não vicia’ é de fato invenção brasileira”, e que se revelava um veemente panfleto contra o consumo da planta.

Mas, mesmo com estas tentativas sensacionalistas, a ausência de um chefe político que bancasse o jornal era um grande empecilho à sobrevivência financeira de *O Combate*. O jornal não conseguia muitos anunciantes e não recebia nenhum investimento de vulto como o que fornecia Moisés Lupion. A existência de *O Combate* corria risco, Marinósio cogitava fechá-lo. Mas em 1965 surgiria ainda uma esperança. As eleições para o governo do estado estavam marcadas para outubro, e os candidatos distribuíam o dinheiro da campanha aos jornais. Marinósio entrou neste esquema e passou a apoiar Bento Munhoz da Rocha Neto. O ex-governador, que já havia sido sistematicamente difamado em *O Combate* durante sua gestão, agora era alvo de elogios rasgados do mesmo jornal. Ao mesmo tempo, diversas matérias se dedicavam a criticar o seu principal rival naquelas eleições: Paulo Pimentel, então secretário de agricultura de Ney Braga. Em fevereiro de 1965 Marinósio chegou a lançar uma edição extra de *O Combate*, publicando a íntegra de uma longa carta na qual Bento Munhoz respondia aos insultos públicos que Ney Braga teria dirigido a ele. Mas os esforços da campanha de Bento acabaram frustrados. Apoiado por Ney e possivelmente também pelos militares, Paulo Pimentel elegeu-se para o governo do Paraná.

Em outubro de 1965, em tom de lamento, *O Combate* confirmava a vitória de Paulo Pimentel. Derrotado, Bento Munhoz da Rocha interrompeu o patrocínio do jornal – sem nenhum apadrinhamento político, a manutenção de *O Combate* tornou-se insustentável. A precariedade financeira do jornal fez com que Marinósio decidisse fechá-lo definitivamente. A mesma edição que anunciou o triunfo de Pimentel marcaria também a extinção do órgão. Após mais de uma década de atividades, *O Combate* encerrava as portas e Marinósio entraria em uma nova fase de sua vida.



Trabalhando com jornalismo em Londrina, Marinósio viveu um dos períodos mais tumultuados de sua vida. Conheceu o dia e a noite da cidade, experimentou a boêmia de forma radical, frequentou o meretrício em seu auge, viu o fausto do café, se enturmou com endinheirados e marginais, políticos, policiais e delinquentes. Fez amigos e colecionou desafetos. Naquelas décadas decisivas para a colonização da cidade, Marinósio vivenciou inúmeros conflitos. Foi estigmatizado como achacador, sofreu processos, foi preso, envolveu-se em brigas de bar e em ruidosas polêmicas pelas páginas dos jornais. À sua maneira, entranhou-se na vida citadina, se viu engalfinhado em suas contradições e desenvolveu táticas, expedientes e astúcias para sobreviver.

Aos 51 anos, com o fechamento de *O Combate*, Marinósio encontrava outro estilo de vida. Embora exercícios como a escrita e a boêmia jamais tenham sido abandonados por ele, percebe-se que, com o início da velhice, algo mudava. A disposição para o confronto diminuía. A forma aventureira e atabalhoada de ganhar a vida dava lugar a uma postura mais moderada e um tanto menos combativa. Os episódios tensos, de atritos e rompantes agressivos eram menos frequentes. Marinósio tomava certa distância dos conflitos que atravessavam a cidade. Depois que o jornal fechou, ele chegou inclusive a passar uma boa temporada longe de Londrina. Marinósio deixou a cidade para morar por alguns anos em Salvador. Vinie o acompanhou neste retorno à cidade natal e lá deu a luz a mais uma filha: Vilmari, a caçula, que nasceu em fevereiro de 1966.

O primeiro registro do retorno de Marinósio a Londrina data de 1970. Naquele ano ele trabalhou em uma publicação encomendada pelo então prefeito em exercício. O panfleto se chamava *Londrina 70 – Um ano da administração de Dalton Paranaguá*. O pequeno livreto trazia pequenos textos e fotos destacando os feitos de Paranaguá à frente do executivo. A obra era a primeira publicação assinada pela Promoções M.F., empresa criada pelo próprio Marinósio para prestar serviços de jornalismo e propaganda. Outro trabalho apareceria no ano de 1972, quando ele e Edison Maschio resolveram tentar um pequeno jornal intitulado *Reportagem Policial*. Naquele período, Maschio era o dono de seu próprio periódico, de nome *O Diário*. O órgão possuía uma gráfica particular, que serviu também para imprimir o novo jornal em parceria com Marinósio. Mas a empreitada durou pouco tempo. O próprio Marinósio descreveu a efêmera publicação da seguinte forma: “Foi uma decepção gráfica para seus diretores,

editores e público. As grandes falhas técnicas obrigaram Reportagem Policial a ser distribuída gratuitamente. Saíram dois números, e ninguém notou”.

O ano de 1972 marcaria também o lançamento do primeiro livro organizado por Marinósio: *Gente de Londrina*, uma compilação de 500 micro-biografias de habitantes da cidade.<sup>270</sup> Os verbetes, muito breves, traziam informações básicas sobre os biografados, sem chegar a constituir narrativas. Espécie de *who is who* norte-paranaense, *Gente de Londrina* foi prefaciado por Marinósio Neto, que na ocasião dava seus primeiros passos como jornalista e ajudou o pai a organizar o livro.

Outra obra de Marinósio viria em 1973. *Crimes que Abalaram Londrina*<sup>271</sup>. O livro reuniu as histórias de vários crimes polêmicos ocorridos na cidade. Marinósio rememora estas ocorrências criminosas se utilizando de trechos de processos pesquisados no Fórum. Quando o livro foi lançado, em entrevista à *Folha de Londrina* em 23/11/1973, Marinósio o resumiu da seguinte forma: “O incitamento de amigos e o dever de contribuir para o amanhã me encorajaram a focalizar, em livro, os principais crimes contra a vida humana praticados aqui, e que fizeram Londrina tremer de pavor e corar de pejo”.

Ainda no ano de 1973, a Promoções M. F. publicaria outro trabalho de encomenda. *Álbum Histórico: Diocese de Umuarama* conta um pouco da trajetória da igreja católica na cidade vizinha. Marinósio organizou o álbum em parceria com Pedro Biazeto, um policial que chegou a Londrina na primeira gestão do delegado Bukowski e que também se arriscava como jornalista. Mais tarde, Marinósio resumiria assim a atuação jornalística de seu colega: “pessoa esperta, que de vez em quando, sem dinheiro, ‘mordia’ até os pequenos marginais”.

Em 1976, Marinósio promoveu a primeira edição do evento Mural de Poemas, expondo apenas trabalhos de sua autoria. Se durante as atividades de *O Combate* a produção poética de Marinósio ficou relegada ao segundo plano, praticamente esquecida, agora ela se tornaria um importante exercício pessoal. Entre 1976 e 1980, Marinósio organizaria cinco edições do Mural de Poemas em Londrina, muitas delas com a participação de outros poetas locais. O evento chegou a ser patrocinado pela secretaria municipal de educação e foi reproduzido em outras cidades como Jacarezinho, Campo Mourão, Maringá, Assaí, Guarapuava e Cornélio Procópio. Na terceira edição londrinense do Mural, em 1978, Marinósio lançou o seu primeiro livro de poemas: *Do Outro Lado da Rua*. Na mesma edição, o Mural sofreu problemas com

---

<sup>270</sup> Cf. Marinósio Filho (1972).

<sup>271</sup> Cf. Marinósio Filho (1973)

a Censura Federal, e Marinósio veio a público para reclamar. *A Folha de Londrina* noticiou sua indignação com a atitude do então diretor de cultura da secretaria de educação municipal, Moisés Leonidas, que havia submetido os poemas inscritos no mural ao crivo dos censores. Para protestar, durante o evento, Marinósio expôs três poemas seus impressos em cartolina negra.

1979 marcou o surgimento da Academia de Letras, Ciências e Artes de Londrina. Marinósio Filho ajudou a organizar a entidade e integrou sua primeira diretoria. Inicialmente, seu nome constava apenas como coadjuvante entre os diretores, mas, pouco tempo depois, Marinósio também se tornou um acadêmico. Ele passou a ocupar a cadeira de número vinte e dois, cujo patrono – provavelmente uma escolha do próprio Marinósio – era Dicesar Plaisant, o pai. No estatuto, o artigo de número três explicava as atribuições da entidade: “A finalidade da Academia é o estudo e aprimoramento da Língua Nacional, das Ciências e Artes, bem como, a divulgação de trabalhos de autoria de seus membros”. Entre seus primeiros integrantes constavam plumitivos das mais diversas áreas: políticos, escritores diletantes ou mais empenhados, poetas, advogados, jornalistas, professores – nomes como o do ex-prefeito Antonio Fernandes Sobrinho, do poeta e político Mário Romagnolli, do advogado e ex-vereador Alberto João Zortéa, e de jornalistas como Mauro Ticianelli e Walmor Macarini. Havia também “membros honorários”, como o secretário de educação e dono do Colégio Canadá, Daniel Hatti, e o então prefeito de Londrina, Antonio Belinati. Em um período em que o jornalismo e a literatura local se transformavam substancialmente, ventilando novos ares e referências (influenciados pelo *new journalism*, pela contracultura e pela militância de esquerda), os membros da Academia pareciam representar, em sua maioria, formas de escrita e atuação um tanto obsoletas.

No mesmo ano em que a Academia foi fundada, em 1979, Marinósio publicou um de seus livros mais interessantes: *Dos Porões da Delegacia de Polícia*. A obra foi dividida em duas partes<sup>272</sup>. A primeira relata algumas histórias da polícia e da marginália londrinense nas primeiras décadas de colonização. Fatos que Marinósio viu, ouviu ou mesmo protagonizou em seus anos de jornalismo: as virações e conflitos do meretrício, os métodos e corrupções da polícia pioneira e vários episódios curiosos que entraram para a história não-oficial da cidade. A riqueza dos relatos e o recorte pouco usual na historiografia londrinense conferem relevância à obra. Já a segunda parte de *Dos Porões da Delegacia de Polícia* dedica-se a relatar uma série de

---

<sup>272</sup> Cf. Marinósio Filho (2013).

excessos policiais ocorridos na década de 1970. Espancamentos, prisões arbitrárias, abusos, tortura. Embora não tenha feito nenhuma menção direta aos militares ou aos presos políticos, Marinósio publicava esta sorte de denúncias em pleno regime ditatorial. *Dos Porões de Delegacia* parecia querer afirmar uma inviabilidade crônica dos sistemas policial e prisional de sua época, apontando problemas que, em grande parte, permanecem na contemporaneidade. O livro ainda é consideravelmente consultado na atualidade, sobretudo pela academia, que o habilitou como uma interessante fonte histórica para os pesquisadores da colonização e da cultura local.

Em 1980 Marinósio fundou uma entidade chamada Centro Cultural Brasileiro de Pesquisas e Estudos Sociais. O instituto, em suma, organizava eventos laudatórios, promovia homenagens públicas, inventava e comercializava comendas e condecorações – a exemplo do título de Cavaleiro do Centro Cultural, da Medalha Jubileu do Ouro Verde e do Prêmio Destaque Mulher. A entidade também passou a editar a maioria das publicações organizadas por Marinósio e, em 1982, lançou o seu novo livro de poemas: *Vozes*, viabilizado em parceria com a editora da Universidade Estadual de Londrina. A obra, coordenada por Marinósio, trazia poemas seus e de amigos como Vicente Viana, Cássio Leite Machado, João Soares Caldas (advogado e presidente da Academia de Letras) e Nelson Capucho.

Neste período Marinósio já começava a encontrar consideráveis dificuldades para escrever. Uma artrose nas mãos evoluía rapidamente, o que o obrigava a digitar com cada vez menos dedos. Mas mesmo assim, aos 69 anos, Marinósio lançou mais um livro: *A Lei dos “Homens da Lei”*<sup>273</sup>. Nesta obra, publicada em 1983, o autor explorou novamente aspectos problemáticos da polícia e das prisões, tendo matérias de jornais como principais fontes.

Outro livro, desta vez um romance, viria no ano de 1985: *Duas Filhas Malditas*<sup>274</sup>. Auto-biográfico, o texto resume a história de Cidica e de seu relacionamento amoroso com Marinósio. Mas o foco do livro é, na realidade, um litígio que se desenvolvia naquele começo dos anos 1980. Na época, as duas filhas de Cidica entraram na justiça para tentar alienar os bens da mãe. Alegando que a ex-cafetina estava demente e sem condições de gerir suas propriedades, as duas desejavam obter para si o domínio dos bens. No processo, o padrasto Marinósio era descrito um sujeito de “gênio violento”, que se aproveitava da senilidade de Cidica para usurpar suas propriedades. Marinósio, visando defender a si mesmo e a Cidica

---

<sup>273</sup> Cf. Marinósio Filho (1983)

<sup>274</sup> Cf. Marinósio Filho (1985)

das violentas acusações, escreveu sua versão da história para esta briga familiar e a anexou aos autos de defesa. No fim, a tentativa de alienação de bens não foi acatada pelo juiz. Triunfante, Marinósio transformou seu texto no romance *Duas Filhas Malditas* e, de maneira pouquíssimo discreta, o publicou em 1985. A decisão perenizaria sua inimizade com as filhas de Cidica.

Mas dois anos depois, em 1987, Cidica viria a falecer. No dia 23 de março Marinósio Filho perdeu sua amante mais duradoura. Foram quarenta anos de vida compartilhada. Aos familiares, Marinósio frequentemente descrevia Cidica como sendo sua “grande companheira”, enquanto Dulce de Almeida teria desempenhado o papel do “grande amor” e Vinie Moratore da “grande paixão”.

Dois anos depois da morte de Cidica, em 1989, Marinósio lançaria mais um livro, intitulado *Meus Últimos Poemas (até agora)*. Uma de suas poesias se chamava Flor-de-Lis e era dedicada a Cidica. As primeiras estrofes diziam:

Com muita luta, guerra renhida,  
Ela passou pela vida!  
Decepções, lágrimas incontidas

Pelas ingratidões. Nascidas  
Da gula e da ganância. Vindas  
Carregadas nas ancas das malditas,  
Chacais as cujas ditas.

Foi-se pura, tranquila, amena, como canária cantando  
liberdade...

Estava tão serena!  
Nem parecia ter sofrido tanta maldade.<sup>275</sup>

Além do poema para Cidica, neste livro Marinósio também dedicou textos para todos os seus filhos e netos. Imagens de ternura, nostalgia e de certa melancolia marcam o tom de *Os Meus Últimos Poemas*. O prefácio do livro, escrito por Marinósio, dizia: “Cada poema é um pedaço de mim. Permanecerá, por certo. Irei para plagas desconhecidas. As poesias ficarão como adubo para recordações”. E em alguns versos, Marinósio parecia representar com ainda mais clareza a proximidade da morte:

Este leite que me agasalha,

---

<sup>275</sup> Cf. Marinósio Filho (1989, p. 48)

Me prende, estraçalha,  
 É enfadonho, está medonho,  
 É d'onde vejo a vida passar  
 (...)  
 Não quero acreditar  
 Que tudo vai passar,  
 E ao nada retornar  
 Indecisão.  
 Fica  
 Pra quem fica  
 Somente, ardente,  
 Tão crua, tão nua,  
 A bendita afirmação:  
 A vida continua...<sup>276</sup>

Não chorem por mim quando eu morrer.  
 Não me rendam alguma homenagem,  
 Não lembrem o que poderiam fazer.  
 Quero começar em paz esta viagem.  
 A lágrima, às vezes, é arrependimento  
 Do que poderia ser feito,  
 Não houve tempo!<sup>277</sup>

No fim dos anos 1980, a saúde de Marinósio estava bastante debilitada. Ele sofria com graves problemas respiratórios, em razão de uma vida inteira de cigarros. E por conta da artrose, Marinósio tinha de fazer muito esforço para escrever, o que o deixava cansado e entediado. Às vezes, como alternativa, contava suas histórias a um gravador de áudio cassete, e pedia para que seus netos vendessem algumas das fitas aos velhos amigos – uma maneira de cavar algum dinheiro mesmo com a debilidade física. Em uma destas gravações, Marinósio registrou um pedido:

Eu queria deixar aqui registrado um recado para a Vinie... Aliás, não é só pra ela não, pra não criar um negócio de ciúmes, essas coisas todas. Para todos os meus filhos. Para todos os quatro, inclusive para a Vinie também. Quando eu morrer, vocês não esqueçam de mandar de gravar a seguinte inscrição na minha lápide: “Aqui jaz, contra a vontade,

---

<sup>276</sup> Idem, p. 25.

<sup>277</sup> Ibidem, p. 26.

Marinósio Filho”. E seguem as datas, do nascimento e da morte. Legal, filhos? Não esqueçam desse meu pedido. Obrigado.<sup>278</sup>

Marinósio Trigueiros Filho morreu aos 76 anos de idade, no dia 9 de setembro de 1990, vítima de complicações pulmonares. Foi enterrado no Cemitério São Pedro, no centro de Londrina, e em sua lápide os filhos mandaram gravar o epitáfio que ele pediu. Outra homenagem póstuma veio um ano depois, quando Marinósio Neto editou o livro *História da Imprensa de Londrina (do baú do jornalista)*. A obra, que já vinha sendo preparada por Marinósio Filho há pelo menos dez anos, foi finalizada por Marinósio Neto e publicada em 1991 pela editora da UEL. Em *História da Imprensa* Marinósio contou muitos episódios que recolheu e viveu enquanto trabalhou como jornalista na cidade. A obra póstuma parecia obedecer à vontade de viver que ele tentou perenizar em seu epitáfio: mesmo morto, Marinósio Filho continuava escrevendo em Londrina a sua versão da história.

---

<sup>278</sup> Depoimento oral gravado em áudio por Marinósio Filho. Sem data. Arquivo familiar.

## APONTAMENTOS FINAIS

Contra sua própria vontade, Marinósio Trigueiros Filho jaz. Mas o que este trabalho pretendeu, em certo sentido metafórico, foi devolvê-lo à vida. A escrita desta biografia tencionou reabilitar sua trajetória no tempo presente. Com alguma liberdade criativa, a vontade de vida que Marinósio registrou em seu momento derradeiro foi ressignificada. E, intervindo no plano das representações historiográficas, a presente dissertação procurou reanima-lo, revigorando sua experiência de vida para a apreciação na contemporaneidade. É preciso, no entanto, acentuar as razões que levaram a este movimento exumatório. Por qual motivo a trajetória de Marinósio Filho pode ser considerada relevante? Porque sua biografia deveria ser avaliada como algo além de um mero exercício de memória, estéril e sem efeitos? Sem a pretensão de estabelecer conclusões, o que se deseja neste momento é antes esboçar caminhos, apontar para direções que poderiam ser trilhadas.

Durante esta pesquisa biográfica, diversas fontes referentes a Marinósio Filho foram encontradas. Entre estes documentos, uma notável quantidade deles parece ter sido criada com uma finalidade comum: denegrir a reputação de Marinósio. Estes ataques se deram, precisamente, no terreno da moral. Em um deles, um de seus maiores desafetos, Rafael Lamastra, foi bastante taxativo: Marinósio simplesmente “não tinha moral”. Já o advogado de Lamastra, Ivan Luz, procurou ser mais específico. Segundo ele, Marinósio Filho era “demasiado conhecido na cidade” por ser um falso moralista, ou, como ele mesmo formulou, por sua “atuação pouco consentânea com os princípios da ética que a todos obriga”. Nos inquéritos produzidos pelo delegado Miranda Assy, Marinósio é representado como um alcoólatra inveterado, um desordeiro, “contumaz frequentador de lupanares” dado à “mancebia”. Mas estes inquéritos também o representam, principalmente, como um achacador, como um chantagista inescrupuloso. Má reputação que é reforçada pelo próprio Assy em sua carta publicada na *Folha de Londrina* e que é corroborada, tempos mais tarde, por uma extensa lista de representantes das elites econômicas e políticas de Londrina (na ocasião do desagravo aos funcionários do Banco do Brasil). Até mesmo um amigo pessoal de Marinósio, o jornalista Jamil Elias, dedicou-se a difamá-lo publicamente, taxando-o com os seguintes adjetivos: “chantagista, analfabeto, proxeneta, achacador, cáften, golpista, malandro e negro”.

De certa forma, esta reputação encontrada na documentação, quando arrolada em uma formato biográfico-narrativo, torna o personagem Marinósio Filho incompatível com o padrão biográfico hegemônico que está vinculado à historiografia oficial de

Londrina. Como vimos na primeira parte do trabalho, esse padrão possui um caráter exclusivamente elogioso e heroizante – verdadeiros compêndios de virtudes em formato de biografias. O código moral que informa as qualidades desses biografados exemplares é constituído, por sua vez, por uma série de valores liberais. O herói da colonização local dedica-se ao trabalho honesto, acumula capital apenas por meio de seus esforços pessoais, desempenha uma trajetória ética ilibada e, em sua ascensão social redentora, beneficia também a coletividade. É, em suma, o típico *self-made-man* trabalhador e altruísta que luta – e consegue – instaurar os benefícios do capital e do progresso de maneira plena e irrestrita. A cidade que este tipo de personagem deixa entrever é igualmente utópica. Segundo as versões hegemônicas da historiografia local, *pari passu* à trajetória do herói, Londrina também teria ascendido em um progresso fáustico que instituiu seus benefícios de maneira integral e absoluta. É quase como se o processo de colonização tivesse originado uma cidade ideal, onde a civilização foi instalada de forma plena, sem embates, problemas, rugas ou conflitos de nenhum tipo. Um espaço enfim, em que o projeto liberal e seus valores triunfaram por inteiro.

No entanto, a cidade que se pode desenhar a partir da biografia de Marinósio parece ser bastante avessa a essas idealizações hegemônicas. Afinal de contas, Marinósio Filho é, por assim dizer, um personagem problemático, dado ao conflito. Ao contrário da cidade homogênea, da comunidade ordeira e pacífica assinalada pela historiografia oficial, a Londrina de Marinósio Filho é atravessada por jogos de interesses, por ferrenhas disputas entre diferentes atores e projetos de poder. O próprio Marinósio está engalfinhado ao seu modo neste cenário conturbado, a partir do qual tenta fazer valer seus próprios interesses. Sua atuação se dá tanto nas altas esferas de poder – como quando se opõe ou se alinha a delegados, governadores, prefeitos e endinheirados –, quanto nas zonas disputadas por micropoderes – como quando se envolve em brigas com colegas jornalistas, pequenos comerciantes, figuras marginais, prostitutas e cafetões. Aliás, a própria frequência de Marinósio em espaços marginais e sua relação com seus habitantes já permite vislumbrar uma cidade na qual o progresso não parece ter se instalado de forma irrestrita. Seu trânsito entre as altas rodas do poder e a marginália miúda por si só já dá a conhecer uma cidade estratificada, ambivalente, problemática.

Uma ambiguidade análoga, inclusive, parece estar reproduzida no próprio comportamento de Marinósio. Da mesma forma que ele parece transitar entre sujeitos e espaços ambivalentes, seu modo de vida também aparenta comportar duas dimensões opostas. Ao mesmo tempo em que Marinósio Filho acata certos princípios

do ideário liberal, por outro lado, acaba negando estes mesmos valores hegemônicos – ou, pelo menos, vivenciando-os de forma desviante. Em Marinósio, a fixação pelo ganho financeiro, pelo enriquecimento como projeto de vida, parece fazer dele um personagem próximo à figura do *self-made-man*, do colonizador norte-paranaense ideal. No entanto, seu desprezo pelo acúmulo de capitais, sua dissipação financeira com os prazeres noturnos e sua ostentação desbragada o coloca em desacordo com este mesmo ideal. Igualmente, o princípio da ascensão pelo trabalho árduo e honesto, próprio dos heróis liberais idealizados, parece encontrar pouca aceitação no Marinósio Filho representando nesta dissertação. O personagem aqui delineado, pelo contrário, procura ganhar dinheiro por meio de expedientes astuciosos, espertos, amalandrados, venais, e, em alguns casos até mesmo ilegais (como nos episódios em que Marinósio figura como suspeito por estelionato e achaque) – formas de arrecadação, enfim, pouco nobres do ponto de vista da utopia liberal. O altruísmo é outro princípio moral presente nas representações dos heróis *self-made-man* que encontra uma manifestação ambígua em Marinósio Filho. Em sua prática jornalística, o biografado se coloca várias vezes como defensor da verdade e do bem coletivo. Mas na realidade esta pressuposta defesa cumpre a função de credibilizar seus discursos, quais sejam os elogios a um patrocinador político ou a agressão a um de seus opositores. A apologia a Lupion, os ataques à Cerveja Brahma, os textos hipermoralistas contra o meretrício, a campanha anti-golpe militar – nestes e em outros episódios, embora o jornalista se apresente em defesa de uma causa comum, o que motiva sua militância são razões bastante pessoais ligadas, principalmente, à vontade de poder financeiro.

Desta forma, o vigor biográfico de Marinósio parece residir, justamente, em sua capacidade de desvelar uma cidade cuja historiografia oficial e seus heróis idealizados procuraram ofuscar ou, no mínimo, omitir. A potência anti-heroica do biografado estaria manifesta, assim, em sua capacidade de deflagrar uma versão anti-utópica da história local. Para avançar um pouco nesta discussão, talvez seja necessário retomar o percurso desempenhado pela presente dissertação. Como já foi dito, o trabalho foi dividido em duas partes. Em um primeiro momento, a tentativa foi a de estabelecer os contextos de produção das biografias ligadas à história hegemônica de Londrina, bem como analisar as características destas narrativas biográficas, entendidas como tributárias de uma estrutura heroica baseada em valores liberais. Nesta etapa, vimos de que forma indivíduos como Humberto Puiggari Coutinho, Adriano Gomes, Gustavo Branco, Fidelis Mioni, entre outros, atuaram produtivamente, compondo estas imagens publicitárias e heroizantes. Pudemos notar como este expediente criador de representações laudatórias estava ligado a objetivos venais, a interesses financeiros

ou políticos – tanto por parte de seus produtores quanto por parte dos heróis-biografados. Observamos como estas representações foram desenvolvidas com o objetivo imediato de “vender” a cidade e beneficiar os membros de sua elite financeira e política: uma “picaretagem”, no sentido amplo da palavra. Ao mesmo tempo, relativizamos o suposto virtuosismo destes heróis fabricados contrapondo suas imagens apologéticas a representações pouco idealistas constantes em alguns documentos não-oficiais da história local: o processo-crime envolvendo o jornalista João Gabardo, a matéria escrita por Frank Miller para a revista *Life* e o romance satírico *Escândalos da Província*, de Edison Maschio. Neste primeiro momento, embora a versão hegemônica da história de Londrina seja mencionada, já é possível entrever uma cidade diferente, menos utópica, onde personagens, instituições e episódios históricos aparecem livres da áurea épica e publicitária.

A segunda parte do trabalho propôs, por sua vez, a criação de uma biografia que estabelecesse um contraponto às narrativas heroicas hegemônicas. O eixo deste enredo anti-épico seria a figura de um anti-herói. Em um raciocínio um tanto óbvio, escolheu-se um biografado que poderia, potencialmente, representar uma relação menos idealizada com a história da cidade. Para tal fim, o personagem designado foi Marinósio Trigueiros Filho. O desenvolvimento de sua biografia acabou por ocasionar um duplo movimento. Em primeiro lugar, de forma mais evidente, ao instalar um anti-herói como o eixo narrativo da biografia, o trabalho criou uma via alternativa às representações biográficas engendradas pela historiografia hegemônica. Desta forma, procurou realizar uma espécie de paródia, provocando um desvio crítico e irônico do modelo canônico local. Marinósio apresenta-se assim como um personagem sarcástico e arremido à forma biográfica cristalizada pela tradição – sua trajetória permite entrever uma cidade pouco ideal, marcada por conflitos, antagonismos e astuciosos jogos de poder. Em um segundo momento, por ser o próprio Marinósio Filho um criador de representações, sua biografia estabelece uma relação não apenas com as narrativas heroicas idealizadas (como as de Olavo Godoy, José Garcia Villar, etc.) mas também com os métodos de seus criadores (como Gustavo Branco, Adriano Gomes, entre outros). Assim, Marinósio faz uma dupla ironia à tradição historiográfica hegemônica, desmitificando suas criaturas e seus criadores. Isto porque em Marinósio Filho podemos reconhecer claramente os expedientes representacionais do *self* como táticas para a obtenção de poderes. Despido do manto laudatório dos heróis, o que em Marinósio se revela é a crueza dos interesses, dos truques, encenações e manobras executadas na cidade com a finalidade de angariar poder e, principalmente, dinheiro.

Mesmo que a versão hegemônica da história local e de seus protagonistas seja abordada na primeira parte do trabalho, a impressão que se obtém com a totalidade da dissertação parece apontar para uma imagem da cidade bastante avessa àquela proposta pela historiografia oficial. Esvaziando as idealizações liberais, o trabalho pretendeu trazer à tona um entendimento da cidade que promete mais verossimilhança. Esta concepção alternativa sobre Londrina parece ter como elemento fundamental não a realização da utopia do progresso, mas sim um componente visceral e radicalmente diverso: o *ethos* da astúcia. Este parece ser uma propriedade recorrente em várias passagens da história local anti-heróica e anti-utópica proposta por este trabalho. O que se desenha aqui não é uma Londrina atravessada pelos princípios essenciais do liberalismo, como o trabalho honesto, o progresso redentor e o triunfo absoluto da civilização sobre a barbárie. Mas sim uma cidade na qual a vontade de poder financeiro é exercida por meio de expedientes astutos, arditos, amalandrados, conflituosos, e, muitas vezes, fraudulentos. Um devir ladino que é praticado, corriqueiramente, com a ferramenta da representação de si.

No caso dos “heróis” apresentados na primeira parte, vimos como a representação elogiosa de si servia para beneficiar os negócios, aumentar o status social ou a influência política dos biografados. A encenação do eu, a construção de uma imagem individual estava ligada, no limite, à obtenção deste tipo de vantagens. A recorrência desta encenação astuciosa na cidade foi, inclusive, muito bem intuída e retratada de forma pioneira por Edison Maschio, em seu seminal romance *Escândalos da Província*. Já no caso de Marinósio Trigueiros Filho, de forma paródica, quase caricatural, podemos visualizar o expediente venal da representação de si às escancaras. Em um primeiro momento, antes de sua chegada a Londrina, acompanhamos seus esforços para a construção da *persona* do Professor Marinósio Filho e de um discurso que garantisse sua sobrevivência financeira no contexto cultural varguista. Já em Londrina, Marinósio atua como jornalista sobrevivendo, principalmente, por meio da construção de representações para os outros. Imagens elogiosas para seus aliados e financiadores ou difamatórias para seus opositores. Neste sentido, a relevância da biografia de Marinósio está no fato de que a documentação reunida permite observar estes expedientes representacionais de forma bastante evidente e crua. É quase como se em Marinósio Filho pudéssemos visualizar nitidamente os bastidores que as encenações heroizantes omitem.

Assim, o presente trabalho parece apontar para uma consideração hipotética: a de que talvez seja pertinente escrever uma história de Londrina baseada nestes movimentos de invenção astuciosa de si. Tal versão levaria em conta não apenas o

teor dos discursos representacionais do eu mas também os gestos que os engendram e os efeitos que os motivam. O desenvolvimento desta possibilidade poderia estabelecer uma compreensão que, embora inédita no contexto da historiografia local, encontraria lastro em uma longa tradição do pensamento ocidental. A metáfora do *theatrum mundi*, como escreve Richard Sennet, é uma chave de interpretação social que remonta à Grécia Antiga, que se manifesta com certo vigor no Renascimento e que é reconfigurada no século XX como um método científico. Trata-se de uma perspectiva que procura conceber a vida social como um grande teatro, um palco de performances representacionais no qual os indivíduos são atores desempenhando múltiplos papéis. O *theatrum mundi* foi seriamente explorado como ferramenta de estudo sociológico e histórico por autores como o próprio Richard Sennet<sup>279</sup>, Ralf Dahrendorf<sup>280</sup> e Erving Goffman<sup>281</sup>. Este último, em sua obra *A Representação do Eu na Vida Cotidiana*, atribui ao que ele chama de “teoria do papel social” uma importância fundamental para o estudo das sociedades. Segundo Goffman, é precisamente por meio da análise dos papéis representados socialmente que podemos identificar as formas de manifestação da cultura no nível da atuação individual.

Embora tenhamos utilizado a metáfora do teatro por várias vezes durante a dissertação, este trabalho não pretendeu testar até as últimas consequências a ideia do *theatrum mundi* no âmbito da história local. Esta possibilidade é apenas um horizonte para o qual o estudo pode vir a apontar. No entanto, o que se pretendeu, de fato, foi demonstrar que alguns destes expedientes representacionais praticados na cidade deslizaram de sua função mais imediata para o terreno da memória, cristalizando-se assim na versão hegemônica da história de Londrina. De forma mais específica, a tentativa foi a de ver como certas construções discursivas sobre sujeitos fixaram os protagonistas desta história – notadamente, os “heróis” assinalados na primeira parte do trabalho. Em um segundo momento, o trabalho procurou apresentar uma alternativa a estas representações hegemônicas. Uma alternativa que, de certa forma, funcionasse como uma paródia dessas narrativas heroicas consagradas pela tradição.

Estabelecendo-se como personagem paródico, Marinósio Trigueiros Filho parece figurar como uma espécie de anti-herói pícaro. Suas semelhanças com este

---

<sup>279</sup> Cf. Sennet (1999, passim).

<sup>280</sup> Cf. Dahrendorf (1969)

<sup>281</sup> Cf. Goffman (2011)

personagem-tipo surgido no século XVI são notáveis. Conforme esclarece Mário M. Gonzalez,

A obra picaresca clássica funciona basicamente como paródia dos mecanismos ascensão dentro de uma sociedade que rejeita a burguesia e na qual o parecer prevalece sobre o ser. O pícaro, como já dissemos, é um permanente fingidor dentro da sua ficção, e seu fingimento serve exatamente para denunciar uma sociedade cujo denominador comum é a hipocrisia. As obras neopicarescas, evidentemente, não terão o mesmo contexto ideológico da rejeição da burguesia, mas parodiarão uma situação semelhante.<sup>282</sup>

A trajetória de Marinósio Trigueiros Filho, ao ser ambientada no contexto da Londrina do Eldorado – onde a vontade de poder financeiro é exercida por meio de encenações de si – parece cumprir uma função muito parecida com a do pícaro clássico. Marinósio denuncia, involuntariamente e de forma caricatural, alguns dos expedientes astuciosos e fraudulentos por meio dos quais o desejo de enriquecimento era colocado em prática na cidade. Sua biografia, por estar despida da áurea épica, publicitária e apologética que pauta as narrativas heroicas locais, revela que as qualidades entendidas como “virtuosas” nos *self-made-men* da cidade podem ser, na realidade, engodos, formas bastante parciais e idealistas de se conceber as atuações dos homens que habitaram a cidade nas primeiras décadas da colonização. Como escreve Flávio R. Kothe,

Supor que o socialmente alto é elevado apenas por suas qualidades constitui um passe de mágica que está de acordo com a perspectiva do poder hegemônico. Aí não se discute a natureza da qualidade nem se ela efetivamente é uma qualidade ou apenas uma máscara de uma qualidade. Ao que

---

<sup>282</sup> Gonzalez (1994, p. 269)

parece, a qualidade positiva ou negativa de um gesto depende mais da perspectiva em que ele é iluminado do que qualquer valor “em si”. Não há “fatos”, apenas versões. Mas há também a lógica da história. (...) [O pícaro] não fala em nome de princípios mais elevados. Mas por que desmascara ele o que pretende ser socialmente elevado?

Levando mais avante a pergunta imanente à figura do pícaro, a atitude dele talvez sugira, simplesmente, que não há princípios mais elevados, mas tão-somente diversidade de interesses, aparecendo finalmente como bons os interesses dos mais fortes. A verdade acaba sendo então apenas a versão oficial.

283

---

<sup>283</sup> Kothe (1987, p. 47)

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ADUM, Sônia M. S. Lopes. **Imagens do Progresso**: civilização e barbárie em Londrina (1930-1960). Dissertação (mestrado em História). Depto. De História da UNESP, campus Assis, 1991.
- ANTONIO, João. **Comprados e Vendidos**. Inédito.
- ARIAS NETO, José Miguel. **O Eldorado**: representações da política em Londrina (1930-1975). Londrina, EDUEL, 1998.
- AUGEI, Moema Parente. **Visitantes estrangeiros na Bahia oitocentista**. São Paulo: Cultrix, 1980.
- AVELAR, Alexandre de Sá. **A Biografia como Escrita da História**: possibilidades, limites, tensões. In: Revista Dimensões nº 24. 2010.
- BACZKO, Bronislaw. **Imaginação Social**. In: Enciclopédia Einaudi (antopos-homem). Lisboa, Imprensa Nacional/Casa da Moeda, 1985.
- BARNABÉ, Marcos Fagundes. **A organização do território e o projeto da cidade**: o caso da Companhia de Terras Norte do Paraná. Dissertação de Mestrado. Departamento de Arquitetura e Planejamento da Escola de Engenharia de São Carlos da Universidade de São Paulo. São Carlos, 1989.
- BENATTE, Antonio Paulo. **O Centro e as Margens**: prostituição e vida boêmia em Londrina (1930-1960). Curitiba, Aos Quatro Ventos, 1997.
- BENATTE, Antonio Paulo. **O jogo em Londrina nos tempos do café**. Inédito, 2014.
- BERNAL, Victoria. **Colonial Moral Economy and The Discipline of Development**: the Gezira Scheme and “modern” Sudan. In: Cultural Anthropology 12, American Anthropological Association, 1997. Disponível em:  
<http://www.socsci.uci.edu/~vbernal/bio/Bernal-CA2.pdf> (acesso em 08/11/2013)
- BIGG-WITHER, Thomas P. **Novos caminhos no Brasil meridional**: a província do Paraná, três anos de vida em suas florestas e campos (1872/75). Rio de Janeiro, José Olympio, 1974.
- BORGES, Antonio. **Fragmentos de Vida**. Salvador: Ed. Helvécia, 2000.

BORGHI, Eduardo Baroni e DINIZ, Larissa Mattos. **A População Negra em Londrina: uma luta por reconhecimento**. In: Anais do XIV Encontro Regional da Anpuh-Rio: Memória e Patrimônio. Rio de Janeiro, 2010. Disponível em:

[http://www.encontro2010.rj.anpuh.org/resources/anais/8/1276742904\\_ARQUIVO\\_ANP\\_UH\\_AROL.pdf](http://www.encontro2010.rj.anpuh.org/resources/anais/8/1276742904_ARQUIVO_ANP_UH_AROL.pdf) (acesso em 27/10/2013)

BRANCO, Gustavo e MIONI, Fidelis. **Londrina no Seu Jubileu de Prata: documentário histórico**. Londrina, Realizações Brasileiras, 1960.

BRANCO, Gustavo e ANASTÁCIO, Adão. **Construtores do Progresso**. Londrina, 1969.

BRAUNA, Luciana e POLON, Paulo Henrique Heitor. **Registro e Análise do Projeto “Aqui Tem História”**. In: Anais do Seminário de Pesquisas em Ciências Humanas, UEL, 2008. Disponível em:

<http://www.uel.br/eventos/sepech/sepech08/arqtxt/resumos-anais/LucianaBrauna.pdf> (acesso em 27/10/2013)

BRITO, Cristovão. **O Recôncavo Baiano Pré-Petrobrás**. Salvador: EDUFBA, 2008.

BROMBERT, Victor. **Em Louvor de Anti-Heróis: figuras e temas da moderna literatura europeia (1830-1980)**. São Paulo, Ateliê Editorial, 2001.

CAMPBELL, Joseph. **O Poder do Mito**. São Paulo, Palas Athena, 1990. Disponível em: [http://gepai.yolasite.com/resources/joseph\\_campbell\\_%20o\\_poder\\_do\\_mito.pdf](http://gepai.yolasite.com/resources/joseph_campbell_%20o_poder_do_mito.pdf) (acesso em 08/11/2013)

CAMPBELL, Joseph. **O Herói de Mil Faces**. São Paulo, Editora Pensamento, 1997.

Disponível em:

[http://s3.amazonaws.com/psilocybe\\_files/mundocogumelo/Joseph%20Campbell%20-%20O%20Her%C3%B3i%20de%20Mil%20Faces.pdf](http://s3.amazonaws.com/psilocybe_files/mundocogumelo/Joseph%20Campbell%20-%20O%20Her%C3%B3i%20de%20Mil%20Faces.pdf) (acesso em 27/10/2014)

CASARIL, Carlos Cassemiro. **Formação sócio-espacial de Londrina-PR e seu processo precoce de verticalização urbana**. Revista Discente Expressões Geográficas. Florianópolis, nº 7, junho de 2011. Disponível em [http://www.geograficas.cfh.ufsc.br/arquivo/ed07/n07\\_art02.pdf](http://www.geograficas.cfh.ufsc.br/arquivo/ed07/n07_art02.pdf) (acesso em 27/10/2014).

CASTELNOU, Antonio Manuel Nunes. **Arquitetura Londrinense: expressões de intenção pioneira**. Londrina, A. Castelnou, 2002.

CASTRO, Ruy. **Carmen, uma biografia**. São Paulo: Companhia das Letras, 2005.

CESARIO, Caio Julio (2007): **Memória e Identidade Regional no Cinema de Hikoma Udihara**. Discursos Fotográficos, Londrina, v. 3, n. 3, pp. 97-112.

COSTA, Virgílio. **O Mangue**: imagem de libertinagem e pobreza no Rio de Janeiro modernista (1920-1930), ou, Os horizontes do modernismo. Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa, 1999.

COUTINHO, Humberto Puiggari. **Londrina, 25 anos de sua história**. São Paulo, Edição Comemorativa do Jubileu de Prata, 1959.

DA CONCEIÇÃO, Antonio Carlos Lima. **Lavar com Sangue a Honra Ferida**: Os Crimes Passionais em Salvador 1890-1940. Dissertação de mestrado. Salvador: UFBA, 2009.

DAHRENDORF, Ralf. **Homo Sociologicus**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1969.

DAMASCO, Maria Santos. **História e Memória da Hanseníase no Brasil do Século XX**: o olhar e a voz do paciente. TCC de graduação em História. Rio de Janeiro: PUC-RJ, 2005. Disponível em:  
<http://www.historiaecultura.pro.br/cienciaepreconceito/producao/monomdamasco.pdf>  
(acesso em 27/10/2014)

DELEUZE, Gilles e GUATARRI, Felix. **O Que é a Filosofia?**. Rio de Janeiro, Editora 34, 1992.

DOMINGUES, André. **Cinco Cantos de Vanguarda**: populares e eruditos em luta pela brasilidade moderna. Tese de doutorado. São Paulo: USP, 2013.

DOSSE, François. **O Desafio Biográfico**: escrever uma vida. São Paulo, Editora da USP, 2009.

FEIJÓ, Martin Cezar. **O que é Herói**. São Paulo, Brasiliense, 1984.

FERREIRA, Alexandre Leonardo de Alvarenga. **Coluna Social**: elementos utilizados pelo colunismo social que remetem ao processo de projeção e identificação do público, caracterizados por Edgar Morin. Monografia (TCC em Comunicação Social). Departamento de Comunicação da UNI-BH, 2006. Disponível em:  
<http://convergencia.jor.br/bancomonos/2006/alexandrealvarenga.pdf> (acesso em 27/10/2014)

FRITSCH, Winston. "1924" **Pesquisa e planejamento econômico**, v.10, n.3, p.713-774, dez. 1980. Disponível em:

<http://ppe.ipea.gov.br/index.php/ppe/article/viewFile/457/400> (acesso em 27/10/2014)

GOFFMAN, Erving. **A Representação do Eu na Vida Cotidiana**. Petrópolis: Vozes, 2011.

GOMES, Adriano Marino. **Álbum do Município de Londrina**. 1938.

GOMES, Angela de Castro (org.). **Capanema: ministro da cultura**. Rio de Janeiro: FGV, 2000.

GONZÁLEZ, M. **A saga do anti-herói**: Estudo sobre o romance picaresco espanhol e algumas de suas correspondências. São Paulo, Nova Alexandria, 1994

GUERREIRO, Almerinda. **A Trama dos Tambores**: a música afro-pop de Salvador. São Paulo: Editora 34, 2000.

HARA, Tony. **Caçadores de notícias**: história e crônicas policiais de Londrina (1948-1970). Curitiba, Aos Quatro Ventos, 2000.

IVANO, Rogério. **Crônicas de Fronteira**: imagem e imaginário de uma terra conquistada. Curitiba, Aos Quatro Ventos, 2002.

JOFFILY, José. **Londres-Londrina**. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1985.

KOMARCHESQUI, Bruna Mayara. **Retratos de Uma Cidade**: a fotografia no jornal Paraná-Norte (1934-1953) e na revista A Pioneira (1948-1954) . Dissertação (mestrado em Comunicação Visual). Depto. De Comunicação Visual da UEL, 2013. Disponível em: <http://www.uel.br/pos/mestrado/comunicacao/wp-content/uploads/Disserta%C3%A7%C3%A3o-p%C3%B3s-defesa-FINAL.pdf> (acesso em 27/10/2014)

KOTHE, Flávio R. **O Herói**. São Paulo, Editora Ática. 1987.

LAPA, José Roberto do Amaral. **A economia cafeeira**. São Paulo, Brasiliense, 1986.

LARA, Gabriel de. **Esporte-lazer e Hanseníase**: fotografias das colônias de isolamento compulsório. In: Anais Eletrônicos do IV Congresso Internacional de História. In: Anais eletrônicos do IV Congresso Internacional de História. Maringá: UEM, 2009.

LEITE, Rinaldo César Nascimento. **E a Bahia civiliza-se**. Dissertação da mestrado. Salvador: UFBA, 1996.

LEVI, Giovanni. **Usos da Biografia**. In: AMADO, Janaína e FERREIRA, Marieta. Usos e Abusos da História Oral. Rio de Janeiro, FGV, 2002.

LOPES, Ana Yara D. Paulino. **Pioneiros do capital**: a colonização do norte do Paraná. São Paulo, 1982. Dissertação (Mestrado) -.Departamento de Ciências Sociais, Universidade de São Paulo.

LORIGA, Sabina. **O pequeno X**: da biografia à história. Belo Horizonte, Autêntica Editora, 2011.

MAIA, Debora. **A História do Bairro/Comunidade de Itapuã na Cidade de Salvador/BA**. In: Anais Eletrônicos do Fórum Nacional de Crítica Cultural 2. Alagoinhas: UNEB, 2010.

MARINÓCIO FILHO. **Crimes que Abalaram Londrina**. Londrina: Edição do autor, 1973.

MARINÓCIO FILHO. **Dos Porões da Delegacia de Polícia**. Londrina, Kan, 2013.

MARINÓCIO FILHO. **Duas Filhas Malditas**. Londrina: Centro Cultural Brasileiro de Pesquisas e Estudos Sociais, 1985.

MARINÓCIO FILHO. **Gente de Londrina**. Londrina: Edição do autor, 1972.

MARINÓCIO FILHO e MARINÓCIO NETO. **História da Imprensa em Londrina**: do baú do jornalista. Londrina, UEL, 1991.

MARINÓCIO FILHO. **A Lei dos "Homens da Lei"**. Londrina: Luzes, 1983.

MASCHIO, Edison. **Escândalos da Província**. Londrina, Kan, 2011.

MASCHIO, Edison. **Histórias Ocultas**. Londrina: Edição do autor, 2010.

MONBEIG, Pierre. **Pioneiros e Fazendeiros de São Paulo**. São Paulo: Hicitec/Pólis, 1984

PEDRÃO, Angela West. **A Escola-Parque**: uma experiência projetual arquitetônica e pedagógica. In: Rua – Revista de Urbanismo e Arquitetura, vol. 5, num. 1. Salvador: UFBA, 1999. Disponível em:

<http://www.portalseer.ufba.br/index.php/rua/article/view/3131/2247> (acesso em 27/10/2014)

PEREIRA, Wellington e MESQUITA, Tarcineide. **A Contribuição da Etnometodologia para Análise do Colunismo Social**. In: Revista Famecos: mídia, cultura e tecnologia. Porto Alegre, 2012. Disponível em: <http://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/revistafamecos/article/view/11340> (acesso em 27/10/2014)

PORTO FILHO, Ubaldo Marques. **Suerdieck, epopeia do gigante**. Salvador: Edição do autor, 2003

REGO, Renato Leão. **Aventura no Trópico: colônias, assentamentos, plantations. Antecedentes e referencias britânicos da urbanização do Norte do Paraná**. In: Cidade, Território e Urbanismo: heranças e inovações – St2, “Temporalidades do Urbanismo e Planejamento Urbano”, Anpur, 2008. Disponível em: <http://www.anpur.org.br/revista/rbeur/index.php/shcu/article/view/1223> (acesso em 27/10/2014)

ROLIM, Rivail Carvalho. **O Policiamento e A Ordem: histórias da polícia em Londrina (1948-1962)**. Londrina, Eduel, 2013. Disponível em: [http://www.uel.br/editora/portal/pages/arquivos/policiamento\\_DIGITAL.pdf](http://www.uel.br/editora/portal/pages/arquivos/policiamento_DIGITAL.pdf) (acesso em 27/10/2014)

SANTOS, Marcia Elizabeth Pinheiro dos. **Hospital São Cristovão dos Lázaros: entre os muros da exclusão**. Dissertação de Mestrado em Arquitetura e Urbanismo. Salvador: Universidade Federal da Bahia, 2005.

SANTOS, Mario Augusto da Silva. **A República do povo: sobrevivência e tensão**. Salvador: Edufba, 2001.

SANTUCCI, Jane. **Os Pavilhões do Passeio Público: Theatro Casino e Casino Beira-Mar**. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2006.

SCHWARTZ, Widson. **Pérolas claras (e escuras) da cidade de Londrina**. In: Certidões de Nascimento da História, Paulo Boni (org). Londrina, Planográfica, 2009. Disponível em: <http://www.uel.br/pos/mestrado/comunicacao/wp-content/uploads/certidoes-de-nascimento-da-historiacompleto.pdf> (acesso em 27/10/2014)

SENNET, Richard. **O Declínio do Homem Público**: tiranias da intimidade. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.

SERRA, Elpidio. **A Colonização Empresarial e a Repartição da Terra Agrícola no Paraná Moderno**. In: Boletim de Geografia, nº01. Maringá, UEM, 1993. Disponível em: <http://eduem.uem.br/ojs/index.php/BolGeogr/article/view/12889/7353>. (acesso em 08/11/2013)

SILVA, Joel Nolasco Cerqueira e. **“Rumo à Civilização”**: higiene e urbanização em Salvador na Primeira República. In: Anais Eletrônicos do II Encontro de História ANPUH-BA. Feira de Santana: Universidade Estadual de Feira de Santana, 2004. Disponível em: [http://www.uesb.br/anpuhba/artigos/anpuh\\_II/joel\\_nolasco\\_queiroz\\_cerqueira\\_e\\_silva.pdf](http://www.uesb.br/anpuhba/artigos/anpuh_II/joel_nolasco_queiroz_cerqueira_e_silva.pdf) (acesso em 27/10/2014)

SOARES, Bárbara Musumeci. **Prisioneiras**: vida e violência atrás das grades. Rio de Janeiro: Garamond, 2002.

SOUZA-ARAÚJO, Heráclito C. de. **História da Lepra no Brasil**. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1948.

SUZUKI, Juliana. **Idealizações de Modernidade**: arquitetura dos edifícios verticais em Londrina (1949-1969). Londrina, Kan, 2011.

TOMAZI, Nelson Dácio. **O Norte do Paraná**: história e fantasmagorias. Dissertação (doutorado em História). Departamento de História da UNESP, campus Assis, 1989.

VELHO, Gilberto (org.). **Antropologia Urbana**: cultura e sociedade no Brasil e em Portugal. Rio de Janeiro: Zahar, 1999.

VELLOSO, Mônica. **Os Intelectuais e a Política Cultural do Estado Novo**. Rio de Janeiro: CPDOC, 1987.

VIANNA, Hermano. **O Mistério do Samba**. Rio de Janeiro: Zahar, 1995.

VICENTE, Eduardo. **Música e Produção Intelectual nos Anos 40**. Sem data. Disponível em: <http://www.usp.br/nce/wcp/arq/textos/66.pdf>

VIEIRA, Ildéu Manso. **Jacus e Picaretas**. A história de uma colonização. Maringá, Gráfica Bertoni, 1999.

VISALLI, Angelita et. aliae. **Coleção Fotográfica José Juliani**. Londrina, UEL, 2011.  
Disponível em: [http://www.uel.br/museu/publicacoes/Documenta\\_2.pdf](http://www.uel.br/museu/publicacoes/Documenta_2.pdf) (acesso em 08/11/2013)

ZORTÉA, Alberto João. **Londrina através dos tempos e crônicas da vida:**  
homenagem aos pioneiros. São Paulo : Juriscredi, 1975

## DOCUMENTOS CONSULTADOS

### Periódicos:

*Bom Domingo*

*O Combate*

*Correio da Noite (RS)*

*Diário da Noite (SP)*

*Diário de Notícias (AL)*

*Folha de Londrina*

*Folha do Povo*

*Folha da Semana*

*Gazeta de Alagoas*

*Gazeta do Norte*

*O Imparcial*

*A Noite (RJ)*

*A Notícia*

*El País (Uruguai)*

*A Pioneira*

*O Paiz*

*Paraná-Norte*

*Última Hora-PR*

*Última Hora-RJ*

Processos-crime (disponíveis no CDPH – UEL):

Nº A/C 1232/51

Nº A/C 215/53

Nº A/C 2445

Nº A/C 2244

Nº A/C 33/59

Nº A/C 8397/59

Nº A/C 52/63

Depoimentos orais:

Toninho Londrina - Coletado por Antonio Paulo Benatte em 31/05/1995

Edison Maschio - Coletado por Antonio Paulo Benatte e Allan Sandro perez,  
19/08/1993

Marinósio Filho - Depoimentos em áudio gravados espontaneamente por Marinósio  
Filho. Sem data. Arquivo familiar.

Outros Documentos:

Código de Posturas do Município de Londrina. 1953.

Lei nº133/1951. Município de Londrina. 1951.

Atas das reuniões da diretoria da ANPI. 1955-1959.

**LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS**

ANPI – Associação Norte Paranaense de Imprensa

CFSP – Companhia Ferroviária São Paulo-Paraná

CTNP – Companhia de Terras Norte do Paraná

PDC – Partido Democrata Cristão

PSD – Partido Social Democrático

PTB – Partido Trabalhista Brasileiro

UDN – União Democrática Nacional